



PLANO ESTRATÉGICO DA REGIÃO  
DE LISBOA  
OESTE  
VALE DO TEJO

2000 - 2010  
O HORIZONTE DA EXCELÊNCIA

**LIGAR A EUROPA E O ATLÂNTICO**  
**COMPETITIVIDADE E SOLIDARIEDADE**



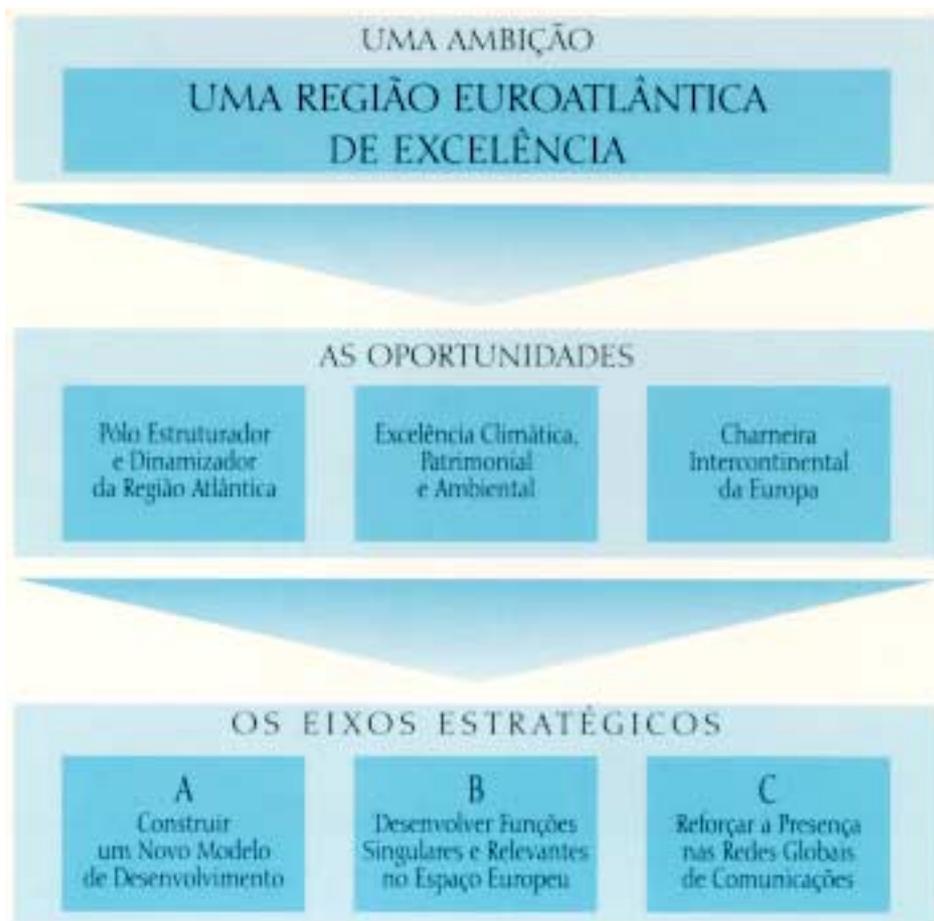
**Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo**

Edição: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo  
Coordenação: António Fonseca Ferreira  
Apoio à Coordenação: António Marques; Bárbara Vara  
Elaboração: Antero Aguilár; António Fonseca Ferreira; António Sevinate Pinto; Augusto Mateus; Félix Ribeiro; Fernando Garcia; Francisco Avilez; Isabel Guerra; Joanaz de Melo; João Ferrão; João Paulo Bessa; Luís Bruno Soares; Manuel Laranja; Manuel Reis Ferreira; Nuno Vitorino; Raul Lopes; Raul Vilaça Moura;  
Participação: António Pessoa; Elisio Summavielle; J. A. Moura de Campos; Jorge Jacob; Manuel de Forn; Rui Sérgio;  
Apoio Técnico: Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento da CCRLVT

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo  
Rua Artilharia um, 33  
1269-145 LISBOA  
Telf.: 21 387 55 41 Fax. 21 383 12 42  
Endereço Internet: <http://www.ccr-lvt.pt>



- ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
- OESTE
- VALE DO TEJO





## **UMA AMBIÇÃO PARA A REGIÃO DE LISBOA, OESTE E VALE DO TEJO**

O objectivo central da Estratégia de Desenvolvimento da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (RLVT) é proporcionar às pessoas que aqui residem e trabalham uma melhor qualidade de vida, padrões de bem-estar material, humano e social mais elevados, ao nível médio dos países europeus mais desenvolvidos.

Para alcançar esse objectivo exprime-se uma ambição e desenha-se um projecto: no horizonte de 2010 transformar a RLVT numa região mais competitiva, ganhadora, no sistema das regiões europeias; com actividades de perfil

tecnológico avançado, de valor acrescentado e produtividade mais elevados; dispondo de instituições modernas, eficientes e abertas que proporcionem melhor governabilidade e mais cidadania; num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial; numa terra de intercâmbio e de igualdade de oportunidades, mais acolhedora, segura e tolerante.

Caminhar em frente, resolutamente, exige saber para onde se quer ir. O progresso económico e social de uma comunidade precisa de uma "bússola" orientadora, de uma Visão com capacidade agregadora e de mobilização colectivas.

Portugal venceu, nos últimos 25 anos, dois grandes desafios: os desafios da democracia e da integração europeia. O sucesso destes empreendimentos deve-se, fundamentalmente, ao facto de eles terem sido expressos no momento próprio, de forma clara e mobilizadora, como grandes objectivos nacionais.

A sociedade portuguesa enfrenta, agora, um novo e decisivo desafio já inscrito no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES): alcançar, "no horizonte de uma geração", os níveis médios europeus de produção e distribuição de riqueza.

Aproximar a economia e a sociedade portuguesa dos níveis europeus avançados - passar da convergência nominal à convergência real - pressupõe a realização de um conjunto de reformas estruturais com motivações de eficiência nos domínios do bem-estar (sistemas de saúde e segurança social), da qualificação (sistemas de ensino/formação e da

ciência/tecnologia/inação), do mercado (sistemas fiscal e de concorrência) e do Estado (justiça e administração pública).

Afinal, são estas as prioridades de acção que começam a ser percebidas pelos cidadãos como indispensáveis à modernização da sociedade portuguesa. Desde que assumido com clareza e determinação pelos responsáveis políticos e institucionais, eis um programa de acção que, colhendo a adesão da generalidade dos portugueses, tem condições para se transformar, na viragem do milénio, num grande desígnio nacional actuante.

Para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, os níveis de desenvolvimento já atingidos e os recursos e potencialidades existentes permitem que as metas traçadas possam ser alcançadas no horizonte 2006/2010, proporcionando, assim, pela proximidade temporal, grau de expectativa e de adesão mais amplamente mobilizadores.

Quando analisamos a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo em profundidade e equacionamos prospectivamente o seu futuro facilmente se constata estarmos perante um território de raras singularidades e evidentes potencialidades.

Por três razões essenciais.

Em primeiro lugar, pelos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais privilegiados: mais de 150 quilómetros de costa abundantemente pontuada de falésias, arribas deslumbrantes e praias acolhedoras; os magníficos estuários do Sado e do Tejo, este prolongado por um vale generoso em culturas e paisagens; as mágicas panorâmicas das serras de Sintra e da Arrábida

e a beleza natural do sistema montanhoso "Montejunto, Aire e Candeeiros"; a diversidade - na sua simplicidade - de sítios, de vistas e património histórico, cultural e ecológico; enfim, a amenidade do clima e o sortilégio da luz fazem desta Região um inigualável e apreciado território no contexto das metrópoles europeias.

Em segundo lugar, pelos recursos institucionais, humanos, científicos e produtivos: trata-se de uma Região-Capital onde se localizam os principais centros de decisão política e financeira e que concentra alguns dos melhores recursos nacionais para o desenvolvimento económico, tecnológico e social. Recursos que não sendo, ainda, de excelência competitiva, dispõem, já, da massa crítica necessária para o serem, a breve prazo, se forem adoptadas as estratégias e as medidas adequadas, particularmente ao nível da sua gestão articulada.

Com recursos científicos e tecnológicos que representam 60% do potencial nacional; dispo de das condições naturais que lhe conferem, no turismo e no lazer enquanto sectores de grande potencial de expansão, uma segura margem de crescimento; sedeando indústrias e serviços com significativas economias de escala e geradores de elevado valor acrescentado; com um sector agro-florestal que é o mais importante, o mais produtivo e o mais bem organizado do país; e, sobretudo, por representar o maior pólo de consumo do país (3,3 milhões de residentes), de dimensão ibérica e europeia, a RLVT constitui, inquestionavelmente, o motor de desenvolvimento do país;

Finalmente, a posição geo-estratégica privilegiada e as infraestruturas de internacionalização - existentes e em construção - que lhe garantem as indispensáveis condições para uma inserção favorável na economia global.

Depois de ter desempenhado um papel central na época dos descobrimentos, Portugal tem ocupado nos últimos séculos uma posição periférica, quer em termos geográficos, quer económicos. Perifericidade que tenderá a agravar-se com o alargamento da União Europeia a Leste, se entre-tanto não conseguirmos reforçar posições económicas, políticas e culturais na Europa e no Mundo.

A globalização económica, a retoma da importância das comunicações marítimas e das ligações intercontinentais e as condições portuárias naturais vocacionam o país para um papel de Porta Europeia para o Atlântico, nas ligações com África e com as Américas. Portugal pode ganhar uma centralidade euroatlântica se conseguir a devida inserção nas rotas mundiais dos grandes operadores de transportes marítimos, aéreos e de telecomunicações. Estratégia essa que começou a concretizar-se com a assinatura do contrato entre os Portos de Sines e de Singapura para o transbordo marítimo de contentores e que terá como elemento nuclear a construção do novo aeroporto internacional.

A RLVT, pela posição central que ocupa entre o Norte-atlântico, industrial e exportador, e o Sul-mediterrânico e turístico; pela concentração metropolitana de população e actividades; pelas infraestruturas de internacionalização de que

dispõe, está naturalmente vocacionada para - ao mesmo tempo que reforça a sua função de articulação, a nível nacional - se afirmar como charneira da Região Atlântica, aprofundando as suas funções de intermediação, constituindo-se como plataforma de relacionamentos económicos, culturais e políticos, ao nível internacional.

Esta ambição carece de duas observações que devidamente a avalizem.

Quando se traça o desígnio de fazer de Portugal uma Plataforma Atlântica da Europa, e da RLVT uma Região Euroatlântica de projecção internacional, não se pretende deslocar para aqui o centro da economia europeia, de substituir Londres, Paris ou Frankfurt. Mas temos, isso sim, a ambição de criar uma nova centralidade, numa Europa multipolar. Com o Porto, Vigo e Bilbao, Barcelona, Sevilha e Madrid seguramente, mas também em competição com Madrid.

Por outro lado, a ambição de projecção externa, exige, uma condição de natureza interna: que se defina e afirme uma estratégia nacional articulada, de complementariedades, consensualizada com os principais protagonistas, estratégia na qual cada espaço regional tenha o seu papel e investimentos específicos.

A qualificação das pessoas, das organizações e do território é a grande prioridade da Estratégia de Desenvolvimento Regional. Da abordagem concreta no terreno a esta prioridade, da forma como for assumida pelos actores do desenvolvimento e os agentes da

administração, incorporada nos processos e projectos, dependerá o seu êxito ou insucesso.

No centro desta Estratégia Regional de Desenvolvimento estão as pessoas. Condição que exige um particular cuidado com a dimensão social do Projecto.

Na Região - e na Área Metropolitana em particular - acumulam-se velhos e novos problemas derivados de um processo de crescimento económico e urbanístico gerador de profundas desigualdades, precaridades e exclusões, quer a nível social, quer territorial. Por outro lado, os processos de modernização económica e tecnológica tendem a gerar desemprego e desenraizamentos diversos.

O desenvolvimento sustentado da RLVT implica uma atitude voluntarista, determinada, no sentido de reduzir as disparidades existentes e prevenir novos factores de exclusão, garantindo a igualdade de oportunidades individuais e sociais.

Assim, a promoção da coesão social e territorial da RLVT passa por duas perspectivas de intervenção:

- recuperação das situações de pobreza e exclusão acumuladas, ao nível dos rendimentos, das habilitações escolares e profissionais, das condições de alojamento e de precaridade urbanística;
- assegurar a dimensão social em todos os processos e projectos de modernização-económica, educacional, tecnológica, das acessibilidades, etc.

Os principais Projectos e Acções que dão corpo à Estratégia Regional de Desenvolvimento

deverão assegurar a realização de estudos de impacto social, a par dos tradicionais estudos de viabilidade económica e dos já consagrados estudos de impacto ambiental.

Assumida como prioridade nacional, está a qualificação dos recursos humanos.

Condição indispensável à modernização da sociedade portuguesa, a valorização das pessoas assume um carácter estratégico fundamental para a plena integração numa civilização baseada no conhecimento. Valorização sustentada na formação de base universal, na elevação das qualificações médias e especializadas e nas competências profissionais, com aprendizagem ao longo da vida e um forte estímulo ao desenvolvimento da iniciativa individual e associativa.

A qualidade das organizações afere-se pela sua eficiência económica, social e administrativa. Constituindo tradicionalmente um dos domínios mais problemáticos da sociedade portuguesa, o novo modelo de desenvolvimento pressupõe que se conceda uma prioridade fundamental às questões da organização e da gestão.

A descentralização, a reorganização da administração desconcentrada do Estado e a adequada coordenação interdepartamental são condições chave para o desenvolvimento regional. Na RLVT é essencial abandonar o primado da infraestrutura e do capital físico em favor da inovação organizacional e da logística. Privilegiar o como fazer sobre o que fazer. Pôr a funcionar o que já existe, antes de lançar novos empreendimentos.

Os factores territoriais ganham, progressivamente, uma importância acrescida. A qualidade urbana transformou-se numa exigência social e a gestão do território constitui um factor decisivo da competitividade das cidades, das empresas e das regiões.

O ordenamento do território e a (re)qualificação urbana são condições essenciais para a RLVT melhorar a identificação dos residentes com a sua Região, melhorar a sua imagem e reforçar a competitividade e atractividade externas.

A Área Metropolitana, sobretudo, tem muitos e graves problemas de desordenamento territorial e de desqualificação urbana. Problemas cuja génese remonta ao passado, mas que não têm parado de se agravar com um urbanismo caótico e expansivo, depredador de solos e causa de profundas desigualdades sócio-territoriais e de ineficiência económica. Induzido, num primeiro tempo, essencialmente pela construção habitacional, esse desordenamento tende, agora, a alargar-se às implantações industriais, da logística e da residência secundária, pondo em risco recursos agrícolas, património, espaços rurais e valores ambientais, exactamente aqueles que são os factores distintivos, a "mais-valia" da Região.

A falta de tradição e de cultura urbanas; a ineficácia dos instrumentos de planeamento e gestão urbanísticos; a dependência das finanças municipais de receitas fundiárias e imobiliárias, são as principais causas do desordenamento e desqualificação territoriais. Causas que urge afrontar e resolver com determinação, para evitar que o país e a Região continuem a ser loteados e retalhados ao sabor

do improviso individual e dos interesses dos promotores.

A nova Lei de Bases do Ordenamento do Território (Lei nº 48/98) e a respectiva regulamentação (DL nº 380/99) abrem novas perspectivas de eficácia para os instrumentos de planeamento territorial, em particular para os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's), instrumentos que sobremaneira interessam para a aplicação da Estratégia Regional.

A nova natureza dos PROT's vocaciona-os para servirem de instrumentos de contratualização entre as administrações central e municipal com vista à necessária programação regional das intervenções e investimentos públicos e a um melhor ordenamento e qualificação do território. É com esse propósito que está a ser ultimado o PROTAML (Plano Regional de Ordenamento do Território da AML) e se prepara a elaboração dos PROT's do Oeste e do Vale do Tejo.

O PROTAML procura traduzir, a nível espacial e programático, as propostas da Estratégia Regional, com particular relevo no domínio ambiental (Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental); dos transportes (completar a rede de infraestruturas, em particular as circulares, incentivar o transporte colectivo e organizar a gestão integrada dos transportes metropolitanos); e da qualificação metropolitana (através da requalificação sócio-urbanística dos subúrbios, dos estuários do Tejo e do Sado, da criação de novas centralidades metropolitanas e da revitalização dos centros históricos).

Para as cidades médias do Oeste e do Vale do Tejo haverá, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, um programa de reforço e qualificação dos sistemas urbanos, com particular incidência no tratamento dos espaços públicos, na valorização ambiental, nos equipamentos colectivos, nos transportes públicos e no domínio da sociedade da informação.

A Estratégia Regional de Desenvolvimento assume um inequívoco compromisso com o ambiente. Um compromisso no sentido da sustentabilidade ambiental e no pressuposto de que esta constitui - em conjunto com a competitividade económica e a coesão social-, uma indissociável trilogia.

Contudo, a Estratégia Regional vai mais longe ao considerar o ambiente como factor de bem-estar e de oportunidade, como elemento distintivo da atractividade e competitividade da Região. Consequentemente, a protecção dos recursos hídricos - superficiais e subterrâneos - a protecção e valorização das orlas costeiras e das paisagens, a despoluição dos estuários, rios, e ribeiras, a conservação da natureza e da biodiversidade, são linhas de acção fundamentais.

Um relevo particular é também concedido ao mundo rural.

A revalorização do meio rural constitui uma das condições de impulsionamento de um novo modelo de desenvolvimento para a RLVT, uma das novas formas de criar oportunidades a partir do território e de equilíbrio das "tensões" metropolitanas.

A melhoria das condições materiais de residência; a revitalização de actividades,

patrimónios e culturas tradicionais; o fortalecimento do tecido produtivo local, criando novas oportunidades de emprego no turismo, nos serviços de proximidade, no artesanato; enfim, a valorização humana, ambiental e produtiva dos espaços rurais, são acções essenciais para viabilizar económica e socialmente o mundo rural. A articulação das aldeias e espaços rurais com os sistemas urbanos, valorizando as complementariedades, a par de normas estritas para a transformação do uso dos solos, são condições essenciais do ordenamento e qualificação do território.

Sem uma eficaz política de solos não haverá ordenamento do território, nem sustentabilidade ambiental, qualificação urbana ou salvaguarda do mundo rural. Eis uma problemática cuja inequívoca clarificação e resolução tem de ser feita sob pena da total inviabilidade do modelo de desenvolvimento que se propõe para a Região.

A questão dos solos urbanos tem constituído uma das inércias pesadas da sociedade portuguesa. Hoje, é um verdadeiro anacronismo.

A política de solos - instrumento fundamental das políticas territoriais e urbanas - tem marcado passo, permitindo o seu uso indiscriminado e a apropriação privada das mais-valias proporcionadas pelos investimentos públicos. Uma legislação desconexa e ineficaz, e a prevalência de uma desmesurada protecção da propriedade fundiária são responsáveis pela total inoperância da política de solos, pelas profundas desigualdades sociais no acesso à

habitação e aos serviços urbanos e pela desqualificação territorial.

A modernização da sociedade e da economia só será possível se as empresas, os custos da habitação, dos equipamentos e do espaço público forem aliviados dessa e excessiva carga fundiária e se a administração tiver de uma capacidade efectiva para regular a ocupação e transformação do uso dos solos. As leis e as práticas terão de reforçar a função social da propriedade, salvaguardar o interesse público e o progresso económico e social. É necessário apoiar quem constrói e quem urbaniza. Mas também é necessário penalizar quem se limita a especular com o solo e com a utilização abusiva dos direitos urbanísticos. É necessário estabelecer condicionantes à retenção e valorização especulativas do preços dos terrenos e favorecer o (re)uso e requalificação da cidade existente sobre a expansão. A fiscalidade tem de ser agravada para solos expectantes e para as transacções especulativas.

É necessário recuperar o tempo perdido. Pôr os instrumentos e processos de gestão do território a nível europeu, ao serviço das necessidades e estratégias de qualificação territorial e urbana.

Sendo de difícil adopção, entre nós, o regime de solos vigente nos países anglo-saxónicos - direito de preferência da administração em todas as transacções fundiárias urbanas - o regime do solo programado, no espaço e no tempo, é o que melhor serve a realidade portuguesa, aquele que urge adoptar sem as ambiguidades que destroem a sua eficácia operativa.

O planeamento estratégico, quando realizado com a efectiva participação dos actores do desenvolvimento, constitui um eficaz processo de mobilização das comunidades territoriais.

Aproveitando a oportunidade aberta pelo PNDES, a CCRLVT promoveu uma profunda reflexão sobre a Região e um amplo processo de participação para a elaboração de uma Estratégia Territorial de mudança e desenvolvimento. Suportada na colaboração de um valioso e diversificado núcleo de especialistas, e contando com a disponibilidade activa das Associações de Municípios, Associações Empresariais, da Junta Metropolitana, de múltiplas associações sectoriais e organizações de diversa índole e origem geográfica, aqui se apresenta a síntese dos diagnósticos realizados, os objectivos e rumos a prosseguir, bem como as acções e projectos a realizar para alcançar progressos qualitativos na competitividade regional e nos padrões de vida das pessoas que aqui residem e trabalham.

Sublinhe-se que tão importante como as Propostas que se apresentam foi o processo de elaboração do Plano Estratégico Regional. Um percurso e uma metodologia pioneiros, no âmbito regional, no relacionamento entre actores económicos e sociais e agentes da administração. Processo centrado no confronto de análises e opiniões, de experiências diversificadas e de interesses próprios, mas convergentes no objectivo de sintonizar ideias e intervenções para o progresso da Região. Reconheça-se que, para as circunstâncias

existentes, se alcançaram níveis elevados de participação, de adesão e de consenso.

Mas, o caminho decisivo para o sucesso desta missão, ainda está por fazer: a gestão da execução do Plano, a sua concretização, designadamente no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Processo que exige o aprofundamento das modalidades e estruturas de participação, o envolvimento mais alargado e articulado dos Organismos desconcentrados da Administração Central, ou seja: a realização, já avançada pela CCRLVT, de um verdadeiro Pacto Regional de concertação estratégica de base territorial, beneficiando, também, da recente criação dos Conselhos Económicos e Sociais Regionais (CESR) e do anunciado reforço da descentralização e da reorganização da administração desconcentrada do Estado.

António Fonseca Ferreira  
Presidente da CCRLVT

## ÍNDICE GERAL

- 1 A REGIÃO DE LISBOA, OESTE E VALE DO TEJO: MOTOR DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS
- 2 UM NOVO DESENVOLVIMENTO
- 3 UMA IDEIA PARA O FUTURO DA REGIÃO NO HORIZONTE 2010
- 4 A ESTRATÉGIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
- 5 AS SUB-REGIÕES
- 6 ACÇÕES E PROJECTOS ESTRATÉGICOS PARA A MUDANÇA

**1. A REGIÃO DE LISBOA, OESTE  
E VALE DO TEJO:  
MOTOR DE  
DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

**1.1. UMA REGIÃO HETEROGÊNEA  
E COMPLEXA**

**1.2. MULTICULTURALIDADE  
E FRAGMENTAÇÃO  
SÓCIO-URBANÍSTICA**

**1.3. LISBOA: "GRANDE" NO PAÍS,  
"PEQUENA" NO MUNDO**

**1.4. AMBIENTE E ESPAÇO RURAL:  
AS SINGULARIDADES AMEAÇADAS**

1.4.1. OS PERIGOS DA DEGRADAÇÃO  
AMBIENTAL

1.4.2. PRESERVAR E VALORIZAR A  
QUALIDADE  
DO MEIO RURAL

**1.5. DUAS LÓGICAS DE ORGANIZAÇÃO  
DO TERRITÓRIO**

**1.6. UMA REGIÃO, TRÊS SUB-REGIÕES**

1.6.1. ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA:  
ESTRUTURA  
E DINAMISMOS

1.6.2. OESTE: SINAIS CONTRADITÓRIOS DE  
MUDANÇA

1.6.3. VALE DO TEJO: UM TERRITÓRIO EM  
MUTAÇÃO

**1.7. CAPACIDADES E RECURSOS**

1.7.1. RLVT: O QUE FAZ

1.7.2. RLVT: COMO FAZ

**1.8. PERIFERIA EUROPEIA,**

CENTRALIDADE EUROATLÂNTICA  
1.8.1. ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO  
INTERNACIONAL

1.8.2. UMA POSIÇÃO GEOGRÁFICA SINGULAR

1.8.3. RLVT - CHARNEIRA DA REGIÃO  
ATLÂNTICA

1.8.4. CONDIÇÕES NATURAIS DE EXCELÊNCIA

## **1. A REGIÃO DE LISBOA, OESTE E VALE DO TEJO: MOTOR DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (RLVT) constitui, no seu conjunto, uma região de polarização metropolitana, no interior da qual é possível identificar duas realidades contrastantes mas fortemente articuladas entre si: a metrópole propriamente dita, correspondendo ao espaço que habitualmente se designa por Grande Lisboa, e as áreas rurais de tipo central, cujas características se devem à sua dupla centralidade geográfica e económica.

Tanto no interior da metrópole como das áreas rurais, ocorrem contrastes significativos dos mais diversos tipos. Mas o que dá força a esta Região é a riqueza das complementaridades que se podem construir entre estas duas grandes realidades sócio-económicas e territoriais. O modelo de desenvolvimento da RLVT terá que procurar requalificar simultaneamente a metrópole, as áreas rurais e as relações que se estabelecem entre estes dois territórios, através de uma visão integrada que saiba equacionar, de forma interactiva, o desenvolvimento das suas várias parcelas.

Qualquer Plano Estratégico deverá procurar melhorar as condições de desenvolvimento sustentável da Região, através de pontos de

vista simultaneamente ambientais, económicos e sociais. Ao mesmo tempo, deverá assegurar a equidade territorial e visar um funcionamento mais coeso e coerente do conjunto da Região, num contexto que será inevitavelmente de crescente interacção e abertura ao exterior. Ora a possibilidade da concretização de estratégias deste tipo confronta-se, no caso específico da RLVT, com dois aspectos particularmente complexos: a forte heterogeneidade existente no seu interior e a presença de uma metrópole que é simultaneamente a capital e a cidade mais importante do país.

O êxito de uma estratégia de desenvolvimento dependerá, sobretudo, da capacidade e inteligência para lidar com esses dois aspectos.

## 1.1. UMA REGIÃO HETEROGÉNEA E COMPLEXA

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo apresenta uma heterogeneidade interna superior à de qualquer outra região portuguesa.

No entanto, essa heterogeneidade prende-se com situações de natureza muito distinta: umas, traduzindo a existência de diversidades - e, por isso, potencialmente positivas - outras, reflectindo a ocorrência de disparidades - e, por isso, potencialmente negativas.

Pelas economias de complementaridade que permite explorar, a diversidade patrimonial (natural, paisagística, histórica e cultural), económica e organizacional (empresas e instituições) representa um potencial benéfico para o desenvolvimento da Região, que, todavia, não deixará de se confrontar com diversas limitações:

- em primeiro lugar - e não raras vezes -, por tensões em torno de estratégias concorrenciais de ocupação do solo, com consequências graves ao nível da degradação ambiental e dos mercados fundiário e imobiliário;
- em segundo lugar, a diversidade não foi ainda acompanhada por processos de articulação suficientemente intensos em termos de diferenciação de funções e de tipos de uso do solo para promover a complementaridade.

Situação que, agravando as tensões referidas no ponto anterior, não tem permitido beneficiar plenamente das sinergias e das economias de escala potencialmente existentes.

Para constituírem uma fonte real de desenvolvimento, as diversidades existentes no interior da Região deverão, portanto, ser mais interactivas e coerentes e, simultaneamente, integrarem-se em estratégias explícitas de complementaridade.

Quanto à ocorrência de disparidades, a Região acumula três tipos de situações muito distintas: por um lado, persistem em diversas áreas, nomeadamente suburbanas e rurais, bolsas significativamente deficitárias em infra-estruturas e equipamentos sociais básicos; por outro, têm-se desenvolvido novas formas de marginalidade e de exclusão, típicas das crescentes fragmentações sócio-urbanísticas que caracterizam as grandes metrópoles contemporâneas; finalmente, verificam-se problemas associados à reconversão ou declínio de actividades tradicionais relacionadas com a agricultura, pesca ou com certo tipo de indústrias caídas em desuso. Este conjunto de situações díspares coloca problemas complexos de coesão social, económica e territorial.

A gestão criativa e inteligente das diversidades e das disparidades que são possíveis de encontrar no interior da Região constitui, assim, um dos grandes desafios que a RLVT terá de vencer para melhorar o futuro das suas gentes e dos seus territórios.

## 1.2. MULTICULTURALIDADE E FRAGMENTAÇÃO SÓCIO- URBANÍSTICA

As diversidades e as especificidades da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo não se verificam apenas ao nível da sua estrutura territorial e económica. A Região possui traços de dinâmicas sócio-culturais - positivos e negativos - característicos da principal região metropolitana do país.

A RLVT distingue-se, em primeiro lugar, pela sua multiculturalidade. Lisboa convive com uma grande diversidade de culturas, pelas inúmeras actividades que oferece, pela importância do turismo, pela atracção que exerce, pelas rotas que aqui convergem e pela imigração que acolhe. Esta diversidade, introduzindo uma enorme riqueza cultural, proporciona - pela tolerância e abertura que induz - a promoção de interacções positivas e o aprofundamento dos mecanismos democráticos da sociedade portuguesa. A Região tira assim benefícios muito especiais deste encontro cultural, representado simultaneamente pela reconciliação com o passado e pelo desenvolvimento prospectivo daquilo que será, certamente, a sociedade de amanhã.

Em segundo lugar, e em reforço dessa multiculturalidade, existe uma característica

muito sublinhada por aqueles que nos visitam: uma sociabilidade de proximidade, um valor de vizinhança nas relações com todos, incluindo visitantes. Muitos têm sublinhado o calor desta "sociedade-providência", que parece manter, apesar da modernidade, uma proximidade "rural" nas interacções sociais. Sendo cada vez mais rara no mundo moderno, esta característica faz reflectir sobre as formas de modernizar o território sem perder a capacidade relacional que o crescimento urbano tão frequentemente faz desaparecer.

Uma terceira característica positiva das dinâmicas sociais é a diversidade organizacional presente em toda a Região. Inúmeras formas de organização dos cidadãos estão presentes nos vários níveis da vida social: associações culturais e desportivas, associações sem fins lucrativos, cooperativas e grupos ou associações para os mais diversos fins. É verdade que se trata de competências repartidas, dispersas no espaço regional, a grande distância de uma democracia participativa de real poder sobre o território, mas é também verdade que representam sinergias disponíveis para uma maior atenção sobre o seu território, e até, para a elaboração de um projecto estratégico de mudança para a Região.

No entanto, paralelamente, emergem dinâmicas de sinal negativo, revelando um mal-estar urbano que, por vezes, tem o maior impacto no discurso da comunicação social e na representação quotidiana dos cidadãos.

As fracturas sócio-urbanísticas existentes na RLVT - em particular na Área Metropolitana de

Lisboa - devido às dinâmicas de exclusão que representam, podem tornar-se numa ameaça real, se não forem compensadas por mecanismos de inclusão mais poderosos. Existem debilidades sócio-urbanísticas que, não sendo directamente provocadas pelo território, nele se verificam. São exemplos destas situações, o desemprego, a debilidade das estruturas e dinâmicas de educação e formação profissional, o enfraquecimento dos laços familiares, etc... Outras, bem mais especificamente territoriais, como sejam a desintegração do tecido urbano e consequentes dificuldades nas acessibilidades, as "bolsas de pobreza" e degradação do parque habitacional ou a degradação do património cultural, fazem com que resultem manchas de habitação precária, áreas de construção tradicional degradadas, zonas de origem clandestina ou áreas centrais em desertificação.

Em larga medida, essas debilidades são tributárias da não modernização e da desadequação crescente das infra-estruturas de suporte à vida urbana e, muito especialmente, da inexistência de equipamentos descentralizados de desporto, lazer, cultura e participação cívica. Essa "não modernização" é ainda reforçada pela insuficiência das formas de participação e usufruto da cidade - ao serviço dos cidadãos - e pela exclusão de um número crescente de habitantes dos benefícios do desenvolvimento - salientando-se aqui, além dos jovens, os idosos e as populações rurais isoladas.

Estes factores, porque se reforçam mutuamente, induzem formas sócio-urbanísticas problemáticas especialmente fortes e perigosas enquanto causadoras de degradação dos espaços urbanos, do desemprego, das carências e degradação da habitação, do insucesso escolar, do baixo nível de habilitações da população residente e da marginalização juvenil.

Se a globalização económica e a universalidade mediática provocam a homogeneização cultural, a construção de uma identidade local necessita, pela sua diversidade, de espaços de expressão, de confronto, de negociação e de contrato. O "deserto cultural" das zonas mais afastadas do centro da metrópole e o êxito de culturas menos ajustadas, algumas mesmo fortemente destruidoras de consciência social positiva, são fruto da ausência de alternativas socialmente integradoras. Por outro lado, a emergência de estruturas sociais e culturais cada vez mais fragmentadas e baseadas em estatutos diferentes - como as de imigrantes ou grupos étnicos pobres - se podem estimular respostas defensivas dos grupos sociais mais vulneráveis, exigem uma maior responsabilização pública na criação de equipamentos e estruturas de efeito polarizador para as comunidades e identidades locais.

### 1.3.

#### **LISBOA: “GRANDE” NO PAÍS, “PEQUENA” NO MUNDO**

O facto da principal cidade do país se situar na RLVT representa outra das suas especificidades. Lisboa concentra uma parte muito considerável dos recursos estratégicos nacionais para a inovação e o desenvolvimento. A sua condição de capital implica um forte poder polarizador, não só sobre a Região, mas em relação a todo o país - situação tanto mais intensa quanto prevalece uma estrutura político-administrativa fortemente centralizada e agravada pela inexistência de uma rede urbana equilibrada por centros intermédios com dimensão demográfica e económica significativa. A metrópole de Lisboa surge assim como demasiado dominadora para as restantes áreas da sua Região, mas também como demasiado grande para as restantes regiões do país.

Pelo contrário, ao nível internacional, Lisboa possui uma notoriedade e um protagonismo relativamente modestos, correspondentes a uma cidade pequena que se coloca no sistema da rede urbana europeia numa posição de 3º ou 4º nível. Mesmo no espaço mais circunscrito da Península Ibérica, a área de Lisboa ocupa um lugar de segunda ordem, atrás de Madrid e ao nível de Barcelona. Ou seja: Lisboa tem, em

termos europeus, uma dimensão económica aquém da sua dimensão política, uma internacionalização insuficiente e não possui ainda qualquer nicho de especialização no mercado internacional.

Pelo seu modelo de desenvolvimento, Lisboa revela-se demasiado grande ao nível interno mas demasiado pequena em termos internacionais. A superação desta situação duplamente negativa implica, por um lado, a redefinição das relações funcionais da área de Lisboa com o resto do país e, por outro, uma melhoria muito significativa das condições e capacidades de internacionalização dos diversos tipos de agentes que aqui se localizam.

## 1.4. AMBIENTE E ESPAÇO RURAL: AS SINGULARIDADES AMEAÇADAS

### 1.4.1. OS PERIGOS DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

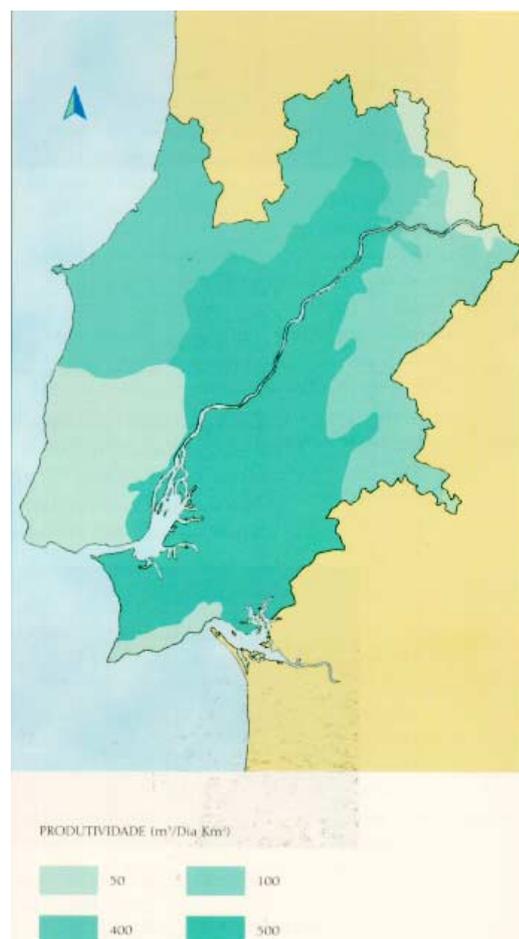
Do ponto de vista ambiental, a RLVT é uma região muito heterogénea, caracterizando-se por uma forte polaridade da cidade e da Área Metropolitana de Lisboa. Sendo a Região mais rica do país, é também, porventura, aquela que apresenta maiores problemas de congestionamento, conflitos entre usos do solo incompatíveis, sobre-exploração de recursos e défice de qualidade de vida.

#### A ) RECURSOS HÍDRICOS

Em comparação com o resto do país, a Região é medianamente rica em recursos hídricos superficiais (melhor que o interior sul, pior que o litoral norte). Em termos de recursos subterrâneos, a Região assume uma importância estratégica nacional e mesmo supra-nacional, uma vez que o aquífero profundo da bacia sedimentar do Tejo e Sado representa o maior reservatório de água doce da Península Ibérica. Infelizmente, tanto os

recursos hídricos superficiais como os subterrâneos encontram-se seriamente ameaçados pela poluição de origens urbanas, industriais e agrícolas. O problema é generalizado em toda a Região e constitui uma forte condicionante ao desenvolvimento económico e social, verificando-se já casos de afectação das fontes de abastecimento público. Na ausência de medidas de fundo, este fenómeno tende a agravar-se.

#### RECURSOS AQUÍFEROS



É verdade que tem havido melhorias na qualidade das águas superficiais, devido ao elevado esforço de investimento realizado em saneamento básico nos últimos anos. No entanto, esse esforço não foi ainda enquadrado por um sistema coerente de gestão de recursos hídricos e não foi objecto de qualquer avaliação de eficácia.

Pode dizer-se que os resultados, quanto às possibilidades efectivas de uso das águas e salvaguarda de recursos estratégicos, ficaram aquém daquilo que o esforço financeiro permitiria esperar.

No que se refere à qualidade das águas subterrâneas, não parece ter havido progressos. Situações como o despejo indiscriminado e ilegal de resíduos perigosos ou a extracção de águas subterrâneas sem qualquer controlo têm conduzido a situações de progressiva degradação de muitos aquíferos, com destaque para os aquíferos do Tejo e Sado e do Maciço Calcário Estremenho.

O planeamento e a gestão dos recursos hídricos são ainda incipientes. As instituições mais relevantes - os Conselhos de Bacia e as Unidades de Planeamento - estão em fase embrionária e os meios de gestão e fiscalização são insuficientes. Existe muita informação dispersa, agora a ser sistematizada nos primeiros planos de bacia que, no entanto, registam grandes atrasos.

Para a RLVT, os planos de bacia mais relevantes serão os do Tejo e os das ribeiras do Oeste. A informação em matéria de recursos

hídricos é ainda muito reduzida. A monitorização hidrológica tem vindo a degradar-se e a monitorização da qualidade da água não tem tido progressos significativos. A informação em domínios como o inventário de usos ou a ocupação do solo é ainda incipiente. Houve alguns progressos na criação de sistemas de informação (bases de dados, interface com o público), contudo aquém do necessário e frequentemente com dados insuficientes ou pouco fidedignos.

## **B) CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL, PAISAGÍSTICO E CONSTRUÍDO**

Apesar da enorme pressão populacional e tendo em conta que a paisagem dominante é fortemente humanizada, a RLVT é muito rica em património natural, paisagístico e construído. Tal como a água, estes patrimónios constituem valores estratégicos da Região e do país, não tendo sido ainda adequadamente salvaguardados e valorizados.

As competências nacionais nestas matérias dividem-se entre o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) para a componente ecológica e diversos serviços do Ministério da Cultura (MC), para a componente cultural (incluindo valores construídos e arqueológicos). Os municípios têm também responsabilidades nestes domínios, dadas as suas competências em matéria de ordenamento do território.

A principal estrutura de conservação da natureza, para efeitos de salvaguarda de valores únicos, consiste na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000 (de importância europeia e ainda em fase de implementação). Estas áreas funcionam supletivamente como protecção da paisagem, do património cultural de incidência territorial e dos recursos naturais em geral, numa perspectiva de desenvolvimento económico a longo prazo.

**Destacam-se, pela sua sensibilidade e extensão, as seguintes áreas: as Reservas Naturais do Estuário do Tejo, do Estuário do Sado, do Paul do Boquilobo e das Berlengas, os Parques Naturais da Arrábida, das Serras de Aire e Candeeiros, de Sintra-Cascais e do Montejuento e a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica<sup>1</sup>. Muitas destas áreas, sobretudo na faixa litoral, estão sujeitas a fortes pressões urbano-turísticas.**

Um aspecto importante a destacar é que nenhuma outra capital europeia tem, como Lisboa e na sua proximidade imediata, uma tão grande densidade de valores ecológicos e paisagísticos.

As áreas protegidas não sobrevivem por si sós, particularmente no que respeita à salvaguarda de espécies raras ou ameaçadas. É necessário manter áreas tampão e corredores ecológicos, envolvendo e ligando os núcleos mais sensíveis. A Reserva Ecológica Nacional (REN), tendo

esse objectivo, tem-se revelado de difícil aplicação. Mas o problema da compartimentação do espaço não se reduz apenas às áreas urbanas: vastas áreas contínuas de agricultura e de silvicultura intensivas ou de exploração mineira podem representar barreiras ecológicas tão prejudiciais como um subúrbio.

### C) ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Na RLVT, o problema mais evidente no ordenamento do território diz respeito ao facto de as áreas de expansão urbana estarem, hoje em dia, fortemente sobredimensionadas, provocando efeitos de desordenamento, dispersão e encarecimento de infra-estruturas, e a degradação das funções agrícolas, ecológicas e sociais nos espaços intercalares. Este é um problema generalizado à escala da Região, com especial incidência em toda a faixa litoral, comprometendo os recursos naturais e culturais. Um problema particular da AML é a existência de múltiplas áreas urbanas de génese ilegal, cuja recuperação é muito complexa e financeiramente onerosa.

O despovoamento e a desqualificação dos centros urbanos é igualmente um problema generalizado na Região, com especial gravidade na cidade de Lisboa.

---

<sup>1</sup> Há ainda muitas outras áreas e sítios de menor dimensão mas com elevado interesse

## D) SANEAMENTO BÁSICO

Apesar dos elevados investimentos, realizados nos últimos anos, a situação do saneamento básico na Região ainda não é satisfatória. Ao nível do abastecimento público, o principal problema é a poluição das fontes de água, quer superficiais, quer subterrâneas.

Nos sistemas de esgotos, o problema reside na fraca eficácia de muitos dos investimentos realizados, quer em redes quer em estações de tratamento, seja por deficiente planeamento, seja por falta de verbas para operação ou falta de operadores qualificados. Isto a par da deficiente ligação entre as decisões de investimento e as características do meio receptor - ligação essa que deveria ser feita ao nível dos planos de bacia ou através de estudos de impacto ambiental, que raramente são realizados porque a lei não o impõe.

Nos resíduos urbanos verificaram-se, nos últimos anos, avanços decisivos. Estão já em funcionamento os aterros sanitários do Vale do Tejo (Abrantes, Chamusca e Almeirim), a incineradora de S. João da Talha encontra-se em estado avançado de construção e o aterro do Oeste está em fase de concurso de obra. Faltam estações de compostagem, mas o problema crítico reside na inexistência de sistemas integrados de gestão dos resíduos que incluam, de forma sistemática, a redução na origem, a recolha selectiva, a triagem e a compostagem.

## 1.4.2. PRESERVAR E VALORIZAR A QUALIDADE DO MEIO RURAL

No imaginário comum, a RLVT tende a confundir-se com a imagem da congestionada AML. Não obstante, cerca de 3/4 da área da Região tem um indelével cunho de ruralidade. Importa todavia ter presente que «o rural» na RLVT constitui uma problemática específica que não se confunde com a dos espaços rurais periféricos característicos do interior do país. Na Região, predominam os espaços rurais de tipo central, que se distinguem daqueles por disporem de significativa centralidade urbana (não só pela proximidade em relação à AML como pela estreita articulação que revelam com os centros urbanos de âmbito sub-regional).

Adicionalmente, na RLVT os espaços rurais possuem uma actividade agrícola com significativo potencial competitivo, bem como uma base económica não agrícola com razoável massa crítica, dotada de factores de dinamismo.

Em consequência, os espaços rurais da RLVT tendem a apresentar densidades de ocupação populacional do território muito superiores às do interior, bem como uma dinâmica demográfica com maior capacidade de auto-regeneração.

Do diagnóstico realizado sobre esta problemática retiram-se como principais conclusões:

- não obstante a acentuada redução do emprego que se regista na actividade agrícola, a

dinâmica do mercado de trabalho no espaço rural da RLVT tem vindo a garantir um crescimento do volume global do emprego, especialmente no domínio dos serviços básicos. Na zona do Noroeste e do Médio Tejo, esta dinâmica é reforçada pelo crescimento do emprego industrial;

- o prosseguimento da referida dinâmica do mercado de trabalho deverá garantir que o espaço rural não venha a ter problemas graves de desemprego. Porém, a «economia rural» apresenta algumas vulnerabilidades, já que, para além de um significativo grau de concorrência entre os padrões de especialização dos diferentes espaços rurais, a dinâmica dos segmentos de especialização do espaço rural repousa sobretudo em factores primários de competitividade - como sejam a disponibilidade de recursos naturais e a proximidade do mercado urbano. Um modelo que só se revela competitivo devido ao nível relativamente baixo dos salários praticados, reflectindo o fraco nível de qualificações dos recursos humanos empregues. Em consequência, à excepção da agricultura, os níveis de produtividade do emprego nos segmentos de especialização rural são relativamente baixos, mesmo tendo por referência o país.

Acresce que aqueles segmentos de especialização apresentam reduzidas capacidades para gerar sinergias económicas e territoriais, limitações a que se acrescentam uma deficiente articulação entre a actividade produtiva e os serviços de apoio às empresas.

Assim, em síntese, nos espaços rurais da RLVT, teremos de nos preocupar, não tanto com a quantidade do emprego a criar, mas sim com a sua qualidade e com as formas organizacionais de suporte ao padrão de especialização produtiva;

- no domínio do modelo de organização territorial dos espaços rurais, algumas das dinâmicas em curso podem vir a configurar ameaças ao desenvolvimento sustentado daqueles espaços. Estão neste caso, nomeadamente, a rápida transformação da paisagem rural associada à pressão "urbana", decorrente da forte tendência que se vem observando para a dissociação entre o local de residência e o de emprego, bem como a tendência para o crescimento da segunda habitação em espaço rural. Tal transformação da paisagem rural é ainda acelerada pela tendência para o abandono da actividade agrícola em significativas manchas de solo agro-florestal;

- aquelas dinâmicas conjugam-se com tendências para a homogeneização de valores e comportamentos sociais, resultando numa ameaça à identidade cultural do meio rural e no enfraquecimento - por incompatibilidade com os novos modos de vida - dos laços de solidariedade familiar e de vizinhança, conduzindo à emergência, no meio rural, de problemas sociais tradicionalmente urbanos, como sejam o isolamento dos idosos e a marginalidade social entre os jovens. De resto, para os jovens, o meio rural apresenta um ambiente social pouco estimulante para a

aprendizagem. Esta limitação, face ao ritmo do avanço da sociedade da informação pode, a médio prazo, vir a revelar-se como um processo de segregação territorial com profundas consequências sociais.

Em conclusão: a premência dos problemas e ameaças que se deparam ao meio rural da RLVT justifica, só por si, uma especial atenção a estes espaços em sede de planeamento. Mas o meio rural da RLVT representa também um potencial de desenvolvimento da Região como um todo, não só pela riqueza e diversidade da paisagem que acrescenta à área metropolitana, mas também porque a competitividade da Área Metropolitana de Lisboa precisa de se apoiar na riqueza da pluralidade cultural e na coesão social e territorial do conjunto da Região. Em boa medida, o modelo social e territorial de desenvolvimento da Região joga-se no futuro do seu meio rural, ou melhor, numa adequada compatibilização e interacção urbano-rural.

## 1.5. DUAS LÓGICAS DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O modo como o território da Região se organiza reflecte a existência de duas lógicas: uma de tipo centro-periferia, dando origem a sucessivas coroas a partir do núcleo central de Lisboa; outra, de tipo radiocêntrica, baseada em corredores viários multi-modais que convergem para o mesmo centro principal.

Três factores primordiais explicam a coexistência destas lógicas de organização territorial: desde logo e como pano de fundo, as condições naturais da Região, nomeadamente no que se refere à sua morfologia; em segundo lugar, a intensa capacidade polarizadora de Lisboa; por último, uma estrutura viária de traçado fortemente condicionado pelos dois aspectos anteriores - na medida em que os principais itinerários convergem e irradiam em função de Lisboa e privilegiam os corredores naturais com melhores condições de circulação.

A articulação destas duas lógicas de organização territorial permite identificar subunidades regionais com uma significativa homogeneidade interna, não só no que se refere a muitas das suas características ambientais, económicas e sócio-culturais, mas também em relação às oportunidades e aos riscos que apresentam. Assim sendo, estas subunidades

são relevantes tanto de um ponto de vista analítico -preocupado com o entendimento das dinâmicas em curso-, como de uma perspectiva de intervenção- visando o desenho de estratégias e políticas de desenvolvimento articuladas com a realidade. Claro está que a identificação destas subunidades regionais não permite ignorar a sua diversidade interna, nem pressupõe a existência de fronteiras rígidas entre elas.

Do ponto de vista da organização territorial de tipo centro-periferia é possível destacar três áreas:

- a) a mancha urbanizada que corresponde à Área Metropolitana Central, disposta em torno do estuário do Tejo;
- b) uma coroa imediatamente envolvente, com fortes características de periferia urbana;
- c) uma área mais periférica, onde a existência de diversas aglomerações urbanas de média dimensão, conjugada com o efeito de distância relativamente ao núcleo central, cria condições para uma autonomia relativa mais acentuada do que a verificada na coroa anterior.

Do ponto de vista da organização territorial de tipo radiocêntrico, distinguem-se dois grandes espaços a Norte da Região:

- a) Noroeste: a área compreendida entre o litoral e a principal linha de fecho da Região, alinhamento de cumeadas do Maciço Calcário Estremenho e o seu prolongamento para sul;
- b) Nordeste: a área correspondente à bacia do Tejo;

e a Sul:

c) o eixo Almada/Setúbal/Sul, recentemente reforçado com as novas acessibilidades criadas pela ponte Vasco da Gama e pelo prolongamento dos troços de auto-estrada em direcção ao Algarve e a Espanha.

A sobreposição destas duas lógicas de organização do território - centro-periferia e radiocêntrica - permite identificar três subunidades regionais principais: a Área Metropolitana, o Oeste e o Vale do Tejo.

**REDE FERROVIÁRIA DA RLVT**



## DIVISÃO ADMINISTRATIVA



## **1.6. UMA REGIÃO, TRÊS SUB- REGIÕES**

A diversidade de paisagens e situações económicas, sociais, culturais e territoriais assinaladas para o conjunto da Região, o contraste entre a polarização urbana da AML e os espaços rurais da Lezíria, do Norte Ribatejano e do Oeste, podem criar uma imagem de falta de unidade e identidade da Região. Mas uma análise mais aprofundada demonstra que a RLVT constitui, hoje, uma identidade regional em processo de reforço da sua integração territorial, económica e funcional. Exemplo ilustrativo deste processo é a industrialização do arco Ourém/Constância/Abrantes, com a instalação de actividades a produzir essencialmente para a Área Metropolitana, como é o caso da indústria de mobiliário.

### **1.6.1. ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: ESTRUTURA E DINAMISMOS**

#### **A) DUAS REALIDADES DISTINTAS MAS COMPLEMENTARES**

Na área metropolitana distinguem-se claramente dois territórios: a área metropolitana central e a periferia metropolitana.

#### **ÁREA METROPOLITANA CENTRAL**

---

Na área metropolitana central concentra-se uma parte muito substancial das potencialidades, mas também dos problemas da Região.

Como sucede em qualquer grande cidade, para mais com o estatuto de capital política e administrativa, Lisboa dispõe de significativos recursos estratégicos para o seu desenvolvimento. Indivíduos e organizações encontram aqui, como em nenhuma outra área do país, as expressões dos padrões mais exigentes de consumo, actividade económica e internacionalização. Mas é também aqui que se verificam as situações mais críticas de degradação ambiental, desordenamento territorial e exclusão social.

## PERIFERIA METROPOLITANA

---

Esta área, mais do que qualquer outra, sofre a influência directa do modo como o núcleo central da metrópole de Lisboa se desenvolve, tanto do ponto de vista físico-morfológico como funcional. De facto, a sua localização relativa torna-a particularmente exposta a factores que lhe são exteriores, e por isso, de difícil regulação. Avanço da suburbanização, intensificação dos movimentos pendulares, recepção de um número crescente de actividades desconcentradas da área central, acréscimo muito significativo da procura e construção de residências secundárias são exemplos do processo dependente, imparável e multifacetado de subordinação desta área à lógica metropolitana. Naturalmente que a proximidade de um grande pólo de consumo e actividade económica representa também vantagens apreciáveis, como bem demonstram a expansão da agricultura e da pecuária intensivas, o desenvolvimento da fileira da construção civil e a implantação de espaços de armazenagem e logística.

A contenção do crescimento extensivo e suburbano de Lisboa depende, em muito, da capacidade de transformar esta área num anel, onde o respeito pela qualidade paisagística e ambiental constitua uma referência e uma aposta na transformação do espaço rural e na modernização da agricultura.

## B) ESTRUTURA METROPOLITANA DISTENDIDA COM TENDÊNCIA PARA A NUCLEAÇÃO

A AML reflecte, hoje, o crescimento acelerado das décadas de 60 e 70 marcado pela imigração, traduzido no crescimento residencial suburbano com base na rede urbana pré-metropolitana e na ocupação dispersa do espaço rural, tendo como principais consequências:

- grande dispersão das implantações residenciais e das actividades;
- forte consumo de solo rural;
- acentuada diversidade morfológica e tipológica das áreas urbanizadas;
- deficiente infra-estruturação e equipamento;
- forte interpenetração dos espaços urbanos com os espaços rurais;
- dispersão e fragilidade do sistema de transporte público;
- concentração e densificação habitacional sobre os eixos de transportes radiais em relação a Lisboa.

Mas a Área Metropolitana vem adquirindo uma nova estruturação (potenciada nos últimos anos pelas infra-estruturas de transporte criadas), proporcionando melhores e mais qualificados padrões de vida à generalidade da população, através da fixação de actividades, reforço das redes de equipamentos e serviços e melhoria geral do quadro de vida fora da cidade de Lisboa.

Com perda acentuada de população residente e face à reestruturação da Área Metropolitana, Lisboa emerge como pólo de equipamentos e serviços diferenciados, numa região que se organiza para a residência, o trabalho e o lazer, configurando uma nova polarização baseada na especialização.

#### **ASSIMETRIAS NA AML - MARGEM NORTE E MARGEM SUL**

---

A expansão urbana da AML fez-se a ritmos muito diferentes, sobretudo a partir dos anos 50, com incidência decrescente segundo dois factores principais: a proximidade a Lisboa e a disponibilidade de acesso por caminho de ferro. Estes dois factores diferenciaram o ordenamento urbano dos concelhos da margem norte e da margem sul do Tejo, apresentando actualmente situações diversas.

#### **ÁREA METROPOLITANA NORTE**

---

- Melhores níveis de serviço no conjunto da AML, no que respeita a infra-estruturas e serviço de transportes, infra-estruturas e serviços de saneamento básico e equipamentos colectivos;
- dinâmicas urbanas muito diferenciadas, com grandes desequilíbrios urbanísticos e sociais;
- maiores densidades de ocupação urbana;

- dinâmica demográfica negativa, em consequência de Lisboa ter perdido grande parte da população nas últimas décadas.

#### **ÁREA METROPOLITANA SUL**

---

- Maior dinâmica demográfica - crescimento populacional com percentagem mais elevada de população jovem e de população activa;
- maiores carências a nível de infra-estruturas e serviços de saneamento básico e equipamentos colectivos;
- maiores debilidades do sistema de transportes públicos, embora com tendência para alteração a médio prazo;
- qualidade ambiental com presença significativa de recursos naturais preservados;
- menores densidades de ocupação urbana.

É evidente que a Península de Setúbal tem desempenhado um papel subsidiário na Área Metropolitana. Por um lado, um sistema produtivo excessivamente monofuncional, concentrado em grandes empresas industriais e actividades de natureza temporária (estaleiros navais, siderurgia, montagem automóvel), cujo desaparecimento ou redução tem provocado graves crises sociais. Por outro lado, uma grande dependência, relativamente a Lisboa, no que se refere ao emprego e a serviços especializados, funcionando como dormitório da capital.

## C) DINAMISMOS METROPOLITANOS

### SÍNTESE DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA AML

- **A concentração de população, actividades, equipamentos e infra-estruturas constitui um factor de diferenciação e um valor estratégico da AML.**
- **A cidade de Lisboa mantém-se como pólo destacado da AML, tendendo a especializar as suas funções centrais.**
- **A AML organiza-se com base numa estrutura urbana distendida, que tende a polarizar-se em eixos e aglomerados, ganhando estes alguma autonomia em relação à cidade de Lisboa.**
- **Verificam-se significativas diferenças na estrutura metropolitana a nível de serviços prestados às populações e às empresas, de condições de acessibilidade e de integração metropolitana, nomeadamente entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal.**
- **A AML apresenta, após a construção das novas infra-estruturas de transportes, dinâmicas territoriais e oportunidades de desenvolvimento muito diferenciadas.**

Os anos 80 representam um período de alteração das tendências das décadas de 60 e 70, um período marcado sobretudo pela crise do centro principal da metrópole, a cidade de

Lisboa, e pela expansão "nobre" do eixo Oeiras/Cascais/Sintra.

É uma década em que, contrariando as tendências anteriores, se verifica uma significativa quebra do crescimento demográfico da Área Metropolitana, manifestando-se uma acentuada perda de população da cidade de Lisboa, devido a fortes transferências de habitantes para os municípios periféricos.

É também um período em que se verifica uma evidente estagnação do investimento público, agravando-se as deficiências das estruturas urbanas / metropolitanas, particularmente deficitárias ao nível do sistema de transportes e do saneamento básico, acentuando-se as carências de equipamentos que respondam à distribuição das populações e às suas novas necessidades sociais.

Na década de 80, o modelo radiocêntrico da Área Metropolitana reforçou-se com o aumento da população residente nas periferias e com a concentração do emprego no concelho de Lisboa, traduzindo-se num incremento dos movimentos pendulares diários entre a capital e os restantes concelhos da AML.

Em contraste, a década de 90 tem sido marcada pela concretização de importantes obras - sobretudo de infra-estruturas de transporte - estando estas a alterar profundamente a estrutura da sub-região e a gerar dinâmicas de transformação com fortes impactos territoriais.

As obras realizadas nos últimos dez anos, correspondendo em grande parte a projectos há muito definidos e defendidos para a AML,

tendem a transformar a estrutura polarizada e radial numa estrutura em malha e polinucleada.

Torna-se evidente que os próximos anos - e muito provavelmente toda a próxima década - serão marcados pelos efeitos das novas acessibilidades e das realizações estruturantes lançadas durante a década que agora termina, criando condições para a reconfiguração da Área Metropolitana de Lisboa e para o estabelecimento de novas formas de inter-relação urbana e territorial, num quadro balizado por quatro grandes vectores:

a) reforço das infra-estruturas e do sistema de transportes, com a conseqüente melhoria das condições de acessibilidade e de mobilidade das populações e a criação de oportunidades para o desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas e regionais;

b) alteração da estrutura de ocupação do território e das relações internas, resultante da realocação e surgimento de novas actividades e da sua reorganização espacial;

c) reduzido crescimento demográfico da AML, prosseguindo no entanto as transferências internas de população, resultantes da procura de melhores condições de habitação e de melhores padrões de vida; tendência para a oferta de habitações de maior qualidade ou segunda residência e para o esvaziamento de áreas habitacionais antigas, degradadas e de menor qualidade urbanística;

d) aumento da pressão para proteger e valorizar os recursos naturais e o património edificado, com crescente impacto do debate em torno do desenvolvimento sustentável imposto pela opinião pública, pelas orientações comunitárias e pela normativa nacional.

#### **TENDÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO DA AML**

- **melhoria e desenvolvimento das acessibilidades;**
- **aumento da oferta habitacional;**
- **riscos de fragmentação social;**
- **polinucleação metropolitana;**
- **valorização da diversidade territorial e da sustentabilidade ambiental;**
- **centralidade do estuário do Tejo.**

#### **MELHORIA E DESENVOLVIMENTO DAS ACESSIBILIDADES**

As novas acessibilidades na AML resultam da construção de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e da melhoria de serviço prestado pelo sistema de transporte público.

Estas novas acessibilidades verificam-se tanto ao nível interno da AML, com a construção da rede viária

estruturante (CRIL, CREL, Radiais, Ponte Vasco da Gama) e com o alargamento e melhoria da rede ferroviária, como na articulação da área metropolitana com a Região e com o país (auto-estradas do Oeste, de Évora e do Sul, caminho-de-ferro do Norte).

A melhoria global do sistema de transportes reflecte-se significativamente na melhoria das acessibilidades transversais, rompendo com a tradicional predominância dos eixos radiais centrados em Lisboa, e no significativo reforço das acessibilidades entre as duas margens do Tejo, criando novas condições de mobilidade na AML e centrando áreas que até há bem pouco tempo eram marcadamente periféricas.

Contudo, há que assinalar as diferenças quanto ao tipo de acessibilidades criadas pelas novas infra-estruturas de transporte, na medida em que as condições de acessibilidade em transporte público e em transporte individual mantêm significativas diferenças territoriais. Estas fazem-se sentir em sectores fortemente urbanizados da margem norte, dado que não dispõem ainda do modo de transporte público pesado (concelho de Loures) e da margem sul, onde a linha Barreiro/Pinhal Novo/Setúbal presta um serviço desadequado às necessidades do sistema urbano, sendo que a nova linha "Ponte 25 de Abril / Fogueteiro" irá apoiar sobretudo a concentração populacional em Almada/Seixal.

O Plano Ferroviário Nacional e os projectos existentes para a rede do Metropolitano de Lisboa, para o Metropolitano do Sul do Tejo e para os transportes fluviais, perspectivam uma

maior articulação do transporte público pesado. Porém, esta rede tenderá a manter, no fundamental, a matriz radial centrada em Lisboa, o que significa que o modelo radiocêntrico em malha, que assegura as relações transversais na AML, será predominantemente garantido pelo transporte rodoviário, no qual tem maior significado o transporte individual.

#### **AUMENTO DA OFERTA HABITACIONAL**

---

A evolução demográfica da AML mostra uma clara tendência para a estabilização do volume global da população residente, podendo mesmo admitir-se uma ligeira quebra na próxima década. No entanto, no interior da sub-região, mantém-se o crescimento demográfico positivo em muitos dos concelhos, resultante sobretudo de transferências de população residente como consequência do mercado de habitação. Esta evolução tem sido especialmente marcada pela perda de população da cidade de Lisboa (17,9% na década de 80) e que se estima tenha continuado a decair nesta década (13,7% entre 1991 e 1996, segundo o INE).

Assiste-se nos últimos anos a uma oferta habitacional crescente, quer por parte da iniciativa privada - que aposta em segmentos médios e altos - quer ainda por oferta pública significativa através do Programa PER. Saliente-se, no entanto, que uma percentagem significativa da construção habitacional se destina a residência secundária, tendo esta uma

presença crescente e uma importância territorial considerável. Os indicadores de alojamentos vagos não cessam de crescer e prossegue a degradação do parque habitacional, sobretudo nas áreas mais antigas e nos bairros periféricos de menor qualidade urbanística.

### **RISCOS DE FRAGMENTAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL**

---

As especificidades do processo de urbanização dos anos 60/70, as carências de infra-estruturas de acolhimento dos migrantes e a complexidade dos fenómenos de exclusão social, tornam a AML - como todas as grandes metrópoles europeias - vulnerável aos fenómenos de "tensão urbana". Na AML, esses fenómenos poderão vir a ser ampliados devido a:

- permanência das bolsas de habitação degradada, onde grassa o desemprego, o abandono escolar e os baixos rendimentos;
- concentrações maciças de habitação social com os conhecidos fenómenos de desintegração;
- crescimento de bairros periféricos desqualificados e degradação dos existentes, sobretudo os das décadas de 60 e 70 - sem equipamentos e com espaço público descuidado - não permitindo níveis de qualidade de vida compatíveis com as exigências da condição humana;
- formas agressivas de ocupação da cidade - bolsas de insegurança urbana, vandalismo no

espaço e equipamentos públicos, manifestações de racismo e xenofobia, etc.;

- isolamento urbano de pessoas e de famílias, sobretudo nas zonas centrais das cidades;
- intensificação da reconversão de actividades obsoletas e do processo de racionalização tecnológica.

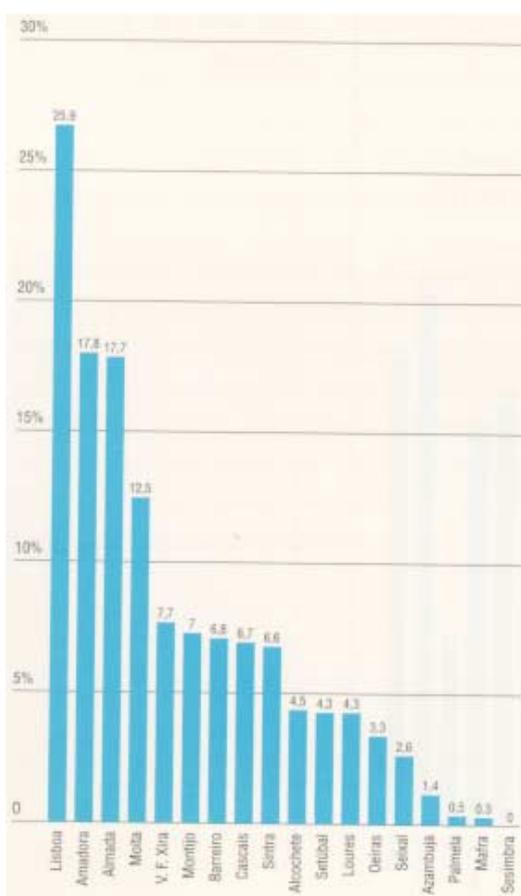
Compreender as razões que provocam estes fenómenos permitirá definir estratégias de inversão da situação. São fundamentalmente duas: a falta de investimento no espaço público e nos equipamentos e o reforço de mecanismos de segregação sócio-espacial, gerados pela degradação do parque habitacional antigo e pela concentração de bairros sociais sem os adequados planeamentos e integrações urbanísticos e sociais; diga-se que o realojamento maciço e apressado do PER (Programa Especial de Realojamento) tende a agravar a situação.

A escassez de recursos faz com que a administração central e os municípios centrem a sua actuação nas infra-estruturas de apoio à habitação, não permitindo igual cuidado na construção de equipamentos básicos - de lazer, de cultura, de desporto, de saúde, etc. - e no arranjo de espaços públicos agradáveis e facilmente apropriáveis pelos cidadãos.

Estes factores têm concorrido para o crescimento de uma metrópole que parece ser apropriada com alguma felicidade pelos moradores, quando referenciam o seu espaço de residência mais próximo, mas que emerge,

cada vez mais, como uma cidade insegura e geradora de tensões.

**TOTAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM BAIROS CRÍTICOS FACE AO TOTAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CONCELHO - 1998**



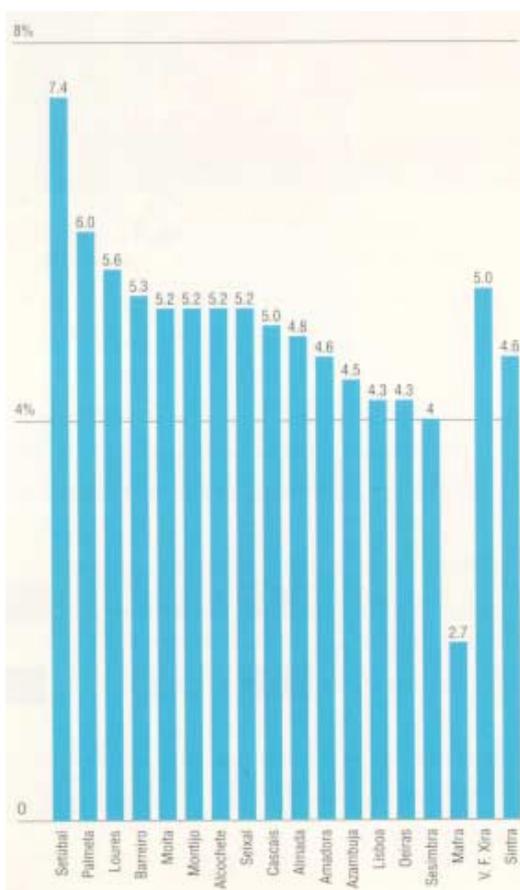
Fontes: DEPP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.

**POPULAÇÃO RESIDENTE EM BAIROS CRÍTICOS - AML**



Fonte: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) – Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.  
 Nota: Designam-se “bairros críticos” os bairros considerados desqualificados: em termos sociais e urbanísticos; com carências ao nível dos equipamentos e infraestruturas; com um parque habitacional degradado ou em situação de risco; com uma população, na sua maioria, socialmente desfavorecida.

**POPULAÇÃO DESEMPREGADA REGISTRADA NOS CENTROS DE EMPREGO FACE AO TOTAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE NA AML, POR CONCELHO**



Fontes:  
Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1997.  
INE, Estimativas de População Residente 1997

**A CAMINHO DE UMA ESTRUTURA POLINUCLEADA**

A cidade de Lisboa é indiscutivelmente o pólo central, federador, da AML. Apesar da perda de população residente, com consequências sociais e urbanísticas negativas sobretudo para as áreas centrais, a cidade continua a concentrar a maior parte do emprego e das empresas da Região (acima de 50%). Por esta razão, sofre a crescente pressão dos movimentos pendulares diários, a maior parte dos quais se fazem em transporte individual.

Como resultado da melhoria das infra-estruturas de transportes na última década, tem-se desenhado a tendência para a localização de empresas de serviços e de grandes superfícies comerciais nos concelhos periféricos de Lisboa. Tendência que contribuirá, por um lado, para reduzir a polarização da cidade de Lisboa na AML, e, por outro, para reforçar novas centralidades metropolitanas e novas dinâmicas territoriais, como as que já se verificam nos eixos Oeiras/Cascais, Almada/Seixal, Palmela/Setúbal e no arco estruturado pela CRIL.

A AML evidencia dinâmicas de reconfiguração com uma clara tendência para o reforço da dimensão polinuclear, tanto ao nível da sua área central como ao nível mais alargado. A cidade de Setúbal tem reforçado a sua capacidade polarizadora, Santarém e Torres Vedras têm mostrado alguma capacidade para organizar

subsistemas urbanos nas respectivas áreas de influência.

## **DIVERSIDADE TERRITORIAL E ESPAÇO RURAL**

---

Para além do sistema urbano que estrutura o território e que apresenta uma razoável diversidade urbanística com valores culturais e patrimoniais importantes, particularmente nos aglomerados urbanos mais antigos, a AML é caracterizada por três tipos de espaços que acentuam e enriquecem a diversidade paisagística, cultural e ambiental da Região: a orla costeira, o espaço rural e os estuários do Tejo e do Sado.

A orla costeira e as frentes ribeirinhas têm uma forte presença resultante da sua grande extensão e da importância que assumem na vida da Região, sobretudo como enormes espaços de lazer e recreio, ligados ao mar e aos estuários.

O espaço rural constitui uma importante reserva de recursos naturais da AML, designadamente aquíferos. É um espaço estratégico do território, não só pela dimensão espacial e pelas actividades que comporta, mas também pelos recursos naturais a ele associados.

Como espaço de suporte das actividades agro-florestais, o espaço rural da AML tem vindo a perder importância e a sofrer um processo de substituição, muitas vezes caótica, dos usos agrícolas e florestais por ocupações urbanas,

industriais, pecuárias, de armazenagem, etc. Nos anos 60 e 70, os fenómenos de urbanização ilegal comprometeram mais de 1.500 ha. de solo rústico e contribuíram para a desorganização dos terrenos agrícolas e florestais, muitos dos quais passaram progressivamente a situações de abandono. Pela sua extensão, este fenómeno atingiu particularmente a Península de Setúbal, criando vastas áreas habitacionais de baixa densidade, bem como as "Quintinhas", que constituem um padrão singular de ocupação habitacional em espaço rural.

No actual quadro de reestruturação e reconfiguração territorial, o espaço rural deverá ser entendido como um espaço estruturante - uma condição essencial da qualificação metropolitana - ao qual devem ser atribuídas novas funções, com concepção de novos padrões de ocupação e novas formas de gestão.

De facto, a sustentabilidade do espaço rural metropolitano não passa já pela manutenção das suas funções tradicionais, exclusivamente relacionadas com as actividades agrícolas, florestais e pecuárias, mas sim pela integração de novas funções relacionadas com a estrutura e as dinâmicas metropolitanas.

Assim, o espaço rural deverá ser entendido como um espaço de articulação das interdependências:

a) entre o meio físico urbano e o meio físico rural;

b) entre as actividades agrícolas e as actividades não agrícolas;

c) entre a estrutura económica, as condições ambientais e as condições de vida em meio rural.

Os espaços rurais de tipo central ou peri-metropolitanos têm, cada vez mais, uma lógica de funcionamento associada à dinâmica da AML, sendo por isso espaços privilegiados para a descentralização económica e residencial, devendo ser simultaneamente preservadas e valorizadas as suas especificidades ambientais, paisagísticas e culturais.

Os estuários do Tejo e Sado são espaços que identificam e diferenciam a Região e a Área Metropolitana pela sua dimensão territorial, pela importância geográfica, histórica, económica e ambiental, porque acolhem os portos de Lisboa e de Setúbal e integram as Reservas Naturais dos estuários do Tejo e do Sado.

Mas os estuários encontram-se numa fase avançada de decadência das actividades e usos tradicionais que marcaram a vida e a paisagem destas áreas ao longo de séculos e pela emergência de novos usos que impõem modificações e adaptações às estruturas e às paisagens tradicionais, exigindo uma acrescida intervenção e controlo públicos sobre as formas e processos de transformação dos espaços estuarinos e das zonas ribeirinhas envolventes.

Esta situação é hoje especialmente evidente no Estuário do Tejo, em resultado da centralidade que este espaço ganhou no conjunto da Região, e em particular da AML, com a construção da

Ponte Vasco da Gama e do Anel de Coima, centralidade que potencia não só a reutilização das áreas ribeirinhas, mas em grande medida, a reestruturação da Área Metropolitana em torno das duas margens do estuário.

#### AML - PONTOS FORTES

- **concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional (capitalidade);**
- **localização das principais infra-estruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa (aeroportos, portos, plataformas logísticas);**
- **sedeação e "densidade" dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico (sistema de ciência e tecnologia, grupos financeiros, multinacionais, categorias sócio-profissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo);**
- **conjunto de equipamentos culturais, desportivos e turísticos, de âmbito regional e nacional;**
- **condições naturais e de património singulares (estuários do Tejo e do Sado, serras da Arrábida e Sintra, extensão e qualidade da orla costeira, etc.).**

#### **AML - PONTOS FRACOS**

- **acentuado desordenamento urbanístico e territorial, com relevância para a desertificação e degradação dos centros históricos;**
- **existência de extensas "manchas" de habitat degradado;**
- **crescimento urbano espacialmente expansivo implicando, por um lado, transformações funcionais que penalizam sistematicamente os usos não urbanos, e por outro, a intensificação e crescente amplitude dos movimentos pendulares diários;**
- **desarticulação e ineficiência do sistema de transportes, tendo em conta nomeadamente as necessidades geradas pelo tipo de crescimento urbano;**
- **fragilidade dos equipamentos e do sistema de saúde;**
- **deficiente gestão dos sistemas naturais, com riscos de degradação;**
- **inexistência de uma identidade regional, socialmente federadora e institucionalmente afirmativa.**

#### **1.6.2. OESTE: SINAIS CONTRADITÓRIOS DE MUDANÇA**

##### **A) URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DIFUSAS**

Em muitos aspectos, nomeadamente no que se refere à crescente procura de residências secundárias ou aos sistemas de produção agrícola dominantes, esta área prolonga para norte as características da coroa periférica da AML. Aqui têm destaque a agricultura (produtos hortícolas, fruta, vinha), a pecuária intensiva (suínos, aves e ovos), os agricultores a tempo parcial e pluriactivos e as explorações fragmentadas de pequena dimensão. Mas o traço mais marcante desta área é a manifestação de processos difusos de urbanização e industrialização. Pequenos centros urbanos (com destaque para o eixo Caldas da Rainha/Alcobaça) e manchas de evidente especialização produtiva (cerâmica, produtos metálicos, calçado, indústrias agro-alimentares, turismo), organizam um território dinâmico, em transformação, sem perder a essência da sua natureza rural.

Apesar de relativamente homogênea, esta sub-região apresenta - como resultado da conjugação de vários factores relacionados com as suas características internas ou com a sua localização - um grau insuficiente de coesão territorial. O predomínio de processos difusos de urbanização e industrialização dificulta a

afirmação de pólos, que, estruturando de forma mais clara o conjunto do território, contribuiriam para lhe conferir uma maior unidade funcional. Por outro lado, a sua localização relativa coloca dois problemas principais: a existência de um corredor multi-modal (IC1) - incompleto do ponto de vista rodoviário e obsoleto no que se refere à ferrovia - e a tensão que resulta de uma posição intermédia entre duas fortes polarizações: Lisboa e Leiria.

A necessária consolidação dos processos difusos de urbanização e industrialização deverá integrar a preservação da faixa litoral, fomentando perfis de especialização económica que permitam uma inserção na lógica metropolitana, baseada na complementaridade e não em mecanismos de expansão urbana extensiva.

## B) DIVERSIDADE PRODUTIVA E IDENTIDADES

O Oeste tem um poder de compra de cerca de metade do da Região, inferior à média nacional, e apesar do esforço da última década, sofre ainda de um défice estrutural de infra-estruturas básicas. Embora tendo uma actividade produtiva diversificada, mantém uma grande desqualificação da mão-de-obra e das próprias actividades e um excesso (ao nível de matérias-primas e dos produtos) de endogeneidade do sistema produtivo.

### INDICADORES CONCELHIOS DO OESTE

Concelhos	População 1997	Taxa de Crescimento Populacional entre 1991 e 97 (%)	Poder de Compra 1997	% População Activa no Sector Terciário 1991	Escolaridade Média e Superior 1991
Alcobaça	55.550	2,1	64,42	32,6	1.743
Alenquer	34.200	0,3	66,58	41,8	959
Arruda dos Vinhos	9.550	2,0	55,73	54,4	244
Bombarral	12.280	-3,5	65,40	42,3	375
Cadaval	13.080	-3,2	48,03	41,5	306
Caldas da Rainha	44.450	2,9	97,67	48,0	2.410
Lourinhã	21.880	1,3	61,12	34,3	482
Nazaré	15.060	-1,7	83,57	48,0	595
Óbidos	11.580	3,5	47,62	33,9	235
Peniche	26.330	1,7	75,48	42,8	792
Sobral M. Agraço	7.070	-2,4	70,72	51,3	154
Torres Vedras	68.260	1,6	75,54	47,1	2.321
<b>Oeste*</b>	<b>319.290</b>	<b>1,1</b>	<b>71,87</b>	<b>42,4</b>	<b>10.616</b>

\* Não inclui o concelho de Mafra

Fontes:

INE, «XIII Recenseamento Geral da População 1991»

INE, «Estimativas de População Residente 1997»

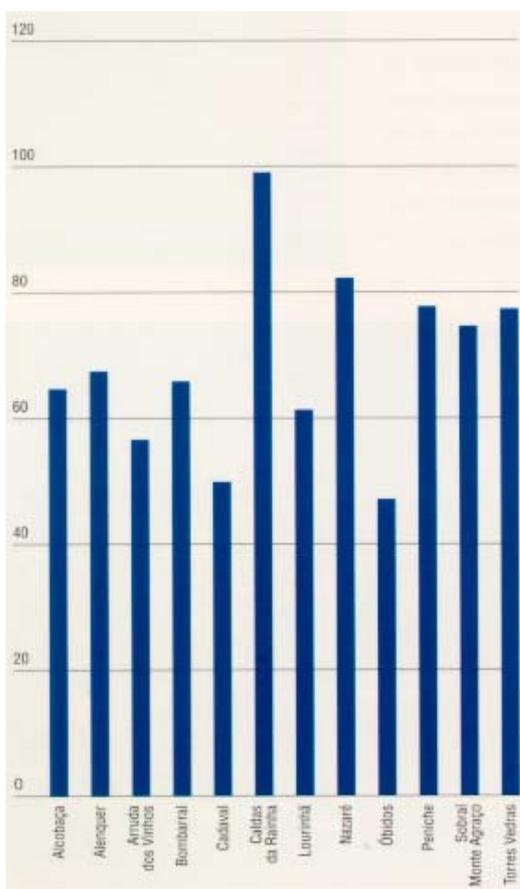
INE, «Estudo sobre o poder de compra concelho 1997»

O Oeste teve, entre 1991 e 1997, uma taxa de crescimento populacional (1,1%), superior à da RLVT (0,7%) e do Continente (0,8%);

O crescimento populacional é mais acentuado nos locais mais urbanizados e as taxas de crescimento negativas verificam-se nos locais mais ruralizados da sub-região;

O Oeste retém a grande maioria da sua população activa empregada e estudante. A sub-região parece funcionar um pouco em "circuito fechado", pois os fluxos pendulares com origem nos concelhos do Oeste têm como destino predominante o próprio concelho ou outros concelhos da sub-região.

### PODER DE COMPRA 1997 - OESTE



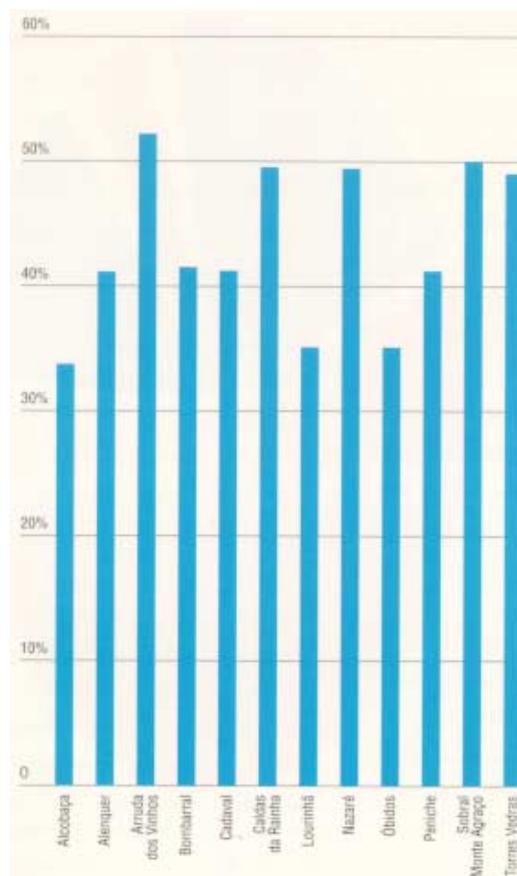
Esta sub-região emerge como uma "área dinâmica". Talvez por isso ela não surja inteiramente integrada ao nível espacial, económico e cultural, quer na Região, quer na sua estruturação interna. A sua especificidade radica precisamente nas dinâmicas de mudança que a atravessam e na procura de caminhos de desenvolvimento que valorizem um património produtivo e cultural diversificado.

O diagnóstico estratégico do Oeste realça quatro traços essenciais, cada um deles constituído por um conjunto de características

que faz com que esta sub-região se reconheça com identidades próprias. São eles:

- acentuada endogeneidade das dinâmicas de mudança, a par de uma estrutura territorial que surge ainda pouco articulada, polarizada por Lisboa, através de uma crescente procura de segunda residência;
- fraca qualificação dos recursos humanos, com a população com baixa taxa de escolaridade e escassez de quadros técnicos e de mão-de-obra qualificada;

### POPULAÇÃO ACTIVA NO SECTOR TERCIÁRIO (1991) - OESTE



- estrutura produtiva diversificada, com fortes traços rurais, pouco internacionalizada e fraca qualificação da mão-de-obra;
- região de fortes identidades locais, tradições culturais e qualidade de vida, mas cuja sedimentação necessita de maior organização e afirmação.

Em termos de área, o Oeste é a terceira das cinco NUTS III em que se divide a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, integrando 12 concelhos, com uma área de 2.220km<sup>2</sup>. Fazendo fronteira com a AML, o Oeste assume-se, contudo, como uma realidade bem distinta. Longe de constituir um território homogéneo, tem como uma das suas características mais marcantes as diversidades a nível económico, empresarial, demográfico, urbanístico, cultural, social e patrimonial.

A organização territorial do Oeste não é tributária de Lisboa, pois verifica-se uma grande endogeneidade dos fluxos pendulares, uma capacidade de fixação da população activa empregada e estudante superior a 90%. No entanto, assiste-se a um forte aumento da procura de residências secundárias por parte da população lisboeta.

Estas características de endogeneidade da sub-região poderão ter várias leituras numa óptica de desenvolvimento. Por um lado, podem significar uma certa capacidade de auto-sustentação e uma dinâmica interna própria;

---

<sup>2</sup> De maior dimensão surgem a Lezíria do Tejo (4.267km<sup>2</sup>) e o Médio Tejo (2.577Km<sup>2</sup>), seguidamente, o Oeste e, por fim, a Península de Setúbal e a Grande Lisboa com áreas respectivamente de 1.519Km<sup>2</sup> e 1.347Km<sup>2</sup>

mas, por outro, dadas as características dos processos produtivos actuais, podem traduzir uma economia "doméstica" de auto-consumo e uma falta de interações com o exterior.

A recente evolução ao nível mundial, assente numa lógica crescente de globalização, acentua, em certa medida, a segmentação do mercado e a interdependência entre as economias, o que remete para novas formas de relacionamento e cooperação inter-territorial e inter-empresas. Sob este ponto de vista, o Oeste deverá reforçar a sua integração no conjunto do espaço regional e, simultaneamente, funcionando como uma rede de cidades, desenvolver a sua centralidade mediante a criação de uma estrutura de serviços, geradora de complementaridades que suportem uma estrutura e um tecido produtivo diversificados.

O Oeste apresenta uma diversificação produtiva e um forte potencial agrícola e turístico. Contudo, coexistem na sub-região actividades em profunda transformação e modernização, a par de actividades em franco declínio e com dificuldades de reconversão.

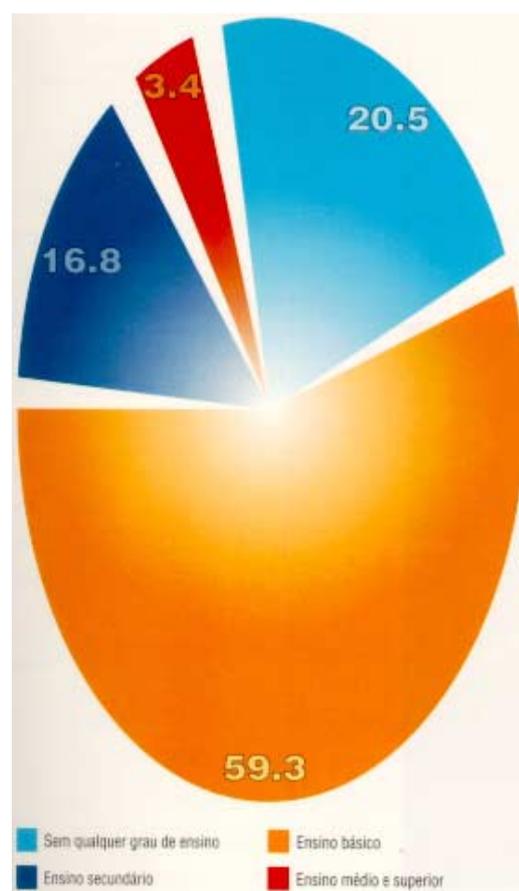
Existem explorações agrícolas de qualidade, com elevados níveis de produtividade, reconhecidas e apreciadas internacionalmente, o que representa um valor acrescentado da sub-região. A actividade industrial, parte activa e integrante da diversidade produtiva, surge como um sector com uma forte tradição local e com um nível de implantação razoável em vários concelhos. Assente fundamentalmente nos recursos naturais e numa mão-de-obra intensiva e pouco qualificada, a actividade industrial do

Oeste enfrenta a necessidade de modernização, de adaptação às novas formas de organização do mercado e de inovação nos processos produtivos.

Uma das principais fragilidades identificadas no Oeste é a fraca qualificação dos recursos humanos e os baixos níveis de instrução da população. Um problema de difícil solução, por serem lentas as inflexões estruturais neste domínio. O dinamismo da estrutura empresarial local constitui um vector-chave de mudança enquanto suporte da capacidade endógena de reconversão produtiva e, em última instância, do potencial de desenvolvimento e de competitividade no contexto nacional e internacional.

Uma terceira dimensão caracterizadora do Oeste relaciona-se com a sua riqueza natural, patrimonial e cultural. A diversidade da paisagem do litoral e do interior, a riqueza arqueológica e arquitectónica, a manutenção de traços culturais de artesanato e de tradições locais e, sobretudo, a riqueza do tecido associativo, têm sido unanimemente reconhecidas, apesar do seu fraco aproveitamento e dos riscos de extinção de parte desse património.

**NÍVEL DE ESCOLARIDADE NA REGIÃO DO OESTE EM 1991 (%)**



Porém, o desenvolvimento do Oeste é claramente desigual, como se pode verificar com o exemplo das Caldas da Rainha que, com

um índice de 97,67<sup>3</sup>, apresenta um poder de compra per capita duas vezes superior ao índice do concelho de Óbidos (47,62).

A maior parte dos indicadores relativos a infra-estruturas e a equipamentos sociais apresentam na última década melhorias significativas, mas demonstram também grandes disparidades entre os núcleos urbanos e as zonas rurais.

#### OESTE - PONTOS FORTES

- **qualidade dos recursos naturais, ambientais e patrimoniais;**
- **vida associativa e tradições sócio-culturais valiosas;**
- **estrutura produtiva diversificada;**
- **elevado potencial agrícola e turístico;**
- **acessibilidades rodoviárias externas em realização.**

#### OESTE - PONTOS FRACOS

- **fragmentação social e territorial;**
- **debilidades institucionais e organizativas;**
- **aspectos ambientais críticos;**
- **acentuada endogeneidade;**

<sup>3</sup> Portugal = 100

- **baixa escolaridade e qualificação da população;**
- **terciarização insuficiente;**
- **fraca internacionalização da economia.**

### 1.6.3. VALE DO TEJO: UM TERRITÓRIO EM MUTAÇÃO

#### A) CONTRASTES GEOGRÁFICOS

Em comparação com a AML e o Oeste, esta sub-região é claramente mais extensa e também, com excepção do núcleo central da região metropolitana, a que apresenta maiores contrastes no seu interior.

O rio Tejo - pelas condições morfológicas e climáticas que cria e pelas diferenças de facilidade de circulação que estimula - é o principal responsável pela forte diversidade das características da sub-região. Assim, convém destacar a zona de solos férteis da Lezíria, o corredor multi-modal que bifurca actualmente perto de Torres Novas e que configura o essencial das acessibilidades intra e inter-regionais e uma parte apreciável das centralidades urbanas do Ribatejo. Por último, a área envolvente às duas subunidades anteriores, com características diferentes em cada uma das margens do rio.

A zona de solos férteis da Lezíria apresenta condições naturais particularmente propícias para uma agricultura irrigável. Factor que, a par de uma estrutura fundiária favorável e de uma boa acessibilidade aos mercados, estimulou o desenvolvimento de sistemas de produção agrícola especializados, com uma forte componente empresarial e com níveis de produtividade e rendibilidade bastante superiores às médias nacionais. No entanto, de um ponto de vista funcional, esta subunidade encontra-se internamente fragmentada: os aglomerados do sector mais a sul da Lezíria tendem a integrar-se cada vez mais na área de influência directa de Lisboa; o sector médio é claramente polarizado por Santarém; finalmente, mais a norte, é visível a influência do eixo Torres Novas/Entroncamento como importante núcleo de emprego e de prestação de bens e serviços.

O actual corredor multi-modal corresponde ao limite norte da sub-área anterior. No futuro, o traçado do IC3 desempenhará um papel simétrico para a margem esquerda e a configuração resultante ampliará a natureza de corredor natural e viário do Vale do Tejo, reforçando, ao mesmo tempo, a coesão interna do conjunto da Lezíria e melhorando as acessibilidades inter-regionais de proximidade (Coimbra via Tomar, por exemplo). Este grande corredor - ligação privilegiada para o Centro / Norte Litoral / Galiza por um lado, e para Castelo Branco / Beira Interior e Vilar Formoso / Espanha / Europa, por outro - apresenta condições excelentes de acessibilidade nacional

e internacional, com particular relevo para o eixo Torres Novas - Entroncamento enquanto plataforma de elevado potencial logístico, pela convergência, a curto prazo, de três itinerários importantes (IP1, IP6 e IC3) e da linha de caminho-de-ferro.

A área da bacia do Tejo integrada na RLVT e que envolve geograficamente os espaços férteis da Lezíria inclui situações contrastadas. Os lugares com melhores condições de acessibilidade e maior desenvolvimento urbano - caso de parte dos municípios do Médio Tejo - que já hoje apresentam níveis de vida e de crescimento económico mais favoráveis continuarão por certo a destacar-se positivamente. Pelo contrário, nas áreas marcadas por um maior encravamento geográfico, relevo acentuado, solos pobres e crise de actividades tradicionais, tenderão a alargar-se as bolsas de declínio demográfico e sócio-económico, bem como as manchas de ocupação predominantemente florestal, agravando-se assim os contrastes de condições de vida e de potencial de desenvolvimento, tendo como consequência as dependências - quer no seu interior, quer na relação com a metrópole - já hoje existentes. Deste ponto de vista, alguns espaços intersticiais entre o Maciço Calcário Estremenho / Montejunto e o IP1, a zona mais montanhosa do Médio Tejo e parte da margem esquerda, revelam uma situação particularmente crítica e necessitada de especial atenção.

A natureza radiocêntrica do sistema viário principal e a própria morfologia da Região

(alinhamento do Maciço Calcário Estremenho, rio Tejo) não têm favorecido as ligações transversais - como curiosamente demonstra a localização das suas principais áreas protegidas nos espaços de transição entre diferentes subunidades. Deste ponto de vista, e com o objectivo de favorecer uma maior coesão territorial do conjunto da Região, importa concretizar ligações transversais com capacidade estruturante, as quais, em articulação com os principais eixos viários longitudinais,

deverão constituir uma malha reticular que enquadre as ligações de nível mais local e facilite os contactos com o exterior da Região.

#### **B) DIVERSIDADE, DINAMISMO E VULNERABILIDADE**

As NUTS III Lezíria do Tejo<sup>4</sup> (4.267 km<sup>2</sup> e 230.100 habitantes, em 1997) e Médio Tejo (2.577 km<sup>2</sup> e 224.620 habitantes, também em 1997) representam uma parcela importante não só da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (57,4% da área e 13,7% da população), mas também do país. Repare-se que, se tomadas isoladamente, estas subunidades têm uma dimensão demográfica aproximada das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e, em conjunto, alcançam uma população idêntica à do Alentejo e bastante superior à do Algarve.

<sup>4</sup> Por razões estatísticas, os valores da NUTS III Lezíria do Tejo referidos neste texto incluem o concelho de Azambuja.

Em alguns aspectos particulares, no entanto, a sua importância estratégica é mesmo bastante superior à sua relevância demográfica, conforme adiante se verá.

Em diversos domínios, contudo, estas duas subunidades apresentam os valores mais desfavoráveis da RLVT, evidenciando problemas estruturais idênticos aos que se verificam nas regiões menos desenvolvidas do país. É verdade que esta afirmação é particularmente adequada para bolsas circunscritas existentes no interior de cada uma destas NUTS III, mas ela pode também ser detectada com base em indicadores de nível concelhio. Uma leitura sumária de alguns desses indicadores permite identificar os traços mais marcantes da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, em termos de perfis de desenvolvimento, face ao conjunto da Região em que se integram. Analisemos, de forma selectiva, alguns deles.

Estas duas subunidades caracterizam-se globalmente, do ponto de vista demográfico, por um ligeiro declínio do total de habitantes (1,2% entre 1991 e 1997 em ambas as NUTS III), por uma população cada vez mais envelhecida (resultado de taxas de natalidade inferiores à média da RLVT) e por uma crescente concentração do povoamento.

## INDICADORES CONCELHIOS DO VALE DO TEJO

Concelhos	População 1997	Taxa de Crescimento Populacional entre 1991 e 97 (%)	Poder de Compra 1997	% População Activa no Sector Terciário 1991	Escolaridade Média e Superior 1991
Almeirim	21.370	-0,05	75,43	41,3	816
Alpiarça	7.350	-4,7	63,05	35,8	238
Benavente	20.580	12,2	95,94	45,8	602
Cartaxo	22.270	0,01	74,36	48,0	917
Chamusca	11.450	-6,8	46,77	33,0	252
Coruche	21.970	-7,0	55,24	36,7	650
Golegã	5.920	-2,5	61,39	51,0	246
Rio Maior	20.050	-0,3	70,95	39,1	598
Salvaterra de Magos	19.060	0,4	55,77	34,8	449
Santarém	60.490	-3,4	84,94	57,4	4.074
<b>Lezíria do Tejo*</b>	<b>210.510</b>	<b>-1,4</b>	<b>73,23</b>	<b>45,3</b>	<b>8.842</b>
Abrantes	44.180	-3,3	64,00	51,3	2.194
Alcanena	14.380	0,1	75,32	31,2	578
Constância	4.390	5,3	58,16	55,1	177
Entroncamento	15.770	10,9	125,55	85,6	1.434
Ferreira do Zêzere	9.070	-8,9	45,89	32,9	112
Gavião	5.170	-12,7	41,07	46,4	91
Ourém	41.240	2,6	72,59	44,6	1.325
Sardoal	4.010	-9,5	53,27	45,6	101
Tomar	42.490	-1,5	78,99	55,6	2.329
Torres Novas	36.640	-2,8	70,18	52,5	2.035
Vila N. da Barquinha	7.280	-3,6	51,07	72,5	394
<b>Médio Tejo</b>	<b>224.620</b>	<b>-1,2</b>	<b>72,25</b>	<b>51,7</b>	<b>10.770</b>
<b>Vale do Tejo</b>	<b>435.130</b>	<b>-1,3</b>	<b>72,72</b>	<b>48,4</b>	<b>19.612</b>

\* Não inclui o concelho de Azambuja

Fontes:

INE, «XIII Recenseamento Geral da População 1991»

INE, «Estimativas de População Residente 1997»

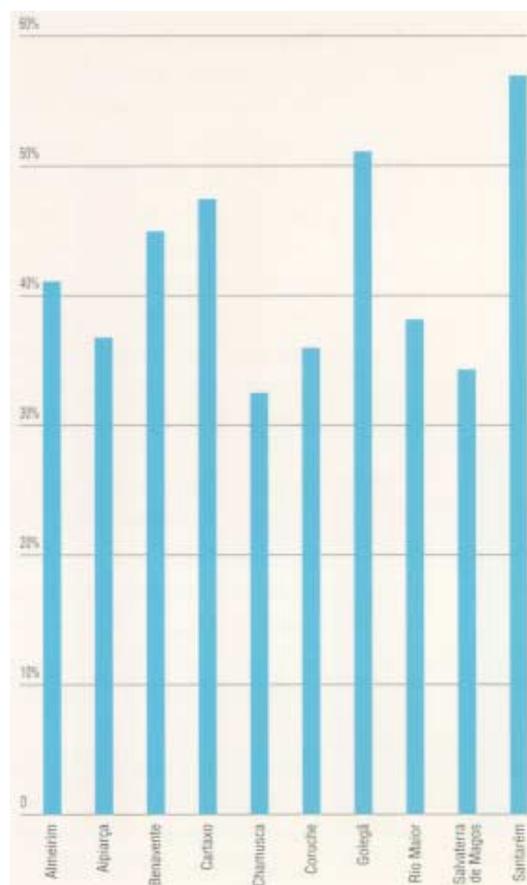
INE, «Estudo sobre o poder de compra concelho 1997»

Estes traços gerais não devem, no entanto, fazer esquecer a existência de disparidades internas significativas. Como sucede em tantos outros domínios, os valores mais positivos ocorrem nos concelhos com maior grau de urbanização, nas áreas onde mais se faz sentir a influência directa da metrópole de Lisboa, ou ainda nos municípios que, não partilhando de forma relevante de qualquer das duas características anteriores, revelam um assinalável dinamismo económico, em geral, e industrial - caso de Ourém, por exemplo - em particular. Em situação oposta, colocam-se as áreas rurais mais pobres e de localização mais marginal, onde o despovoamento e o envelhecimento alcançam uma expressão próxima da que se verifica em zonas do interior do país.

Do ponto de vista da actividade económica, esta sub-região é marcada por três aspectos principais: diversidade, dinamismo e vulnerabilidade.

No que se refere à diversidade, saliente-se que, embora o sector terciário domine quer em termos de emprego quer de VAB, existem perfis locais de especialização que apontam para uma complementaridade produtiva potencialmente positiva:

#### POPULAÇÃO ACTIVA NO SECTOR TERCIÁRIO (1991) LEZÍRIA DO TEJO



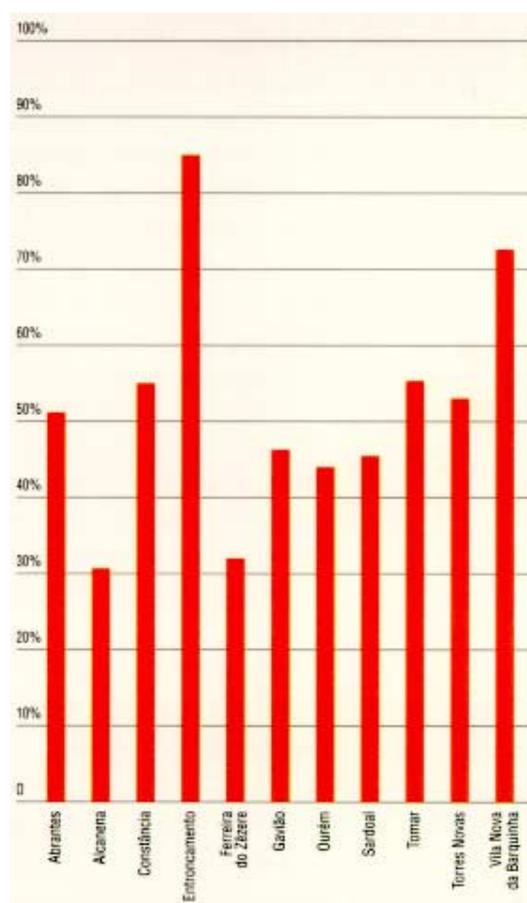
importância das actividades agrícolas, sobretudo na margem esquerda da Lezíria; ocorrência de eixos (Azambuja - Santarém; Alcanena - Constância) e de pólos industriais (Abrantes, Tomar, Ourém, Rio Maior) com perfis bastante distintos tanto no que se refere aos sectores dominantes (indústrias agro-alimentares, metalomecânicas e de material de transporte, curtumes, madeira, papel, etc.), como no que concerne ao tipo de dinâmicas em que se

baseiam - endógenas nuns casos; exógenas com base em Lisboa, noutros ; relevo do turismo rural, histórico-cultural e religioso, etc.

Quanto à ideia de dinamismo, ela encontra-se bem reflectida nas elevadas taxas de criação de empresas. Entre 1991 e 1995, o crescimento anual do número de empresas foi cerca de 1,7 vezes superior à média do continente (9,9% na Lezíria e 10,5% no Médio Tejo contra 5,9% no continente) e quase duas vezes a média (5,5%) da RLVT.

Finalmente, a vulnerabilidade da base económica das duas subunidades revela-se em diversas características, tanto da estrutura empresarial (peso excessivo de microempresas, debilidade organizacional e tecnológica, etc.), como do emprego (estrutura negativa dos níveis de instrução equalificação, por exemplo), ou ainda dos padrões de excessiva especialização da base económica de alguns dos municípios.

#### POPULAÇÃO ACTIVA NO SECTOR TERCIÁRIO (1991) MÉDIO TEJO

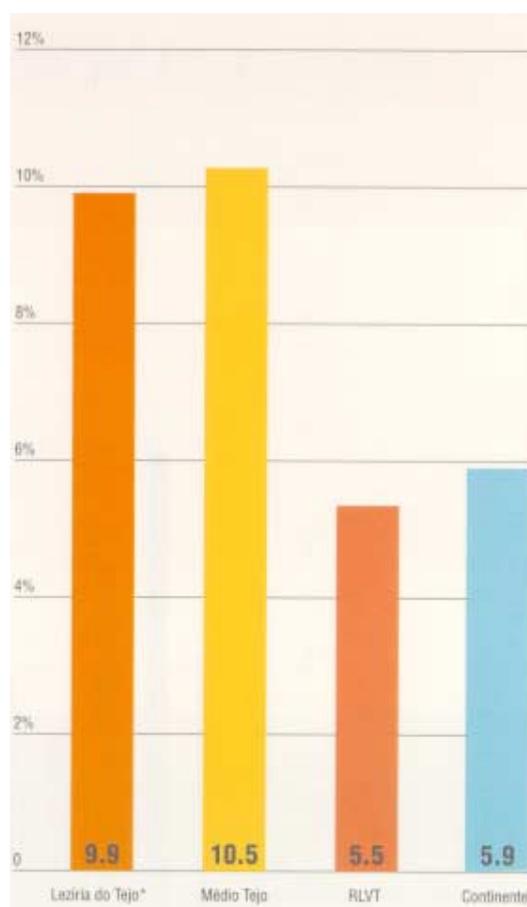


O índice de poder de compra constitui um bom indicador-síntese das características demográficas, do emprego e da estrutura empresarial anteriormente referidas. As estimativas efectuadas para o ano de 1997 atribuíam um valor per capita, tendo por base a referência 100 para o conjunto do país, de 142,94 para a RLVT e de apenas 72,14 para a Lezíria do Tejo e 72,25 para o Médio Tejo.

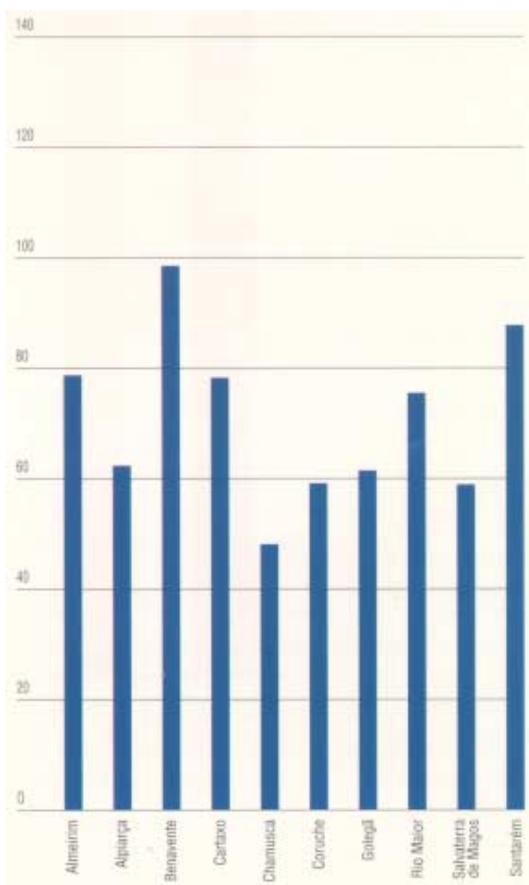
As disparidades internas nestas duas NUTS III são no entanto muito significativas, sublinhando uma vez mais os contrastes que se verificam em termos de condições de vida e de desenvolvimento entre os concelhos mais urbanizados (Entroncamento: 125,55; Santarém: 84,94), ou com melhor acessibilidade a Lisboa (Benavente: 95,94), por um lado, e os municípios com condições naturais e de localização mais deficientes (Sardoal: 53,27; Gavião: 41,07). A título comparativo, refira-se que o respectivo índice para o concelho de Lisboa era, nesse mesmo ano, de 314,20.

Pela sua capacidade de síntese, o indicador de poder de compra traduz bem o posicionamento global da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo no contexto nacional, que podemos classificar de médio-baixo, e o leque interno de disparidades, que é relativamente elevado.

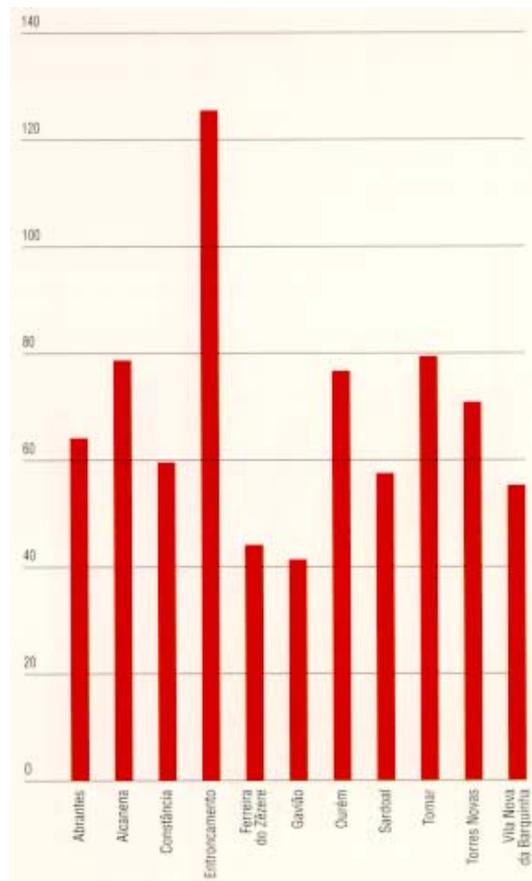
#### CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NUMERO DE EMPRESAS ENTRE 1991 E 1995



**PODER DE COMPRA 1997 – LEZÍRIA DO TEJO**



**PODER DE COMPRA 1997 – MÉDIO TEJO**



A maior parte dos restantes indicadores disponíveis, das infra-estruturas básicas aos equipamentos sociais, das acessibilidades aos factores externos de competitividade ou de qualidade ambiental, reforça a natureza estrutural das dinâmicas e dos contrastes apontados nos parágrafos anteriores.

Assim sendo, os traços essenciais destas duas subunidades não deixam de reproduzir a imagem de diversidade positiva (complementaridades a explorar) e negativa (disparidades a combater), identificada para o conjunto da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, embora numa escala menos acentuada e com valores que podem ser classificados como médio-baixos.

#### **VALE DO TEJO - PONTOS FORTES**

- **posição geoestratégica e acessibilidades externas face à AML, ao país e aos principais corredores de acesso à Europa;**
- **sistema de cidades intermédias atractivas, com apreciável qualidade urbana e valores patrimoniais;**
- **elevado potencial agro-florestal e industrial;**
- **diversidade e riqueza do património natural, cultural, histórico, paisagístico e rural;**
- **elevado potencial turístico e de lazer;**
- **Associações de Municípios e Associações Empresariais activas e bom relacionamento institucional.**

#### **VALE DO TEJO - PONTOS FRACOS**

- **sistemas de Ensino Superior, de Formação Profissional e de actividades de I&D;**
  - **rede e Sistema de Transportes (PRN e rede capilar);**
  - **protecção ambiental (saneamento básico e fertilizantes);**
  - **rede de equipamentos (cultura, desporto, habitação);**
  - **estrutura empresarial e estratégias de internacionalização.**
- **Não inclui o concelho de Azambuja**

## 1.7. CAPACIDADES E RECURSOS

### 1.7.1. RLVT: O QUE FAZ

A RLVT apresenta uma trajectória e uma identidade específicas no contexto nacional que lhe conferem características claramente diferenciadas das restantes regiões, comportando um potencial de cooperação e de divergência que interessa compreender e valorizar.

#### INDICADORES REGIONAIS - NUTS II

INDICADORES REGIONAIS	CONTINENTE	NORTE	%	CENTRO	%	LISBOA E VALE DO TEJO		%	ALENTEJO	%	ALGARVE	%
Área (Km2)	88.796	21.278	24,0	23.668	26,7	11.930	13,4	26.931	30,3	4.989	5,6	
População (1997)	9.454.240	3.561.820	37,7	1.710.390	18,1	3.319.860	35,1	514.790	5,4	347.380	3,7	
VABpm - 10*6 esc.(1995)	13.924.480	4.554.779	32,7	2.141.181	15,4	6.091.800	43,7	635.277	4,6	501.443	3,6	
PIB per capita - 10*3 esc. (1995)	1.612	1.409		1.363		2007		1.316		1.585		
RDB* das Famílias - 10*6 esc. (1995)	10.762.332	3.583.212	33,3	1.811.004	16,8	4.461.911	41,5	505.666	4,7	400.539	3,7	
Emprego (1998)	4.526.500	1.715.600	37,9	912.100	20,2	1.534.300	33,9	209.800	4,6	154.700	3,4	
Comércio Internacional (exportações) - 10*6 esc. (1997)	4.168.048	1.891.393	45,4	606.331	14,5	1.558.377	37,4	101.071	2,4	10.876	0,3	
População activa (1998) milhares	4765.8	1803.7	37,8	935.4	19,6	1633.7	34,3	228.3	4,8	164.7	3,5	
Produtividade 10*3 esc (1995)	3284	2906		2784		3911		3379		3180		

\*RDB - Rendimento Disponível Bruto

Fontes:

INE.REFTER - Sistema de Gestão de Nomenclaturas Territoriais, 1995

INE. Estimativas de População Residente, 1997

INE. Contas Regionais, 1995

INE. Inquérito ao Emprego para a NUTS II, média anual 1998

INE. Anuários Estatísticos Regionais, 1998

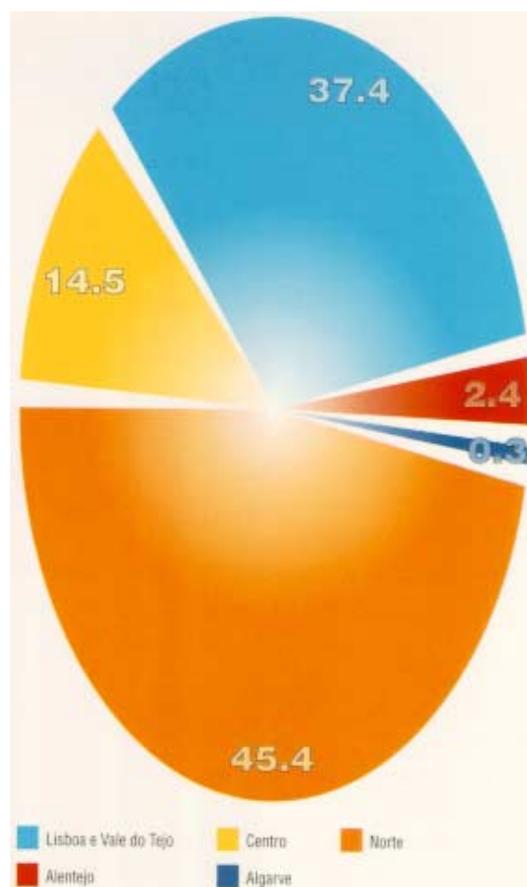
## A) ESPECIALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE

A especialização da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, se analisada de acordo com os diferentes factores de competitividade em termos de concorrência internacional, faz sobressair uma significativa diferenciação em relação às outras regiões que polarizam a maior parte da base industrial do país: uma presença mais forte das indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de Investigação e Desenvolvimento (I&D) ou da diferenciação do produto como factores competitivos; uma presença muito mais fraca das indústrias que se organizam, enquanto factor competitivo, em torno do baixo custo do trabalho.

A melhor qualidade, no contexto nacional, da especialização de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo é ainda revelada pelo facto de ser a região do país com uma presença mais forte das indústrias de médio-alto e alto nível tecnológico.

A RLVT apresenta, ao longo da década de 90, uma produtividade global superior à média do continente em cerca de 20%. A comparação da produtividade dos vários sectores de actividade revela um forte grau de homogeneidade nesta Região, em especial na Grande Lisboa e na Península de Setúbal.

### COMÉRCIO INTERNACIONAL EXPORTAÇÕES - 1997 (%)



## PRODUTIVIDADE - 1995



Unidade: milhares de escudos

Encontramos assim nesta Região uma dinâmica relativamente completa e diversificada de articulação entre economias de escala e de aglomeração, entre consumo de bens e de serviços, entre estratégias e comportamentos empresariais de custo e de qualidade.

### B) ACTIVIDADES: EVOLUÇÃO E DIVERSIDADE

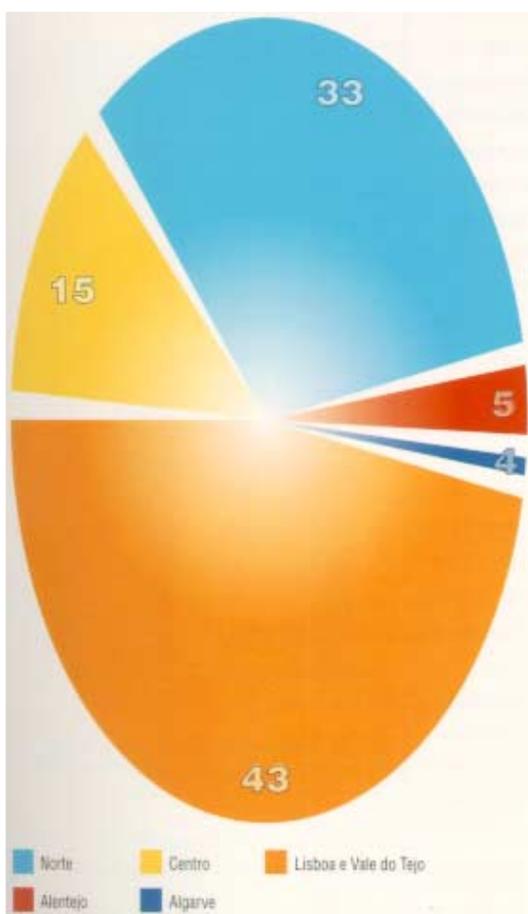
A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo surge como o grande pólo de consumo da sociedade portuguesa, quer na dimensão quantitativa da população (com os seus 3,3 milhões de habitantes) e do poder de compra (40 a 45% acima da média nacional), quer na dimensão qualitativa da difusão de novos modelos de consumo e novas formas de distribuição. Constitui, aliás, o único caso que apresenta massa crítica suficiente para que a sua dinâmica interna de consumo possa ser considerada como um factor estratégico relevante para o seu desenvolvimento.

A RLVT apresenta, face à realidade global do continente, uma nítida especialização nos serviços financeiros e nos serviços às famílias e às empresas, surgindo como a única região que possui - nomeadamente no que respeita aos sectores industrial e de serviços - uma base de actividades suficientemente equilibrada.

Não sendo o principal pólo de exportação de mercadorias - que é constituído pela Região

Norte, com cerca de metade do total nacional - a RLVT representa, embora com apenas um pouco mais de 1/3 do total nacional, um modelo de internacionalização onde o investimento directo estrangeiro assume grande relevância em relação à satisfação da procura e do consumo interno de bens e serviços.

#### VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO (VABPM) - 1995 (%)



Pela sua importância na estrutura sócio-económica da Região, pela sua singularidade nos contextos nacional e internacional, ou pelo seu potencial estratégico, caracterizam-se, de seguida, alguns sectores.

#### C) UM IMPORTANTE SECTOR AGRO-FLORESTAL

O sector agro-florestal da RLVT representa apenas 2,4% do Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado e 5,0% da população activa no plano regional. No entanto, a agricultura da RLVT assume uma importância bastante significativa no conjunto do sector agrícola do continente. Em 1994, foi responsável por 30,4% da produção agrícola e por 26,6% do Valor Acrescentado Bruto do conjunto do sector agrícola do continente, apesar de apenas integrar 17,3% do número total de explorações agrícolas, 16,4% do número total de unidades de trabalho agrícola/ano (UTA) e 12,7% da superfície agrícola utilizada (SAU).

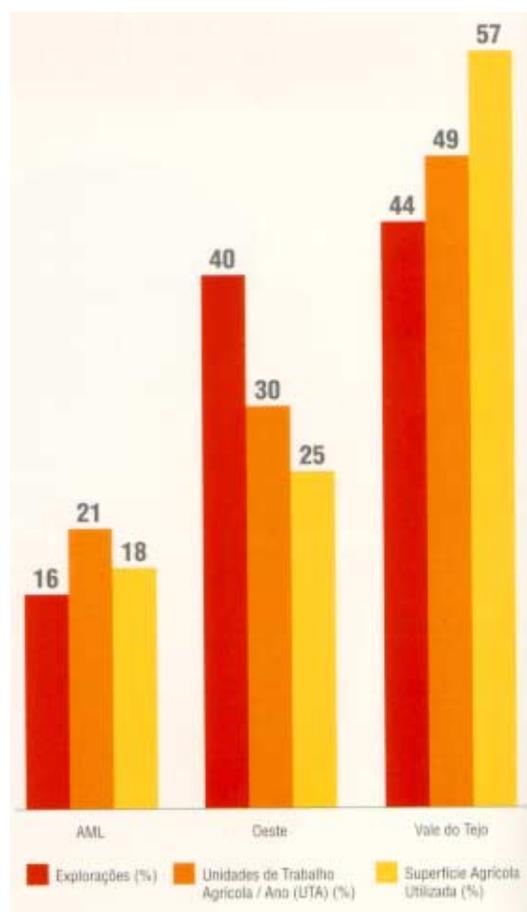
Os dados referentes ao período 1986-94 permitem-nos concluir que a agricultura da RLVT apresentou um crescimento económico claramente superior ao do conjunto da agricultura do continente. O crescimento do rendimento do trabalho agrícola, medido através do valor acrescentado líquido a custo de factores por unidade de trabalho agrícola/ano (VALcf/UTA) a preços reais, foi, no período em causa, 2,75 vezes superior na RLVT relativamente ao continente, apesar da evolução verificada quanto

às ajudas directas à produção ter sido cerca de três vezes inferior e ter sido praticamente idêntica no que respeita à mão-de-obra agrícola utilizada anualmente.

Importa ainda sublinhar que os acréscimos de produção e valor acrescentado se verificaram no contexto de uma relativa estabilidade quanto ao tipo de ocupação cultural e de quebras acentuadas no valor real dos preços dos produtos agrícolas. Este facto indicia ganhos de produtividade significativos, alcançados pelos sistemas de produção agrícola (SPA) durante os últimos anos.

Em 1995, existiam na RLVT cerca de 71,4 milhares de explorações agrícolas que davam emprego a 88,2 milhares de UTA e ocupavam 483 milhares de hectares de SAU, com a seguinte repartição sub-regional:

## EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS



Apesar de, nos últimos anos, se ter vindo a registar um crescimento sustentado da área média das explorações agrícolas, ela é ainda relativamente reduzida (6,8 ha/exploração) e inferior à SAU média no Continente (9,3 ha) e na União Europeia (17,5 ha). Para além disso, a sua distribuição por classes de área revela uma estrutura desequilibrada, uma vez que 90% das explorações têm uma dimensão inferior a 10 hectares e ocupam apenas 35% da SAU total da

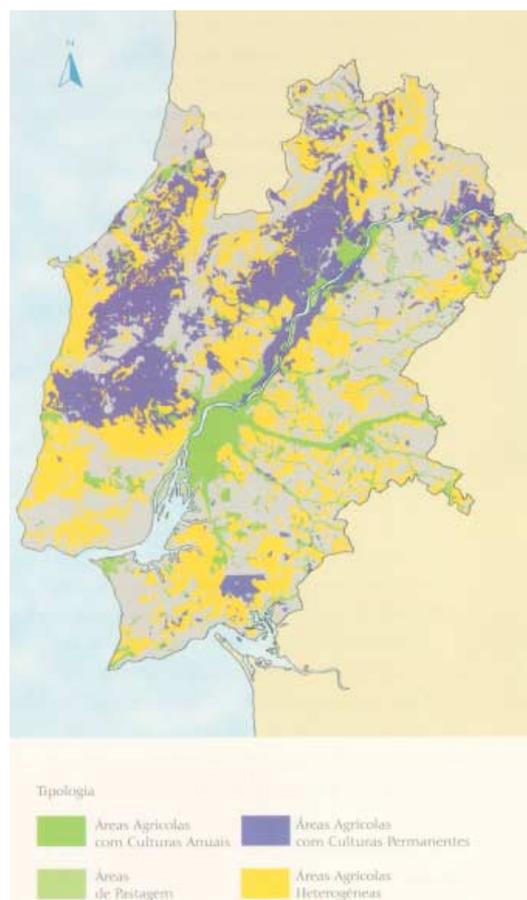
Região, enquanto apenas 0,7% têm uma SAU superior a 100 hectares mas ocupam uma área idêntica à anterior.

A grande maioria da população activa agrícola da Região encontra-se integrada em explorações familiares, está bastante envelhecida e apresenta um grau de qualificação profissional relativamente reduzido. Para além disso, caracteriza-se pelo elevado grau de pluriactividade das explorações que integram, das quais apenas 13% têm a actividade agrícola como única fonte de rendimento, 19% como principal fonte de rendimento e 68% em que o rendimento dos respectivos agregados familiares é maioritariamente proveniente do exterior das explorações através da pluriactividade dos seus activos.

#### OCUPAÇÃO ESTÁVEL E DIVERSIFICADA

A ocupação agro-florestal do território da Região tem sido relativamente estável ao longo da última década, caracterizando-se pela importância significativa da área dedicada às matas e florestas dentro e fora das explorações agrícolas, bem como às áreas afectas às culturas aráveis de regadio e às culturas permanentes, de entre as quais se destaca uma apreciável extensão de vinha, de olival e de pomares de frutos frescos.

#### OCUPAÇÃO AGRÍCOLA



No contexto da agricultura do continente, a importância da área agrícola da RLVT é sobretudo relevante no que respeita às hortícolas (63,4% da correspondente área total), aos pomares (50,4%) e vinha (27%), bem como ao sector animal, em particular nos subsectores da produção de suínos, aves e ovos (respectivamente 48,1 e 46,4% do valor da produção).

Na sub-região do Oeste, dominam os solos de baixa capacidade de uso agrícola, frequentemente declivosos e ocupados predominantemente por culturas permanentes razoavelmente intensivas (pomares e vinha) e por sistemas orientados para a policultura. A pecuária intensiva é aí uma actividade significativa e a floresta está normalmente presente, em povoamentos dispersos ou em povoamentos puros, dominados quer por pinheiros, quer por eucaliptos.

#### A FLORESTA NA RLVT



Unidade:hectares

O sector agro-florestal é razoavelmente homogéneo no interior de cada sub-região mas substancialmente distinto entre elas.

A sub-região do Vale do Tejo reparte-se essencialmente em três unidades distintas: o Campo, a Charneca e o Bairro.

No Campo dominam as terras baixas planas situadas nas duas margens do rio Tejo. As culturas arvenses de regadio e a vinha são as

culturas dominantes, tendo-se assistido, nos últimos anos, a uma enorme expansão do milho de regadio e das culturas horto-industriais.

Na Charneca, onde as altitudes e o relevo são mais acentuados e os solos menos férteis do que no Campo, domina uma ocupação agro-florestal, com montados de sobro e uma grande diversidade de outras espécies arbóreas e florestais, coexistindo com culturas arvenses de sequeiro e pastagens para a criação animal extensiva.

Tem-se assistido nos últimos anos a uma nítida expansão do eucaliptal, à custa dos montados e dos pinhais.

No Bairro, a paisagem é fortemente marcada pela vinha, olival e pelo figueiral, com culturas arvenses de sequeiro sob-coberto, se bem que seja visível o seu declínio e a sua substituição tendencial por culturas arvenses de regadio e por floresta, sobretudo de pinheiros e eucaliptos.

A Área Metropolitana de Lisboa, fortemente influenciada pela concentração urbana e industrial, ainda mantém, apesar disso, alguma actividade agrícola crescentemente reduzida e orientada predominantemente para a produção, no litoral, de produtos frescos, vinha e pecuária intensiva. No interior desta zona, quer a norte quer a sul do rio Tejo, a paisagem é bastante mais arborizada, com actividades mistas mais extensivas, onde as áreas de vinha e olival são significativas.

Tomando como base a orientação produtiva dominante dos respectivos sistemas de produção, as explorações agrícolas da Região

podem ser classificadas em oito grupos cuja representatividade se caracteriza, no essencial, por:

- uma predominância das explorações agrícolas em que as culturas arvenses constituem a orientação produtiva dominante, cujo valor acrescentado bruto a custo de factores (VABcf) representa 41% do correspondente valor regional;
- uma importância significativa das explorações agrícolas orientadas predominantemente para a produção hortícola, vitícola e frutícola, que no seu conjunto representam 28% do VABcf regional;
- a importância relativamente significativa das explorações agrícolas com sistemas de produção diversificada, cujas ajudas directas obtidas são proporcionalmente mais elevadas (24%) do que a sua representatividade quanto ao VAB a custo de factores (10%);
- a relativamente reduzida expansão assumida pelas explorações agrícolas com sistemas de produção pecuária com terra, que no seu conjunto representam 21% do VABcf da RLVT.

Tendo em conta a orientação dominante da maioria dos sistemas de produção agrícola, é de prever que o impacto resultante das pressões da reforma da PAC venha a implicar algumas alterações no potencial produtivo sub-regional e consequentemente, na ocupação dos solos agrícolas e no ordenamento do território.

No entanto, as boas condições ecológicas e as infra-estruturas de rega que caracterizam uma

parte significativa das áreas ocupadas por culturas arvenses de regadio, conjugadas com a importância já assumida pela produção hortícola, vitícola e frutícola, irão facilitar um processo de reconversão produtiva orientado para actividades e sistemas de produção menos dependentes de ajudas públicas e, portanto, potencialmente mais competitivos em mercados agrícolas cada vez mais alargados e concorrenciais.

### **TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**

---

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo dispõe do mais importante e diversificado sector agro-industrial e comercial do país. Apesar disso, trata-se de um sector muito pouco homogéneo, com características diversas em cada um dos sub-sectores que o integram. É frequente coexistirem, no mesmo sub-sector, um grande número de unidades tecnologicamente pouco desenvolvidas e de fraca dimensão económica, com um pequeno número de médias e grandes unidades de capacidade económica e níveis tecnológicos aceitáveis.

Esta situação é característica dos sectores do vinho, da carne e ovos, do azeite, das frutas e dos produtos hortícolas (comercialização e transformação) e até da cortiça, mas é menos frequente no sector horto-industrial (particularmente no sector da transformação do tomate), no do açúcar de beterraba (apenas uma grande unidade em Coruche), no dos óleos alimentares, no do leite e lacticínios e no sector da secagem e armazenagem de cereais, que se

expandiu a par do grande desenvolvimento da cultura do milho.

Na área da comercialização, tem vindo a ocorrer uma profunda transformação, alterando a estrutura da distribuição e todo o circuito tradicional de mercado que, a não ser tida em conta, continuará a provocar o desaparecimento de muitas unidades cujo perfil e função não se ajustam às novas realidades.

No entanto, ainda que estes novos circuitos concentrados de distribuição possam, numa primeira fase, dificultar o escoamento da produção regional, na medida em que se trata de circuitos muito exigentes em condições contratuais e permeáveis às importações, eles podem constituir uma excelente oportunidade e uma vantagem comparativa para a produção que lhes está fisicamente próxima.

É sobretudo nas áreas da qualidade, da diversificação dos produtos e na organização e gestão comercial e empresarial que as deficiências do sector são mais salientes e onde um maior esforço de investimento e de organização deve prioritariamente incidir, quer para a defesa das posições da Região, quer para a conservação e expansão das posições nacionais nos mercados externos.

### **PROBLEMAS AGRO-AMBIENTAIS**

---

Em consequência do processo de intensificação tecnológica que tem caracterizado a evolução dos sistemas de produção agro-florestal e agro-

industrial, tem-se verificado em extensas áreas da RLVT, um acentuado crescimento dos desequilíbrios agro-ambientais, particularmente os associados com o sistema hidrográfico que domina a Região e com a grande sensibilidade dos ecossistemas naturais aí existentes<sup>5</sup>.

São fundamentalmente três os aspectos centrais da problemática agro-ambiental regional:

- a) a poluição de origem agrícola e agro-industrial;
- b) a paisagem natural nas suas relações com as mudanças na agricultura;
- c) a manutenção da bio-diversidade e dos habitats para a vida selvagem, no seu relacionamento com as práticas agrícolas.

Dois tipos de atitudes se impõem no contexto da evolução da agricultura regional. Por um lado, a compatibilização das tecnologias de produção com a necessidade de evitar os riscos de uma crescente poluição de origem agrícola e agro-industrial e, por outro, a viabilização de sistemas de produção agro-florestal, capazes de assegurar uma adequada valorização dos recursos ambientais e paisagísticos.

Em ambos os casos, torna-se indispensável a existência de um código de procedimentos e de práticas agrícolas, bem como um sistema de incentivos adequado, o qual poderá, em grande parte, ser equacionado no contexto das chamadas medidas agro-ambientais.

<sup>5</sup> Destacam-se os problemas da erosão e empobrecimento dos solos, especialmente no Oeste, e a contaminação das águas quer superficiais, quer subterrâneas, pelos agro-químicos e pelas agro-indústrias, um pouco por toda a Região. Casos paradigmáticos são os das ribeiras do Oeste poluídas pelas pecuárias intensivas, o Alviela pelos curtumes, o Almonda pela indústria do azeite e do tomate, a bacia inferior do Tejo pelas escorrências agrícolas da Lezíria.

## D) TURISMO E LAZER

A designada "sociedade do lazer" avança e um dos seus principais reflexos é o incremento do turismo. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, este sector representava em 1997, ao nível mundial, 10,7% do PIB, constituindo-se assim como o principal sector económico. As taxas de crescimento anuais têm sido elevadas (mais de 6%), prevendo-se que em 2010 o turismo alcance 12% do PIB global.

Portugal posiciona-se já como um dos principais países turísticos do mundo (16º lugar em 1997) e a importância do sector para a economia e a sociedade portuguesas é bem ilustrada pelos seguintes indicadores:

### INDICADORES DO TURISMO EM PORTUGAL (1997)

Visitantes (10 <sup>6</sup> )	Turistas (10 <sup>6</sup> )	Contribuição para o PIB	Camas
24,1	10,1	15,04%	211.315

As perspectivas de incremento do turismo e do lazer para as próximas décadas, as condições naturais, logísticas e de acolhimento da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, bem como as suas tradições neste domínio, fazem com que o turismo deva ser encarado como uma das suas principais actividades económicas

#### **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO TURISMO NA RLVT**

- **forte incremento da capacidade hoteleira e de alojamento complementar em zonas de sol, mar e praia;**
- **crescimento muito intenso da capacidade hoteleira na cidade de Lisboa;**
- **expansão do segmento de Feiras, Congressos, Conferências e Reuniões;**
- **forte expansão da imobiliária de lazer;**
- **crescimento da oferta turística e recreativa em meio natural e rural.**

As políticas do turismo e do lazer têm de ser estreitamente articuladas e compatibilizadas com a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do território, ou seja, integradas numa política de desenvolvimento regional sustentável. Na Região, o grande turismo tem sido concentrado na faixa costeira, com resultados por vezes negativos sobre o litoral e, nalguns casos, sobre o próprio turismo.

Por outro lado, há que equacionar a nova tendência para o "turismo de segunda habitação", um pouco por toda a Região mas especialmente relevante no interior da Península de Setúbal, em Sintra e no litoral a norte de Lisboa. De facto, nestas zonas a diferença entre o "urbano" e o "turístico" esbate-se e fará cada vez mais sentido tratá-los de igual modo em sede

de regras urbanísticas e de ordenamento do território.

## DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO TURISMO

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
GRANDE LISBOA	<p>Imagem e notoriedade da Cidade de Lisboa, da Costa do Estoril e de Sintra</p> <p>Eventos, animação cosmopolita e diversão nocturna</p> <p>Museus, monumentos e espectáculos</p> <p>Congressos, exposições e feiras</p> <p>Estuário do Tejo, recreio e desportos náuticos</p> <p>Praias</p> <p>Capacidade e diversidade hoteleira/oferta de restauração</p> <p>Comércio tradicional e moderno</p>	<p>Desordenamento urbano, limpeza, ruído e congestionamento de tráfego</p> <p>Algumas acessibilidades (vd. Sintra)</p> <p>Acesso não controlado ao Parque Natural de Sintra - Cascais</p> <p>Perda do Grande Prémio de Fórmula 1</p>	<p>Crescimento dos segmentos de "estada em trânsito", congressos, golfe e outros desportos e turismo sénior</p>	<p>Massificação da qualidade dos espaços de recreio</p>
PENÍNSULA DE SETÚBAL	<p>Costa marítima, praias e estuários</p> <p>Golfe</p> <p>Paisagem natural</p> <p>Proximidade de Tróia</p> <p>Parque hoteleiro e gastronomia</p>	<p>Desordenamento urbano, limpeza, ruído e congestionamento de tráfego</p> <p>Acessibilidades e circulação interna</p> <p>Degradação das margens e poluição dos Estuários do Tejo e do Sado</p>	<p>Crescimento do segmento golfe</p> <p>Crescimento da procura de recreio e lazer pela população residente na Área Metropolitana</p> <p>Melhoria recente da acessibilidade a Lisboa</p>	<p>Massificação e degradação da qualidade dos espaços de recreio</p>
OESTE	<p>Costa marítima e praias</p> <p>Património arqueológico, histórico e arquitectónico</p> <p>Golfe</p> <p>Termas</p> <p>Gastronomia de mar</p> <p>Singularidade da paisagem natural</p>	<p>Clima no litoral</p> <p>Falta de animação</p> <p>Pouca percepção, organização e sinalização de atractivos nas zonas rurais</p>	<p>Crescimento dos segmentos de turismo cultural, circuitos turísticos, golfe e outros desportos e turismo sénior e de saúde</p> <p>Crescimento da procura de recreio e lazer pela população residente na Área Metropolitana</p> <p>Melhoria recente da acessibilidade a Lisboa</p>	<p>Sazonalidade da procura turística</p> <p>Crise no sector das pescas (Peniche e Nazaré)</p>
LEZÍRIA DO TEJO	<p>Imagem típica bem diferenciada</p> <p>Património histórico</p> <p>Diversidade e qualidade da paisagem e natureza</p>	<p>Degradação das margens e poluição do Rio Tejo</p> <p>Falta de animação</p> <p>Pouca percepção, organização e sinalização de atractivos nas zonas rurais</p>	<p>Crescimento dos segmentos de turismo cultural e circuitos turísticos</p> <p>Crescimento da procura de recreio e lazer pela população residente na Área Metropolitana</p>	<p>Crise no sector agrícola e esvaziamento populacional</p>
MÉDIO TEJO	<p>Património histórico</p> <p>Fátima</p> <p>Sítios arqueológicos</p> <p>Albufeira do Castelo do Bode</p> <p>Gastronomia</p>	<p>Falta de animação</p> <p>Indisciplina do recreio náutico na Albufeira do Castelo do Bode</p> <p>Carências de sinalização turística</p>	<p>Crescimento dos segmentos de turismo cultural, circuitos turísticos, de turismo religioso e de turismo activo e de natureza</p> <p>Crescimento da procura de recreio e lazer pela população residente na Área Metropolitana</p>	<p>Falta de notoriedade dos atractivos turísticos (por carências na promoção?)</p>

## **E) RECURSOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS APRECIÁVEIS**

A concentração de infra-estruturas e recursos humanos dedicados a actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico (I&D) na Região de Lisboa e Vale do Tejo é a mais elevada do país. A percentagem da população activa envolvida em I&D é de 0,57%, ligeiramente inferior à média europeia, mas bastante superior às restantes regiões nacionais, permitindo afirmar que esta é a única região do país que já atingiu um nível europeu de recursos em I&D.

Os agentes mais importantes de I&D são as universidades e os institutos públicos. Em todas as áreas científicas e tecnológicas, os institutos públicos concentram mais de 2/3 das suas actividades nacionais na Região. Também os maiores executores de I&D do sector empresarial (Portugal Telecom, Hovione ou EID) se localizam na RLVT.

A elevada concentração de laboratórios públicos, universidades e outros tipos de infra-estruturas traduz-se numa oferta diversificada de actividades de I&D. Contudo, verifica-se um insuficiente aproveitamento do potencial para a valorização dessas actividades, sobretudo através do desenvolvimento de laços entre universidades, laboratórios do Estado e empresas, havendo mesmo algum défice de serviços de apoio na área da inovação / difusão tecnológica. Subsiste ainda uma excessiva

concentração destas actividades na Área Metropolitana de Lisboa.

## **UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA**

---

A Região está equipada com uma grande variedade de infra-estruturas e mecanismos de apoio à difusão de tecnologia. Contudo, as actividades de diagnóstico e os pequenos projectos orientados para a resolução de problemas concretos

são geralmente encarados como actividades secundárias. De facto, tem sido mais fácil e atractivo ganhar projectos de I&D subsidiados por programas nacionais ou europeus do que procurar clientes privados. Ora, para que a tecnologia contribua para o desenvolvimento regional, será necessário estimular as actividades de prestação de serviços ao sector empresarial.

## **PROMOÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

---

Existem na Região um conjunto de Centros de Inovação Empresarial ( INESC-Hitec e CIE / Lispolis) e Parques Tecnológicos (Taguspark, Lispolis, Uninova). Estes Centros desempenham uma importante missão de incubação de empresas de base tecnológica em sectores de conhecimento intensivo. Para a sua incubação,

as empresas beneficiam das externalidades proporcionadas pela concentração de recursos científicos e tecnológicos e da diversidade económica e efeitos de "localização" dos mercados pelo lado da procura.

Contudo, o apoio a este tipo de empresas em estágios mais avançados do seu desenvolvimento é manifestamente deficiente no que se refere ao apoio às capacidades de gestão e às necessárias ligações ao capital-semente.

Refira-se também a existência de algum défice de eficácia nas actividades de corretagem, no apoio à obtenção de licenças e, sobretudo, na mobilidade dos recursos humanos qualificados.

#### **CERTIFICAÇÃO, ESTANDARDIZAÇÃO, METROLOGIA E REGULAMENTAÇÃO**

---

Na RLVT concentram-se importantes Institutos com actividades de regulação e certificação, como por exemplo: o sistema de qualidade (IPQ), o controlo do armazenamento de pescas (IPIMAR) e o controlo das reservas mineiras (IGM). Dados fornecidos pelo INPI no que respeita ao grau de utilização da propriedade industrial, a nível nacional, indicam uma reduzida utilização do sistema de patentes (cerca de 4 vezes menor que o da Alemanha). Existem factores estruturais, nomeadamente a ausência de sectores I&D intensivos, que explicam este défice. A RLVT apresenta um melhor aproveitamento do sistema de protecção de propriedade industrial relativamente a outras

regiões nacionais, mas bastante inferior às regiões do norte da Europa.

#### **DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO**

---

Uma grande parte das empresas, sobretudo PME's, não possui capacidade para identificar as suas necessidades de apoio. Em outras regiões europeias, existem mecanismos próprios para interface com este tipo de empresas, cuja principal função é facilitar a circulação de informação, despistar necessidades e encaminhar empresas para os organismos que lhes possam prestar apoio adequado (por exemplo: Steinbeis na Alemanha, Pera UK no Reino Unido, Forbairt na Irlanda, etc.). Esta função de difusão de informação e reencaminhamento não está suficientemente representada na RLVT, sendo um dos pontos críticos do sistema regional de inovação.

A infra-estrutura tecnológica regional, no sector público e nas universidades, é algo fragmentada (muitas unidades pequenas e especializadas) e focalizada apenas em I&D. O número de institutos ou centros tecnológicos que fazem visitas a empresas para conhecimento das suas necessidades é reduzido. Também nas universidades, e em particular nas escolas de engenharia, não existe uma verdadeira função de "ligação" com a indústria.

Como é evidente, os Boletins de Informação (e brochuras) editados pelas AIP, AER e IAPMEI não substituem a ausência de um verdadeiro

sistema regional de informação de apoio às PME's, que só pode ser conseguido pela função de primeiro diagnóstico rápido, seguido de reencaminhamento para outras instituições do sistema regional, onde a empresa encontra apoio especializado.

### **EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE DOS RECURSOS HUMANOS**

---

No que respeita ao capital humano, a Região tem cinco Universidades públicas, três Institutos Politécnicos e oito Universidades privadas. No seu conjunto, o sistema educativo regional produziu em 1996 cerca de 15.800 diplomados (licenciados ou bacharéis), correspondendo a cerca de 44% do total nacional no conjunto do ensino superior. Contudo, a repartição de diplomados por áreas de ensino mostra que cerca de 50% dos diplomados são em áreas como Direito, Ciências Sociais e Humanas, Economia e Gestão. As novas tecnologias representam apenas 5,7% , as ciências exactas 5% e a saúde 6,5%. Existe um défice de produção de diplomados em áreas técnicas, sobretudo em engenharias relacionadas com as novas tecnologias de informação e electrónica. Esta carência explica algum excesso de procura sobre a oferta em engenharia de sistemas, informática e de computadores. A falta de actividades de ensino superior e de formação profissional nas áreas periféricas é penalizadora para as respectivas actividades económicas.

A escassez de técnicos e engenheiros - apesar da sua reconhecida qualidade internacional e da presença de parques tecnológicos e incentivos financeiros - tem funcionado como factor impeditivo de captação de importantes investimentos estrangeiros em áreas tecnológicas avançadas, como foram os casos da HP e da Fujitsu.

Ao nível da pós-graduação, onde a Região concentra também um importante número de actividades (cursos e número de alunos), verifica-se a quase total ausência de mobilidade de mestrados e doutorados entre as empresas e as universidades, através do apoio a sabáticas na indústria ou da participação de gestores e empresários em actividades de docência.

### **SERVIÇOS DE APOIO EMPRESARIAL**

---

Esta função, à semelhança da difusão de informação, é também um dos pontos fracos do sistema regional de inovação. As grandes consultoras têm escritórios em Lisboa e a Área Metropolitana é bastante rica em fornecedores de consultoria técnica e de engenharia, sendo aliás este sector uma das principais mais-valias da Região. Contudo, estes serviços dirigem-se essencialmente às grandes empresas.

Em outras regiões do norte da Europa, o fornecimento de serviços de apoio técnico orientados para o desenvolvimento das PME's passa essencialmente pelas suas associações (Câmaras de Comércio ou Associações e

Institutos de Apoio). Na Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo existe um défice de actividades de apoio e aconselhamento.

Uma outra característica importante da Região é que, sobretudo na última década e com particular incidência na Área Metropolitana, têm aparecido centenas de novas empresas de base tecnológica (terciário de intensidade tecnológica), nomeadamente nas áreas do software e sistemas de informação, integração de sistemas, electrónica de sub-sistemas, Dealers, VARs, consultoria em ambiente, etc. Estas empresas desempenham um importante papel de apoio à difusão de tecnologias desenvolvidas no norte da Europa ou nos Estados Unidos, mas de forma alguma substituem a função do sector público nos serviços de apoio.

## **FINANCIAMENTO DA INOVAÇÃO**

---

Nas actividades de I&D, a Região apresenta elevados níveis de captação de subsídios de apoio em programas como o Praxis XXI, reflectindo a quantidade de recursos regionais aplicados em Investigação.

Contudo, a inovação tecnológica não deve ser confundida com I&D. O financiamento da inovação é essencialmente baseado no crédito bancário. Múltiplos programas de apoio a empresas (PEDIP, RIME, IC-PME e outros) não abrangem actividades essenciais do processo de inovação, como por exemplo: valorização dos resultados, desenvolvimento de protótipos, testes

de laboratório, pré-séries, introdução e desenvolvimento de mercados, etc.

O financiamento da inovação recorrendo a instrumentos como o capital-semente e capital de risco é bastante deficiente, existindo dificuldades de interacção entre entidades financiadoras, serviços de apoio à transferência de tecnologia e empresas de base tecnológica inovadora. O capital de risco aparece dissociado de outros instrumentos financeiros (como, por exemplo, empréstimos não reembolsáveis e garantias bancárias) com os quais teria vantagem em ser integrado. A ausência de capital de risco no financiamento das empresas de base tecnológica que têm surgido na Região tem sido um factor impeditivo da expansão destas empresas e da criação de condições para a sua internacionalização.

## **FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

---

Os principais actores em matéria de política Científica, Tecnológica e Industrial (Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Superior da Ciência e da Tecnologia, Ministério da Economia, Agência de Inovação e IAPMEI) localizam-se na RLVT.

Uma política de inovação e difusão tecnológica, ao nível regional, tem de ser inerentemente horizontal, envolvendo a política regional, a política industrial e económica, a política de

educação e formação profissional e a política de ciência e tecnologia. No actual contexto, existe um claro défice de integração dos diferentes sectores, com incidência na política de inovação e tecnologia. A CCRLVT, através do projecto LISTART, tem vindo a promover uma plataforma de debate multi-sectorial, propondo medidas e acções concretas para melhorar o sistema de inovação na Região.

#### **DIVULGAÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

---

Esta função tem na Região uma forte actividade de coordenação, fruto da acção do Programa Ciência Viva e do Programa Internet nas Escolas, com o apoio da Adl e do Ministério da Ciência e Tecnologia. A promoção da cultura científica é uma vertente importante do sistema de inovação regional, mas o seu efeito é de longo prazo e de difícil avaliação.

#### **1.7.2. RLVT: COMO FAZ**

O desenvolvimento económico e social na viragem para o século XXI deve ser encarado como um processo de crescente organização em torno dos elementos construídos pela capacidade humana num determinado território, isto é, em vez de ser realizado a partir dos

elementos herdados em termos físicos ou de recursos, deverá sê-lo com base nas competências científicas, técnicas e profissionais, nas organizações empresariais, públicas e sociais e nas redes e infra-estruturas de estruturação interna e relacionamento externo.

O desenvolvimento económico e social tem, nos nossos dias, pela localização de investimentos e actividades que possibilita, uma incontornável dimensão de concorrência e competitividade internacional, para a viabilização de novas oportunidades de criação de riqueza. Qualquer estratégia de desenvolvimento deve, por isso, apoiar-se no primado da melhoria sustentada dos modelos de organização e gestão das suas actividades geradoras de emprego e rendimento.

O "como faz" ganhará cada vez maior importância em relação a "o que faz", sobretudo porque sem melhoria permanente na qualidade, no custo e no tempo de produção e distribuição, não será possível corresponder às legítimas aspirações das populações em termos de qualidade de vida e coesão social.

#### **A) REDES DE COMUNICAÇÕES E TRANSPORTE**

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, constituindo a maior aglomeração populacional do país, funcionando como pólo de atracção demográfica no plano interno e internacional

- nomeadamente no que respeita à emigração dos Países da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa - e sendo um importante centro de actividade turística, tem de atribuir uma elevada prioridade ao desenvolvimento das suas infra-estruturas de mobilidade de pessoas, mercadorias e serviços, de comunicações e de internacionalização.

Estas infra-estruturas são fundamentais para que a Região possa desempenhar uma função global de "pivot" na internacionalização da economia portuguesa, proporcionando a criação de mais riqueza e uma afectação de recursos indutora da coesão social e do equilíbrio regional, seja no plano nacional, seja no plano de uma articulação intra-regional, valorizando os territórios do Oeste e do Ribatejo de forma muito mais equilibrada.

## SISTEMA DE TRANSPORTES

---

Progressivamente, mas de forma relevante após a adesão de Portugal à CEE, têm-se verificado alterações profundas nas redes e sistemas de transportes que irradiam de Lisboa e da Região: forte investimento público (4.000 milhões de contos entre 1989 e 1999), alteração da estrutura modal do transporte de mercadorias (forte aumento do transporte rodoviário), crescimento explosivo do parque automóvel privado e significativas alterações institucionais.

Contudo, ainda se verificam lacunas e desconexões que tornam o sistema pouco eficaz:

- uma grande fragilidade do sistema ferroviário, designadamente nas ligações ao Porto, ao Algarve e a Madrid;
- incipiência das articulações intermodais e das circulares ( CRIL, IC11; IP6, IC9);
- falta de gestão coordenada do sistema portuário;
- desajustamentos entre as redes estruturantes e as redes locais, designadamente nas ligações entre as duas margens do Tejo, permanecendo o rio como barreira;
- exagerada prevalência do transporte individual sobre o transporte colectivo, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, com graves consequências sobre o funcionamento do sistema, a qualidade de vida das pessoas, o ordenamento do território e o ambiente;
- esgotamento a médio prazo do aeroporto de Lisboa, em termos de ligações de longa distância e inter-continentais.

## LIGAÇÕES INTERNACIONAIS, INTER-REGIONAIS E INTRA-REGIONAIS



Pode assim concluir-se que os transportes colectivos regionais e urbanos são insuficientes, desconfortáveis e descoordenados, sendo difícil de compreender, após mais de dez anos de debates, a inexistência de uma Autoridade Metropolitana de Transportes enquanto entidade de racionalização e coordenação do sistema.

## POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO SISTEMA PORTUÁRIO

Inserido numa cidade que foi crescendo à sua volta, o porto de Lisboa, apesar da sua importância para o desenvolvimento económico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo e das oportunidades que o rápido crescimento das trocas a nível mundial prefigura, não apresenta, no curto ou médio prazo, perspectivas realistas de grande expansão - impedidas pela cidade e pelos fundos do rio - com excepção dos cruzeiros. Aquele que seria naturalmente o principal porto nacional - e potencialmente um dos maiores do Mundo - vê-se cada vez mais limitado no desenvolvimento das suas capacidades logísticas porque:

- os investimentos pesados em infra-estruturas ou na disponibilidade de terraplenos terão um elevado custo e penalizam a qualidade de vida urbana;
- o trânsito diário de milhares de camiões pelo interior da cidade e respectivos acessos não contribui para uma mobilidade sustentável, pois agrava o congestionamento, constitui uma

importante fonte de poluição atmosférica e condiciona o acesso da população a áreas ribeirinhas, hoje plenamente integradas na malha urbana.

A zona ribeirinha de Lisboa afecta ao tráfego portuário(6)<sup>6</sup> está confinada a duas estreitas faixas em Alcântara e Santos (esta previsivelmente a desafectar) e à zona de Sta. Apolónia - Beato, com largura geralmente limitada a uma profundidade de 10-12 metros, manifestamente insuficiente para os requisitos de uma moderna operação portuária. Apesar de estar em curso uma importante modernização ao nível dos terminais de contentores e da significativa melhoria das acessibilidades na zona oriental da cidade, a expansão do porto de Lisboa está manifestamente condicionada. Acresce que a manutenção desta situação constituirá um desincentivo para a importação de mercadorias por via marítima com origem no espaço europeu, sobrecarregando ainda mais a rodovia. Ficaria assim prejudicada a política de promoção de um modelo de mobilidade sustentável, em conformidade com as orientações adoptadas pela União Europeia.

A importância central do porto de Lisboa e as crescentes solicitações do mercado obrigam a uma inteligente gestão estratégica do seu desenvolvimento no quadro dos pesados condicionamentos acima descritos. É essencial compatibilizar a actividade portuária com a

---

<sup>6</sup> Os terminais situados na margem sul encontram-se bastante menos pressionados, atingindo, em certos casos, desempenhos elevados

fuição urbana. A modernização em curso é um importante contributo nesse sentido.

Dois outros portos nacionais poderão contribuir decisivamente para o desenvolvimento da RLVT: Sines e Setúbal.

Sines, embora não pertencendo à RLVT, é o grande porto energético nacional, com grandes possibilidades de expansão, nomeadamente no segmento do gás natural. Pelas suas notáveis condições geográficas e físicas, foi escolhido para albergar um futuro grande terminal de transbordo marítimo de contentores, destinado a servir as grandes linhas marítimas internacionais operadas pelos grandes transportadores. Ainda que este projecto seja muito específico no segmento dos contentores - uma vez que o seu objectivo principal não é servir o interior, mas sim criar condições para o cruzamento de linhas marítimas e a baldeação de carga - ainda assim não é de excluir que Sines possa contribuir para a mobilidade global do sul do país, quer servindo certos segmentos específicos do tráfego da RLVT, quer servindo pontualmente o mercado espanhol. Um terminal de vocação semelhante, como é o de Algeciras, movimentou em 1997 cerca de 77 mil contentores para o interior espanhol, isto é, cerca de 5 % do total de contentores movimentados naquele porto.

O porto de Setúbal dispõe de um grande potencial de crescimento e de desenvolvimento, no curto e no médio prazo. Este porto dispõe de uma faixa ininterrupta de expansão de cerca de 12 quilómetros entre o fim da malha urbana da cidade e o extremo nascente da Península da Mitrena, sem qualquer condicionamento urbano,

permitindo que os terraplenos construídos ou a construir tenham, em certos casos, larguras superiores a 300 metros. Fundos estáveis, a qualidade das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias e a total independência da malha urbana, são indiscutíveis vantagens para a expansão portuária.

## **PORTO DE SETÚBAL**

### **PONTOS FORTES**

- **estuário abrigado;**
- **fundos estáveis até um tirante relativamente elevado;**
- **movimentos sedimentares reduzidos;**
- **áreas de expansão disponíveis;**
- **envolvimento industrial;**
- **razoáveis acessibilidades marítimas e terrestres em vias de serem melhoradas.**

### **PONTOS FRACOS**

- **sensibilidade ambiental;**
- **inércia criada pela posição dominante do porto de Lisboa nas cargas "ricas";**
- **concentração sensível do consumo industrial e das áreas de distribuição e, em geral, de operação logística a norte do Tejo.**

Os investimentos em curso e programados vão criar novas oportunidades de negócio em segmentos superiores do mercado. É o caso do novo terminal de contentores/plataforma multimodal, que deverá ter uma capacidade instalada de 200 mil TEU a partir do final do ano 2000, destinada a servir os tráfegos de curta distância marítima. Este segmento de mercado, por natureza o mais nobre e estruturante ao nível portuário, vai seguramente potenciar o porto de Setúbal para o encaminhamento de mercadorias de elevado valor, com a correspondente criação de sistemas de enquadramento logístico mais sofisticado.

A melhoria das acessibilidades directas ao porto (via rodoviária Cachofarra/Casas Amarelas - A2) bem como a melhoria das acessibilidades à Península de Setúbal, vão ser determinantes para relevar a posição estratégica do complexo portuário de Setúbal. As novas acessibilidades à zona de Lisboa, à zona Centro e Norte do país, ao corredor de Madrid e à Andaluzia - via Algarve - permitem situar Setúbal como um porto privilegiado no contexto regional e nacional, complementar e alternativo ao porto de Lisboa.

## **B) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E EMPRESARIAL**

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo apresenta - no quadro mais geral do processo de rápida modernização que o país conheceu ao longo da última geração e sob o impulso da democratização e da plena integração europeia -

um dinamismo específico de evolução das organizações empresariais e institucionais.

A RLVT concentra grande parte dos recursos mais qualificados do país, bem como os principais centros de decisão pública, económica e financeira, além de uma maior presença de ONG's e de um maior dinamismo cultural face ao resto do país.

A proximidade do centro do poder político não constitui no entanto um trunfo absoluto para a Região, na medida em que ela sofre profundamente os reflexos negativos de uma administração pública pesada, burocrática e pouco eficiente que tarda - ao ritmo exigido pela construção europeia e pela globalização - em ser reformada e modernizada.

A modernização e descentralização da Administração tem sido insuficiente, nomeadamente em dois aspectos fundamentais: o primeiro, no desenvolvimento da participação dos cidadãos e da sua aproximação à Administração; o segundo, no que diz respeito às dificuldades de relação e diálogo entre os diversos organismos da Administração.

Como Região-capital, Lisboa, Oeste e Vale do Tejo comporta assim um desafio muito específico em termos de desconcentração e descentralização, imprescindível para um maior e melhor desenvolvimento do Oeste, do Ribatejo e da Península de Setúbal e - em termos de modernização da administração pública e de introdução de formas modernas de regulação da economia - para a captação de investimentos e

para o desenvolvimento sustentado do espírito empresarial.

### C) DINAMISMO DOS AGENTES

A modernização da sociedade e da economia portuguesas tem permitido uma melhoria substancial das práticas de gestão, dos modelos de produção e consumo, bem como o desenvolvimento dos serviços de apoio à actividade empresarial e às famílias. A RLVT comporta experiências significativas de relacionamento entre o mundo universitário e o mundo empresarial, muitas delas institucionalizadas em parques de ciência e tecnologia e iniciativas similares. As actividades económicas e de ciência e tecnologia conheceram, elas também, um surto de internacionalização apreciável.

Esta evolução positiva não deve, no entanto, fazer esquecer que a Região tem ainda um longo caminho a percorrer no que respeita ao desenvolvimento da cooperação empresarial, à conquista de uma presença mais significativa e activa nos mercados globalizados, em especial no mercado interno europeu e sobretudo, na construção de organizações mais eficientes, melhor dotadas de competências e qualificações e financeiramente mais fortes em recursos próprios.

A construção de vantagens competitivas dinâmicas de médio prazo no mercado mundial só é possível com base numa forte cooperação

entre o sector público e o sector privado, que viabilize estratégias criativas de utilização dos factores produtivos e permita melhorar o poder de mercado das empresas portuguesas. Esta construção pode ter no "sistema regional" o seu espaço privilegiado de afirmação, através de um processo alargado de concertação

entre instituições públicas e parceiros sociais, favorecendo a iniciativa, o risco e a inovação.

## 1.8 PERIFERIA EUROPEIA, CENTRALIDADE EUROATLÂNTICA

### 1.8.1. ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO INTERNACIONAL

A integração na União Europeia e o processo de descolonização que a antecedeu alteraram profundamente o posicionamento internacional e as relações externas de Portugal neste final de século. As históricas relações económicas, políticas e culturais de Portugal com as antigas colónias e com outros continentes foram substituídas, em poucos anos, por um novo sistema de relações centrado na Europa, invertendo os grandes eixos de articulação de Portugal com o Mundo.

As relações comerciais com a Europa, que em 1973 representavam 15% das importações e 60% das exportações, passaram, em 1995, para respectivamente 40% e 73%, com tendência para crescer nos próximos anos.

A integração de Portugal na União Europeia, sujeita à estratégia de "continentalização" da economia, à concorrência das suas estruturas mais competitivas e dos seus centros de decisão, tem tido como consequência o acentuar da posição periférica de Portugal na Europa e a sua marginalização, relativamente aos processos que

actualmente reconfiguram as relações internacionais.

As alterações estruturais da economia portuguesa têm conduzido a uma maior dependência do transporte rodoviário e, conseqüentemente, dos corredores terrestres de ligação a Espanha e à Europa, ao mesmo tempo que o transporte marítimo, tradicionalmente predominante nas relações comerciais de Portugal com o exterior, perdeu importância, provocando a rápida diminuição e decadência da frota mercante nacional.

Por outro lado, as fortes relações com outros continentes permitiram que o aeroporto de Lisboa tivesse constituído - ao tempo da época colonial - uma charneira de articulação do transporte aéreo entre África, América do Sul e Europa, posição que tem vindo a perder importância a favor de outros aeroportos europeus, nomeadamente o de Madrid, que se tem afirmado como placa giratória ibérica e europeia de passageiros e mercadorias.

Acresce ainda que, se a posição geográfica da Espanha tem permitido reforçar a centralidade da região de Madrid na Península, o isolamento e situação periférica da fachada atlântica em que Portugal se integra tem colocado em vantagem os portos e aeroportos espanhóis em relação aos corredores de transporte internacional.

Pelo seu posicionamento geográfico mas também por ausência de uma visão estratégica, Portugal tem visto aumentar, em relação aos corredores terrestres rodoviários e ferroviários, o risco de dependência de países terceiros quanto

a decisões de construção e condições de utilização das infra-estruturas de transporte, designadamente as integradas nas redes transeuropeias, sem que se tenham sabido construir formas alternativas que permitam minorar ou ultrapassar as desvantagens.

#### REGIÃO CHARNEIRA ENTRE O ATLÂNTICO E A EUROPA



#### 1.8.2. UMA POSIÇÃO GEOGRÁFICA SINGULAR

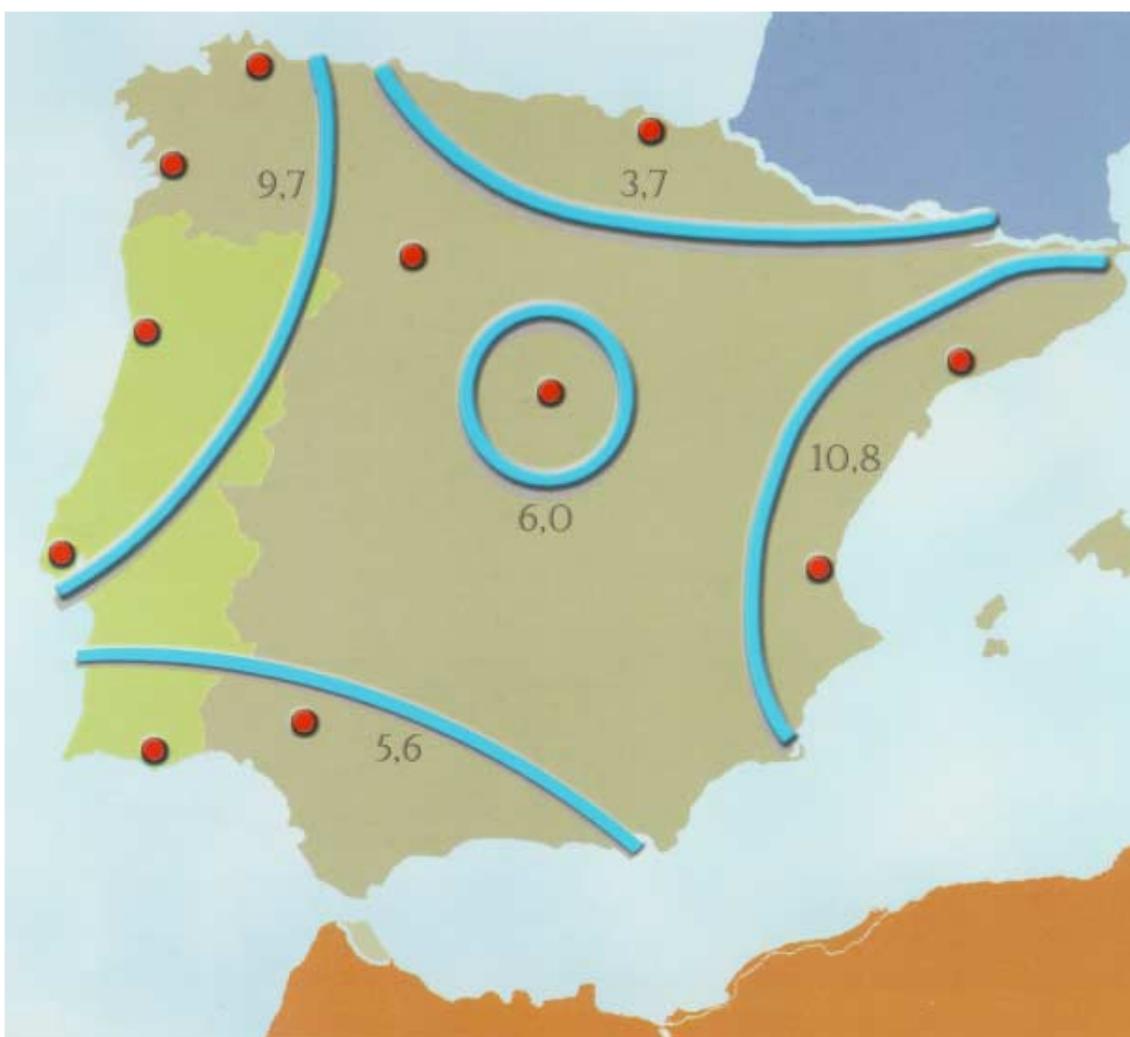
A posição periférica de Portugal no continente europeu corresponde, por outro lado, a uma posição de centralidade euroatlântica, que nos coloca no cruzamento de corredores marítimos e aéreos Este-Oeste e Norte-Sul, ou seja, nas rotas que ligam o Mediterrâneo ao Atlântico Norte e a África, bem como a América do Sul, à Europa.

Esta posição geográfica singular, reforçada pelo peso demográfico da Fachada Atlântica (cerca de 10 milhões de habitantes) e pelas históricas relações culturais, económicas e sociais desta

Região com outros continentes, atribui a Portugal condições geo-estratégicas e políticas que permitem construir alternativas aos actuais processos de periferização do país.

Neste sentido, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) aposta na consolidação e no protagonismo de uma Região Atlântica, da Galiza à Andaluzia, que constitua uma charneira entre o Atlântico, a Península Ibérica e a Europa, e na qual a RLVT terá um papel estruturador incontornável.

PRINCIPAIS CONCENTRAÇÕES DE POPULAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA



Em milhões de habitantes

### **1.8.3. RLVT-CHARNEIRA DA REGIÃO ATLÂNTICA**

O Vale do Tejo delimita e articula duas regiões substancialmente diferentes no que respeita às características fisiográficas e climatéricas, históricas e culturais, económicas e sociais. A norte do Tejo, uma região marcadamente atlântica, industrial e exportadora, densamente povoada junto ao litoral; a sul, uma região de influência mediterrânica, pouco povoada, predominantemente agro-pecuária e turística.

Entre estes dois espaços, a RLVT, pela sua posição central, pela concentração de população e actividades e pelas funções de intermediação que detêm, constitui o território de articulação da Europa com a América e do Atlântico com o Mediterrâneo, ou seja, a charneira europeia da Região Atlântica.

### **1.8.4. CONDIÇÕES NATURAIS DE EXCELÊNCIA**

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo oferece, no conjunto da Península Ibérica, condições climatéricas e ambientais de grande amenidade que contrastam com os invernos frios da Meseta ou os verões quentes do interior e do Sul, diferenciando-se também das regiões do Norte pela menor pluviosidade que apresenta ao longo do ano.

Com estas características, a RLVT integra um conjunto restrito de regiões privilegiadas da Europa para residência, lazer e prática desportiva, mas também, para o desenvolvimento das denominadas indústrias de conteúdos, quer pelas condições climatéricas de grande conforto, que proporciona ao longo de todo o ano, quer ainda pela qualidade ambiental e paisagística que oferece. Assim, a RLVT dispõe de factores de atractividade, com grandes potencialidades, que a podem tornar muito competitiva ao nível ibérico e europeu.

## **2. UM NOVO DESENVOLVIMENTO**

- 2.1. GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIOS**
  - 2.1.1. CONDIÇÕES DE SUCESSO NO "ARQUIPÉLAGO GLOBAL"**
- 2.2. PORTUGAL – UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO**
  - 2.2.1. LIMITES DO "MODELO DE CRESCIMENTO" DA ÚLTIMA DÉCADA**
  - 2.2.2. PARA UM NOVO "MODELO DE DESENVOLVIMENTO"**
- 2.3. RLVT: CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
  - 2.3.1. RESTRIÇÕES E CONDICIONAMENTOS**
  - 2.3.2. VANTAGENS E DESVANTAGENS**
- 2.4. 2000/2006: FACTORES E DESAFIOS DA MUDANÇA**
- 2.5. OS AGENTES DA MUDANÇA**

## 2.1 GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIOS

O processo de globalização acentua a competição "sobre" e entre os países desenvolvidos, forçando à evolução das suas estruturas produtivas e alterando a base em que assentam as suas vantagens competitivas. Nos países desenvolvidos, esta evolução é reforçada pela perda de dinamismo dos mercados de bens cuja produção ocupava um lugar chave na estrutura industrial associada à anterior revolução tecnológica (aço, automóvel, electricidade, plásticos, têxteis sintéticos, produtos de higiene, etc.), mercados esses que atingiram a saturação, crescendo apenas baseados na inovação de produto, de ciclo cada vez mais curto.

Assim, na época da globalização, as economias mais desenvolvidas tenderão a adaptar-se:

- centrando as suas estruturas produtivas em serviços e indústrias geradores de maior valor acrescentado, baseados na criação, codificação e aplicação do conhecimento e criatividade, competindo no mercado internacional ou fornecendo factores de competitividade a outros sectores e actividades;
- utilizando formas cada vez mais automatizadas e flexíveis de produção material, das quais uma

parte pode eventualmente ser transferida para países com salários mais baixos;

- desenvolvendo, sob formas inovadoras, serviços de grande procura interna e natureza interpessoal - ensino, formação, saúde, reabilitação, criação e gestão paisagística -, mais protegidos da competição internacional directa;
- sofisticando os sectores financeiros exigidos por sociedades cada vez mais preocupadas com a protecção face aos riscos, e com o suporte material da velhice; e por outro, por economias em que é cada vez maior a importância do capital imaterial no crescimento das empresas e do capital de risco para suportar actividades baseadas na inovação;
- privilegiando as infra-estruturas de internacionalização associadas às telecomunicações e audiovisual, ao transporte aéreo e ao acesso às rotas de transporte intercontinental de contentores, dando uma maior ênfase ao investimento na qualidade ambiental e na conservação do património histórico.

Esta previsível evolução nas estruturas produtivas das economias desenvolvidas - terciarização, intensificação tecnológica e forte dependência do conhecimento - é uma outra face do processo de globalização e não irá provavelmente pôr em causa três mecanismos que levam as actividades a aglomerar-se em determinadas áreas, normalmente cidades ou áreas metropolitanas:

- existência nessas áreas de uma elevada capacidade em recursos humanos, qualificados e diversificados, de instituições de formação e

investigação que permitam renovar essa mesma capacidade e a adaptam às evoluções tecnológicas e de mercado;

- acumulação de actividades complementares - ao longo das mesmas cadeias de produção ou orientadas para as mesmas funções -, que permitam adaptações a novas tendências tecnológicas ou de mercados e a exploração das potencialidades de redes de empresas;
- existência de canais formais e informais de difusão das inovações e de base tecnológica ou organizacional e de acumulação de conhecimentos.

Mas o processo de globalização pode vir a introduzir duas alterações fundamentais ao nível das regiões que integram os espaços nacionais, nomeadamente nas economias de maior dimensão:

- fazer emergir um conjunto de territórios especialmente dinâmicos por aí se concentrarem actividades baseadas no conhecimento, ao mesmo tempo que nessas regiões se concentra o desenvolvimento e a inovação nos serviços que contribuem para a competitividade das empresas, para a qualificação dos recursos humanos e para a qualidade de vida, destacando-se assim, ao nível mundial, pelo ambiente propício que oferecem às empresas e aos indivíduos;
- tornar possível o surgimento de relações científicas, tecnológicas e económicas de grande intensidade entre regiões de países diferentes, criando um "Arquipélago Global" onde se concentrará o desenvolvimento, em permanente

expansão, integrando gradualmente novos territórios económicos competitivos.

Mas é necessário não esquecer que a formação deste "Arquipélago Global" poderá ser acompanhada pela desarticulação do tipo de ligações que anteriormente existiam entre várias dessas regiões, criando potenciais problemas de declínio regional ou local.

### 2.1.1. CONDIÇÕES DE SUCESSO NO "ARQUIPÉLAGO GLOBAL"

A globalização tenderá a concretizar-se através de sistemas complexos de interdependência e integração regionais, que se tornarão em pontos fulcrais da organização económica, tecnológica, social e também política. As "macro-regiões" com perfil "vencedor", numa economia globalizada e atravessada pela "revolução do conhecimento", apresentam um conjunto de características entre as quais alguns autores<sup>7</sup> têm destacado as seguintes:

- dimensão e dinamismo do mercado de consumo, com economias de escala necessárias para poder dispor de um vasto conjunto de serviços e de infra-estruturas de nível internacional;
- sistemas de produção estruturados em torno de actividades baseadas no conhecimento como

<sup>7</sup> Ver, entre outros, R. Florida (que designa as macro-regiões vencedoras por "Learning Regions") e K. Ohmae.

principal fonte de valor, numa estreita ligação entre a inovação e a produção, funcionando em torno do conceito de "vantagem sustentável", através da valorização e desenvolvimento permanente dos recursos humanos, da aplicação generalizada de tecnologias de produção "limpas", da eliminação sistemática dos desperdícios e de um compromisso de melhoria permanente das condições ambientais;

- infra-estruturas de produção industrial organizadas com base em redes de empresas que produzem bens e serviços, num contexto de "complexos de produção", cujas capacidades de inovação, nível de qualidade e permanente redução de custos contribuirão decisivamente para a sua competitividade;

- infra-estruturas de recursos humanos caracterizadas pela existência de um mercado de trabalho ao qual as empresas possam ir buscar recursos humanos altamente qualificados e capazes de aplicar a sua inteligência na produção<sup>8</sup>. As macro-regiões vencedoras exigem um sistema educativo e de formação que eleve as qualificações médias, facilite a aprendizagem ao longo da vida e desenvolva as capacidades de iniciativa e de trabalho em grupo necessárias a um novo tipo de organizações;

- infra-estruturas físicas e de comunicação das macro-regiões vencedoras devem permitir o estabelecimento de ligações que facilitem o movimento de informação, bens, serviços e

---

<sup>8</sup> Ao contrário da infra-estrutura humana típica de economias baseadas na produção de massa que se organizava em torno das escolas públicas e da formação profissional, para uma massa de trabalhadores que em média não dispunha de qualificações muito elevadas, e da formação de engenheiros e gestores para ocupar as funções de maior inteligência.

pessoas através das combinações aeroportos internacionais / portos competitivos, telecomunicações e uso maciço da Internet;

- infra-estruturas financeiras que, para assegurarem o crescimento das empresas existentes e o permanente surgimento de novas, têm que dar especial atenção à configuração e funcionamento dos sistemas financeiros que as servem;

- padrão das organizações caracterizadas pela flexibilidade operacional, pela orientação para as exigências do cliente, pela descentralização da tomada de decisões, por relações de co-dependência e funcionamento em rede.

#### **2000/2006:**

#### **ALTERAÇÕES DO SISTEMA ECONÓMICO**

O período 2000-2006 corresponde a uma nova conjuntura marcada por alterações muito significativas no regime económico, com consequências importantes nos processos de criação, sustentação e distribuição do rendimento, onde se destacam:

- a inevitável reforma da arquitectura institucional do sistema económico mundial, envolvendo os movimentos internacionais de capitais, bens e serviços, num quadro onde comércio, investimento e especulação financeira se interpenetram profundamente;

- a alteração substancial das condições de definição e condução da política económica nos

países da União Europeia, coexistentes com políticas de base europeia e de base nacional, sujeitas a regras estritas ou a mecanismos de harmonização progressiva, e políticas nacionais dotadas de maior autonomia e com a institucionalização completa do mercado interno europeu;

- a natureza do crescimento económico, ao longo da transição para o século XXI, será dominada por um ciclo de baixa inflação e baixas taxas de juro e por uma progressiva erosão da competitividade portuguesa, sob o impacto conjugado de um Euro com tendência para uma apreciação - melhorando a competitividade / preço das importações europeias das economias emergentes - e do desaparecimento definitivo do elemento cambial nas relações económicas dentro do espaço Euro;
- a quantidade e a qualidade do investimento assumem, neste quadro, um papel de renovada importância na dinamização e sustentação de um crescimento económico compatível com as novas exigências da competitividade não-custo (diferenciação do produto, inovação, I&D, qualidade) que caracterizarão o espaço das actividades económicas da Europa da moeda única.

## 2.2 PORTUGAL: UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

### 2.2.1. LIMITES DO “MODELO DE CRESCIMENTO” DA ÚLTIMA DÉCADA

O modelo de crescimento que caracterizou a economia portuguesa, desde meados dos anos 80, foi essencialmente extensivo e dual:

- no sentido em que cresceram sectores geradores de emprego em larga escala, pouco exigentes em qualificações, com baixos níveis de produtividade;
- porque consolidou simultaneamente um núcleo restrito de sectores, envolvendo actividades da indústria, dos serviços e do conhecimento, com uma dinâmica de produtividade mais elevada e de criação de emprego com maiores qualificações.

Aquele modelo tem-se caracterizado, no seu conjunto, por modestos avanços na produtividade, resultantes de alterações de estrutura e não de um processo generalizado de modernização ao nível das várias actividades.

A continuidade deste "modelo de desenvolvimento" envolverá quatro tipos de riscos:

- resistir ao confronto com uma competição multifacetada que se acentuará (via material e "via telemática") por pressão exterior;
- obrigar um grande número de empresas a optar, face a essa pressão competitiva, por estratégias de ajustamento centradas em aumentos de produtividade baseados em reduções quantitativas do emprego, pondo em causa um dos mecanismos de funcionamento do modelo dominante - a criação extensiva de emprego ;
- ignorar a "terciarização avançada" (associada à noção corrente, mas mais restritiva, de "sociedade da informação"), que materializa a única possibilidade aberta a este tipo de economias, para aproveitarem a dinâmica de globalização, sem perderem maciçamente empregos;
- manter o predomínio de baixos níveis salariais, podendo acentuar um dualismo social que deveria ser atenuado pela coexistência articulada de dois tipos de "zonas" - zonas mais e zonas menos expostas à competição internacional -, permitindo reciclar mão-de-obra menos qualificada e libertada por processos de reestruturação.

### 2.2.2. PARA UM NOVO “MODELO DE DESENVOLVIMENTO”

O Quadro seguinte, extraído da "Visão estratégica" do PNDES, procura sintetizar as "questões-chave" do novo "modelo de desenvolvimento", a incrementar gradualmente no período 2000 / 2006, e os "factores-alavanca" que é necessário accionar / mobilizar para realizar a transição com o modelo anterior.

#### NOVO MODELO ECONÓMICO 2000 / 2006



Fonte: PNDES

De acordo com esta abordagem, as questões-chave do novo "modelo de desenvolvimento" são as seguintes:

- crescimento baseado na dinâmica de actividades mais adaptadas à procura mundial, bem posicionadas nas respectivas cadeias de valor, assegurando uma evolução mais rápida da produtividade e com criação de emprego de qualificação mais elevada e mais exigente;
- flexibilidade económica, incluindo a capacidade de ajustamento da economia portuguesa às variações da conjuntura, facilitada por um tecido de PME's dinâmicas e a existência de "zonas mais protegidas da concorrência internacional", permitindo ajudar a gerir a mobilidade da mão-de-obra libertada de sectores em crise e reestruturação;
- aposta educativa e formativa no reforço dos conhecimentos básicos essenciais (conhecimentos de matemática, português, outras línguas, informática), das competências transversais e das novas qualificações associadas às actividades motoras do crescimento e a um novo padrão de qualidade de vida;
- reforço da capacidade de inovação das empresas e de I&D que aumentem o poder de penetração em actividades e segmentos das cadeias de valor com potencialidades e tornem o país mais atractivo para o investimento directo internacional;
- dinamismo da rede social independente do Estado, tendo as suas raízes na tradição de

solidariedade social, na existência de mecanismos de amortecimento do desemprego e na extensa malha de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Os factores-alavanca desse novo modelo, são:

- adequada mobilização dos recursos naturais, climáticos e de posicionamento geográfico que podem constituir ou gerar vantagens competitivas para Portugal, tendo em conta as consequências que as mutações tecnológicas ou as tendências de organização global de rotas e redes podem provocar sobre a valia dos recursos existentes ou o valor geo económico do território;
- enquadramento macro económico saudável, que não só permita uma participação sem fricções na zona monetária EURO, como assegure um reforço da confiança dos agentes económicos, um crescimento do investimento privado que permita acréscimos de produtividade e uma dinâmica sustentada de criação de emprego;
- ambiente favorável à atracção e fixação de novas actividades, que envolve não só o enquadramento macro económico como o dinamismo, solidez e modernidade do sistema financeiro; uma fiscalidade que favoreça o reinvestimento dos lucros nas empresas e que discrimine positivamente a aposta destas no reforço dos investimentos imateriais; sistemas de segurança social em que o nível das contribuições patronais tenha em conta o diferencial de produtividade ao longo do tempo face às economias concorrentes; um perfil de apoios estatais ao investimento que atribua um

peso significativo à atracção de investimentos externos estruturantes, etc.;

- expansão e qualidade dos sistemas de educação e de formação, com uma aposta crucial na qualidade do ensino básico e do ensino secundário, no desenvolvimento do ensino superior e das actividades da I&D, nos estímulos e programas que garantam a "aprendizagem ao longo da vida", bem como a coordenação dos sistemas de informação e orientação profissional existentes e a intensificação da relação entre as escolas e instituições de ensino superior com a sociedade, de modo a garantir a formação, em larga escala, nas áreas que possam atrair e sustentar o crescimento de novas actividades;
- consolidação de infra-estruturas básicas através de investimento continuado nas áreas estratégicas dos transportes, telecomunicações e acesso às redes globais de informação.

#### **PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU E MUNDIAL**

##### **- OPÇÕES DE MÉDIO/LONGO PRAZO**

As perspectivas e interrogações suscitadas pelas dinâmicas que se antevêm para a "economia global" e para a União Europeia terão, naturalmente, fortes implicações no desenvolvimento de Portugal, criando novas oportunidades, mas colocando também novos desafios. O aproveitamento das oportunidades e o sucesso face aos desafios que a envolvente externa coloca a Portugal exigem a adopção atempada de uma estratégia de actuação de

médio prazo, integrada na perspectiva de uma transformação profunda a longo prazo.

Para assegurar o seu lugar, em condições de vantagem e progresso no processo de desenvolvimento global e europeu, Portugal deverá concretizar rapidamente um conjunto de opções claras:

- realizar os processos estratégicos que permitam a sua deslocação de uma posição geográfica de "periferia europeia" para uma posição geoeconómica de maior centralidade na economia mundial, explorando profundamente o potencial da sua fachada atlântica e da natureza dispersa de parte do seu território, para ocupar um lugar mais destacado na logística mundial e europeia;

- executar as transformações estruturais que facilitem uma aproximação mais rápida às actividades, tecnologias e

factores de competitividade que irão marcar a médio / longo prazo a economia mundial, apagando gradualmente a imagem de produtor de bens banalizados, tecnologicamente pouco intensivos e com fraca incorporação de "capital imaterial";

- proceder às reformas que permitam, no médio prazo, gerir melhor os impactos económicos e sociais da dinâmica demográfica de "amadurecimento" e envelhecimento da população, constituindo-se como uma economia que, pela antecipação e consistência dessas reformas, ganhe competitividade no contexto europeu;

- apostar, de modo sustentado, na implantação de actividades, tecnologias e infra-estruturas que "eliminem" a distância como constrangimento de competitividade, assegurando-se que a dinâmica das actividades converge para o movimento de posicionamento mais central do país na economia europeia e mundial;
- realizar uma melhoria substancial da eficácia, da qualidade e da acessibilidade num conjunto de grandes sistemas na área dos serviços, atribuindo uma elevada prioridade à organização e à "sociedade da informação".

Na base de todos estes processos, assegurar, como esforço prioritário, a valorização dos recursos humanos, preparando-se gradualmente para a integração nas economias baseadas no conhecimento.

### 2.3 **LISBOA, OESTE E VALE DO TEJO: CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A construção de uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo que seja sustentável - com durabilidade não só ao nível da relação entre economia e ambiente, como em termos de coesão social e do modelo de crescimento - e consistente - não só coerente ao nível da formulação de objectivos, como dotada dos meios suficientes para os alcançar -, exige uma visão rigorosa do "jogo" de restrições e condicionamentos que a tornam concreta e lhe dão vida própria.

Estas restrições e condicionamentos envolvem a acção dos poderes públicos, dos agentes privados e das organizações sociais, devendo permitir identificar, com rigor, os elementos que condicionam a difícil gestão da articulação entre o necessário e o possível, isto é, um caminho eficiente de optimização da margem de autonomia e manobra na prossecução dos objectivos da própria estratégia. Caminho esse que deverá permitir, de forma muito pragmática, agarrar oportunidades e limitar condicionalismos.

A Estratégia de Desenvolvimento proposta para a Região é construída não só para um território e uma população conhecidos, mas também para o

tempo concreto de afirmação de múltiplas transições:

- no Mundo, com a reforma institucional do sistema económico mundial, visando a regulação dos mercados globalizados;
- na Europa, com a União Económica e Monetária, a moeda única e o novo alargamento, alterando drasticamente a sua organização interna e o seu papel internacional;
- e em Portugal, com a passagem progressiva de país da "coesão" a país do "Euro", criando novas exigências competitivas e novos desafios sociais.

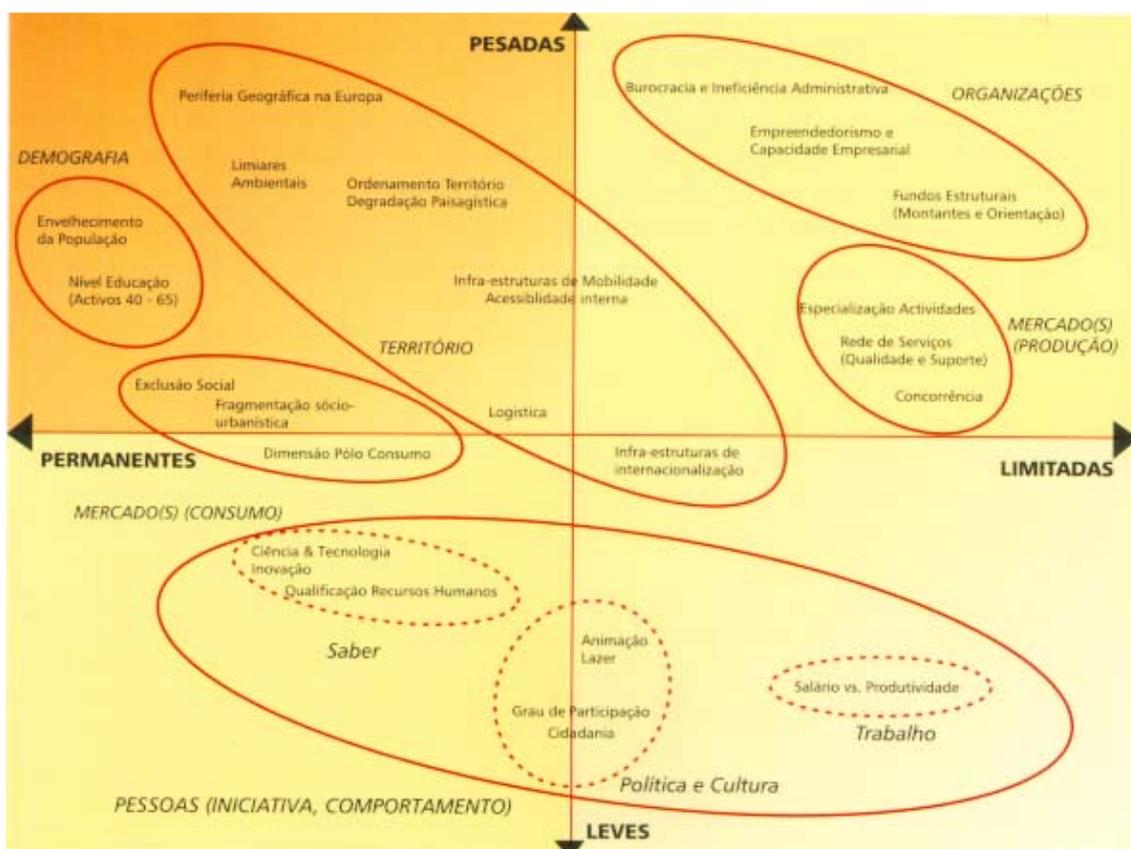
Estas transições, se apresentam uma clara origem económica "empurrada" pelas consequências da globalização e pelas exigências concorrenciais da competitividade têm, no entanto, de ser vistas como processos que têm nas suas determinantes políticas e sociais as principais esferas de desenvolvimento e consolidação.

### **2.3.1. RESTRIÇÕES E CONDICIONAMENTOS**

A distribuição das várias restrições / condicionamentos identificadas na Figura da página seguinte, onde se define um plano formado pelos dois eixos de restrições e condicionamentos - pesadas versus leves e permanentes versus limitadas -, sugere a sua agregação em seis grandes grupos que se

podem associar a outros tantos domínios razoavelmente coerentes:

**PRINCIPAIS RESTRIÇÕES E CONDICIONAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA RLVT**



## DEMOGRAFIA

---

As restrições e condicionamentos demográficos "pesam" sobre o processo de desenvolvimento, seja no quadro da reprodução de uma característica europeia - significativa perda de dinamismo demográfico - seja no quadro da reprodução de uma vulnerabilidade portuguesa - baixo nível de educação e qualificação da população activa - em particular das gerações anteriores ao alargamento da escolaridade e à democratização do ensino.

Estes elementos são bastante rígidos e envolvem restrições importantes que devem suscitar atenção particular em questões como o papel da imigração, o modelo de formação profissional e os processos de reestruturação industrial e comercial.

## TERRITÓRIO

---

O modo como na referida Figura se dispõem as diversas restrições e condicionamentos associados ao território ilustra situações de natureza distinta e com graus de liberdade de mudança diferenciados:

- os condicionamentos associados a aspectos físicos (limiares ambientais, posição geográfica) surgem como mais rígidos;
- os condicionamentos relacionados com domínios marcados por um grande número de decisores e operadores, tanto institucionais como

individuais, e por isso traduzindo aspectos culturais fortemente enraizados, surgem num segundo nível, envolvendo as formas de ocupação e uso do solo, a utilização do transporte individual privado em detrimento do transporte público e todo um conjunto de aspectos com tradução, por exemplo, em termos de ordenamento do território ou degradação da paisagem urbana e rural;

- os condicionamentos dependentes de um número relativamente reduzido de decisores e operadores, geralmente entidades públicas, surgem como aqueles que possuem maior margem de superação.

## ORGANIZAÇÕES

---

As restrições / condicionamentos do domínio "Organizações" constituem um dos nós decisivos na estratégia de desenvolvimento da RLVT. O diagnóstico realizado sugere que elas configuram um domínio muito sensível, tendendo a premiar acções fortes e intensas e a penalizar omissões ou meros ajustamentos progressivos, na medida em que a eficiência das intervenções públicas e o dinamismo da iniciativa empresarial condicionam fortemente o processo de desenvolvimento nesta transição de século.

## MERCADO(S) - CONSUMO

---

Estes condicionamentos configuram um domínio complexo de acção. Por um lado, porque a dinâmica de consumo é cada vez mais relevante para a captação e sustentação de actividades de elevado valor acrescentado; por outro, porque as disparidades de poder de compra e qualidade de vida e a fragmentação sócio-urbanística limitam os progressos da Região como pólo de consumo relevante à escala europeia e estes progressos tendem, sem mudança de modelo de desenvolvimento, a acentuar aquelas disparidades.

## MERCADO(S) - PRODUÇÃO

---

As restrições e condicionamentos do domínio "Mercado(s) - Produção" concentram-se, tal como os que se referem ao domínio "Organizações", no quadrante superior direito, sugerindo um maior grau de liberdade de mudança no período considerado.

Existe, aliás, uma clara interacção entre estes dois domínios que, se adequadamente explorada, pode contribuir para moderar os factores restritivos e potenciar os factores catalisadores do desenvolvimento económico e social. Esta interacção configura um dos mecanismos mais importantes para alimentar um "círculo virtuoso" ao serviço da renovação da capacidade de criar riqueza.

## PESSOAS (INICIATIVA, COMPORTAMENTOS)

---

As restrições e condicionamentos do domínio "Pessoas (iniciativa, comportamentos)" revelam, embora com predominância clara dos quadrantes "leves", maior dispersão. O que permite supor, por comparação com as agregações anteriores, que se trata do domínio onde será mais compensador e eficaz intervir face ao potencial de resultados a alcançar e às capacidades da inflexão de tendências prevalecentes. O diagnóstico sugere assim que elas não só configuram um domínio privilegiado de acção, como indiciam a importância das prioridades e dos caminhos escolhidos para essa acção. Valerá a pena, portanto, ensaiar a consagração da hierarquia do "permanente" sobre o "limitado", isto é, dar prioridade ao "saber" e à qualificação da vida "política e cultural" em relação ao "trabalho".

### 2.3.2. VANTAGENS E DESVANTAGENS

A Estratégia para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo comporta uma atenção particular à construção de vantagens e à limitação de desvantagens, na medida em que se trata de uma Estratégia sujeita a fortes pressões competitivas no espaço europeu e mundial.

## A) VANTAGENS

A construção de vantagens duradouras para a Região pressupõe, no quadro da Estratégia que se propõe, a seguinte lógica de intervenção:

- consolidar as vantagens estabilizadas de longo prazo que se traduzem em singularidades sustentáveis, isto é, associadas à especialização e recursos naturais valorizáveis no novo quadro da UEM, à localização geoeconómica e ao desenvolvimento turístico em profundidade, valorizando o património histórico e cultural;
- acelerar as vantagens em ascensão, isto é, associadas à inovação em actividades, tecnologias e produtos, a fenómenos de integração de actividades e a serviços montante/jusante, oferta / procura, produção / distribuição, universidade / indústria e ainda a uma nova concepção do ambiente como factor competitivo fundamental;
- gerir sem recuos ou hesitações as vantagens em perda ou condenadas, isto é, associadas a factores competitivos ultrapassados ou insustentáveis, à alteração da dimensão quantitativa e qualitativa dos mercados (global vs. local, diferenciação vs. uniformização) e a novas pressões concorrenciais.

## B) DESVANTAGENS

A limitação do impacto de desvantagens que pesam sobre Lisboa, Oeste e Vale do Tejo pressupõe, no quadro da Estratégia, a seguinte lógica de intervenção:

- privilegiar a redução rápida dos atrasos em áreas cruciais do desenvolvimento, como as que se associam a características naturais e físicas ou a insuficiências de massa crítica ou de investimento cumulativo e que têm alimentado a situação periférica do país e da Região, nomeadamente a incipiência da logística e a dependência na distribuição;
- reagir às desvantagens em afirmação, nomeadamente às associadas a uma insuficiente preparação para os novos fenómenos de cooperação, concorrência e alargamento da União Europeia, com novas pressões sobre a distribuição dos fundos estruturais e de coesão na Europa;
- acelerar as desvantagens em perda, nomeadamente as que estão associadas à dimensão do novo mercado europeu e à valorização das economias de escala, através de estruturas empresariais de dimensão suficientemente forte para a concorrência europeia e mundial, o que exige, em Portugal e na Região, um caminho de afirmação.

## 2.4 2000 / 2006: FACTORES E DESAFIOS DA MUDANÇA

O III Quadro Comunitário de Apoio representa para Portugal, e em particular, para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, um desafio de inovação e eficiência. Este desafio traduz-se na necessidade de assumir, de forma construtiva e consistente, a progressiva saída da situação de "país da coesão", através de uma transição que, envolvendo os programas de desenvolvimento regional, se baseie numa lógica ofensiva. Lógica essa que dê conteúdo próprio a uma firme articulação, em Portugal e na sua Região mais desenvolvida, entre o esforço de rigor e estabilização imposto pela consolidação da União Económica e Monetária e os progressos sustentados ao nível da convergência real. Assim:

- no plano dos aspectos financeiros, será determinante obter uma maior presença nos programas e iniciativas de base comunitária, nomeadamente nos que estimulam os factores dinâmicos da competitividade, e atribuir um papel mais activo aos objectivos e fundos de base nacional;
- no plano substancial será determinante melhorar significativamente a qualidade, selectividade e nível de integração dos programas e projectos, rompendo com as lógicas

do "subsídio" e do "dinheiro fácil" e, também, com a lógica de sectorialização / fragmentação dos programas e da Administração Pública;

- no plano dos modelos de desenvolvimento regional será determinante articular as experiências portuguesa e europeia envolvendo, para além da lógica de região mais desfavorecida ou menos desenvolvida, outras lógicas de promoção de desenvolvimento;
- no quadro da maximização dos recursos afectos ao desenvolvimento, será fundamental construir uma nova articulação de esforços entre meios públicos e privados, entre fundos comunitários, nacionais e locais e entre estruturas de decisão e gestão de programas e projectos, favorecendo a concentração em tudo o que exige massa crítica mínima para ser eficaz e a desconcentração em tudo o que exige o envolvimento descentralizado dos agentes;
- no plano do conteúdo dos programas e projectos de desenvolvimento, será decisivo assumir frontalmente uma viragem radical, abandonando o primado da infra-estrutura e do capital físico, em favor do primado da logística e do capital humano, valorizando as acções em parceria e cooperação - em detrimento das acções individualizadas - e fortalecendo a credibilidade do(s) promotor(es) nos critérios de decisão sobre projectos.

O período de 2000-2006 corresponde também à necessidade de reforço da coesão social e territorial sob pena de agravamento das fracturas sociais e geográficas que pesam sobre a democracia. (Ver Cap. III 3.3.)

## 2.5 OS AGENTES DA MUDANÇA

Uma região só é forte se tiver agentes activos, isto é, entidades públicas, associativas e privadas qualificadas, ágeis e disponíveis para cooperar em torno das questões-chave do desenvolvimento. O grau de inteligência colectiva de uma região depende da capacidade dos seus actores, mas também do seu empenho em processos de concertação estratégica de base territorial: é o seu funcionamento articulado que faz a diferença entre uma região com inteligência e uma região inteligente. As características dos vários agentes são, pois, tão decisivas como o modo como se relacionam entre si. Importa, portanto, qualificar os actores colectivos e individuais, clarificar competências e capacidades, cimentar uma cultura colaborativa que olhe para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo como um património comum que a todos diz respeito, pelos condicionalismos que apresenta e que interessa erradicar, pelos recursos que possui e que importa mobilizar, e pelas oportunidades que cria e que devem ser exploradas e concretizadas.

Os processos de desenvolvimento de uma região não são o fruto de um número reduzido de agentes que, nos seus domínios de intervenção, têm a incumbência de a pensar e gerir. Esses processos dependem de múltiplas entidades, de

inúmeros processos de decisão, não raro contraditórios, de iniciativas, pequenas ou grandes, que diariamente contribuem para "fazer" a região, tanto nos seus aspectos positivos como negativos. O desenvolvimento faz-se com projectos e estes necessitam de agentes que os concebam, que os enquadrem, que os concretizem e que deles beneficiem como executores ou utentes.

Em qualquer projecto de desenvolvimento - mais do que as opções sobre os investimentos, os equipamentos e as infraestruturas que o suportam -, os elementos decisivos são os agentes que o promovem e os processos que mutuamente os envolvem.

A ideia de concertação estratégica de base territorial, que vem sendo impulsionada pela CCRLVT, acolhe com convicção este conjunto de pressupostos. Procura, por isso, mobilizar agentes, ideias e projectos em torno de linhas estratégicas que sejam partilhadas por um leque diversificado de entidades, independentemente da sua natureza ou dimensão. Neste contexto, torna-se essencial definir competências num quadro marcado inevitavelmente por mecanismos de concorrência, mas também de cooperação e, ao mesmo tempo, criar condições físicas, humanas e financeiras para uma maior capacidade institucional por parte dos agentes da administração pública, do mercado e da sociedade civil. O estabelecimento de parcerias e os procedimentos de contratualização constituem elementos cruciais para a concretização das orientações de desenvolvimento definidas. Mas um bom relacionamento entre as várias

entidades admite grande diversidade de soluções, de intensidade e duração variáveis.

Os municípios e as respectivas associações desempenharão um papel-chave no desenvolvimento de base territorial, pelas competências formais que possuem, pelo conhecimento e sensibilidade que têm relativamente à realidade local, pelo reconhecimento e legitimidade democrática que as populações lhes conferem. A sua intervenção, enquanto agentes activos de melhoria das condições de vida depende, essencialmente, de três factores:

- a capacidade de combinar judiciosamente uma intervenção de tipo administrativo-normativo nos domínios do planeamento e gestão urbanísticos e de ocupação e uso do solo, com uma intervenção mais pró-activa e ofensiva no campo do desenvolvimento económico e social;
- a possibilidade de desenvolver formas efectivas de cooperação e compatibilização com os diferentes níveis da administração pública e com entidades do sector associativo e privado, no âmbito da aplicação do princípio da subsidiariedade;
- a garantia de condições de enquadramento da sua acção - técnicas, financeiras e organizacionais -, compatíveis com a ambição e a necessidade de intervirem em projectos de maior dimensão e complexidade e de desenvolverem competências em domínios inovadores.

O reforço da capacidade financeira, autónoma, dos municípios é absolutamente indispensável.

Compreende-se, por razões orçamentais, que seja um processo progressivo, sustentado, mas tem de ser prosseguido sem hesitações.

Em primeiro lugar, porque a maturidade da administração local e a sua proximidade dos problemas e das populações garante um melhor uso e rentabilidade dos dinheiros públicos; depois, porque se torna necessário evitar a dependência dos municípios de receitas fundiárias e imobiliárias que têm efeitos perversos na qualidade urbana e do ordenamento do território; finalmente, para garantir que os fundos estruturais sejam aplicados em projectos estruturantes e não na solução de carências que devem ser resolvidas através de meios próprios ou de transferências do OE.

O reforço da capacidade financeira e orgânica das associações de municípios é fundamental para as capacitar no apoio técnico e na gestão de redes (saneamento, transportes, sistemas de informação, etc.).

Também as associações empresariais de base regional, em particular, e as associações emanadas directamente da sociedade civil (associações de defesa do ambiente, culturais, agências de desenvolvimento local e regional, etc.) em geral, desempenham um importantíssimo papel ao garantirem, de uma forma organizada, a expressão dos interesses, das preocupações e das expectativas locais. Reconhece-se hoje que a dimensão de participação mobilizadora de opiniões quantas vezes dispersas e sem voz própria constitui, a par dos mecanismos formais de representação

política, uma condição fundamental de enriquecimento da democracia. A qualificação e profissionalização destas associações são essenciais não só para melhorar o seu desempenho mas também numa óptica de credibilização, reconhecimento público e responsabilização.

Mas as entidades de base local ou regional não são as únicas a deter um papel crucial nos processos de desenvolvimento das regiões. À administração central, nomeadamente através dos seus órgãos desconcentrados, cabe uma importante função de enquadramento estratégico e operacional. Da sua reorganização ao nível regional, modernização e disponibilidade para uma cultura consolidada de coordenação e cooperação depende, em muito, o grau de eficiência da actuação das restantes entidades.

A reforma da administração pública, a um nível mais estrutural, e a adopção generalizada de procedimentos de decisão e gestão mais ágeis, a um nível organizacional, poderão contribuir para alicerçar processos de desenvolvimento mais partilhados e, por isso, tendencialmente mais sólidos e exequíveis. A reorganização da administração desconcentrada do Estado, numa base regional e sub regional, e a sua efectiva coordenação e compatibilização interdepartamentais, são missões prioritárias, condições indispensáveis à modernização e progresso da sociedade portuguesa.

A concertação estratégica de base territorial, o estabelecimento de parcerias público-público e público-privado em torno de projectos relevantes, e a contratualização responsabilizante e

enquadrada em regras e metas claras, constituem apostas que se podem revelar decisivas para a concretização das orientações de desenvolvimento definidas para a Região. Os processos de interacção e decisão que este conjunto de procedimentos implica, deverão obedecer a figurinos variáveis, conforme as entidades envolvidas e os contextos prevaletentes. Importa, no entanto, garantir um fio condutor estratégico, mecanismos de auscultação e monitorização que de forma regular permitam uma visão de conjunto da Região, da sua trajectória de evolução e das suas componentes de desenvolvimento mais relevantes.

Os Conselhos Económicos e Sociais Regionais (CESR), recentemente criados, com uma organização interna sensível à diversidade temática e sub-regional, deverão constituir um Fórum que garanta essas várias preocupações, permitindo, por um lado, ouvir a Região e dando-lhe a voz que necessita, e por outro lado, incentivando o diálogo e a cooperação entre os agentes. Os CESR são a sequência adequada para prosseguir e consolidar o processo de participação e mobilização dos agentes e de entrosamento da administração desenvolvido na RLVT, na fase de planeamento estratégico.

Terá de ser assegurada a sua representatividade, mas também a necessária flexibilidade na sua estruturação e funcionamento, que permita adequá-los, dinamicamente, às evidenciadas diversidades sub-regionais e temáticas.

**3. UMA IDEIA PARA O FUTURO  
DA REGIÃO NO HORIZONTE 2010  
VISÃO PROSPECTIVA PARA ORIENTAR  
UMA DÉCADA DE INICIATIVAS E  
ACÇÕES**

- 3.1. UMA ECONOMIA FORTE**
- 3.2. UM TERRITÓRIO ORGANIZADO**
- 3.3. UMA SOCIEDADE COESA**
- 3.4. UM SISTEMA URBANO MODERNO**
- 3.5. O AMBIENTE COMO FACTOR DE BEM-ESTAR E OPORTUNIDADE**
- 3.6. UMA REGIÃO INTERNACIONALIZADA**
  - 3.6.1. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**
  - 3.6.2. COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL**
  - 3.6.3. UMA REGIÃO PLENAMENTE INSERIDA NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO**
- 3.7. UMA REGIÃO BEM LIGADA INTERNA E EXTERNAMENTE**
  - 3.7.1. ACESSIBILIDADES NACIONAIS E REGIONAIS**
  - 3.7.2. GRANDES INFRAESTRUTURAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO**
  - 3.7.3. DESENVOLVER E ORDENAR A LOGÍSTICA**

### 3.1 UMA ECONOMIA FORTE

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo poderá, no horizonte 2010, contribuir decisivamente para que Portugal assumira um novo "modelo de desenvolvimento", ao desempenhar um papel-chave nas transformações estruturais, cujas vertentes básicas são as seguintes:

- reforçar e alargar a cadeia de valor em fileiras de actividades, com base em pólos fortemente competitivos em termos internacionais, assegurando uma combinação de actividades convergentes, de conhecimentos e de competências, de projecção internacional e de inovação, aumentando o conteúdo em I&D e a capacidade de diferenciação nas indústrias e serviços, atraindo investimento externo e reforçando a criação endógena de novas empresas e grupos empresariais;

- orientar a acção dos poderes públicos e dos agentes privados para quatro grandes prioridades, devidamente contratualizadas, a saber:

1º. combinar adequadamente as lógicas de aglomeração e especialização de actividades;

2º. promover as actividades de alcance transversal no suporte à competitividade;

3º. desenvolver serviços financeiros inovadores e abertos ao investimento de risco;

4º. desenvolver agressivamente os serviços e as plataformas logísticas.

- apostar na diversificação de indústrias e serviços puxadas por mercados dinâmicos, valorizando estrategicamente o papel do consumo de bens diferenciados e de qualidade superior, a relevância central das actividades de informação e comunicação, a função fertilizadora das actividades ligadas à saúde e as oportunidades das "fileiras" já presentes na RLVT, em busca de novos nós de valor acrescentado, nomeadamente no turismo/lazer, no automóvel / material de transporte, na construção / habitat e no agro-alimentar;

- ampliar a dinâmica de criação de empregos, potenciando a passagem progressiva de um modelo demasiado extensivo (mais do mesmo) para um modelo claramente intensivo (novas actividades e qualificações), melhorando o perfil da relação entre produtividade e remuneração do trabalho e favorecendo a mobilidade e a flexibilidade para reduzir o tempo de resposta aos estímulos da procura e otimizar os horários de trabalho, consumo e lazer;

- promover, com voluntarismo sustentado, a criação de um ambiente favorável ao surgimento de novos agentes e iniciativas, com expressão privilegiada na capacidade empreendedora, na proliferação de serviços de apoio às empresas e na eliminação rápida das barreiras administrativas e fiscais a uma cultura de risco e de responsabilidade na sociedade civil;

- desenvolver novas práticas de concorrência e cooperação, que permitam construir abertamente uma compatibilização entre actividades plenamente inseridas nos desafios dos mercados globalizados e actividades menos expostas, mais ancoradas no tecido económico-social nacional e regional, com maior potencial para associar, no curto prazo, crescimento económico e emprego.

#### **DINÂMICA DE ACTIVIDADES E DIFERENCIAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO NA RLVT**

Uma economia forte exige uma dinâmica de actividades qualificadora, organizando a competitividade a partir dos factores não custo, como a qualidade, o design, o domínio da tecnologia, a propriedade industrial como mecanismo de protecção da diferenciação e a organização centrada nos recursos humanos, articulando:

- as actividades centrais - abrangendo os serviços financeiros, os serviços às empresas, os serviços de grande distribuição à população e o imobiliário;
- os sectores infra-estruturais - abrangendo a electricidade, o petróleo/gás, o ambiente; as telecomunicações e o audiovisual; as grandes acessibilidades e infra-estruturas associadas; o transporte aéreo, etc.;
- as actividades de especialização internacional - abrangendo as actividades que organizam a presença do país no mercado internacional de

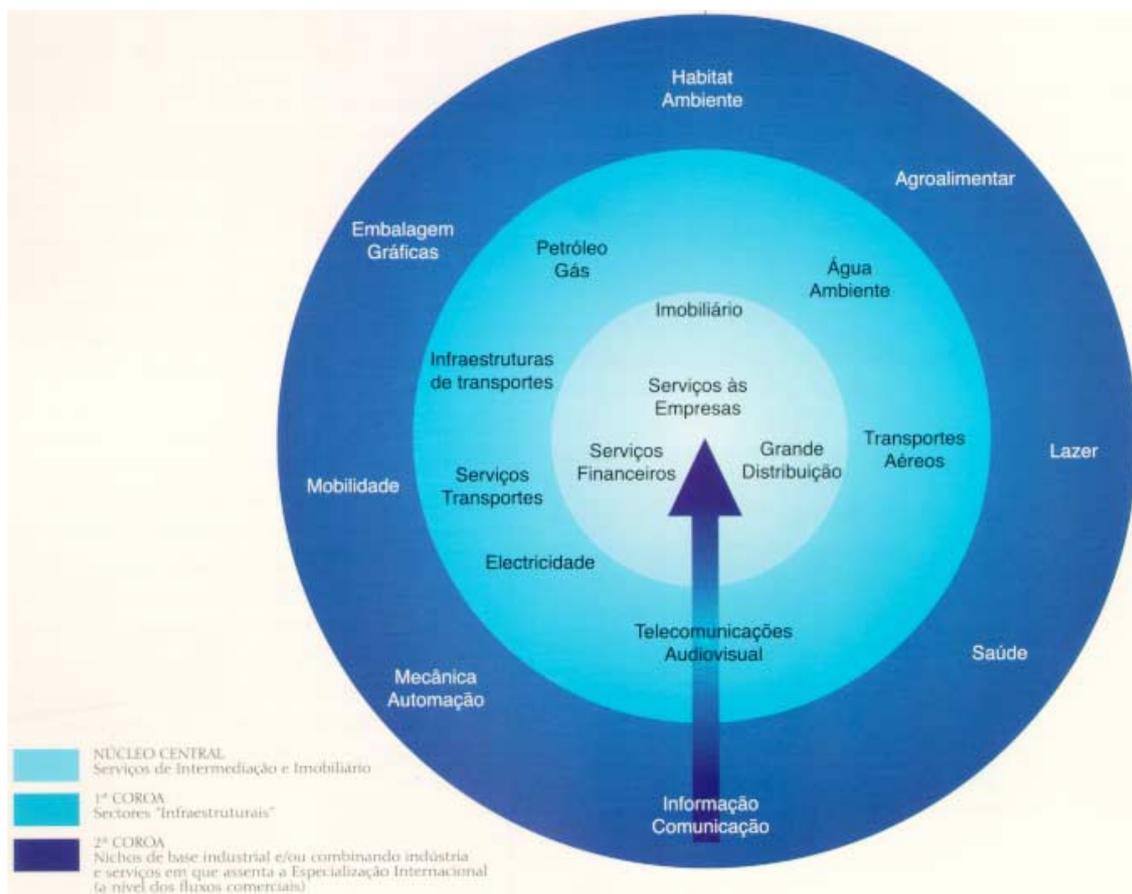
bens e serviços (descritas em termos de grandes "fileiras" funcionais);

- as actividades de fornecimento de Lisboa enquanto mercado de consumo em expansão acentuada em quantidade e qualidade

A Figura da página seguinte ilustra o modo como se concebe uma articulação possível para o processo de relacionamento do sistema de "fileiras" das actividades na RLVT, num horizonte até 2010 - identificando as actividades motoras ao nível do "Núcleo Central", dos "Sectores Infra-estruturais" e das "Actividades de Especialização Internacional".

Nela se aponta o papel estruturador do vector que interliga a "fileira" Informação/Comunicação na "coroa" das "Actividades de Especialização Internacional", com a dinâmica de competição, inovação e internacionalização dos operadores de serviços de telecomunicações / audiovisual / Internet, ao nível da "coroa" dos "Sectores Infra-estruturais" e com a transformação dos modos de operar do sector financeiro, da distribuição e dos serviços às empresas - situados no "Núcleo Central" - em torno da sua rápida "digitalização".

RLVT - DIFERENCIAÇÃO DAS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES



A RLVT continuará a apresentar, no horizonte 2010, uma forte concentração, em termos nacionais, das actividades localizadas no "Núcleo Central". A principal diferença relativamente à situação actual será a de uma muito maior internacionalização destas actividades, não só por via do investimento no exterior, mas cada vez mais pela exploração do ciberespaço - prioridade absoluta para a transformação do tecido terciário da AML.

Os "Sectores Infra-estruturais" continuarão a ter na AML a maior concentração das suas funções mais "nobres", embora se mantenha uma incógnita sobre o grau de autonomia que virão a ter no futuro, face aos parceiros/concorrentes de Espanha, envolvidos em processos de investimento externo em localizações semelhantes - América Latina e África do Norte.

Mas a contribuição da RLVT para um novo "modelo de desenvolvimento" tem que passar pela dinamização prioritária das "Actividades de Especialização Internacional". Nesta perspectiva identificam-se as grandes linhas de desenvolvimento.

**PAPEL CENTRAL E DINAMIZADOR DE UMA NOVA "FILEIRA" ASSOCIADO AO "SOFTWARE" / COMUNICAÇÕES / AUDIOVISUAL / SERVIÇOS INFORMÁTICOS**

- PME's especializadas na produção de "software" e na exploração de aplicações para a Internet e redes derivadas;

- serviços e indústrias associados aos conteúdos - nas indústrias da informação e entretenimento;
- actividades de teleprocessamento de informação para empresas internacionais, absorvendo mão-de-obra jovem, com formação escolar não diferenciada, mas susceptível de aprendizagem na área dos serviços informáticos.

**ASCENSÃO NA CADEIA DE VALOR DO "LAZER"**

- captação de um número crescente e significativo de turistas estrangeiros idosos para longos períodos de estadia na época baixa e média, em paralelo com a instalação de novos complexos residenciais para esse fim;
- forte crescimento das exportações de serviços em áreas afins do turismo, dirigidas a clientes institucionais (congressos, reuniões), bem como a captação de actividades de formação / reciclagem das grandes empresas europeias para unidades hoteleiras em zonas de forte valia paisagística e/ou histórico - cultural;
- maior investimento em grandes infra-estruturas de animação turística (parques temáticos, arcadas de realidade virtual, etc.) acompanhado de um papel mais central para a animação do património histórico e para as actividades culturais e artísticas;
- reforço das infra-estruturas e equipamentos desportivos capazes de responder às solicitações da preparação e treino desportivos de alto rendimento.

#### **ASCENSÃO NA CADEIA DE VALOR DO “MATERIAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE”**

- instalação de um outro construtor automóvel acompanhada pelo desenvolvimento da produção de componentes;
- enriquecimento e diversificação do tecido industrial de produção de componentes para o sector automóvel, evoluindo para o fornecimento de alguns subconjuntos especializados (vd. habitáculo, bem como do fabrico de moldes e de produtos de fundição);
- redinamização da construção naval/engenharia oceânica/reparação naval e oceânica e com a entrada no segmento da robótica oceânica e submarina;
- instalação de capacidade de fabrico na área da aeronáutica, de componentes e subsistemas para fornecimento aos grandes construtores, podendo vir a incluir, numa versão muito favorável, capacidade de integração de tipos especiais de aviões.

#### **CONSOLIDAÇÃO SELECTIVA DA “MECÂNICA / ELECTROMECCÂNICA / AUTOMAÇÃO”**

- expansão do fabrico de equipamentos electromecânicos pesados para os sistemas de produção e distribuição de electricidade e de

equipamentos de logística industrial, urbana e portuária;

- consolidação do fabrico de material circulante para caminho de ferro, de sistemas de transporte ferroviário urbano ligeiro e de sistemas de sinalização.

#### **PRESENÇA MAIS DIVERSIFICADA NA “SAÚDE”:**

- serviços de saúde e reabilitação para clientes internacionais, em paralelo com as actividades tradicionais do sector turístico;
- actividades de produção de matérias primas farmacêuticas e de serviço de teste e desenvolvimento de novos fármacos;
- actividades de produção de consumíveis hospitalares e equipamentos e instrumentação médica.

#### **UMA MUDANÇA NOS FACTORES DE COMPETITIVIDADE E UMA CLARA ASCENSÃO NA “CADEIA DE VALOR” EM ACTIVIDADES TRADICIONAIS**

Habitat/Ambiente (cerâmicas, vidro, artigos em matérias plásticas, revestimentos de cortiça, têxtil-lar, mobiliário, artigos metálicos, termo e electrodomésticos, etc.):

- difusão de novas soluções de energia descentralizada para o meio urbano;

- concentração e internacionalização das grandes empresas de construção civil e obras públicas e evolução das maiores de entre elas para as actividades terciárias de projecto, serviços ligados ao ambiente, gestão de infra-estruturas e redes, etc.;

- maior incremento das exportações de derivados de madeira e cortiça.

#### Papel/ Embalagem/Artes Gráficas:

- maior integração da produção pasta/papel ;

- multiplicação de empresas nas indústrias ligeiras da "fileira", associadas ao sector terciário, nomeadamente aos escritórios, à distribuição, ao ensino e formação, em torno do conjunto "material de escritório / embalagens / artes gráficas".

Agro-alimentar, é um dos sectores mais densos do país, com dois tipos de actividades distintas:

- actividades de transformação centradas nos cereais, proteaginosas, leite e carne (bovinos) e pecuária "sem terra" que, pela reforma da PAC e pela concorrência externa, irão ser afectadas no horizonte 2010; outras, como a horticultura, a fruticultura, os agro- industriais, a floricultura e a floresta, que poderão tornar-se no núcleo agro-florestal competitivo internacionalmente;

- cocentração de indústrias agro-alimentares de transformação de produtos agrícolas "exóticos",

que poderá também ter tendência a ampliar-se (nomeadamente se forem desenvolvidas no sistema portuário do "sul", funções de armazenamento e reencaminhamento para o resto da Europa desses produtos em fresco e dos seus transformados).

### 3.2 UM TERRITÓRIO ORGANIZADO

A RLVT, no horizonte 2010, poderá ter contribuído decisivamente para uma renovação da ocupação do território, mediante cinco processos fundamentais:

- reforço internacional da Área Metropolitana de Lisboa (AML), como uma das duas aglomerações urbanas melhor colocadas para protagonizar papéis de intermediação do país com o exterior e para assegurar a sua inserção nas dinâmicas da economia europeia e mundial;
- reorganização da Área Metropolitana de Lisboa, por forma a reduzir a expressão dos fenómenos de suburbanização, abrindo caminho para a consolidação de estruturas urbanas multipolares;
- gestão territorial cuidada da zona mais pressionada pela urbanização e industrialização difusas - o subsistema da periferia metropolitana -, constituído pela "coroa" que circunda a Área Metropolitana Central, ameaçada nos seus espaços rurais, nas suas paisagens e nos seus núcleos urbanos por um processo de descaracterização (devido à suburbanização, à industrialização e à explosão desordenada de construção de residências secundárias) quando essa "coroa" deve integrar uma cintura verde da "Grande Lisboa", constituindo, com o estuário do

Tejo, os dois grandes recursos paisagísticos da AML;

- abertura de oportunidades de desenvolvimento das regiões do "interior", associada à dinâmica de internacionalização do país e à maior integração territorial regional. A RLVT desempenhará um papel crucial nesse processo de abertura, mercê das grandes infra-estruturas de internacionalização nela localizadas;
- promoção do desenvolvimento em meio rural, quer nos espaços rurais da periferia urbana que constituem unidades territoriais com as cidades médias, quer nos espaços semi-periféricos de baixa densidade.

Em termos prospectivos, poder-se-á afirmar como hipótese possível o desenvolvimento espacial para a Região nos seguintes termos:

#### ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA:

- a AML, centro da RLVT, deverá modificar a sua estrutura, evoluindo de uma configuração radial para uma configuração associada a uma dinâmica polinuclear em malha;
- a AML deverá ter o seu núcleo central - no que se pode designar por uma nova "Grande Lisboa" -, claramente organizado em torno do estuário do Tejo e deverá afirmar novas centralidades que já se começam a manifestar nos corredores Oeiras / Cascais Sintra, Almada / Seixal e Palmela / Setúbal; esta nova organização exigirá grandes investimentos na requalificação funcional, urbanística e paisagística da "margem sul" e uma nova concepção de transportes que unifiquem

esta nova área central e os seus prolongamentos a Vila Franca de Xira e Montijo.

Nesta parte central localizar-se-ão as funções terciárias mais internacionalizadas e sofisticadas e um conjunto de funções quaternárias de valia nacional; uma evolução desta natureza exige "quebrar" os mecanismos que têm promovido um desenvolvimento urbano em extensão, sem qualidade, muito consumidor de solo, acompanhado pela degradação de zonas mais antigas da cidade de Lisboa;

- em torno deste novo "núcleo central" da AML deverá consolidar-se uma "coroa" alargada (incluindo o que atrás referimos como sistema da periferia metropolitana), estruturada com base numa rede urbana que reforce o papel de cidades e grupos de cidades como Torres Vedras e Setúbal, "coroa" em que se promova a integração dos espaços naturais numa "Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental", coexistindo com uma agricultura próspera e menos poluente e com áreas de residências secundárias num quadro de ordenamento do território muito mais exigente.

Nesta "coroa" continuará a localizar-se o "anel industrial metropolitano", concentrado e não disperso, com três grandes zonas de localização prioritária : uma ao longo da A8/Linha do Oeste, outra no eixo Carregado/ Azambuja e a terceira em Setúbal /Palmela;

UM VECTOR CORRESPONDENTE AO VALE DO TEJO:

- na Lezíria do Tejo combinar-se-iam actividades agrícolas, valorização paisagística e espaços de lazer com o sub-sistema urbano polarizado por Santarém funcionar como "âncora";
- no Médio Tejo (em que se destacaria como âncora "urbana" o sub-sistema Tomar / Torres Novas / Entroncamento / Abrantes) como espaço privilegiado de deslocalização, desconcentração e atracção de actividades industriais, servidas por centros logísticos e boas redes de acessibilidades à AML, ao norte do país e a Espanha, como área privilegiada para residências secundárias, atraídas pela combinação de floresta, espaços de lazer fluviais e albufeiras

DUAS DIRECÇÕES ESTRUTURANTES DE UMA "REGIÃO DE POLARIZAÇÃO METROPOLITANA", BENEFICIANDO DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADES E DO REFORÇO DAS INTER-RELAÇÕES ECONÓMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS:

- uma, em direcção a Leiria - incluindo os sub-sistemas urbanos de Caldas da Rainha / Peniche / Óbidos e de Leiria / Marinha Grande / Alcobaça / Nazaré;
- outra, em direcção a Évora - incluindo Vendas Novas/Montemor.

### 3.3 UMA SOCIEDADE COESA

As rápidas e profundas alterações económicas e tecnológicas que caracterizam as sociedades actuais se, por um lado, contribuem para o desenvolvimento e a criação de riqueza, por outro, são portadoras de desemprego, de exclusão e de pobreza.

Nas novas condições civilizacionais, o paradigma desenvolvimentista - que postulava ser a criação de riqueza condição suficiente para a melhoria

das condições de vida da generalidade da população - perde manifestamente sentido.

Se a criação de riqueza continua a ser uma condição necessária para o progresso e a melhoria das condições de vida, ela não é, contudo, suficiente, como bem demonstra o progressivo acentuar da exclusão e da pobreza e os fenómenos de dualização nas sociedades de economia competitiva e de desenvolvimento tecnológico avançado.

O desenvolvimento sustentado exige um esforço consciente e voluntarista de promoção das condições de equidade social e territorial, de controlo dos factores de exclusão e uma procura incessante de garantia dos mecanismos de inclusão social, informacional e territorial.

#### MODELO DE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL 2000 / 2006



Fonte: PNDES

Uma estratégia pragmática de promoção da coesão social e territorial na RLVT passa por duas perspectivas de intervenção:

- recuperação das situações de exclusão e pobreza acumuladas (ao nível dos rendimentos, das habilitações literárias e profissionais, das condições de alojamento e da precaridade urbanística);
- assegurar a "dimensão social" em todos os processos e projectos de modernização económica, educacional, tecnológica, acessibilidades, etc. programados.

Essa estratégia deverá ser garantida através dos seguintes princípios e domínios de actuação:

- promover um melhor equilíbrio entre as actividades e instrumentos de melhoria da competitividade e os que permitem um reforço da coesão social, nomeadamente no que se refere às infraestruturas de suporte à vida quotidiana e, muito particularmente, ao reforço da qualificação e capacitação tecnológica e cultural da população. Requer-se uma atenção especial às situações de exclusão social mais grave, às "bolsas de pobreza", bem como aos grupos de maior vulnerabilidade, de forma a promover um contexto de igualdade de oportunidades;
- implementar novos processos nas formas de gerir a cidade - mais do que novos conteúdos - envolvendo a consensualização de objectivos entre um conjunto alargado de parceiros, (privados e públicos), sobre a adopção de medidas de discriminação positiva relativamente

às áreas menos desenvolvidas da RLVT e aos grupos populacionais desfavorecidos;

- promover a criação, nos meios urbanos e rurais, de um novo espaço público, com um bom ambiente, melhor estética, mais seguro e funcional, através da qualificação urbanística da rua, das praças, de pequenos espaços "sobrantes" e da reabilitação do habitat e do património; e da construção de equipamentos sociais e cívicos polivalentes;
- promover a manifestação de identidades locais e regionais, apoiando a realização de eventos culturais, lúdicos e desportivos, fazendo com que o espaço público induza o encontro, o convívio e a multiculturalidade, reforce os mecanismos da participação cívica e recrie formas positivas de apropriação da cidade;
- assumir uma política regional activa e participativa, onde a Administração - mais aberta descentralizada e desburocratizada -, chame a si novos papéis e responsabilidades com capacidade de inovação. Agindo através de políticas públicas intervencionistas, inovadoras, comprometidas com a cooperação público/privado, a administração deve ser capaz de accionar uma gestão coerente e descentralizada do território, consciente dos novos papéis e responsabilidades face ao crescente impacto territorial das novas formas de regulação social.

### 3.4 UM SISTEMA URBANO MODERNO

A qualificação metropolitana e o reforço do sistema de cidades intermédias - funcionando em redes de especialização e complementaridade - são as grandes prioridades para o sistema urbano da Região. Mas a RLVT, com destaque para a nova "Grande Lisboa", deverá ter também um papel motor na implantação de um novo paradigma de desenvolvimento urbanístico caracterizado por quatro vectores:

- Cidades Verdes, envolvendo um abastecimento garantido e qualificado de água, uma boa qualidade no saneamento básico e no tratamento de resíduos sólidos e o controlo da poluição atmosférica; prioridade à criação ou requalificação de espaços públicos, nomeadamente "espaços verdes", uma aposta na melhoria da paisagem e da qualidade da "envolvente verde" do tecido urbano; uma mobilidade não poluente;
- Cidades Digitais, envolvendo a melhoria dos serviços de comunicações/audiovisual das cidades, a ligação em larga escala à Internet das actividades e dos residentes, a utilização da telemática para oferecer serviços de modo mais "desterritorializado" e envolver mais os cidadãos na administração das cidades e o desenvolvimento de teletrabalho para as empresas;

- Cidades do Conhecimento e do Entretenimento, envolvendo a criação de redes de estabelecimentos do Ensino Superior e de I&D, a cooperação internacional com instituições complementares, a montagem de estruturas de apoio à "informatização" do ensino básico e secundário, a criação de escolas profissionais para actividades ou profissões correspondendo a actividades com grande procura no espaço nacional e europeu, o apoio à dinamização de museus e espaços de divulgação científica e tecnológica (incluindo "museus virtuais" inseridos em redes internacionais) e de espaços culturais e de aprendizagem artística e a instalação de infra-estruturas de diversão;

- Cidades Intergeracionais e Multiétnicas, envolvendo a preocupação central de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários, traduzindo-se na inovação do mercado imobiliário, na reabilitação urbana e na reanimação habitacional dos "cascos" das grandes cidades, reabrindo-os às jovens gerações; integrando os diversos grupos étnicos, valorizando vocações neles largamente difundidas (desporto, música, moda, etc...).

### 3.5 O AMBIENTE COMO FACTOR DE BEM-ESTAR E OPORTUNIDADE

A Região de Lisboa e Vale do Tejo poderá contribuir para aspectos centrais do desenvolvimento ambiental do país. Para além de questões associadas ao ambiente urbano, já referidas, cinco aspectos merecem destaque:

- conservação dos recursos hídricos, centrada na protecção e reabilitação dos dois maiores reservatórios de águas subterrâneas do País - Maciço Calcário Estremenho e Península de Setúbal;
- regularização do rio Tejo, com desassoreamento, despoluição e preservação de ecossistemas, de forma a minimizar as cheias, a garantir uma qualidade mínima das águas necessária ao desenvolvimento de novas actividades de lazer, bem como à protecção e valorização das espécies da fauna e da flora;
- protecção e valorização das orlas costeiras, questão do maior relevo na Península de Setúbal e na orla costeira do Oeste, que constituem zonas recreacionais de grande valia para toda a Região e, em especial, para a Área Metropolitana de Lisboa;
- conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente em torno dos locais incluídos na rede Natura 2000, que encontram grande

expressão na Região com duas áreas relevantes situadas nos estuários dos rios Tejo e Sado;

- recuperação ambiental e paisagística e renovação do património edificado em zonas de industrialização em declínio, nomeadamente as que se situam na margem sul do Tejo, reconvertendo a valência destas zonas e promovendo a valorização das suas áreas fluviais.

### 3.6 UMA REGIÃO INTERNACIONALIZADA

#### 3.6.1. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

Para assegurar uma maior centralidade para Portugal na economia mundial, podem avançar-se três prioridades, em termos de redes e infra-estruturas, com fortes impactos na Região:

- tripla aposta ao nível das telecomunicações: difusão rápida no acesso em banda larga aos utilizadores finais das principais cidades; uma ligação de operadores de telecomunicações portugueses a grandes Internet Service Providers ou a operadores de novas redes IP globais ao nível mundial; uma ligação de alguns desses operadores às redes de banda larga por satélite, especialmente vocacionadas para regiões periféricas;
- aposta na sinergia logística de portos associados ao transporte intercontinental de mercadorias e aeroportos com forte movimento de carga aérea, em ligação conjunta a boas redes terrestres de penetração múltipla em Espanha;
- existência de três vias de acesso à Europa para mercadorias - um corredor de transporte combinado, integrado nas redes transeuropeias,

passando por Madrid/Barcelona e dando acesso ao Ródano/Reno; um terceiro acesso multimodal à Europa, em direcção a Paris e à Mancha, via Irun; e a constituição de um "corredor de transporte marítimo de curta distância" em navios de alta velocidade;

#### 3.6.2. COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL

A afirmação de Portugal como território em que se interligam actividades de cooperação científica e intercâmbio cultural tem na RLVT uma base fundamental, nomeadamente nos seguintes aspectos:

- consolidação da RLVT como um pólo das "indústrias de conteúdos" em língua portuguesa e, em associação com os Açores, como um pólo das Ciências e Tecnologias dos Oceanos, aos níveis europeu e internacional;
- consolidação da RLVT como plataforma de intercâmbio cultural com o Oriente - especificidade a promover no quadro das relações culturais externas do país - e com o Mediterrâneo-especificidade a partilhar com o Alentejo e o Algarve;
- crescente internacionalização das instituições de Ensino Superior e dos Centros de Investigação de excelência da Região, no triplo sentido de maior intercâmbio ao nível de docentes, maior relação com empresas

européias em áreas avançadas das tecnologias e dos conhecimentos e integração em programas científicos internacionais, viabilizando em muitos casos a formação de plataformas institucionais que envolvam organismos de outras Regiões.

### **3.6.3 UMA REGIÃO PLENAMENTE INSERIDA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

A rápida disseminação das auto-estradas da informação em Portugal, com interação com as suas congéneres transeuropeias e mundiais, constituem a coluna dorsal para o desenvolvimento dinâmico da Internet e da televisão digital num ambiente competitivo, paradigma da nova "Sociedade da Informação", propiciando a todos os agentes envolvidos um acesso global simplificado e uma dinâmica de negócio sem precedentes.

Surge neste novo panorama a economia digital, o comércio electrónico e a comunicação multimédia interactiva, sem limitações de tempo e espaço, permitindo rapidamente o acesso à informação de qualquer natureza e transformando esta em conhecimento disseminado.

Posicionar os países e as regiões neste novo contexto evolutivo é essencial para afirmar como a sua competitividade numa economia global altamente concorrencial, atrair investimento que produza riqueza, fixe novas populações e

incremento o nível de vida e bem estar dos cidadãos.

A distância será cada vez menor e irá determinar o preço das comunicações. Deste modo, as empresas em geral não tomarão a localização geográfica como o centro da estratégia da sua actividade.

A localização geográfica das empresas em certos sectores de actividade, como os serviços e algumas indústrias de alta tecnologia, deixa de ser importante, permitindo um ordenamento territorial distinto, a fixação de novas populações e uma distribuição mais uniforme da produção e do consumo da riqueza.

Muitas empresas tornar-se-ão agregados de especialistas e de consultores independentes, suportadas em redes de teletrabalho. As suas existências físicas, como entidades organizativas com sede própria, tal com as concebemos hoje, será mais difusa, dando lugar ao que se designa por empresas virtuais.

As PME's continuarão a manter um papel predominante no tecido produtivo, promovendo inovadores e lucrativos negócios a uma escala transnacional, a custos cada vez mais reduzidos.

A fronteira que separa o escritório do lar torna-se cada vez mais ténue. A localização da habitação não estará tão condicionada pela proximidade ao local de trabalho, desde que os meios de acesso às redes e à informação estejam genericamente acessíveis, o que acarretará implicações energéticas e ambientais altamente favoráveis.

## A) VECTORES DE DESENVOLVIMENTO

O novo modelo de desenvolvimento das regiões na sociedade da informação é passível de evolução segundo determinados vectores, os quais tentam otimizar o potencial das infra-estruturas de comunicação e das oportunidades, aplicadas, neste caso, à Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. Os exemplos apresentados não são exaustivos, mas tão somente expressam caminhos passíveis de exploração imediata e no médio prazo.

### DISSEMINAÇÃO DE ESTRUTURAS PRODUTIVAS DE ALTO VALOR ACRESCENTADO

---

- fomento de parques tecnológicos avançados e da ligação às escolas/universidades, a partir de campus digitais abrangentes em articulação com centros de investigação e desenvolvimento, em âmbito nacional e internacional;
- estabelecimento de indústrias de software, integração de sistemas, desenvolvimento de aplicações e conteúdos multimédia para utilizações culturais, científicas, lúdicas e de turismo, a partir do potencial da Região nestes domínios;
- promoção de empresas dedicadas a actividades de formação contínua aberta e à distância e da disseminação de centros para apoio à difusão de informação on-line com utilidade para o tecido económico da Região;

- desenvolvimento do comércio electrónico e da exploração de serviços de certificação e segurança digital na Região e de redes de teletrabalhadores e empresas virtuais;
- incentivos à colocação na Região de empresas de serviços de âmbito nacional e internacional que fomentem uma telecultura a nível empresarial e pessoal;
- aposta em centros de investigação e aplicação piloto na Região, domínio das tecnologias ambientais consideradas chave, salientando-se a biotecnologia, sensores avançados, tecnologia para viaturas automóveis não poluentes, reciclagem de produtos, tratamento de águas e lixo, micromanufactura, energias renováveis e tecnologia fotovoltaica.

### SERVIÇOS INOVADORES DE GRANDE PROCURA INTERNA E DE NATUREZA INTERPESSOAL

---

- disseminação de serviços integrados de teleautarquias em redes públicas e privadas de informação, com transacção electrónica e formulários digitais, desburocratizando as máquinas administrativas do Estado e das Autarquias, com aproximação ao cidadão e empresário, simplificando processos;
- desenvolvimento de aplicações de telemedicina, com modernização dos serviços de emergência e de protecção civil;

- disseminação da utilização das tecnologias da informação nas instituições de solidariedade social e no apoio à inserção de grupos socialmente desfavorecidos e marginalizados;
- instalação de centros de apoio e de sistemas de incremento de qualidade de vida e da autonomia para pessoas com necessidades especiais e da população idosa isolada;
- incentivos à criação de redes de centros de teletrabalho e de prestação multiserviços, deslocalizados dos grandes centros urbanos (designadamente de "ensino à distância").

#### **NOVAS DIMENSÕES NA ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO, NA CULTURA E LAZER**

---

- consolidação da Internet nas escolas, bibliotecas e em locais de convívio públicos e privados, incentivando a elaboração de trabalhos cooperativos virtuais e de contacto com a administração regional por meios electrónicos;
- incentivo à acessibilidade e ao desenvolvimento de bibliotecas digitais e mediatecas;
- promoção da divulgação turística, congressos, seminários, eventos desportivos de alta competição e outros acontecimentos públicos, com interesse geral ou específico, por recurso a serviços on-line georeferenciados;
- implementação de sistemas de postos públicos multimédia fixos e móveis, para serviços orientados aos cidadãos e turistas, incluindo

formas sofisticadas e selectivas de advertising da Região e das suas múltiplas potencialidades;

- desenvolvimento de uma rede de museus e de outros locais de interesse cultural e artístico e de fruição de tempos livres;
- apoio a acontecimentos e novas expressões culturais e lúdicas com tónica virtual, com interesse para a comunidade;
- incentivo ao desenvolvimento de um sistema de televisão interactiva digital de alta definição, com carácter temático regional para a prestação de serviços públicos.

#### **REVITALIZAÇÃO DO ORDENAMENTO, REQUALIFICAÇÃO URBANA, AMBIENTAL, PAISAGÍSTICA E SEGURANÇA PARA UMA QUALIDADE DE VIDA SUPERIOR**

---

- implementação de sistemas de cartografia digital avançada e de serviços integrados de informação geográfica, para um planeamento e gestão mais eficaz da Região;
- incentivo à utilização de aplicações CAD/CAM e de realidade virtual nas autarquias e nos sectores da arquitectura e de engenharia da Região;
- desenvolvimento de redes de telemetria e televigilância para monitorização da qualidade do ambiente, da prestação dos serviços essenciais (água, gás, electricidade, iluminação e recolha e tratamento de resíduos), incluindo as zonas

costeiras, albufeiras, parques e outras áreas verdes e pontos de captação de água;

- evolução de sistemas de monitorização, gestão e informação do tráfego rodoviário, com articulação a outros sistemas e sub-sistemas de transporte público e privado;
- implementação da integração coordenada e da informação on-line dos múltiplos serviços de transportes da Região, via aplicações de global positioning, incrementando a rapidez e o conforto na utilização dos transportes públicos;
- incentivos à utilização das aplicações de global positioning para a gestão de frotas de empresas e para a logística de distribuição de bens e serviços tangíveis, em articulação com portos, aeroportos, estações de caminhos de ferro, de autocarros e camiões, etc.;
- desenvolvimento de sistemas digitais integrados de televigilância para a protecção continuada de pessoas e bens em zonas críticas, incluindo, por exemplo, a envolvente às escolas e a outras áreas consideradas de actuação prioritária;
- promoção da disseminação de edifícios inteligentes, bio-climáticos, com telemetria e controle remoto, nas empresas e nas residências, a par da intensificação da recuperação urbana e das zonas históricas.

### 3.7 UMA REGIÃO BEM LIGADA INTERNA E EXTERNAMENTE

#### 3.7.1. ACESSIBILIDADES NACIONAIS E REGIONAIS

##### ESTRUTURAÇÃO DO CORREDOR LITORAL NORTE-SUL:

- integrando o IP-1, da fronteira de Valença à fronteira de Castro Marim; as linhas de caminho de ferro do Minho, do Norte e do Sul; os aeroportos do Porto e de Faro, bem como o novo aeroporto de Lisboa, que permitem as ligações aéreas entre as três cidades e destas com o exterior; os portos de Viana do Castelo, Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal, Sines, Portimão e Faro, que constituem a base das ligações marítimas de mercadorias, dentro do território nacional;
- este corredor reforça também a centralidade e o papel articulador do sistema urbano de Lisboa e Vale do Tejo no território nacional;
- este corredor integra o chamado corredor Galaico-Português, em que o reforço das relações com a Galiza dará uma nova centralidade à Área Metropolitana do Porto, proporcionando-lhe novas oportunidades de

desenvolvimento e afirmação no noroeste da Península.

#### **CONSOLIDAÇÃO DE EIXOS TRANSVERSAIS E DIAGONAIS ESTRUTURANTES**

- eixo transversal constituído pelo IP-7 como eixo estruturante do território nacional, articulando o litoral e o interior e que estabelecerá uma das principais ligações terrestres com Espanha e com a Europa, cruzando-se na RLVT com o Corredor Norte - Sul;
- um conjunto de "diagonais" de que é exemplo a diagonal do Tejo, constituída pelo IP-6 e pelo IP-2 (Guardate-Guarda) e pela Linha da Beira Baixa.

#### **GRANDES INFRA-ESTRUTURAS A CONSTRUIR OU COMPLETAR ENVOLVENDO A RLVT:**

- IC 1 - localizado no "Eixo Norte-Sul" e que permitirá ligar Lisboa a Coimbra, passando por Leiria;
- a reformulação do papel e das condições de funcionamento da actual linha ferroviária do Oeste;
- IC 11 - a grande "circular externa" da Área Metropolitana de Lisboa, que permitirá ligar Torres Vedras ( e a A8) a Setúbal;

- IC 3 - que "desencravará" a margem sul do Tejo, permitindo a ligação ao IP6 e a Coimbra pelo centro do país.

- IC 13 - ligando a Península de Setúbal ao Alto Alentejo e a Espanha

#### **3.7.2. GRANDES INFRAESTRUTURAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO**

##### **NOVO AEROPORTO INTERNACIONAL DE LISBOA**

A globalização económica e o extraordinário incremento do turismo e do lazer estão a induzir um forte aumento do tráfego aéreo de pessoas e mercadorias.

Entre 1989 e 1998, o tráfego de passageiros na Portela teve um crescimento médio anual de 6,4%, passando de cerca de 4 mpa (milhões de passageiros por ano) para 7,8 mpa. O tráfego doméstico evoluiu a uma taxa de 4,7% enquanto o tráfego internacional cresceu a uma taxa média anual de 7,0%, acentuando a natureza internacional deste aeroporto. O tráfego de carga cresceu, no referido período, a uma taxa média de 3,9%, atingindo 100 mil toneladas em 1998. As previsões realizadas nesse ano, no âmbito dos estudos do Novo Aeroporto (NAER), apontavam para o esgotamento da capacidade da Portela (12 mpa) entre 2007 e 2012, provavelmente em 2010, com previsões de taxas

de crescimento anual entre 4% e 6%. Verificou-se entretanto que as taxas de crescimento do tráfego têm sido muito superiores. Em 1998, o tráfego de passageiros cresceu 16,8% e nos primeiros oito meses de 1999 cerca de 9,6% relativamente ao ano anterior. A análise por segmentos mostra que a componente internacional do tráfego continua a reforçar-se.

Entre Janeiro e Agosto de 1999, o movimento do aeroporto atingiu 5,8 milhões de passageiros.

Só naquele último mês o tráfego ultrapassou um milhão e vinte mil passageiros.

Sendo provável que as taxas de crescimento não se vão manter a um nível tão elevado, também é de admitir que sejam significativamente superiores às estimadas em 1998, o que permite supor que a capacidade limite da Portela, na sua configuração actual, após a conclusão do programa de investimentos em curso (12 mpa), será atingida entre 2004 e 2006.

Não se justificam os investimentos necessários para reforçar a capacidade da Portela até 16/20 mpa, correspondendo a uma ampliação da sua vida útil por mais cinco a oito anos. Será assim necessário construir um Novo Aeroporto Internacional, o mais brevemente possível, a par, provavelmente, da realização na Portela dos melhoramentos suficientes para adiar o seu esgotamento até à data de abertura do novo aeroporto, caso se mantenham as perspectivas de crescimento acima referidas.

Razões de natureza ambiental, de segurança e estratégia, reforçam igualmente a necessidade de um Novo Aeroporto.

Em termos ambientais, a actual situação (por exemplo no ruído) já corresponde a uma desconformidade com os preceitos legais. Os previstos aumentos de tráfego irão agravar sensivelmente esta situação. O risco de acidente sobre a cidade, se bem que felizmente diminuto, é de qualquer forma agravado pelo aumento do tráfego.

Estas razões têm apoiado noutros países europeus a realocização dos aeroportos situados dentro ou nas proximidades imediatas das grandes cidades e constituem, para os que ainda se mantêm, preocupações e sobrecustos significativos na respectiva gestão.

O aeroporto internacional de Lisboa, devidamente articulado nas suas valências com os aeroportos internacionais do Porto e de Faro, é um equipamento fundamental para a modernização e competitividade do país e peça-chave da estratégia de fazer de Portugal uma plataforma Atlântica - da Europa e da RLVT a sua charneira.

Tendo que ter em conta as realidades da Península Ibérica, designadamente o avanço de Madrid nas funções de placa giratória, um novo aeroporto moderno e funcional em Lisboa é elemento fundamental da competitividade e complementaridade ibérica e da soberania nacional.

Sendo inquestionável que a construção e exploração do Novo Aeroporto deverá ser feita em regime de concessão a privados, na modalidade de project-financing, a sua concepção e realização deverão ser garantidas

como obra modelar aos níveis estético e funcional.

### **CAMINHO DE FERRO**

Não estão concluídos os estudos, nem tomadas as decisões, que permitam dispôr de um Plano Ferroviário Nacional que defina, entre outros aspectos, a modernização do sistema ferroviário regional e suburbano, a modernização da ligação ferroviária ao Algarve, a indispensável melhoria dos interfaces ferro-portuários e a futura rede de Alta Velocidade.

Neste contexto, é inquestionável que a nova rede a construir deverá articular-se com o sistema aero-portuário, integrando-se, no entanto, num quadro mais amplo das Redes Trans-Europeias.

Por outro lado, considerando a tendência para a especialização da redes - embora com forte interdependência do ponto de vista da exploração comercial / interoperabilidade - torna-se necessário considerar um novo atravessamento ferroviário do rio Tejo, em Lisboa, atravessamento esse que terá a sua inserção, na margem norte, possivelmente na zona da actual Gare do Oriente.

### **PORTOS: DECISIVOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO E A COMPETITIVIDADE**

O congestionamento dos transportes terrestres, as limitações do transporte aéreo, o rápido crescimento das trocas ao nível mundial e as alterações tecnológicas das estruturas portuárias perspectivam um forte relançamento do transporte marítimo de mercadorias.

Neste contexto, abrem-se importantes oportunidades para os portos nacionais - como o demonstra o recente contrato entre o porto de Sines e operadores de Singapura - e em particular, para os portos da RLVT, pela localização e condições marítimo-portuárias.

Apesar dos fortes condicionamentos urbanísticos, o porto de Lisboa manterá, no curto e no médio prazo, o seu papel de principal porto comercial do continente, tendo condições para assumir a liderança europeia no segmento dos cruzeiros na costa Atlântica Norte (em 1998 ocupou já a 1ª posição no que se refere a escalas).

### **A OPORTUNIDADE DO MERCADO ESPANHOL**

A progressiva integração do mercado ibérico vai-se ainda acentuar nos próximos anos.

É previsível que esta tendência, acompanhada pelo desaparecimento progressivo do factor psicológico de "fronteira", acentue o posicionamento privilegiado dos portos portugueses face ao interior espanhol, com destaque para as regiões da Andaluzia,

Estremadura, e muito particularmente, a região de Madrid.

O "custo de oportunidade" subjacente depende de encarmos de frente e darmos corpo aos desafios propostos, sob pena de, pelo contrário, serem os portos espanhóis a conquistarem mercado em Portugal.

Lisboa e principalmente Setúbal (mas também Sines) dispõem de boas condições para penetrar de forma substancial nesse mercado, quer pelas novas acessibilidades, quer pelas reservas de capacidade disponíveis no âmbito do respectivo sistema portuário.

Condição necessária para concretizar esse objectivo é que seja prosseguida a profunda reforma portuária, transferindo para o sector privado a responsabilidade das actividades de exploração portuária, no quadro de uma política de concessões, de forma a conferir ao sector o necessário dinamismo.

#### **SISTEMA PORTUÁRIO LISBOA - SETÚBAL**

É necessário que os portos de Setúbal e de Lisboa evoluam para uma lógica de "sistema portuário Lisboa - Setúbal", devidamente coordenado ao nível das respectivas Administrações. O relativo declínio de Lisboa e a pujança do crescimento sustentado de Setúbal ao longo da última década, apontam nesse sentido: em 1998, Setúbal movimentou pela primeira vez mais de 50% da tonelagem de

Lisboa (6,5 milhões de toneladas contra 11,25 milhões de toneladas).

Tratando-se de portos com vocações tendencialmente semelhantes, - agora que Setúbal vai aos poucos descolando do seu carácter de "porto industrial" - a complementaridade entre os dois portos poderá revelar-se amplamente benéfica para a Região. De entre os aspectos mais óbvios, poderão citar-se:

- segmentação de mercados entre ambos os portos, privilegiando os pontos fortes de cada um e exercendo um papel complementar nas situações de falta de oferta ou de necessidade de promover a concorrência entre terminais (p. e. contentores);
- coordenação de políticas entre Administrações, incluindo ao nível dos investimentos;
- coordenação das políticas comerciais e de marketing;
- coordenação dos respectivos sistemas nos domínios da informática e das tecnologias da informação;
- disponibilização de zonas de reserva e de expansão portuária, sob a forma de "bolsas".

A optimização do sistema implica uma ponderada avaliação da solução de "Administração única" para os dois portos ou, no mínimo, urgentemente, uma "gestão estratégica integrada".

## **PORTO DE PENICHE**

O desenvolvimento do Porto de Sines, como porto de águas profundas e transshipping retira espaço a Peniche como porto de águas profundas, exigindo um grande investimento. Em contrapartida, Peniche tem todas as condições para se afirmar como o grande porto de pesca, a nível nacional, e centro dinâmico de actividades derivadas comerciais, industriais e de investigação. Daí a proposta de localizar em Peniche uma unidade reunindo um "Observatório de Pescas" e actividades ligadas às ciências do mar.

## **CORREDORES DE LIGAÇÃO À EUROPA**

Os "Corredores" de Ligação Portugal / Espanha / Europa - em que a RLVT ocupará uma posição chave em quatro corredores de acesso a Espanha e à Europa:

- "Corredor da Estremadura"- que ligará por via ferroviária e rodoviária Lisboa a Madrid em novas condições e em articulação com as plataformas portuárias do Sul (Sines e Lisboa/Setúbal);
- "Corredor Galaico - Português"- que ligará por via rodoviária e ferroviária Vigo / Orense / Porto / Lisboa e poderá ser conectado directamente aos portos de Leixões e Lisboa/Setúbal, aos portos regionais de Viana do Castelo e Aveiro, aos aeroportos de Pedras Rubras e ao novo aeroporto de Lisboa;

- "Corredor Portugal - Irun"- que ligará por via rodoviária e ferroviária Irun / Valladolid / Guarda / Lisboa / Porto e poderá ser conectado directamente aos portos de Leixões, Aveiro, Lisboa/Setúbal e ao aeroporto de Pedras Rubras. Este corredor teria um percurso complementar a sul, que englobaria a linha ferroviária da Beira Baixa e a nova "auto-estrada da Europa" integrando troços do IP6 e do IP2;

- Corredor Rodo - Marítimo - a estes "Corredores Multimodais" deverá acrescentar-se um outro - a "auto estrada rodo - marítima para a Europa", integrando a componente de "Transporte marítimo de curta distância", com um novo tipo de navios rápidos, com Leixões e Setúbal como portos vocacionados para interface desses corredores.

### 3.7.3. DESENVOLVER E ORDENAR A LOGÍSTICA

A Logística vem assumindo, nas economias mais avançadas e complexas, um papel cada vez mais relevante.

O desenvolvimento da Logística como sector "autónomo" e especializado, tanto nas cadeias de produção como nas de distribuição, verifica-se hoje na generalidade dos países europeus, onde tem contribuído para uma maior eficácia e rentabilidade dos sistemas de movimentação de mercadorias, para uma melhor e mais racional organização do território, minimizando alguns dos impactos negativos do transporte de mercadorias.

Portugal apresenta um significativo atraso no que respeita ao desenvolvimento empresarial e às infra-estruturas ligados à Logística, comparativamente com os países da União Europeia. Este atraso reflecte-se tanto nos custos de produção e distribuição, como na desorganização do território, com impactes ambientais negativos, bem como na fragilidade e falta de competitividade da maioria das empresas ligadas ao sector, as quais introduzem pouco valor acrescentado na "Cadeia" de transportes de mercadorias.

Esta situação afecta particularmente a AML, principal centro consumidor do país, produtor de equipamentos e bens de consumo e principal pólo de intermediação comercial com outros países.

A Logística regional e metropolitana assenta basicamente em pequenas empresas de transporte e de armazenagem e é caracterizada pela sua dispersão territorial, devido sobretudo à grande incidência dos factores custo de solo e acessibilidade na localização das empresas.

Recentemente, e com a progressiva integração do país nos espaços ibérico e europeu, têm-se instalado empresas, sobretudo na AML, tanto nacionais como internacionais, especificamente dedicadas à Logística, as quais vêm introduzindo novos processos e tecnologias no sector acelerando a sua modernização e transformação.

No entanto, perante a falta de enquadramento institucional do sector, a sua implantação territorial tem-se feito de forma "espontânea" ou casuística, como se verificou com o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, não beneficiando de adequadas condições de acessibilidade nem de uma desejável articulação inter-modal.

A AML não dispõe actualmente de plataformas logísticas ou de zonas de actividades logísticas com características e condições para se integrarem com eficácia e capacidade competitiva nas redes logísticas ibéricas e europeias. De facto, as áreas que actualmente cumprem estas funções resultam da ocupação e renovação de antigas zonas industriais, ou da implantação, não planeada, de "baldios logísticos" próximo de eixos das redes viárias fundamentais (IP e IC). Assim, os concelhos que desempenham um papel mais significativo na logística regional e metropolitana (Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Azambuja, Palmela

e Setúbal), são especialmente atingidos pelos impactos negativos da falta de enquadramento, tanto sob o ponto de vista de regulamentação da actividade como dos apoios e incentivos à reorganização e modernização empresarial, como ainda do ordenamento territorial e do planeamento das plataformas logísticas.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social atribui à Logística uma importância estratégica no desenvolvimento económico do país, na integração de Portugal no espaço europeu e na sua afirmação como Plataforma Atlântica da Europa.

Neste contexto, a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo tem um papel incontornável e prioritário na implementação do sistema logístico nacional, nomeadamente:

1. ordenamento, qualificação e dinamização de áreas existentes com funções logísticas a nível inter-regional e internacional - Carregado / Azambuja; Bobadela / Alverca; Coina / Palmela; Torres Novas / Entroncamento;
2. criação de novas plataformas logísticas com impacto na reorganização da logística regional e metropolitana - CTM da Área Metropolitana de Lisboa Norte; CTM da Área Metropolitana Sul;
3. consolidação e integração territorial do Mercado Abastecedor de Lisboa (MARL);
4. reestruturação, ampliação e modernização do Centro de Carga Aérea do Aeroporto de Lisboa;
5. planeamento do Centro de Carga Aérea e da Zona de Actividades Logísticas do Novo Aeroporto (OTA);

6. melhoria das acessibilidades locais, metropolitanas e regionais das áreas logísticas, nomeadamente na ligação com os portos de Lisboa e Setúbal e com o Aeroporto da Portela;

7. reserva e aquisição de terrenos que permitam o desenvolvimento de novas plataformas logísticas a custos competitivos, garantindo boas ligações inter-regionais e com os portos de Sines, Setúbal e Lisboa;

8. ordenamento e enquadramento da logística especializada, em particular a relacionada com combustíveis e com as principais "fileiras industriais" (automóvel, construção civil/ habitat, agro-químicas);

9. reorganização da micro-logística, incentivando a realocação de empresas instaladas nas áreas urbanas e condicionando a circulação de veículos pesados em meio urbano;

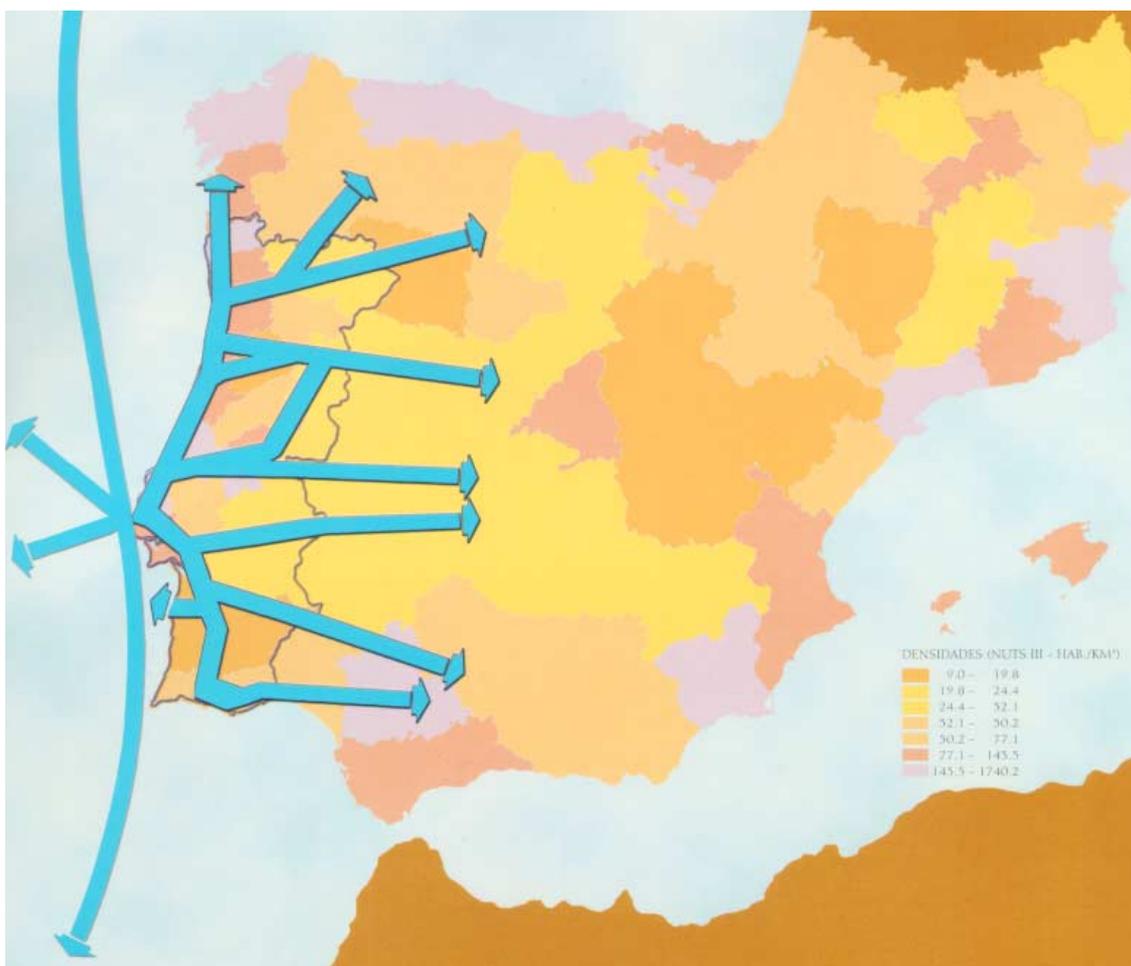
10. desenvolvimento da logística inversa, através da implementação de serviços e de centros de recolha e selecção de embalagens, articulados com indústrias de reciclagem;

**PORTUGAL  
FACHADA ATLÂNTICA DA EUROPA**

- Plataforma de relações culturais, políticas e económicas
- Plataforma logística e de articulação inter-continental



LISBOA, OESTE E VALE DO TEJO  
REGIÃO EUROATLÂNTICA



#### **4. A ESTRATÉGIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO UMA ESTRATÉGIA PARA GANHAR O FUTURO**

- 4.1. UMA AMBIÇÃO: UMA REGIÃO  
EUROATLÂNTICA DE  
EXCELÊNCIA**
- 4.2. UM CAMINHO: TRÊS EIXOS  
ESTRATÉGICOS**
  - A. CONSTRUIR UM NOVO MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO**
  - B. DESENVOLVER E CONSOLIDAR  
FUNÇÕES SINGULARES E  
RELEVANTES NO CONTEXTO DO  
ESPAÇO EUROPEU**
  - C. REFORÇAR A PRESENÇA DA REGIÃO  
NAS REDES GLOBAIS DE  
COMUNICAÇÕES**
- 4.3. QUATRO DOMÍNIOS  
FUNDAMENTAIS**
  - 4.3.1. PRIVILEGIAR A INOVAÇÃO E O  
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**
  - 4.3.2. UM COMPROMISSO COM O  
AMBIENTE**
  - 4.3.3. REVALORIZAR O TURISMO E O  
LAZER**
  - 4.3.4. PARA UMA RURALIDADE DE  
EXCELÊNCIA**

**4.1  
UMA AMBIÇÃO:  
UMA REGIÃO EUROATLÂNTICA DE  
EXCELÊNCIA**

O nível de desenvolvimento actual da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, ou seja, a natureza e a capacidade dos seus recursos naturais, humanos e logísticos; e uma rigorosa ponderação das vantagens e condicionamentos, para a Região atingir, em 2010, o estágio de desenvolvimento configurado e ambicionado na Visão Prospectiva, levam-nos a fixar como OBJECTIVO GLOBAL, estratégico, para esse horizonte:

A estruturação e afirmação da RLVT como Região euroatlântica de excelência passa, essencialmente, por:

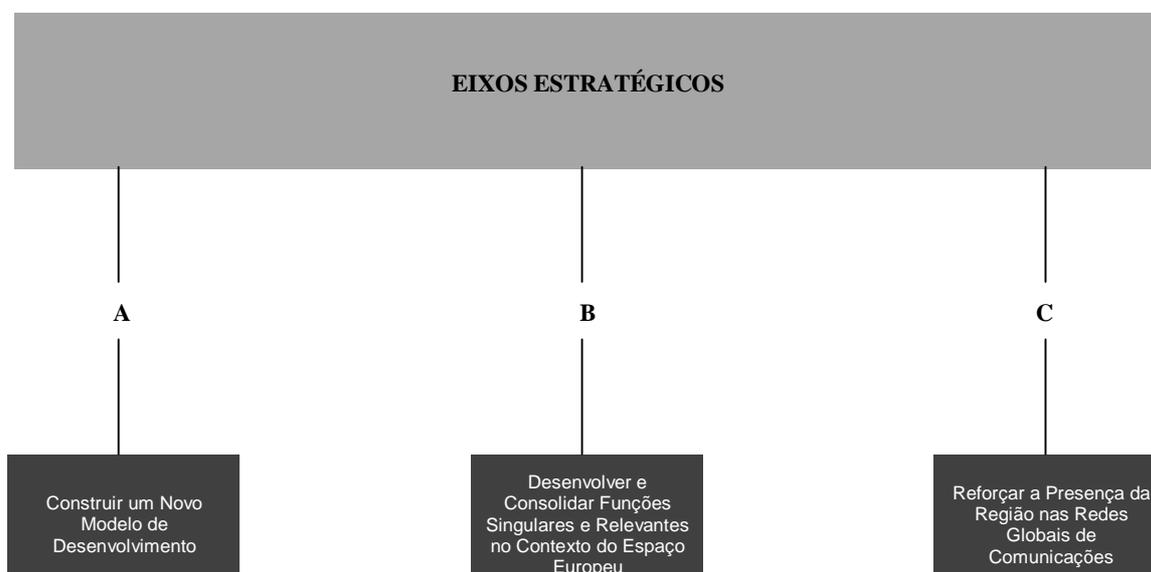
- potenciar uma posição já atingida, a nível nacional, de motor de desenvolvimento e de internacionalização do país e de promotora da coesão social e territorial;
- aproveitar plenamente a sua posição geo-estratégica como interface entre o Atlântico e a Europa;
- consolidar o seu papel de charneira entre o Norte-Atlântico (industrial e exportador) e o Sul-Mediterrânico (turístico e importador);
- valorizar, na Península Ibérica e na Europa, as condições, climáticas e ambientais de excelência para residir e trabalhar e para o lazer.

**OBJECTIVO GLOBAL - 2010**

**TRANSFORMAR LISBOA OESTE E VALE DO TEJO**

numa Região euroatlântica de excelência; numa Região singular e competitiva no sistema das regiões europeias; num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial; numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado; numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades.

Para alcançar o Objectivo Global e conduzir a Região do seu estágio actual ao estágio de desenvolvimento ambicionado para 2010, definem-se três Eixos Estratégicos.



## 4.2 UM CAMINHO: TRÊS EIXOS ESTRATÉGICOS

### O OBJECTIVO GLOBAL DEFINIDO PARA A RLVT 2010 BASEIA-SE EM TRÊS GRANDES EIXOS ESTRATÉGICOS:

- A) Construir um novo modelo de desenvolvimento, consolidando novos factores competitivos centrados na qualidade das pessoas, das organizações e do território;
- B) Desenvolver e consolidar funções singulares e relevantes no contexto do espaço europeu;
- C) Reforçar a presença da Região nas redes globais de comunicações (informação, comunicações, transporte, comércio e investimento).

Estes eixos estratégicos decorrem de duas ideias-chave: o essencial do desafio do futuro da Região ganha-se ou perde-se no contexto internacional; a presença activa num quadro supra-nacional implica a adopção de um outro modelo de desenvolvimento, capaz de construir novos factores de competitividade, baseados na qualidade das pessoas, das organizações e do próprio território.

Existe, portanto, uma relação de causalidade clara: só um novo modelo de desenvolvimento permitirá reposicionar a Região de forma activa na cena internacional. E só este reposicionamento viabilizará uma evolução positiva capaz de impulsionar a Região a partir do exterior do país e não, como tantas vezes prevaleceu ao longo da sua história, a partir do seu interior, em detrimento de outras parcelas do território nacional. Mais do que uma mera Região-capital, a RLVT deve afirmar-se como região europeia singular.

Participar nas redes que sustentam o essencial dos processos de inovação e globalização e conquistar funções reconhecidas como relevantes no seio do espaço europeu constitui, assim, uma ambição fundamental, susceptível de ser alcançada através da mobilização e organização criativas, qualitativamente exigentes, dos recursos da Região.

### A) CONSTRUIR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A construção de um novo modelo de desenvolvimento para a Região constitui um eixo estratégico que se apoia nos seguintes três aspectos:

- Concretizar uma nova concepção de organização e gestão do território, que salvguarde valores patrimoniais e princípios de acção considerados essenciais (Objectivo A.1);

- Transformar o território numa fonte de novas oportunidades, colocando a qualidade ambiental como factor central (Objectivo A.2);
- Consolidar um novo perfil de especialização que permita à Região desenvolver funções de intermediação entre os processos de internacionalização e a redução das assimetrias regionais internas (Objectivo A.3).

### OBJECTIVOS E SUB-OBJECTIVOS

---

No Quadro A encontram-se os objectivos que explicitam as apostas prioritárias deste eixo estratégico.

No caso do primeiro objectivo (A.1), a qualidade ambiental, a coesão social, um modelo adequado de organização do território e boas condições de governabilidade são considerados como orientações estratégicas essenciais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Descurar estas preocupações significa inevitavelmente condenar a ambição de internacionalização activa que se defende para a Região.

No que se refere ao segundo objectivo (A.2), os sub-objectivos identificados pretendem apontar as principais vias que podem transformar o território numa fonte de novas oportunidades: um mundo rural ambientalmente sustentável e viável do ponto de vista social e económico; um

conjunto de aglomerações cuja competitividade e capacidade de atracção se baseia na sua qualidade sócio-urbanística; a proximidade como factor de partilha de dinâmicas de interacção e de aprendizagem colectiva favoráveis à qualificação, tanto das pessoas como das iniciativas empresariais. A aposta nestas dimensões implica uma visão que não é apenas preservacionista e defensiva, já que se reconhece que a qualidade do território e as lógicas de proximidade são factores favoráveis à criação de novas oportunidades de vida e de trabalho e, por isso, devem ser mobilizadas nesse sentido.

Por último, o terceiro objectivo (A.3), procura contribuir para reforçar o papel de intermediação da Região entre os processos de internacionalização e o resto do país, com prioridade nos seguintes domínios: infra-estruturas e equipamentos de nível supra-regional, turismo e lazer, desporto de alto rendimento, actividades logísticas e serviços financeiros.

Será sobretudo em torno destas dimensões que é possível encontrar mecanismos que transformem, através da descentralização dos seus efeitos multiplicadores, os processos de internacionalização desencadeados com base nas capacidades e competências da Região, em alavanca de desenvolvimento para o resto do país.

**A CONSTRUIR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO: CONSOLIDAR NOVOS FACTORES COMPETITIVOS CENTRADOS NA QUALIDADE DAS PESSOAS, DO TERRITÓRIO E DAS ORGANIZAÇÕES**

	Objectivo A.1 - Uma nova concepção de organização e gestão do território: os valores básicos a salvaguardar
SUB-OBJECTIVOS	<p>A.1.1 - Uma região com três prioridades essenciais: qualidade ambiental, recursos hídricos, litoral e áreas protegidas;</p> <p>A.1.2 - Uma região socialmente justa: a equidade territorial como vector de coesão social;</p> <p>A.1.3 - Uma região estruturada: uma metrópole com duas margens; espaços sub-regionais complementares e interactivos; uma nova combinação envolvendo mobilidades/comunicações;</p> <p>A.1.4- Uma região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades.</p>
	Objectivo A.2 - Uma nova forma de criar oportunidades a partir do território: o ambiente como factor de bem-estar, competitividade e atracção; a região como espaço de qualidade para viver e trabalhar
SUB-OBJECTIVOS	<p>A.2.1 - Um mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional;</p> <p>A.2.2 - Um sistema de cidades qualitativamente competitivas;</p> <p>A.2.3 - Valorização do conhecimento, da cultura e das identidades que qualifique as pessoas e reforce os laços de proximidade;</p> <p>A.2.4 - Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego.</p>
	Objectivo A.3 - Uma nova especialização para uma nova função: a RLVT como região inteligente, capaz de funcionar como pólo de intermediação entre a internacionalização do país e a redução das assimetrias regionais internas
SUB-OBJECTIVOS	<p>A.3.1 - Qualificar o efeito de capitalidade, dando coerência às redes de infra-estruturas e de equipamentos;</p> <p>A.3.2 - Criar infra-estruturas adequadas à preparação e treino de alto rendimento desportivo;</p> <p>A.3.3 - Reforçar e alargar a vocação turística e de lazer da Região, acentuando a diferenciação ligada aos aspectos culturais e patrimoniais, diversificando os produtos e enriquecendo a respectiva cadeia de valor;</p> <p>A.3.4 - Desenvolver integradamente novas competências logísticas, facilitando a circulação de mercadorias, serviços e pessoas, no contexto das respectivas redes mundiais;</p> <p>A.3.5 - Consolidar actividades e serviços financeiros no quadro dos movimentos de concentração e reestruturação à escala europeia, criando um centro financeiro com massa crítica.</p>

**B) DESENVOLVER E CONSOLIDAR  
FUNÇÕES SINGULARES E RELEVANTES  
NO CONTEXTO DO ESPAÇO EUROPEU**

Desenvolver e consolidar funções singulares e relevantes constitui um segundo eixo estratégico que aponta para dois objectivos:

1 - Uma renovação da história: a RLVT como grande ponto de encontro pluri-continental, da Europa à Ásia, da América Latina à África (Objectivo B.1);

2 - Uma renovação da vida social: a RLVT como pólo de atracção de experiências e modelo de respeito pelos idosos (Objectivo B.2).

Ambos os objectivos pretendem tirar partido de aspectos que são já manifestamente reconhecidos como factores de atracção e distinção da Região ao nível internacional: património histórico, natural e paisagístico. É a partir de um conjunto de recursos e memórias existentes mas insuficientemente mobilizados e organizados - e mesmo, nalguns casos, em perigo de destruição irreversível - que se procura afirmar positivamente a Região no quadro do espaço europeu, num contexto em que cidades e regiões competem intensamente em torno de especializações que lhes garantam notoriedade internacional.

**OBJECTIVOS E SUB-OBJECTIVOS**

---

No Quadro B encontram-se os objectivos e sub-objectivos que explicitam as apostas prioritárias deste segundo eixo estratégico.

O primeiro objectivo (B.1), dá prioridade a três frentes de intervenção, traduzidas noutros tantos sub-objectivos: fortalecer relações com comunidades de emigrantes (comunidades instaladas em Portugal e portugueses residentes no estrangeiro); apostar na cultura e nas ideias como veículos privilegiados de aproximação (arte, investigação, cooperação); dinamizar fluxos de investimento português na América Latina e em África.

Portugal e a Região já estiveram no centro do mapa mundial de intersecções e transacções. Trata-se agora de, com base nessa memória do passado e nos testemunhos e laços que ele nos deixou, reconstruir um espaço de encontro pluricontinental, que valorize a diversidade, a tolerância e a multiculturalidade como factores de enriquecimento colectivo.

O segundo objectivo (B.2), procura tirar partido da riqueza e diversidade patrimonial da Região, de forma a transformá-la num destino atractivo para um segmento com peso crescente no espaço europeu: a população sénior.

A antecipação da idade de reforma e o aumento da esperança média de vida criam um grupo populacional, em crescimento assinalável, cujas expectativas (e direitos) de acesso ao lazer e ao trabalho não terminam com o fim da vida activa formal. A RLVT tem, justamente, excelentes condições para responder condignamente a essas expectativas, oferecendo soluções

integradas na área do turismo e da saúde, facultando também uma qualidade de vida e de trabalho que poderá levar quadros séniores estrangeiros a prolongar aqui as suas trajectórias profissionais, contribuindo para diversificar as competências localmente existentes e para alargar as redes de relacionamento com áreas exteriores ao nosso país.

**B - DESENVOLVER E CONSOLIDAR FUNÇÕES SINGULARES E RELEVANTES NO CONTEXTO DO ESPAÇO EUROPEU**

	Objectivo B.1 - Uma renovação da história: a RLVT como espaço de encontro pluricontinental, da Europa à Ásia, da América Latina à África
SUB-OBJECTIVOS	B.1.1 - Valorizar a diversidade e a tolerância: fortalecer relações com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e com os países de origem das comunidades instaladas na Região;
	B.1.2 - A cultura e as ideias, veículos privilegiados de aproximação: arte, investigação, cooperação, três domínios prioritários;
	B.1.3 - Organizar e dinamizar fluxos de investimento português no exterior, em particular no eixo África - América Latina, desenvolvendo competências, actividades e serviços adequados.
	Objectivo B.2 - Uma renovação da vida social: a RLVT como pólo de atracção de experiências e modelo de respeito pelos idosos
SUB-OBJECTIVOS	B.2.1 - Atracção de quadros seniores: mudar de vida, manter-se activo;
	B.2.2 - Turismo e saúde para os segmentos séniores: manter a vida, reforçar a convivialidade.

**C) REFORÇAR A PRESENÇA DA REGIÃO  
NAS REDES GLOBAIS DE  
COMUNICAÇÕES**

Reforçar a presença da Região nas redes globais de comunicações constitui o terceiro eixo estratégico, que se estrutura em dois objectivos prioritários:

- 1 - Uma nova relevância mundial: consolidar nós nas redes de mobilidade global de informação, conhecimento e criatividade (Objectivo C.1);
- 2 - Desenvolver infra-estruturas de mobilidade europeia e mundial inovadoras e eficazes (Objectivo C.2).

O primeiro destes objectivos representa uma séria aposta na inteligência colectiva da Região, no contexto da construção da Sociedade da Informação. Uma presença activa da RLVT nas redes globais de comunicações pressupõe a capacidade de contribuir de forma original para a produção mundial de alguns segmentos do conhecimento. Mas é também indispensável a existência de infra-estruturas físicas de internacionalização com qualidade e boa gestão, desde o sector dos transportes às redes digitais. Os dois objectivos representam, assim, as condições imateriais e materiais de um processo de internacionalização em que a selectividade das opções deverá permitir conciliar ambição e realismo.

**OBJECTIVOS E SUB-OBJECTIVOS**

---

O primeiro objectivo (C.1) desdobra-se em 6 sub-objectivos, traduzindo domínios nos quais a Região deve aspirar a ocupar uma posição visível no seio das redes globais de informação, conhecimento e criatividade, atendendo aos recursos e competências que já hoje evidencia. A rendibilização das actuais potencialidades, numa óptica de apostas selectivas, permite sublinhar os seguintes domínios: conhecimento dos oceanos; centro de competências de nível internacional em ensino e formação na área do turismo/hotelaria e museologia, associado a segmentos de produtos e de procura bem definidos; organização de encontros internacionais tanto para empresas como para o mundo académico; criação de um pólo de "indústrias de conteúdo" que aposte na língua portuguesa e que tire partido das condições naturais e paisagísticas da Região; consolidação de um complexo de instituições ao serviço da inovação e das iniciativas de risco.

Neste contexto, o desenvolvimento do sector das telecomunicações surge naturalmente como uma prioridade inquestionável. A consolidação de uma presença internacionalmente relevante nos domínios acima referidos projectaria, sem dúvida, a RLVT no exterior e desencadearia, por

certo, impulsos com impacto positivo nas restantes parcelas do território nacional.

O segundo objectivo (C.2), pretende garantir as condições físicas e imateriais favoráveis a uma mobilidade eficiente no âmbito de um mundo crescentemente interactivo e competitivo. Aposta-se, assim, tanto numa boa gestão das

grandes infra-estruturas de internacionalização (C.2.1), como na agilização da envolvente imediata aos processos de decisão (C.2.2), com particular relevo para a necessária modernização administrativa, legislativa e organizacional.

**C - REFORÇAR A PRESENÇA DA REGIÃO NAS REDES GLOBAIS DE COMUNICAÇÕES: INFORMAÇÃO, TRANSPORTE, COMÉRCIO E INVESTIMENTO**

	Objectivo C.1 - Uma nova relevância mundial: consolidar nós nas redes de mobilidade global de informação, conhecimento e criatividade
<b>SUB-OBJECTIVOS</b>	<p>C.1.1 - Um papel importante numa questão de relevo mundial: o conhecimento dos oceanos;</p> <p>C.1.2 - Um centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino e formação em turismo/hotelaria e museologia;</p> <p>C.1.3 - Uma referência obrigatória para o mundo das empresas e das universidades no domínio dos congressos, das feiras e outros encontros internacionais;</p> <p>C.1.4 - Um pólo de "indústrias de conteúdo" de língua portuguesa e sensíveis a condições naturais e paisagísticas positivas;</p> <p>C.1.5 - Um centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço da inovação, da valorização dos resultados da investigação e da atracção e apoio às iniciativas de risco;</p> <p>C.1.6 - As telecomunicações como suporte essencial ao desenvolvimento de funções relevantes.</p>
	Objectivo C.2 - Desenvolver novas infra-estruturas eficientes de mobilidade europeia e mundial
<b>SUB-OBJECTIVOS</b>	<p>C.2.1 - Desenvolver infra-estruturas de internacionalização e capacidades de gestão, no domínio das actividades internacionalizadas, dando resposta às novas oportunidades do mercado europeu unificado pela moeda única;</p> <p>C.2.2 - Modernização administrativa, legislativa e organizacional para promover um quadro internacionalmente atractivo, de gestão flexível do tempo de trabalho e do tempo de funcionamento das actividades económicas, bem como um quadro de parceria com decisão rápida em relação aos projectos e iniciativas do sector privado.</p>

### 4.3 QUATRO DOMÍNIOS FUNDAMENTAIS

#### 4.3.1. PRIVILEGIAR A INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Para uma região como a RLVT, a difusão da inovação tecnológica constituirá, nos próximos anos, o principal factor de desenvolvimento e progresso. O desafio será a capacidade regional para absorver e adaptar inovações, e não a inovação em sentido estrito (produtos ou processos novos no mercado). Ou seja: o importante é potenciar o desenvolvimento de um sistema que facilite a transferência internacional de tecnologia e a capacidade de absorção de inovações, com proveito económico para a Região.

Propõem-se as seguintes medidas fundamentais para uma estratégia de inovação e difusão tecnológica na Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo:

- projectos mobilizadores para reforçar o interface entre a investigação internacional e a aplicação de tecnologia local nas seguintes áreas: tecnologias de informação, software e gestão em logística, biotecnologia e tecnologia dos produtos alimentares, tecnologias energéticas, engenharia oceânica e robótica submarina, engenharia naval e das pescas,

reciclagem e valorização dos resíduos, ambiente e valorização dos recursos hídricos;

- apoio à desconcentração dos grandes laboratórios públicos e de campus universitários para áreas periféricas, auxiliando a sua remodelação, bem como a instalação de institutos de investigação de reputação internacional;
- criação de uma Sociedade Regional de Desenvolvimento Tecnológico (SRDT), com estatuto de sociedade capital de risco, vocacionada para o capital semente e capital desenvolvimento, para financiamento de tecnologias de ponta vitais para a Região;
- lançamento de um Curso regional em Gestão de Tecnologia e de Inovação para institutos/centros tecnológicos e de incubação de empresas, no sentido de os dotar de maior capacidade de avaliação de negócios e apoio à gestão de empresas clientes;
- apoio à consolidação de Parques Tecnológicos existentes e ao lançamento de novos parques em zonas onde estejam criadas as condições mínimas para a sua sustentabilidade;
- criação do Parque Tecnológico Virtual da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo - Rede de banda larga ligando parques/utentes, universidades, centros e institutos tecnológicos e empresas, com o objectivo de promover trabalho cooperativo de desenvolvimento tecnológico;
- criação de uma unidade de reencaminhamento de pedidos de serviços de apoio - a loja da empresa - localizada em associações regionais,

institutos e centros tecnológicos, mas gerido de forma centralizada;

- lançamento de um programa de visitas a empresas-modelo, promovido por agentes relevantes;
- apoio ao lançamento de "mostras de intermediação" internacionais em áreas tecnológicas importantes para a Região (por exemplo, biotecnologia, agro-alimentar, farmacêutica, transportes e logística, robótica submarina, etc.), em parceria com empresas de intermediação internacionais e com apoio dos agentes locais relevantes;
- apoio à realização do "dia-aberto" nos principais institutos, centros e parques tecnológicos da Região, de forma a que as empresas possam expor os seus problemas e necessidades de apoio;
- apoio à mobilidade intra-regional de recursos humanos com qualificações superiores entre empresas, universidades e institutos tecnológicos;
- criação da Mesa Regional de Ciência e Tecnologia - MRCT - Forum de debate anual com os principais actores para análise e produção de recomendações em política regional de inovação.

#### 4.3.2. UM COMPROMISSO COM O AMBIENTE

A sustentabilidade ambiental é o único caminho para o futuro. A prazo, não há economias competitivas nem sociedades coesas que não assentem na sustentabilidade ambiental. Competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental constituem, assim, uma trilogia indissociável.

É neste pressuposto que foi elaborada a Estratégia territorial para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo.

A Região é rica em recursos naturais - paisagens, água, fauna, flora e clima. Recursos muito sensíveis à urbanização, infra-estruturas de transportes, circulação automóvel e ocupação humana que se têm expandido em condições e ritmos depredadores daqueles recursos.

Para salvaguardar a sustentabilidade ambiental, as principais orientações estratégicas são as seguintes:

- assumir decididamente o paradigma do desenvolvimento sustentável - implicando a reformulação do sistema produtivo no sentido de uma capacidade de utilização indefinida dos recursos naturais. Este paradigma tem como corolário a inversão da actual tendência de urbanização expansiva com forte concentração nas zonas suburbanas e litorais. Contra o crescimento desordenado há que proteger recursos fundamentais, como os solos, as águas subterrâneas, as zonas ribeirinhas e a faixa

litoral, bem como valores patrimoniais únicos, nos domínios ecológico, paisagístico, cultural e geo-estratégico, corporizados nas áreas protegidas, Rede Natura 2000 e monumentos nacionais;

- criar mecanismos específicos para incentivar os agentes económicos - empresas, autarquias e cidadãos - a tomar atitudes "amigas do ambiente". Entre outros instrumentos, importa incrementar as quase inexistentes taxas ambientais sobre o consumo ou degradação dos recursos, incluindo o uso do solo e da água e a produção de resíduos;
- criar pacotes financeiros eficazes que, por um lado, dêem corpo às linhas estratégicas estabelecidas, e por outro, sejam estritamente indexados, em termos de prioridades e critérios de atribuição de verbas, a essas mesmas linhas estratégicas;
- controlar os impactos ambientais e a boa aplicação dos dinheiros públicos, com relevo para sectores como os transportes e o saneamento básico, onde tem existido descoordenação e desperdício de verbas em obras mal planeadas, de eficácia duvidosa e com impactos excessivos face aos benefícios;
- instituir no planeamento uma lógica de parceria entre os diversos sectores do Estado com valências ambientais - Equipamento e Planeamento, Ambiente, Agricultura e Pescas, Economia, Saúde, Educação, Autarquias - os agentes económicos e as organizações da sociedade civil, com destaque para as

organizações não governamentais da área do ambiente.

## ORIENTAÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

### ÁGUAS

---

A protecção e requalificação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, deve constituir uma prioridade fundamental da Região. Áreas de recarga de aquíferos e zonas húmidas ribeirinhas (incluindo leitos de cheia), devem ser eficazmente protegidas. Intervenções com potenciais efeitos negativos nos recursos hídricos têm que ser limitadas. Neste contexto, assume especial importância o aquífero profundo do Tejo e Sado, de valor estratégico, cuja qualidade e sustentabilidade devem ser absolutamente garantidas, nomeadamente através da protecção das zonas de recarga e das áreas sobrejacentes, bem como do controlo das utilizações do aquífero.

Torna-se necessário criar sistemas regionais permanentes de planeamento e de gestão dos recursos hídricos, capazes de promover a optimização do uso da água e de racionalizar os investimentos.

## **CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL, PAISAGÍSTICO E CONSTRUÍDO**

---

A Rede Nacional de Áreas Protegidas, a Rede Natura 2000 e outros valores protegidos ou classificados, têm que ser eficazmente defendidos. São estes os valores diferenciadores que permitem promover externamente a Região de forma singular. A salvaguarda destas áreas tem que ser assumida como prioritária em todos os instrumentos de planeamento. Por outro lado, para tornar socialmente aceitável o nível de protecção desejado, há que avançar em dois sentidos, transparência e valorização económica:

- reforçando significativamente o nosso conhecimento sobre os ecossistemas, através de estudos sistemáticos, com prioridade nas áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000), no sentido de fundamentar as regras de protecção e também de avaliar o valor social destas áreas;
- valorizar economicamente as funções ambientais, nomeadamente através de incentivos fiscais, penalizando a degradação ambiental e beneficiando o serviço público de conservação da natureza e da paisagem.

## **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

---

O primeiro desafio que se coloca ao ordenamento do território está na capacidade de se assumir como estruturante e não decorrente dos empreendimentos de transportes, comerciais e urbanísticos.

Assim, torna-se fundamental que os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), sejam elaborados e implementados com normas, processos e meios eficazes, no que se refere à salvaguarda e valorização do território regional.

À escala local, importa que os planos de ordenamento do território decorrentes da Estratégia Regional contenham orientações para os problemas das áreas de expansão urbana, da qualificação dos centros urbanos, das áreas de risco, dos corredores ecológicos e da estrutura verde.

A solução do excesso de áreas de expansão urbana passa pela definição sistemática de zonas prioritárias de expansão, de zonas de risco a não construir, e futuramente, em sede da revisão de planos, pela desclassificação de algumas áreas cuja urbanização seja inviável ou inadequada. Note-se que este tipo de intervenção requer uma vontade política consequente e uma combinação criteriosa de instrumentos regulamentares e financeiros.

É essencial acautelar, na dupla componente ecológica e humana, as áreas de risco para a construção: faixa litoral (incluindo praias, arribas e áreas adjacentes), leitos de cheia, zonas declivosas, zonas de elevado risco sísmico e zonas de recarga de aquíferos. Nas zonas urbanas deverão ser definidas zonas de risco, com imposição de seguros obrigatórios por inundações e sismos, à semelhança do que acontece para os incêndios.

Na faixa litoral, dadas as situações criadas, deve apontar-se para uma moratória a qualquer urbanização ou construção fora das áreas urbanas consolidadas, salvo se existir demonstração de necessidades sociais prementes e plano de pormenor aprovado.

A definição e implementação de corredores ecológicos é outro imperativo estratégico que deverá ter uma expressão financeira. Por exemplo, nas zonas rurais através de benefícios fiscais para o proprietário e autarquias; nas zonas urbanas e suburbanas, através da criação e financiamento de parques de recreio que funcionem em simultâneo como corredores ecológicos e como equipamento social, aproveitando áreas de risco para a construção.

## SANEAMENTO BÁSICO

---

Embora neste domínio se tenha verificado uma evolução muito positiva nos últimos anos, mercê dos significativos investimentos realizados no âmbito do QCA II, a Região apresenta ainda

algumas carências cuja resolução constitui uma das prioridades fundamentais dos próximos anos.

Os financiamentos em saneamento básico devem obedecer aos seguintes critérios fundamentais:

- projectos completos ou que completem sistemas já parcialmente executados, na perspectiva do ciclo de utilização urbana da água, da captação ao consumo e ao tratamento das águas residuais;
- projectos que ofereçam garantias de sustentabilidade futura e a garantia de receitas que assegurem a adequada exploração e manutenção;
- projectos/programas de medidas visando a melhoria e a protecção da qualidade das águas e dos ecossistemas aquáticos.

Em toda as circunstâncias, deverão ser realizados os estudos de impacto e viabilidade ambiental.

No caso da gestão de resíduos, a prioridade dos financiamentos e a maximização dos incentivos serão para os sistemas integrados que incluam, de forma sistemática, a redução na origem, a recolha selectiva, a triagem e a compostagem. Estes sistemas são institucionalmente mais complexos do que um simples aterro ou incineradora, pelo que deverão receber uma atenção especial dos responsáveis pelo planeamento e execução.

Os sistemas de saneamento da margem sul do Tejo e do concelho de Vila Franca de Xira constituem prioridades de execução.

#### 4.3.3. REVALORIZAR O TURISMO E O LAZER

As perspectivas regionais para o turismo e o recreio são de grande crescimento, tanto nos espaços urbanizados de utilização intensiva - cidade de Lisboa e eixo Costa do Estoril - Sintra - como nos espaços de recreio e lazer da Área Metropolitana - casos da Península de Setúbal e Tróia - e ainda em espaços de utilização menos intensiva - Oeste e do Vale do Tejo.

É fundamental territorializar a estratégia turística, visto que é na óptica regional/local que se processam as relações dinâmicas do turismo - recreio com o ambiente e os recursos naturais, o património arqueológico, histórico e arquitectónico, o meio rural, as infraestruturas e equipamentos sociais, as acessibilidades, a urbanização e a qualidade de vida das populações.

Por outro lado, é necessário requalificar e conter o imobiliário urbano-turístico litoral, sob pena de pôr em causa, de forma irreversível, a paisagem e a sustentabilidade ambiental, suportes essenciais da atractividade turística da Região.

#### A) AS OPORTUNIDADES

Em função das oportunidades mais relevantes a aproveitar e do potencial de recursos configuram-se as oportunidades de desenvolvimento da Região por segmentos de mercado:

<b>OPORTUNIDADES REGIONAIS</b>	
<b>DE TURISMO E LAZER</b>	
<b>GRANDE LISBOA</b>	
• Segmentos de estada em trânsito de negócios, congressos e eventos;	
• Segmentos de turismo cultural e de circuitos turísticos;	
• Segmento de turismo sénior;	
• Segmento golfe.	
<b>PENÍNSULA DE SETÚBAL</b>	
• Procura de recreio e lazer pela população residente na Área Metropolitana;	
• Segmento golfe;	
• Segmento do desporto de alto rendimento.	
<b>OESTE</b>	
• Segmentos de turismo cultural e de circuitos turísticos;	
• Procura de recreio e lazer pela população da Área Metropolitana;	
• Segmento golfe;	
• Segmentos de turismo activo e desportivo;	
• Segmentos de turismo sénior e de saúde.	
<b>VALE DO TEJO</b>	
• Segmentos de turismo cultural e de circuitos turísticos;	
• Procura de recreio e lazer pela população da Área Metropolitana;	
• Segmento golfe;	
• Segmentos de turismo activo e de natureza;	
• Segmento do desporto de alto rendimento.	

### 1º EIXO ESTRATÉGICO

- valorização turística do meio rural - passando da visão restrita do "turismo em espaço rural" enquanto adaptação de casas tradicionais para alojamento de turistas, a uma visão do meio rural como espaço diversificado para actividades extensivas de lazer, recreio e cultura;
- empreendimentos imobiliários de lazer (condomínios, residências secundárias, complexos de residência-turismo-recreio) - acolhimento selectivo, garantindo a integração local e a qualificação ambiental;
- recreio e desportos náuticos - dinamização da projecção internacional de Lisboa como região privilegiada para essas práticas, na costa marítima e no estuário do Tejo;
- Parques e Reservas Naturais - desenvolvimento da visitabilidade e receptividade turística.

### 2º EIXO ESTRATÉGICO

- Centro de competências em ensino e formação nos domínios do turismo e da hotelaria - com projecção internacional em particular para o Brasil e os Países Africanos de expressão portuguesa;
- Congressos, Seminários, Conferências e Reuniões - Lisboa está a ficar bem dotada de equipamentos e de organização para congressos. É um segmento com grande potencial de crescimento nos próximos anos;

- Centros de residência - impulsionar a formação e o apoio à criação de centros altamente qualificados e com conceitos inovadores dirigidos à residência de reformados;
- Centro de competências em termas e talassoterapia - modernizando os centros termais existentes, aproveitando o know-how para criar centros de talassoterapia e exportar conhecimento para outras regiões e países;
- expansão do turismo sénior - em toda a região de Lisboa, dependendo fundamentalmente de marketing e de organização do serviço ao cliente em conformidade com as especificações de qualidade requeridas por este segmento.

### 3º EIXO ESTRATÉGICO

- desenvolvimento de competências em novas tecnologias de informação e participação em redes internacionais - com muito potencial nos domínios da operação turística e do turismo cultural e de natureza;
- museolização - baseada nos conceitos mais avançados, com participação em redes;
- Centros de teleconferência - especializados designadamente para funcionarem como relais de centros de saber europeus e mundiais, dirigidos ao espaço da língua portuguesa.

#### 4.3.4. PARA UMA RURALIDADE DE EXCELÊNCIA

A qualificação territorial e a possibilidade de criar, na RLVT, um novo modelo de desenvolvimento, tem como uma das suas vertentes-chave a revalorização do meio rural.

Daí que a Estratégia da RLVT, para além da valorização da agricultura regional, inclua entre as suas apostas a defesa, reabilitação e valorização dos espaços, culturas e actividades rurais como condições de excelência para trabalhar e viver, mas também, para usufruir da natureza e da cultura dos nossos dias sem renegar a riqueza do património simbólico que os nossos antepassados nos legaram.

O enunciado de tal desiderato tem por base um entendimento do meio rural que não se esgota na actividade agrícola nem admite fronteiras dicotómicas com os espaços urbanos. Pelo contrário, concebe-se o meio rural como um espaço de articulação com os núcleos urbanos de proximidade, por forma a viabilizar uma singular qualidade de vida, qualidade esta enraizada na harmonia ambiental, na adequada dotação do território em infra-estruturas e equipamentos de apoio residencial, na pluri-actividade económica, na interacção cultural e na solidariedade social alicerçada na vizinhança.

#### A) DOMÍNIOS E MEDIDAS DE INTERVENÇÃO EM MEIO RURAL:

- requalificação e valorização da qualidade de vida em meio rural, quer assegurando boas condições materiais de residência, quer salvaguardando e valorizando as especificidades ambientais e culturais locais

(resolver carências de equipamentos colectivos de âmbito local, designadamente para a 3ª idade; promover estudos e acções de valorização do património simbólico e/ou da paisagem das aldeias e sítios e arranjos urbanístico-funcionais; medidas de apoio à preservação da memória colectiva e de animação cultural);

- dinamização da base económica dos espaços rurais, tendo em vista aproveitar as potencialidades de criação de emprego e fortalecer a competitividade do tecido produtivo local. A promoção, apoio e incremento qualitativo da micro-iniciativa empresarial local desempenha aqui um papel instrumental decisivo (apoio à criação de emprego às microempresas na agricultura, no turismo, na industrialização rural e nos serviços de proximidade);
- promoção da competitividade do sistema urbano-territorial em que se inserem os espaços rurais, reforçando a articulação dos espaços rurais com o sistema urbano regional - melhorando assim a centralidade urbana

daqueles espaços - e apostando decisivamente na qualificação e valorização das complementaridades funcionais dos centros urbanos enquanto suportes estruturadores do desenvolvimento em meio rural. Organizar o acesso por parte do tecido empresarial rural aos factores avançados de competitividade, tendencialmente localizados nos centros urbanos, constitui um pilar fundamental da aposta na competitividade e na internacionalização dos sistemas produtivos rurais (reforço da articulação interurbana e acesso a infra-estruturas de apoio às actividades económicas estruturantes).

As acções que se perspectivam nos domínios anteriores só adquirem pleno sentido se geridas numa lógica de conjunto por entidades que saibam conferir à actuação quotidiana um enquadramento estratégico. Especialmente no domínio da gestão das alterações do uso do solo e na difusão da informação estratégica e da inovação. É por isso que entendemos o reforço da capacidade organizacional do tecido empresarial e institucional do meio rural como um domínio estratégico de intervenção.

É este, estamos em crer, o caminho que conduzirá a uma ruralidade de excelência na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Percorrer tal caminho com sucesso representa, sem dúvida, um desafio a todos os actores do desenvolvimento regional.

A estratégia fundamental para a agricultura da RLVT consiste no reforço do seu padrão de especialização, num quadro de redução da área agrícola e de defesa e valorização do ambiente

## GRANDES LINHAS DE ORIENTAÇÃO

- qualificação dos recursos humanos:
  - articulação eficaz entre o ensino, a investigação e a formação profissional dos activos agrícolas, florestais e agro-industriais, tendo especialmente em conta os novos factores competitivos (qualidade, inovação, marketing e gestão);
  - reforço da competitividade das fileiras que dispõem de vantagens comparativas (viticultura, horticultura, fruticultura e floresta);
  - promoção de sinergias positivas entre os sectores público e privado, concentração de capacidades técnicas e científicas e reforço da organização face aos mercados, interno e externo.
- compatibilização dos processos produtivos com a defesa e valorização dos recursos ambientais, paisagísticos e patrimoniais:
  - sensibilização dos agricultores sobre boas práticas agrícolas, elaboração de códigos específicos de comportamento obrigatório e integração territorial da gestão ambiental.

## ACÇÕES ESTRUTURANTES

---

1- Instalação de três centros tecnológicos integrados (dois no domínio da horto-fruticultura e da viticultura e um no domínio dos produtos florestais), cujo funcionamento e acção se desenvolverão no âmbito de parcerias, envolvendo os interesses públicos e privados associados ao sector.

2 - Apoio à constituição de entidades prestadoras de "serviços agro-rurais" de direito privado que funcionarão através de contratos por objectivos atribuídos por concurso público nos seguintes domínios:

- apoio técnico à gestão (incluindo recursos humanos);
- sistemas de informação técnica e de divulgação;
- rede de meteorologia agrícola de proximidade;
- sistema de informação de mercado;
- tratamento de resíduos e controlo higieno-sanitário;
- reorganização predial ;
- desenvolvimento de investimentos;
- controlo e certificação de empresas e produtos;
- promoção de produtos regionais certificados.

3 - Plano de reconversão agrícola e agro-industrial da região norte do Vale do Tejo (23.500 ha) (AGROTEJO-AGROMAIS).

- reconversão das explorações agrícolas;
- criação de centrais de concentração da oferta;
- reestruturação empresarial e apoio técnico;
- marketing.

4 - Instalação de uma unidade industrial para a preparação de sumos de fruta.

5 - Plano de promoção e reforço das fileiras do vinho e do azeite (Comissão Vitivinícola Regional, Associação da Rota do Vinho, Região de Turismo, Associação de Agricultores do Ribatejo, DRARO, ISA).

6 - Plano de empreendimentos hidro-agrícolas colectivos e de reestruturação fundiária (emparcelamento) cuja preparação está em curso no Ministério da Agricultura).

7 - Realização de 200 contratos-piloto de desenvolvimento agro-florestal sustentável.

## 5. AS SUB-REGIÕES

- 5.1. ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: ESPAÇO PRIVILEGIADO DE RELAÇÕES EUROATLÂNTICAS**
  - 5.1.1. UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A AML**
  - 5.1.2. ESTRATÉGIA ECONÓMICA**
  - 5.1.3. PROMOVER A COESÃO SOCIAL E ESPACIAL**
  - 5.1.4. ESTRATÉGIA TERRITORIAL**
  - 5.1.5. PROGRAMAS E ACÇÕES ESTRUTURANTES**
  
- 5.2. OESTE: QUALIFICAR AS PESSOAS, AS ORGANIZAÇÕES E O TERRITÓRIO**
  - 5.2.1. DESAFIOS ESTRATÉGICOS**
  - 5.2.2. PROGRAMAS E ACÇÕES ESTRUTURANTES**
  
- 5.3. VALE DO TEJO: A EXCELÊNCIA DO TERRITÓRIO**
  - 5.3.1. UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA O VALE DO TEJO**
  - 5.3.2. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO**
  - 5.3.3. PROGRAMAS E ACÇÕES ESTRUTURANTES**

## **5.1 ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: ESPAÇO PRIVILEGIADO DE RELAÇÕES EUROATLÂNTICAS**

### **5.1.1 UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A AML**

A Área Metropolitana de Lisboa ocupa uma posição muito singular na Região e ao nível nacional, desempenhando um papel específico e fundamental, na medida em que integra grande parte das componentes estruturantes e estratégicas do desenvolvimento do país e da sua internacionalização.

Grande pólo de produção e de consumo, concentrando os principais recursos nacionais em investigação, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como os serviços avançados às empresas e as infra-estruturas de transportes, culturais e desportivas, a AML tem um papel incontornável no reforço da competitividade externa do país e no processo de integração europeia, na melhoria dos padrões de vida e na coesão social e territorial, mesmo a nível nacional.

As políticas do território não se reduzem ao económico e ao urbano. Elas devem alicerçar-se no equilíbrio de um desenvolvimento harmonioso

e sustentado, onde as diversas dimensões (que incluem o social, o ambiental e o cultural), se integram com vista a uma melhor qualidade de vida para o máximo de cidadãos.

A estratégia territorial proposta para a AML procura traduzir a incidência das estratégias de desenvolvimento, configurando uma ideia de organização dinâmica baseada nas pré-existências e nos processos de transformação instalados e emergentes.

No novo contexto e tendências das economias europeia e mundial, fazendo valer a sua posição geoestratégica singular e os diversificados recursos naturais, logísticos e humanos, define-se como Visão Estratégica para a AML, no horizonte 2010:

#### **VISÃO ESTRATÉGICA - OBJECTIVO GLOBAL**

Dar dimensão europeia e centralidade ibérica à Área Metropolitana de Lisboa, espaço privilegiado e qualificado de relações euroatlânticas, com recursos produtivos, científicos e tecnológicos avançados, um património histórico, urbanístico e cultural singular, terra de intercâmbio e solidariedade, especialmente atractiva para residir, trabalhar e visitar.

Para alcançar este Objectivo, dando corpo na AML às condições definidas na Visão Estratégica, propõem-se como Linhas Estratégicas de Desenvolvimento para a AML:

1. Afirmar Lisboa como espaço de excelência para residir, trabalhar e visitar, apostando na (re)qualificação territorial urbana e ambiental da área metropolitana;
2. potenciar as inter-relações regionais da AML;
3. inserir a AML nas redes globais de cidades e regiões europeias atractivas e competitivas;
4. desenvolver e consolidar as actividades económicas com capacidade de valorização e diferenciação funcional, ao nível nacional e internacional;
5. afirmar a coesão social, através do incremento da equidade territorial, de uma nova governabilidade, do aprofundamento da cidadania e do desenvolvimento dos factores da igualdade de oportunidades.

A concretização destas Linhas Estratégicas assenta fundamentalmente nas seguintes Medidas:

1. Desenvolvimento de serviços avançados de nível internacional;
2. reforço do sistema de produção e difusão científica e tecnológica;
3. qualificação do território, elegendo o ambiente como factor de competitividade;
4. incremento do lazer e do turismo;
5. realização e promoção de eventos multiculturais e desportivos;
6. desenvolvimento das indústrias de conteúdos;

7. qualificação dos sistemas de educação e formação profissional;
8. aprofundamento da integração urbana e social de grupos étnicos, grupos de risco e grupos desfavorecidos - combate à pobreza e à exclusão social;
9. qualificação dos serviços de saúde, designadamente para a terceira idade;
10. reforço das acessibilidades internas e externas (portos, aeroportos, redes transeuropeias).

#### 5.1.2. ESTRATÉGIA ECONÓMICA PARA A AML

No contexto do processo de globalização, a especialização de cada espaço económico - da região aos grandes mercados supranacionais, passando pelas economias nacionais - desenhasse, cada vez mais, ao nível da procura dos produtos e das competências e não ao nível da oferta dos sectores e dos recursos.

Uma estratégia de desenvolvimento económico coerente e sustentável para a AML deve, por um lado, corresponder a um exigente quadro de integração na estratégia nacional e regional, e por outro, de afirmação como pólo de excelência, com capacidades humanas e infra-estruturas mais próximas das exigências colocadas pelos

desafios da participação activa na construção europeia e na globalização.

A estratégia de desenvolvimento económico na transição para o século XXI, correspondendo a uma consolidação da entrada num grupo mais restrito de regiões, áreas metropolitanas e cidades mais desenvolvidas no espaço europeu e mundial (com a consequente "penalização" no acesso aos meios previstos no III QCA), deve dar um sólido e inovador contributo na articulação solidária com outros territórios e regiões do país, em particular com o Oeste e o Vale do Tejo. O Alentejo pode também assumir, no seu relacionamento com a capital, uma dimensão de nova fronteira de crescimento e produção de riqueza em vez de espaço passivo de drenagem de recursos.

#### **A) ESCOLHAS SELECTIVAS**

A AML apresenta um apreciável potencial de desenvolvimento no contexto nacional, uma vez que a sua afirmação competitiva na Europa e no Mundo só poderá ser realizada num quadro de integração em profundidade com os outros pólos de desenvolvimento do país e com os pólos "naturais" de relacionamento internacional, em especial os que se situam no espaço atlântico.

A "chave" para uma adequada exploração deste potencial de desenvolvimento reside na construção de uma estreita articulação entre a inserção dinâmica no processo global de internacionalização da economia portuguesa e

na redução das disparidades internas de coesão económica e social que a caracterizam, isto é, na construção de uma nova capacidade de gerar riqueza, segundo os critérios internacionais, mas também distribuir rendimento no espaço nacional, num contexto aberto e competitivo.

Uma estratégia para a AML implica fazer opções nestes dois terrenos, ou seja, escolher influências externas de forma selectiva e favorecer, de forma igualmente selectiva, capacidades internas, indo muito além de um mero alargar das "facilidades" oferecidas para as actividades económicas, sociais e culturais.

O estabelecimento de parcerias privilegiadas para a construção europeia, a "Norte" e a "Sul", a selecção dos investimentos a realizar nas actividades de futuro (Ciência & Tecnologia, Educação & Formação e Informação & Comunicação) e a promoção dos modelos de gestão pública e privada a acolher e incentivar, constituem os três eixos principais que moldam a selectividade da estratégia.

#### **B) DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO EM COMPETÊNCIAS QUALIFICADAS E NA DINÂMICA DA PROCURA**

A estratégia de desenvolvimento económico para a AML deve ser suportada por um modelo de crescimento cumulativo e sustentável, orientado para a consolidação de uma estrutura económica forte e competitiva, geradora de empregos e

oportunidades, em sintonia com as expectativas e exigências acrescidas da população.

Uma economia forte, na era da globalização, é uma economia de resposta rápida e qualificada ao dinamismo da procura, uma economia eficiente ao serviço das necessidades de consumidores diferenciados.

A concretização de sinergias entre iniciativas e estratégias públicas e privadas constitui o pano de fundo catalizador deste modelo, exigindo, por isso, a institucionalização de processos de intervenção e concertação que garantam a integração de objectivos de natureza económica, social e cultural.

Um núcleo de projectos estruturantes, suficientemente concentrado e mobilizador, será o principal instrumento deste processo de concertação estratégica para o desenvolvimento económico da AML, projectos que devem servir os seguintes objectivos:

- desenvolvimento de novos factores de atracção e conservação das actividades económicas estruturantes, nomeadamente no quadro diversificado das articulações da Europa com os outros blocos regionais;
- promoção de acções de desenvolvimento económico, social e ambiental protagonizadas por agentes económicos e políticos com estratégias centradas nas potencialidades e limitações concretas da AML;
- melhoria organizacional do tecido empresarial através da implantação de formas de flexibilidade produtiva, valorizando a utilização generalizada

de recursos humanos mais qualificados e induzindo ritmos e horários de trabalho mais adequados aos desafios da globalização;

- criação de condições favoráveis à afirmação de capacidade empreendedora, do risco e da capacidade de inovação na vida empresarial e na administração das agências públicas;
- melhoria do potencial de desenvolvimento tecnológico endógeno da actividade empresarial, das infra-estruturas e dos serviços de suporte, nomeadamente nas actividades logísticas e de distribuição, visando um alargamento da cadeia de valor;
- promoção da coesão económica e social, encarada como objectivo regional, nacional e comunitário;
- enriquecimento e diversificação das funções desempenhadas pela AML no quadro mais geral da estruturação dos espaços onde se insere - o espaço nacional e o espaço europeu.

### **C) CONSTRUIR VANTAGENS COMPETITIVAS DURADOURAS NA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL**

A construção de vantagens competitivas dinâmicas no mercado mundial só é possível com base numa forte cooperação empresarial e institucional, envolvendo o sector público e o sector privado, que viabilize estratégias criativas de utilização dos factores produtivos e permita também melhorar o poder tecnológico e de

mercado dos grupos económicos e das pequenas empresas inovadoras.

A construção de novas vantagens competitivas que representem um efectivo ajustamento estrutural - face à insustentável aposta na manutenção de vantagens apoiadas no baixo custo do trabalho - será uma orientação fundamental para a gestão dos sistemas de incentivo à actividade económica, para o estabelecimento de prioridades nos investimentos em infra-estruturas e para o esforço de formação e qualificação dos recursos humanos.

#### **D) AFIRMAR UM NOVO MODELO DE COOPERAÇÃO**

A Área Metropolitana de Lisboa, detendo o maior potencial de internacionalização de todos os subsistemas regionais do país e necessitando, no quadro do próximo período de gestão dos fundos estruturais, de proceder a um profundo ajustamento nessa área, tem a responsabilidade estratégica de assumir um claro protagonismo na promoção de uma lógica de cooperação inter-regional.

O desenvolvimento regional do país, enquanto vector fundamental de um verdadeiro desenvolvimento económico e de progresso social, deve ser concebido como um processo em que a AML possa desempenhar uma função de "pivot" na internacionalização da economia, permitindo a criação de mais riqueza e

sobretudo, uma repartição de rendimento e uma afectação de recursos, promotora da coesão social e do equilíbrio regional.

A lógica de cooperação inter-regional constitui um terreno decisivo da estratégia de desenvolvimento económico da Área Metropolitana de Lisboa, reforçando a integração e a coesão interna da RLVT e alargando o espaço de cooperação com as outras regiões do país, num esforço coerente de descentralização de actividades produtivas, com contrapartidas na organização de redes globalizadas de negócio e produção de valor acrescentado.

#### **E) QUALIFICAR A AML COMO CENTRO DE CONSUMO RELEVANTE E DINÂMICO NO ESPAÇO EUROPEU**

A AML surge como o grande pólo de consumo da sociedade portuguesa, quer na dimensão quantitativa, integrando população e poder de compra, quer na dimensão qualitativa da difusão de modelos de consumo e de formas de distribuição, originando uma dinâmica relativamente completa de articulação entre economias de escala e de aglomeração, entre consumo de bens e de serviços e entre estratégias e comportamentos de custo e de qualidade.

A Área Metropolitana de Lisboa emerge, na economia portuguesa, como o grande pólo com massa crítica suficiente para que a dinâmica de consumo possa ser considerada como factor

estratégico de desenvolvimento, seja pelos efeitos de arrastamento a montante, seja pelo dinamismo de criação de emprego e rendimento, como factor de atracção e internacionalização e como elemento de articulação com outros espaços regionais do país.

A estratégia a adoptar apresenta, deste modo, um traço inovador de apoio ao desenvolvimento, estimulando preferencialmente o dinamismo de mercados regulados, traduzido em procuras sustentadas dirigidas a actividades inovadoras e qualificadas, em detrimento dos apoios directos à oferta, muitas vezes ineficientes e improdutos.

**F) APROFUNDAR A ESPECIALIZAÇÃO EM ACTIVIDADES CENTRADAS NA DIFERENCIAÇÃO COM FORTE POTENCIAL DE CRESCIMENTO**

A AML apresenta uma trajectória específica no contexto nacional, conferindo-lhe características claramente diferenciadas das restantes regiões, em função da sua dimensão de capital (nacional e europeia), da sua forte terciarização, da sua articulação internacional e do seu peso decisivo em actividades e recursos incorporando ciência e informação.

A estratégia a prosseguir visa dar coerência à diversidade de actividades económicas nela presentes, focalizando-se nos factores competitivos associados à diferenciação, seja nos bens de equipamento, seja nos bens de consumo e nos segmentos de forte potencial de

crecimento à escala mundial, para tentar obter uma cadeia de valor de banda mais larga e de maior estabilidade e rendibilidade. O modelo de especialização a prosseguir procura compatibilizar e articular:

- aprofundamento da aposta nas duas grandes fileiras produtivas presentes na região: fileira agro-química e fileira dos transportes;
- a estruturação e qualificação de fileiras insuficientemente desenvolvidas: fileira do turismo / lazer / habitação e fileira transversal da concepção/distribuição de bens de consumo diferenciados;
- a exploração das oportunidades abertas pelas "economias de gama" (flexibilidade e adaptação à procura);
- a articulação entre investimento estrangeiro em Portugal e investimento português no estrangeiro, ganhando capacidade concorrencial na globalização.

Este modelo de especialização, orientado por uma incidência mais forte nas competências técnicas e nas orientações dos mercados, visa promover uma difusão transversal dos ganhos de produtividade e do progresso tecnológico, enfrentando com determinação os problemas específicos da coesão económica e empresarial.

**G) ALCANÇAR DIMENSÃO RELEVANTE  
COMO CENTRO DE SERVIÇOS DE  
“CLASSE MUNDIAL”**

Construir na Área Metropolitana de Lisboa uma economia competitiva passa, finalmente, pelo reconhecimento do papel primordial que os serviços qualificados hoje desempenham na atracção e fixação de pessoas e empresas.

Tendo presente os objectivos estratégicos nacionais definidos para o período 2000-2006, a AML necessita de realizar um grande esforço para se desenvolver como centro de serviços de "classe mundial" - muito mais do que a quantidade importará a qualidade - como alavanca para alcançar os objectivos traçados para o seu desenvolvimento económico, no plano interno e internacional. Neste domínio trata-se de:

- assegurar a presença de uma massa crítica de actividades de Ciência & Tecnologia e de Investigação & Desenvolvimento;
- potenciar a plena afirmação de serviços financeiros alargados, com expressão significativa nas formas de capital de risco e de acesso ao mercado de capitais, no quadro mais vasto do mercado europeu;
- criação acelerada das velhas e novas infra-estruturas que permitam explorar a mobilidade de pessoas e recursos e, em particular, todas as formas de integração empresarial nas redes mundiais (serviços de saúde, transportes, logística e telecomunicações);

- ganhar relevância no domínio da animação cultural e das actividades de Informação & Comunicação como instrumento privilegiado de luta contra uma situação ainda periférica em muitos aspectos;

- valorizar a excelência na Educação & Formação como factor decisivo, de ciclo curto e resposta rápida, exigindo novos modelos de organização e financiamento;

- qualificar, flexibilizar e diferenciar as estruturas empresariais da actividade comercial, no quadro mais geral da valorização da dinâmica do consumo como factor de progresso económico.

**5.1.3. PROMOVER A COESÃO SOCIAL E  
ESPACIAL**

É nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas que tendem a desenvolver-se as mais graves situações de exclusão social. Em zonas de habitação precária, urbanisticamente degradadas e subequipadas, concentram-se as populações pobres e os "grupos de risco", minorias étnicas e emigrantes. Por outro lado, é nas aglomerações urbano-metropolitanas que têm lugar as mais intensas mutações económicas e tecnológicas, impostas pela competitividade e fortemente indutoras de desemprego, de emprego precário e de desadaptação profissional. As formas urbanas reflectem essas situações de precarização social, através da disseminação de zonas de habitação

degradada e subequipadas, onde se concentram as populações mais vulneráveis, os "grupos de risco" e algumas das minorias étnicas e emigrantes. Por outro lado, a essa precarização socio-económica associam-se modos de vida perturbadores do bem-estar urbano, com efeitos quer na qualidade de vida na cidade, quer nas próprias actividades económicas.

A AML acumula todos os ingredientes sociais e urbanísticos geradores de exclusão, fortes assimetrias e de fragmentação territorial:

- um processo histórico de urbanização desordenado e desqualificado aos níveis social e espacial;
- acentuação dos fenómenos de desertificação das áreas centrais com reforço cumulativo do processo de suburbanização;
- envelhecimento da população;
- concentração de comunidades imigrantes e minorias étnicas de grande heterogeneidade cultural;
- insuficiência das estruturas e dinâmicas educacionais e de capacitação profissional;
- desigualdades nas condições de mobilidade e insuficiência de equipamentos sociais e cívicos.

Estes factores e situações conduzem à existência de numerosas e populosas zonas de pobreza, bem como áreas socio-urbanísticas degradadas, da concentração de grupos de risco e do alastramento de fenómenos de insegurança urbana.

As estratégias de desenvolvimento e modernização equacionadas para a AML implicam profundas mutações, económicas, tecnológicas e culturais, susceptíveis de agravar as assimetrias e precaridades sociais, urbanísticas e geracionais, se não forem adoptadas as adequadas medidas de prevenção e controlo.

O reforço da coesão social ao nível dos territórios exige uma grande determinação, lucidez, inovação, e, sobretudo, a partilha de responsabilidades e a coordenação de esforços entre administração pública e actores sociais, para evitar que o desenvolvimento proposto não provoque efeitos "preversos" e um território a duas velocidades.

Uma estratégia coerente e sustentada de coesão social e espacial para a AML deve apostar nas seguintes linhas de acção fundamentais:

- requalificar e revitalizar os subúrbios e os bairros degradados;
- implementar políticas de valorização dos recursos humanos, de emprego e empregabilidade;
- implementar uma política urbana de equidade territorial.

## A) REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA

A requalificação sócio-urbanística da AML, que deverá constituir uma das áreas de maior investimento financeiro, político e mediático, nos próximos anos, passa pela realização dos seguintes programas estratégicos, que sinteticamente se apresentam:

### “DAR VIDA AOS SUBÚRBIOS”

O programa de requalificação dos espaços sócio-urbanisticamente degradados tem as seguintes vertentes fundamentais:

- Qualificação do espaço público, das praças e ruas, através de projectos urbanísticos e de arte pública de elevada qualidade (atribuindo a sua elaboração aos melhores projectistas nacionais e estrangeiros), melhorando o ambiente e a imagem urbanas, transformando-as em locais de encontro, identificação e afectividade;
- construção ou reabilitação/conservação de equipamentos cívicos modernos, de encontro e convívio, de actividades lúdicas, desportivas e culturais dos jovens e da comunidade local;
- escolas modelo, em termos pedagógicos, de excelência a nível dos professores, do equipamento e do material escolar, bem integradas na comunidade;
- criação de empregos locais, na gestão e manutenção dos equipamentos e serviços urbanos, no arranjo e gestão dos espaços

públicos, dos equipamentos e dos bairros, no desporto e tempos livres e nos apoios sociais.

Simultaneamente, torna-se necessário criar as condições e espaços atractivos para a instalação de novas actividades económicas criadoras de emprego e de serviços fundamentais de suporte da vida quotidiana, incentivando o investimento privado, particularmente na área dos serviços e do comércio.

### PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO (PER)

Torna-se fundamental concluir o realojamento das populações vivendo em alojamentos precários, erradicando os "bairros de barracas" existentes na Área Metropolitana.

A conclusão do Programa, inicialmente apazada para 2001, terá de ser protelada até 2003/2004, não só devido aos atrasos na sua concretização, mas também para permitir melhorar as condições de infraestruturização e equipamento dos bairros, as construções e o processo de realojamento.

### REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS HISTÓRICAS

A diversidade paisagística, um património edificado culturalmente rico (embora degradado), a existência de um forte investimento municipal nas áreas da cultura e desporto, a existência de inúmeras colectividades e associações culturais, desportivas e cívicas, são recursos inestimáveis para promover a recuperação do património, natural, arquitectónico e arqueológico existente na Região.

É importante a recuperação e a reabilitação dos edifícios, em particular da função habitacional, mas também dotar essas áreas de:

- acessibilidades em transporte público;
- gestão do estacionamento;
- espaços públicos;
- património;
- comércio e serviços;
- animação cultural.

## **B) VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS/EMPREGO**

Hoje, as políticas territoriais têm de considerar as dificuldades de empregabilidade dos seus habitantes, e, cada vez mais, as políticas activas de emprego são também políticas territoriais. A exclusão social passa pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho de um número significativo da população (sobretudo jovem) menos qualificada (embora se assista ao desemprego crescente de população qualificada).

O emprego salarial deixou de ser a forma dominante de emprego e embora a modernização da estrutura produtiva e dos equipamentos de educação e formação seja indispensável para o aumento de emprego, não se devem esgotar aí as capacidades de intervenção territorial. Cada vez mais, a própria actividade urbana é criadora de empregos e o desenvolvimento de uma "economia urbana", na

perspectiva da "economia de proximidade", é pensada como um elemento de reforço do mercado de emprego e das dimensões de coesão social. A crise da base económica tradicional acentuou a urgência de respostas urbanas a curto prazo com efeitos socio-culturais e de reanimação urbana, que, para além disso, contribuíssem para a reactivação económica e do emprego. As características demográficas já referenciadas exigem o desenvolvimento de uma política activa do que poderíamos chamar "economia social urbana", ou economia da solidariedade.

Assim, torna-se fundamental apoiar projectos que dinamizem a:

- construção de infra-estruturas e equipamentos locais;
- gestão dos bairros e dos equipamentos;
- serviços sociais de proximidade;
- serviços culturais e desportivos.

## **C) UMA POLÍTICA URBANA DE EQUIDADE TERRITORIAL**

É preciso modificar um certo tipo de urbanismo gerador de fracturas sociais e de desintegrações socio-urbanísticas e arquitectónicas. A equidade territorial passa, essencialmente:

1. pelo aumento em quantidade e qualidade das infraestruturas de suporte à vida quotidiana e muito particularmente às que se referem ao reforço da qualificação tecnológica e cultural da

população residente e aos equipamentos de saúde;

2. pelo desenvolvimento de medidas de discriminação positiva na localização de serviços e equipamentos em situações de periferia, em territórios ocupados por populações pertencentes a grupos étnicos minoritários e com perigo de exclusão, para jovens de zonas degradadas, para famílias e pessoas sofrendo de isolamento e problemas sociais específicos (toxicod dependência, doença, deficiência, etc.).

3. pelo espaço público e imagem urbana qualificada (não banalizada) e culturalmente diferenciada.

4. pela melhoria dos processos organizacionais da gestão urbana (factor chave do sucesso da intervenção urbana e o repensar a relação administração/cidadão, fomentando alguns princípios básicos):

- diálogo na intervenção urbana;
- princípio do pagador/utilizador;
- princípio da implicação na qualificação dos espaços;
- princípio da responsabilidade na conservação ambiental.

#### **5.1.4. ESTRATÉGIA TERRITORIAL: RECENTRAR A ÁREA METROPOLITANA NO ESTUÁRIO DO TEJO E POLICENTRAR A REGIÃO**

A Estratégia territorial que se propõe para a AML corresponde a uma nova opção de desenvolvimento, visando a recentragem da AML em torno do seu núcleo principal, a cidade de Lisboa, a correcção de desequilíbrios urbanísticos e sociais existentes e a valorização do Estuário do Tejo como espaço central da estrutura urbano-metropolitana.

Esta opção vai ao encontro do conceito da cidade das duas margens, presente nos debates sobre o ordenamento da AML. As novas condições de acessibilidade proporcionadas pelas Pontes e pelo Anel de Coima, permitem reequacionar o papel do Arco Urbano Ribeirinho da Península de Setúbal na estrutura metropolitana e na constituição de um novo espaço urbano/metropolitano que se pode designar por "Grande Lisboa".

#### **ESTRATÉGIA TERRITORIAL PARA A AML**

- Recentrar a Área Metropolitana no Estuário do Tejo
- Desenvolver a " Grande Lisboa ", cidade das duas margens
- Policentrar a Região
- Valorizar a diversidade territorial

## ESQUEMA DO MODELO TERRITORIAL METROPOLITANO (PROTAML)



Correspondendo a uma estratégia de inversão de tendências instaladas, o modelo de recentragem da AML deverá ser apoiado num conjunto de medidas de carácter operacional que visem implementar as necessárias mudanças. Assim, considera-se fundamental sustentar a Estratégia Territorial num conjunto de programas e de acções estruturantes, os quais deverão ter também tradução nos instrumentos de ordenamento e de gestão da AML, com destaque para o PROTAML (Plano Regional de Ordenamento do Território da AML).

As medidas que sustentam essa estratégia são:

1. revitalizar o centro tradicional de Lisboa;
2. revitalizar e valorizar os estuários e a orla costeira;
3. integrar, em toda a sua plenitude, a Península de Setúbal na AML;
4. corrigir desequilíbrios sócio-urbanísticos requalificando as áreas urbanas periféricas e os subúrbios habitacionais;
5. apoiar o desenvolvimento de novas centralidades;
6. desenvolver novas formas de governação e de gestão do território incentivadoras do aprofundamento da cidadania.

A reconfiguração da AML deverá ter presente a sua inserção num conceito alargado de Região Metropolitana entendido na interdependência das seguintes dimensões territoriais:

- Área Metropolitana Central
- Periferia Metropolitana
- Região de Polarização Metropolitana

A Área Metropolitana Central é constituída pelos contínuos urbanos que tendem a envolver as duas margens do Tejo, organiza-se em torno do estuário e é estruturada pela rede radiocêntrica de transportes. A configuração da Área Metropolitana Central depende da consolidação dos eixos e núcleos urbanos dinâmicos, bem como do papel estruturador e requalificador dos Espaços Emergentes e das Áreas com potencial de Reconversão/Renovação.

A Periferia Metropolitana é constituída por uma estrutura polinucleada, descontínua, fortemente inter-dependente e com uma estreita relação entre espaços urbanos e espaços rurais. Nesta estrutura destaca-se o subsistema Setúbal-Palmela, pela sua dimensão demográfica e dinâmica económica e pela sua relativa autonomia funcional em relação à Área Metropolitana Central.

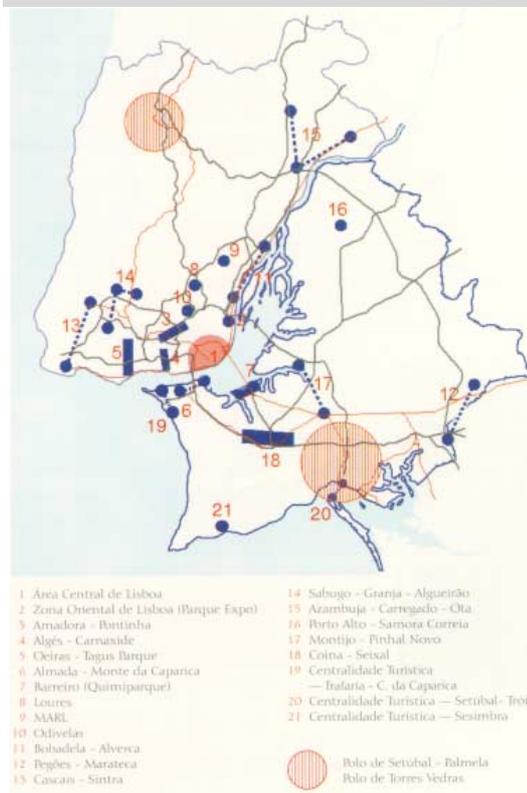
## ESQUEMA DE POLARIZAÇÃO METROPOLITANA



A Região de Polarização Metropolitana integra um vasto espaço do território nacional onde se estabelecem e reforçam, ao nível intra e inter-regional, relações económicas, sociais e culturais polarizadas pela Área Metropolitana Central.

Esta Região estrutura-se com base nos principais eixos de transporte nacional e inter-regional, os quais criam corredores privilegiados de inter-relações territoriais. A melhoria das condições de acessibilidade que se verificaram nos últimos anos colocaram Torres Vedras e Santarém na área de relações directas e diárias de Lisboa e os subsistemas urbanos de Leiria/Marinha Grande, Torres Novas /Tomar /Abrantes, Évora e Sines a menos de hora e meia de deslocação da Área Metropolitana Central. Alarga-se assim o espaço de polarização da Área Metropolitana de Lisboa, configurando uma nova região polarizada.

### ESTRUTURA POLINUCLEADA NOVAS CENTRALIDADES METROPOLITANAS



É no conceito desta região metropolitana que se inserem a Estratégia e o Modelo territoriais para a AML, os quais se baseiam na estruturação e qualificação das áreas já predominantemente urbanizadas e edificadas, que coexistem com terrenos expectantes e terrenos rurais em abandono. Simultaneamente, pressupõem a estabilização dos espaços rurais envolventes das áreas urbanas, ainda que recorrendo a formas de ocupação e usos renovados, e por outro lado, a definição e instalação de uma estrutura ecológica metropolitana, a qual deverá constituir um elemento fundamental da organização e qualificação de todo o espaço metropolitano.

A Estratégia Territorial deve relevar cinco vertentes fundamentais:

#### 1. Estrutura Metropolitana Policentrada/Novas Centralidades

Esta estrutura tem como elemento principal e federador a cidade de Lisboa, com o qual se articula uma rede de centros urbanos que deve ver reforçada a sua autonomia funcional e capacidade polarizadora ao nível sub-regional e regional.

O sistema urbano-metropolitano deverá ser reestruturado e requalificado através do desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas baseadas em:

- áreas de serviços às empresas e à colectividade, de nível supra-municipal e metropolitano;
- centros de Investigação e Desenvolvimento;
- áreas logísticas e centros de transportes.

#### 2. Estrutura de transportes em rede

A Região Metropolitana e a Área Metropolitana de Lisboa deverão ser organizadas com base numa estrutura rodo-ferroviária que favoreça não só as deslocações radiais, mas também as deslocações transversais, criando condições para que o sistema regional e metropolitano de transportes proporcione o funcionamento da estrutura urbano-metropolitana em rede. Estas condições deverão ser garantidas tanto a norte como a sul do Tejo.

#### 3. Corredores e infra-estruturas de articulação nacional e internacional

A Área Metropolitana deverá articular-se com o exterior através de infra-estruturas de transporte que permitam serviços qualificados e competitivos, contribuindo, também para a implementação da estratégia de desenvolvimento e do modelo territorial de recentragem metropolitana. Estas infra-estruturas integram, no fundamental, as redes de transporte multimodais inseridas nas redes transeuropeias.

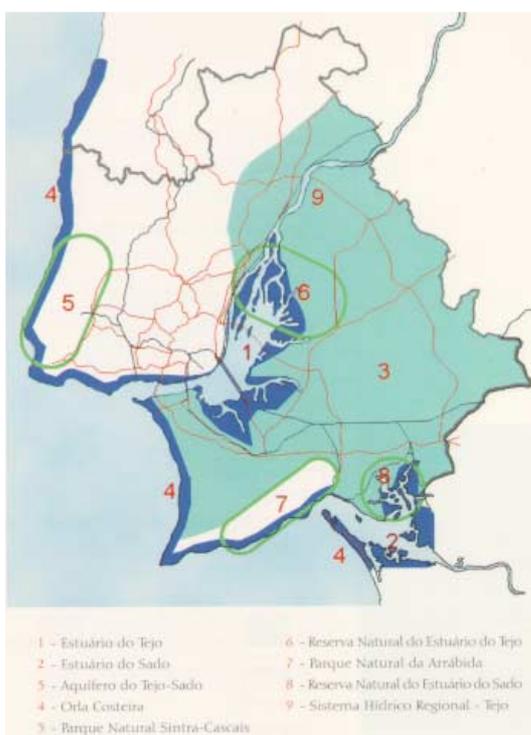
#### 4. A presença da água como valor estratégico e estruturante da AML

A presença da água deverá ser valorizada como recurso natural e como valor ambiental e paisagístico estratégico, e o estuário do Tejo como um espaço de diferenciação territorial e de identificação e coesão metropolitana.

5. Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental

Esta estrutura será constituída pelos espaços e redes que garantem o funcionamento e o equilíbrio biofísico da AML e a preservação e valorização de ecossistemas naturais.

**A ÁGUA COMO VALOR ESTRATÉGICO**



**REDE ECOLÓGICA METROPOLITANA (PROTAML)**



A passagem da situação actual, traduzida no diagrama das Dinâmicas Territoriais da AML (Figura da página 189) para a situação desejada, expressa no Modelo Territorial, (Figura da página 182) implica um conjunto articulado de medidas de política territorial referentes aos diversos tipos de espaços, as quais sinteticamente se traduzem em:

1. incentivar os Espaços Motores como aceleradores do desenvolvimento e da internacionalização da AML;
2. apoiar e enquadrar o desenvolvimento dos Espaços Emergentes e as áreas com Potencial de Reversão/Renovação a fim de que cumpram funções de reestruturação e qualificação da AML;
3. intervir nos Espaços Problema e nas Áreas Críticas com vista a conter as tendências de degradação e desqualificação, introduzir dinâmicas de reequilíbrio social e urbanístico e reforçar os mecanismos de coesão social;
4. proteger e valorizar recursos naturais e os espaços agro-florestais sensíveis, integrando-os num conceito alargado de Região Metropolitana;
5. definir o sistema estruturante de transportes da AML e suas articulações externas (nacionais, ibéricas, internacionais);
6. desenvolver novas centralidades metropolitanas, reforçando o pólo de Setúbal/Palmela e os eixos Oeiras/Cascais/Sintra e Almada/Seixal.

#### DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AML



**ESPAÇOS MOTORES**

Destacam-se no processo de especialização funcional, da renovação e da qualificação urbana, com impactos positivos a nível da AML, constituindo espaços especialmente atractivos para actividades dinâmicas.

Lisboa (Coroa de transição)

Oeiras - Cascais

Setúbal - Palmela - Pinhal Novo

Coimbra

Almada - Seixal

**ESPAÇOS PROBLEMA**

Abrangem tanto áreas periféricas fortemente desestruturadas com tendência para a desqualificação urbana e ambiental, como as áreas centrais da AML, que se encontram em perda de população residente e de actividades.

Lisboa (Área Central)

Amadora - Queluz - Cacém/Sintra

Interior dos concelhos de Cascais e Sintra e eixo Belas - Bucelas

Sacavém - Vila Franca de Xira

Barreiro - Moita

Interior da Península de Setúbal

**ÁREAS CRÍTICAS**

Nos espaços problema identificam-se áreas urbanas especialmente desqualificadas e carenciadas em infra-estruturas e equipamentos, caracterizadas por uma forte concentração residencial e altas densidades populacionais, as quais não apresentam condições para inversão das tendências de desqualificação urbana e social.

Lisboa (Área Central)

Amadora - Queluz - Cacém/Sintra

Interior dos concelhos de Cascais e Sintra e eixo Belas - Bucelas

Sacavém - Vila Franca de Xira

Barreiro - Moita

Interior da Península de Setúbal

**ESPAÇOS EMERGENTES**

Integram áreas com potencialidades para protagonizarem transformações positivas da Área Metropolitana, tanto no que respeita ao desenvolvimento de funções especializadas e novos usos, como à reestruturação e qualificação urbana e ambiental.

Estuário do Tejo (espaços ribeirinhos)

Amadora - Odivelas - Loures

Alcochete - Montijo

Cascais - Sintra

Orla Litoral Sul (Caparica - Lagoa de Albufeira)

Orla Litoral Norte (Sintra - Mafra)

#### **ÁREAS COM POTENCIALIDADES DE RECONVERSÃO/RENOVAÇÃO**

São áreas que podem constituir ou reforçar centralidades metropolitanas e que oferecem condições para desenvolver projectos singulares e de curto/médio prazo.

Siderurgia

Quimiparque

Lisnave

Base Aérea do Montijo

Zona Oriental / EXPO 98

Mercado Abastecedor (Loures)

#### **ÁREAS DINÁMICAS PERIFÉRICAS**

Áreas que se localizam fora do contínuo urbano-metropolitano que apresentam capacidade atractiva de actividades e residência constituindo núcleos com alguma autonomia funcional.

Mafra - Malveira

Azambuja - Carregado

Samora Correia - Porto Alto

Sistema de Sesimbra

Pegões - Marateca

#### **ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS**

Espaços integrados em Parque e Reservas Naturais e áreas de protecção máxima defendidos das dinâmicas urbanas-metropolitanas.

Sintra - Cascais

Estuários do Tejo e do Sado

Serra da Arrábida

Cabo Espichel - Matas de Sesimbra

### 5.1.5 PROGRAMAS E ACÇÕES ESTRUTURANTES

Para atingir o Objectivo Global e implementar a Estratégia Territorial define-se um conjunto de 20 Programas e Acções, agrupados por 5 domínios:

DOMÍNIOS	MEDIDAS/PROGRAMAS
1. AMBIENTE	1.1 - Programa de valorização dos estuários do Tejo e do Sado e das frentes ribeirinhas; 1.2 - Infra-estruturas de saneamento básico; 1.3 - Estrutura ecológica metropolitana; 1.4 - Gestão da água.
2. ACESSIBILIDADES	2.1. - Programa integrado para o sistema de transportes metropolitano; 2.2. - Porto de Lisboa/Setúbal; 2.3. - Novo Aeroporto Internacional; 2.4. - Infra-estruturas rodo-ferroviárias integradas nas redes transeuropeias.
3. ACTIVIDADES / COMPETITIVIDADE	3.1. - Centros de I&D; 3.2. - Turismo/Lazer/Eventos; 3.3. - Saúde; 3.4. - Logística.
4. QUALIFICAÇÃO URBANA	4.1.- Programa integrado de requalificação urbanística de áreas suburbanas; 4.2. - Programa integrado para o desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas; 4.3. - Valorização do património e de áreas históricas; 4.4. - Programa integrado de revitalização da área central de Lisboa; 4.5. - Novas formas de planeamento e de gestão do território.
5. INTEGRAÇÃO E COESÃO SOCIAL	5.1. - Programa metropolitano de habitação; 5.2. - Programa de apoio a minorias étnicas e a grupos desfavorecidos; 5.3. - Programa de apoio a grupos de risco.

## 5.2 OESTE: QUALIFICAR AS PESSOAS, AS ORGANIZAÇÕES E O TERRITÓRIO

### 5.2.1 DESAFIOS ESTRATÉGICOS

O Oeste encontra-se numa encruzilhada, evidenciando a necessidade de apostar num projecto comum de desenvolvimento sustentado, sob pena de se fazerem esforços dispersos com resultados práticos lentos para as necessidades da sub-região.

Um processo de planeamento estratégico<sup>9</sup> permite realizar aproximações a um cenário prospectivo que se vai construindo, num processo onde inevitavelmente surgirão as clarificações que forem necessárias ao longo do percurso. Como lembraria o poeta: o caminho faz-se caminhando<sup>10</sup>. Assim, foi possível identificar, de forma participada, os principais domínios<sup>11</sup> de intervenção para o desenvolvimento da sub-região e, de entre estes,

<sup>9</sup> O Plano Estratégico para o Oeste, da responsabilidade da CCRLVT, foi acompanhado do PEDRO (Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Região Oeste) da responsabilidade da Associação de Municípios.

<sup>10</sup> António Machado (1875-1939)

<sup>11</sup> Estes domínios e projectos foram estabelecidos após um debate com os actores locais e em estreita colaboração com a Associação de Municípios do Oeste. Nesse sentido, foram integrados as acções / projectos identificados no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Oeste: o Oeste em 2010 (PEDRO).

os projectos que pelas suas características podem ser considerados projectos estratégicos. Dito de outra forma: estes domínios de intervenção são considerados como a alavanca indispensável para garantir, no período considerado, um "salto qualitativo" de desenvolvimento e qualidade de vida no Oeste.

O grande objectivo da proposta de desenvolvimento que agora se apresenta pode ser sintetizado na qualificação de pessoas, organizações, actividades e territórios, sem descuidar qualquer destas dimensões, e com uma particular incidência nas duas primeiras. Concebe-se o desenvolvimento não apenas como a criação de infra-estruturas físicas mas - e no caso da sub-região Oeste, com especial pertinência - como a criação da capacidade cultural e técnica para pensar, para fazer, para gerir e para inovar.

#### **SÃO QUATRO AS DIMENSÕES ESTRUTURANTES DESTE GRANDE DESAFIO ESTRATÉGICO:**

1. reforço das identidades locais e clarificação das formas de estruturação regional;
2. inovação na qualificação dos recursos humanos;
3. modernização da estrutura produtiva, procura de novas actividades e apoio à inovação e internacionalização;
4. ordenamento e qualificação territorial e ambiental.

Trata-se, em primeiro lugar, de fazer emergir lideranças locais e recursos humanos qualificados (não confundindo apenas com a qualificação da força de trabalho), de forma a que a modernização das infra-estruturas e da estrutura produtiva seja realizada com eficácia e competitividade. O grande desafio da próxima década para o Oeste reside na capacidade de aglutinar esforços e de qualificar a sua base endógena, sem as quais qualquer salto na competitividade e internacionalização poderá fracassar. Não é, pois, de estranhar que os primeiros dois desafios estratégicos sejam orientados, fundamentalmente, para a qualificação das pessoas e organizações. Contudo, a estrutura produtiva do Oeste está já em condições de aperfeiçoar as suas performances através da trilogia: qualificação, articulação das fileiras produtivas que fazem a especificidade da sub-região e onde ela detém vantagens comparativas e exteriorização com entrada em mercados regionais, nacionais e internacionais.

Não há qualificação produtiva sem a qualificação territorial e ambiental. Neste sentido, algumas das áreas de intervenção orientam-se para a requalificação dos territórios (urbanos e rurais), para a sua articulação (interna e externa) e para a preservação de memórias que são património inesquecível desta sub-região.

#### **A) REFORÇO DAS IDENTIDADES LOCAIS E CLARIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ESTRUTURAÇÃO REGIONAL**

A identidade oestina é composta de múltiplas identidades que tecem um mosaico complexo e que, por vezes, perturba a existência de uma maior coesão interna: o Oeste do norte e do sul; o do litoral e o do interior.

A sub-região do Oeste tem simultaneamente uma densidade de acontecimentos e instituições locais com bom relacionamento institucional e capazes de traduzir as identidades locais e as diferentes formas de vida, mas tem também uma fragmentação identitária que perturba a coesão da sub-região do ponto de vista sócio-cultural.

Torna-se necessário reforçar a imagem da sub-região, as identidades e as formas de organização institucionais capazes de liderar as dinâmicas de desenvolvimento.

No Oeste, o dinamismo das associações e instituições locais deve ser visto como um dos principais recursos, e a sua sedimentação em redes estratégicas para o desenvolvimento deve ser reconhecida e incentivada.

Reforçar as imagens simbólicas, as estruturas e a circulação de informação, de forma a reforçar as identidades locais e a fortalecer as estruturas de governação na sub-região, constitui um objectivo fundamental que assenta:

- na construção e divulgação de uma imagem do Oeste;

- no apoio e reestruturação das organizações regionais;
- no fomento e apoio às formas de vida cultural local.

Enquadram-se aqui apoios à construção e divulgação de uma "imagem de marca Oeste", de base sustentada em produtos, actividades e costumes locais. Será preciso suportar essa imagem em estruturas regionais e em acções de reforço da comunicabilidade entre os vários actores locais. Mas torna-se necessário também fomentar, valorizar e afirmar a evolução das formas de cultura locais apoiando os produtores e criadores da cultura oestina nas suas diferentes vertentes.

## **B) INOVAÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

O segundo desafio estratégico aposta nos recursos humanos residentes e na sua qualificação a todos os níveis. Nesse sentido, pretende-se o aumento do potencial de qualificação dos residentes do ponto de vista educacional, técnico, científico ou artístico.

O desafio da qualificação dos recursos humanos deveria assentar na capacidade de encetar uma política de ensino e de formação profissional articulada, inovadora e original, assente nos estabelecimentos e instituições já existentes. O desenvolvimento do ensino técnico e do ensino de base científica e tecnológica, mas também de base artística e humana, é talvez, não a condição

suficiente, mas certamente uma condição indispensável à modernização da sub-região em todas as dimensões de desenvolvimento. A formação de base deve ser fomentada e repensada em função das características da sub-região, apoiando o ensino técnico-profissional e o ensino superior. Simultaneamente, pretende-se fixar quadros qualificados e gerar centros de inovação e excelência orientados, não apenas para a indústria, mas também para a agricultura, actividades do mar e turismo.

O ensino e a inovação cultural devem ser fomentados desde os níveis mais básicos da escolaridade, quer no que respeita às formas de expressão cultural tradicionais, quer no que se refere às formas emergentes.

A modernização das actividades e a melhoria das condições de vida não serão possíveis sem uma profunda alteração da qualificação dos recursos humanos da sub-região e isto significa bem mais do que a qualificação da força de trabalho no seu sentido restrito, exigindo a qualificação, de forma multifacetada, da população em geral, através da resolução de três questões-chave:

- reforço dos níveis de formação de base;
- internacionalização da formação;
- reforço da cooperação entre educação, ensino e emprego.

Considera-se, assim, que essa aposta exige uma intervenção a vários níveis. Ao nível do sistema formal de educação e de formação será necessário desenvolver algumas das infra-

estruturas existentes, gerar novos tipos de formação e apoiar - ao nível das línguas, na promoção de estágios internacionais, etc. - a internacionalização do ensino.

Todavia, a aposta mais significativa será na estruturação de novas relações entre educação, formação profissional e emprego, apoiando actividades inovadoras nesta área. Mas se o apoio das estruturas educativas e de formação é fundamental, será o investimento do sector empresarial nestas actividades que permitirá o salto qualitativo.

**C) MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA  
PRODUTIVA, PROCURA DE NOVAS  
ACTIVIDADES E APOIO À  
INTERNACIONALIZAÇÃO**

O desafio estratégico de modernização e internacionalização da estrutura produtiva do Oeste tem várias temporalidades e ritmos, e, naturalmente, não se esgotará no período do próximo QCA III. No médio prazo, esta modernização tem duas vertentes intimamente relacionadas:

1. a qualificação dos recursos humanos residentes e a fixar;
2. a procura das "vantagens comparativas" da sub-região no contexto nacional e internacional.

Por outro lado, a diversificação do tecido produtivo e a capacidade competitiva já manifestada por certos nichos de produtos em quase todos os sectores de actividade apela à

capacidade de equacionar operativamente três desafios-chave do desenvolvimento:

- reforço das actividades emergentes e mais promissoras em todos os sectores de actividade;
- apoio à inovação e à excelência de forma a gerar "imagens de qualidade";
- a procura de novos mercados nacionais e internacionais.

O tecido produtivo do Oeste caracteriza-se por uma grande diversidade de actividades que abrangem todos os sectores, mas também, por uma grande endogeneidade das formas produtivas e produtos. Os domínios de intervenção centram-se no apoio a duas dimensões fundamentais e articuladas:

1. modernização e desenvolvimento das actividades económicas;
2. internacionalização da estrutura produtiva.

A dinamização da iniciativa empresarial e a modernização das empresas deverão ser realizadas através da criação de actividades de apoio à internacionalização, de redes de inovação e de serviços aos empresários. As primeiras terão como objectivo prospectar novos mercados, estruturar informação e desenvolver um sistema relacional com o exterior; as segundas, visam fomentar serviços de apoio e certificação da qualidade. Estas estruturas de carácter transversal deverão ser apoiadas por outros incentivos orientados para a diversificação das actividades económicas, suportando e desenvolvendo nichos de especificidade oestina, visando sempre os

objectivos de modernização e de afirmação exterior das actividades.

#### **D) ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

É sobretudo ao nível territorial que deve ser realizada a melhoria das condições de vida locais, aproximando os territórios rurais e urbanos e "cerzindo" mais harmoniosamente a sub-região.

O desenvolvimento das infra-estruturas de saneamento básico e das acessibilidades, o fomento das actividades de reforço da qualidade ambiental e a construção de equipamentos sociais de suporte à vida quotidiana têm, como pressuposto prévio, a existência de uma estratégia de desenvolvimento da sub-região e muito especialmente, uma estratégia de apoio à internacionalização das actividades produtivas e ao desenvolvimento do turismo.

A qualificação do território é também fortemente tributária do controlo das formas de crescimento urbanístico e da instalação das infra-estruturas estratégicas de qualidade ambiental. Trata-se, sobretudo, de ordenar as formas de crescimento urbano nos aglomerados mais pressionados, exigindo a necessária capacidade de inovação por parte das estratégias e instrumentos de planeamento e gestão urbanísticos, como forma de garantir a qualidade territorial a par da economia de infra-estruturas.

As infra-estruturas territoriais são essenciais, quer ao suporte da modernização da estrutura produtiva, quer à melhoria das condições de vida. Assim, prevêem-se apoios ao nível de cinco dimensões básicas:

1. protecção e desenvolvimento de infra-estruturas urbanas e ambientais garantindo a salvaguarda e a recuperação do valioso património arqueológico, natural e paisagístico da sub-região;
2. desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação e de transporte que articulem a sub-região com o exterior e cimentem uma melhor coesão interna, nomeadamente da relação entre os territórios mais urbanos e rurais;
3. reforço dos equipamentos sociais e culturais que permitam estruturar um território urbano equilibrado do ponto de vista dos equipamentos de suporte à vida quotidiana;
4. requalificação do meio rural e urbano, recuperando e promovendo os centros históricos e o património arquitectónico da sub-região;
5. garantia de que todas estas dimensões estejam integradas e inseridas de forma coerente numa estratégia regional eficaz e pedagogicamente monitorizada.

### 5.2.2. PROGRAMAS E ACÇÕES ESTRUTURANTES

As actividades referidas são, todas elas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento da sub-região na próxima década. No entanto, foram seleccionados alguns projectos como estruturantes na medida em que permitirão garantir "saltos qualitativos" no desenvolvimento da sub-região.

#### REDE DE INOVAÇÃO E DE SERVIÇOS AO EMPRESÁRIO DO OESTE (RISE-OESTE)

- Informação sobre incentivos disponíveis, oportunidades de negócio, tendências de evolução dos mercados e actualização de agenda de acontecimentos e realizações nacionais e internacionais, etc..
- Promoção de centros de excelência e de certificação de qualidade; promoção de estudos técnico-económicos de natureza prospectiva relativamente aos actuais segmentos de negócio ou àqueles que apresentem potencial de desenvolvimento na sub-região, etc..
- Construção e desenvolvimento do Parque Regional de Negócios de características multifuncionais, dotado de infra-estruturas e equipamentos comuns (poderá articular-se com outros projectos).

#### CENTRO DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DO OESTE

- Prospecção de novos mercados e oportunidades de negócio nacionais e internacionais, organização de catálogos de produtos regionais e de campanhas de promoção comercial, formação de quadros comerciais e de técnicos de assistência pós-venda, etc..
- Organização e gestão de uma base de dados sobre as empresas e os produtos regionais.
- Desenvolvimento de um sistema relacional personalizado com investidores, desenvolvimento de um programa de acções de comunicação personalizada junto dos investidores privados nacionais e internacionais.
- Acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de empresários estrangeiros.

#### CAMPUS CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO OESTE

- Construção, ampliação e melhoria de instalações para escolas novas ou existentes e desenvolvimento de actividades de formação.
- Implantação de áreas de ensino tecnológico e superior (bacharelato e licenciatura).
- Actividades de pesquisa, em parceria com empresas; qualificação do ensino tradicional visando a modernização do sistema.
- Apoio a projectos inovadores ao nível da articulação ensino/formação/emprego.
- Estágios de formação e reconversão profissional para desempregados - em termos de estágios profissionais e pré-profissionais - em empresas da sub-região, mas também do país e do estrangeiro.
- Criação de um observatório da Qualificação, do Emprego e Oportunidades de Formação.

#### **REFORÇO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO**

- Apoio a acções que contribuam para o reforço e estruturação do sistema urbano sub-regional.
- Acções de protecção/valorização dos centros históricos, valorização dos espaços públicos, reconversão urbanística e beneficiação de edifícios e construção/remodelação de equipamentos.
- Infra-estruturas de saneamento básico e sistema de transportes.
- Modernização e criação de redes telemáticas.

#### **VALOESTE**

- Valorização de um conjunto privilegiado de elementos naturais, patrimoniais e culturais do território.
- Atração de investimentos e pessoas, de forma a gerar novas dinâmicas económicas e sociais, sustentadas no desenvolvimento do turismo de qualidade.
- Melhoria da qualidade ambiental, quer através da criação de novas infra-estruturas, quer da requalificação da paisagem, quer ainda da protecção de ecossistemas sensíveis.
- Consolidação de actividades no domínio do turismo em espaço rural, fomento de novas frentes e modos de fazer turismo.
- Implementação de acções com vista a valorizar o património físico e cultural, a revitalização económica e social das cidades, vilas e aldeias históricas.
- Melhoria das acessibilidades internas e externas da sub-região, garantindo uma melhor mobilidade da população.

#### **PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

- Plano de Marketing Operacional para a implementação de produtos turísticos com apoio de um grupo de reflexão e grupos de trabalho.
- Campanha de promoção turística: valorização dos principais produtos turísticos da sub-região de forma integrada, hierarquização de mercados, plano de comunicação e elaboração de carta turística.
- Desenvolvimento de uma política de gestão dos canais de comunicação apoiado num observatório estatístico do turismo.
- Promoção de acções de desenvolvimento de novas frentes de turismo, nomeadamente as ligadas ao turismo de saúde: recuperação das termas, talassoterapia, eco-turismo, turismo radical, etc..



**UMA ESTRATÉGIA COERENTE E SUSTENTÁVEL PARA A SUB-REGIÃO DEVERÁ PROCURAR RESPONDER AOS SEGUINTE PRINCÍPIOS GERAIS:**

- garantir, de forma generalizada, níveis quantitativos e qualitativos satisfatórios de infra-estruturação e de equipamentos em termos das necessidades das populações e das organizações (instituições, empresas, associações, etc.);
- preservar e valorizar a diversidade e a riqueza patrimonial existente (património natural, cultural e construído);
- identificar um número restrito de apostas estratégicas, de forte capacidade estruturante, que contribuam decisivamente para o reforço da sustentabilidade do desenvolvimento da sub-região.

Analisemos, pois, cada um destes aspectos.

**A) NÍVEIS BÁSICOS DE INFRA-ESTRUTURAÇÃO E DE EQUIPAMENTOS DE APOIO ÀS POPULAÇÕES E ÀS ORGANIZAÇÕES**

Dada a importância crucial que tem para todos e independentemente das orientações específicas de desenvolvimento a valorizar, este aspecto deve constituir uma preocupação prévia. De facto, a qualidade de vida das populações e uma boa prestação das organizações apenas se tornam possíveis se umas e outras encontrarem uma envolvente que proporcione limiares básicos

de satisfação, e, mais do que isso, que constitua um factor de estímulo para os que aí residem e trabalham e um vector de atracção para os de fora.

Os diagnósticos disponíveis permitem verificar que, apesar do empenho esforçado das diversas entidades locais e das reais melhorias verificadas nos últimos anos, permanecem por resolver situações deficitárias de diversa ordem. Sem qualquer pretensão de exaustividade, importa salientar, deste ponto de vista, a particular acuidade de casos de deficiente abastecimento de água, de falta de tratamento de efluentes domésticos e industriais (sobretudo agropecuários), de insuficiente tratamento e aproveitamento (recolha selectiva e reciclagem), de resíduos sólidos urbanos, industriais e hospitalares; do mau estado de conservação da rede viária municipal e de escasso desenvolvimento das redes rural e florestal; da falta de concretização do Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente no que se refere a vias transversais e a ligações externas em direcção ao Norte e ao interior; de dificuldade de travessia do rio Tejo; de má cobertura e de qualidade insuficiente da rede de telecomunicações; da carência de equipamentos de saúde, ensino/formação, cultura e apoio a grupos (crianças, idosos, toxicodependentes, etc.) mais vulneráveis.

No que se refere à garantia de existência de níveis quantitativa e qualitativamente satisfatórios de infra-estruturas e de equipamentos de apoio às populações e às organizações, importa portanto identificar com rigor as carências

existentes e propor soluções que permitam erradicá-las, tendo como pano de fundo as orientações estratégicas adoptadas para o conjunto da RLVT e a preocupação de conferir a esta Região um funcionamento globalmente mais coerente e sistémico, fomentando complementaridades funcionais e evitando o sobredimensionamento e a redundância de infra-estruturas e equipamentos com financiamento público.

#### **B) PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E DA RIQUEZA DO PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL E EDIFICADO**

É consensual a importância dos valores patrimoniais que esta sub-região contém. Mas é também consensual que, pelos mais diversos motivos, muito desse património se encontra em risco de degradação irreversível ou mesmo de destruição e desaparecimento. A salvaguarda patrimonial, na dimensão múltipla de protecção, conservação, valorização e uso sensato, torna-se assim uma prioridade, tanto em zonas rurais como nas aglomerações de diverso tipo ou nas áreas já protegidas. O património, aqui entendido como bem colectivo e numa visão de amplo espectro, isto é, não se limitando, num extremo, a ecossistemas de inegável valor conservacionista, e no outro extremo, ao património monumental, constitui um elemento essencial, embora frágil, de identidade e de distinção da Lezíria e do Médio Tejo. Assim

sendo, merece uma atenção muito especial, de forma a que se criem condições para que constitua um dos pilares centrais das estratégias de desenvolvimento a adoptar para a sub-região.

Neste contexto, importa proceder a um levantamento criterioso da diversidade e riqueza patrimonial existente. Mas importa, também, analisar o modo como uma gestão prudente desse património se deve associar a medidas de natureza distinta, mais proteccionistas nuns casos, predominantemente de revitalização e de animação noutros, evitando, nestes últimos, os efeitos menos favoráveis - superação de capacidade de carga, especulação imobiliária, expulsão de actividades e grupos de população mais vulneráveis ou, no pólo oposto, subaproveitamento social das acções desenvolvidas por insuficiente integração em estratégias eficazes de divulgação e promoção.

#### **C) AS APOSTAS ESTRATÉGICAS**

As intervenções anteriores são essenciais para que se possa estruturar solidamente uma estratégia de desenvolvimento para a sub-região mas não configuram, por si só, um projecto de desenvolvimento. É evidente que não pode haver desenvolvimento sem qualidade de vida das populações, sem uma envolvente externa favorável ao bom desempenho das organizações e sem capacidade de gerir de forma inteligente o património existente. Mas é necessário algo mais que dê um sentido prospectivo, colectivo e coerente a esses vários ingredientes: um

projecto de base territorial, uma ideia para a sub-região, partilhados nas suas linhas gerais pelas diversas entidades (públicas, privadas e associativas) com capacidade mobilizadora para os que aqui vivem e trabalham e com forte potencial de visibilidade e de notoriedade externas.

Este projecto de base territorial, esta ideia para a sub-região, deverá ser desenhado a partir de:

#### **TRÊS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS:**

- estimular a sustentabilidade ambiental, económica e social de forma integrada e interactiva;
- consolidar e valorizar as vantagens comparativas já existentes;
- aproveitar oportunidades e combater ameaças, umas e outras essencialmente associadas a factores externos à sub-região.

O primeiro aspecto não exige qualquer comentário particular, dado que se encontra em perfeita consonância com os objectivos e orientações definidos para o conjunto da RLVT.

No segundo caso, é fundamental saber tirar partido das situações em que, pelo património existente, pelas capacidades e competências acumuladas e pelos investimentos públicos já realizados, a sub-região revela vantagens comparativas, ou mesmo competitivas, no contexto nacional e até internacional. Existem hoje quatro grandes domínios em que a Lezíria e

o Médio Tejo apresentam, ainda que de forma desigual, vantagens significativas face a outras áreas do país:

1. diversidade e riqueza do património natural, qualidade paisagística e traços próprios de ruralidade;
2. conjunto equilibrado de cidades de média dimensão, com assinalável qualidade de vida urbana, concentração de equipamentos e valia arquitectónica e urbanística;
3. excelente posição geoestratégica face à AML, ao conjunto do país e aos principais corredores de acesso ao espaço europeu, reforçada por boas acessibilidades externas - eixos rodoferroviários, aeroporto internacional de Lisboa, portos comerciais de Lisboa e Setúbal - tanto a outras regiões portuguesas como ao estrangeiro;
4. iniciativa empresarial e bom relacionamento institucional entre autarquias locais e associações empresariais.

Relacionadas com estes quatro domínios, destacam-se quatro fontes de potencial de desenvolvimento cuja importância é facilmente reconhecível e que, por isso, é necessário mobilizar de forma organizada:

1. potencial produtivo assente no aproveitamento de recursos endógenos (agricultura, agropecuária, fileira florestal, minerais não metálicos, etc.);
2. potencial conservacionista decorrente não só da diversidade de ecossistemas existentes, mas também de experiências bem sucedidas de gestão de áreas protegidas;

3. potencial de património cultural e histórico, veículo de identidades e memórias com tradução em domínios tão diferentes como o artesanato, a gastronomia ou a arquitectura;

4. potencial turístico e de lazer relacionado com muitos dos aspectos anteriormente focados, tanto em termos de grandes domínios de vantagens comparativas como no que concerne aos diversos tipos de potencial sublinhados.

Estes elementos devem, no entanto, ser complementados por outros que se encontram ainda insuficientemente consolidados na sub-região, mas que são cruciais para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento com as características já referidas.

Nesta perspectiva, torna-se necessário efectuar as seguintes:

#### **APOSTAS ESTRATÉGICAS**

- consolidação de um sistema territorial que garanta uma maior coerência interna e externa à sub-região: concretização do PRN; afirmação de um sistema • urbano baseado no reforço das complementaridades inter-urbanas e na maior articulação entre as diferentes escalas geográficas das redes viárias e entre estas e o sistema de transportes públicos; multiplicação de soluções multi-modais e melhoria da organização logística do conjunto do território; densificação das redes de telecomunicação, etc.;
- consolidação de um sistema de conhecimento e de inovação (informação, ensino, formação,

investigação) capaz de conciliar a aprendizagem formal com as competências e as capacidades que as organizações locais internamente vão estimulando e acumulando, de forma a promover dinâmicas de criação de conhecimentos adequadas ao tecido produtivo existente, mas também ao surgimento ou atracção de novas iniciativas empresariais. Aspecto tanto mais importante quanto se reconhece hoje que a capacidade de inovação e de melhoria permanente do nível de conhecimentos constitui o principal factor de desenvolvimento de qualquer região ou país;

- requalificação do tecido produtivo, no sentido de uma maior coerência interna (reforço da articulação inter-sectorial) e de uma maior aposta nos factores avançados de competitividade (reestruturação organizacional, introdução de novos processos e produtos, maior recurso a serviços especializados de apoio à actividade económica, etc.), única via que permitirá um incremento sustentado de produtividade e, portanto, de competitividade e de internacionalização.

É a melhoria operada ao nível destes vários aspectos e uma articulação mais forte e coerente entre eles que permitirá às diversas entidades da sub-região enfrentar os três grandes choques externos que constituem tanto uma fonte de oportunidades como uma fonte de ameaças:

1. a proximidade da Área Metropolitana de Lisboa e a forma como esta se está a expandir em termos físicos e funcionais;

2. a intensificação dos processos de globalização e de concorrência internacional;

3. o impacto da sociedade da informação e correlativa obsolescência social de alguns tipos de actividades e de profissões.

Uma estratégia de desenvolvimento sustentado para a Lezíria do Tejo e para o Médio Tejo pressupõe, portanto, a capacidade de identificar um conjunto de domínios e projectos estruturantes que tenham sentido à luz de um projecto de base territorial partilhado, tanto em termos de responsabilidades como de benefícios, pelas principais entidades.

### 5.3.2. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Interessa identificar os domínios de intervenção que, pela sua natureza, permitam desenvolver um conjunto coerente de acções e projectos que visem simultaneamente combater situações deficitárias (dimensão correctiva), conservar e valorizar a riqueza patrimonial (dimensão valorativa) e, por último, aprofundar e diversificar as vantagens competitivas das duas subunidades regionais (dimensão pró-activa). Apenas uma visão articulada destas três dimensões permitirá sustentar uma intervenção desenhada de acordo com os objectivos estratégicos referidos nos pontos anteriores já que qualquer uma das componentes salientadas é, por si só, incapaz de consolidar um verdadeiro

projecto de desenvolvimento sustentável para a sub-região.

A erradicação das situações deficitárias constitui, evidentemente, uma opção de justiça social e de eficiência económica de valia indiscutível mas corresponde a uma postura sobretudo reactiva, demasiado influenciada por prioridades ditadas por situações herdadas e não tanto por apostas claras no futuro.

A conservação e valorização do património disponível representa um acto, hoje incontroverso, de cidadania e de inteligência colectiva, mas demasiado tributário, pela sua própria natureza, do que já existe e é possível mobilizar e não tanto do que é necessário inflectir e criar de novo.

Finalmente, a aposta em vantagens competitivas - efectivas ou latentes - significa reconhecer que todo o projecto prospectivo parte de condições particulares, marcadas por pontos fortes e fracos, mas que é a existência de uma visão de futuro que permite valorizar os primeiros, dando-lhes um novo sentido e uma nova ambição sem que isso signifique desbaratar os factores positivos entretanto acumulados tanto nas pessoas como nas organizações e nos próprios territórios.

No caso da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, três domínios articulados de intervenção parecem responder particularmente bem à visão proposta.

### **QUALIFICAÇÃO URBANA, COMPLEMENTARIDADES INTER-URBANAS E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO**

Aposta-se, neste caso, numa profunda qualificação dos sistemas urbanos sub-regionais numa tripla óptica: melhorar a qualidade de vida em meio urbano; conferir um funcionamento sistémico às relações inter-urbanas de proximidade; prover os espaços rurais envolventes do tipo de bens e serviços de que necessitam mas que dificilmente conseguirão desenvolver no local. Só assim a Lezíria e o Médio Tejo terão as condições necessárias para, por um lado, reter e atrair pessoas e iniciativas qualificadas capazes de protagonizar processos de desenvolvimento e, por outro lado, garantir uma coesão territorial que evite os efeitos fragmentadores decorrentes da crescente polarização funcional pela Área Metropolitana de Lisboa.

### **VALORIZAÇÃO DA BACIA DO TEJO**

A revalorização social das zonas ribeirinhas da bacia do Tejo constitui o melhor meio para viabilizar o surgimento de iniciativas economicamente sustentadas que sejam capazes de devolver esta área às populações que aí vivem ou que a visitam, transformando o Tejo e as oportunidades por ele criadas num elemento activo de consolidação de um novo ciclo de desenvolvimento para esta sub-região. Pelo papel estruturador que o Tejo representa em múltiplos aspectos - da paisagem às actividades agrícolas, das acessibilidades às

funções de lazer - este domínio articulado de intervenções, visando revalorizar as zonas ribeirinhas do ponto de vista ambiental, sócio-urbanístico e económico, constitui uma aposta de elevado valor estratégico para a sub-região.

### **QUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE EXTERNA DA ACTIVIDADE EMPRESARIAL**

O tecido empresarial das NUTS III da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo caracteriza-se, conforme já foi referido, por três traços essenciais: diversidade sectorial, dinamismo da criação de novas empresas e vulnerabilidade decorrente, em grande medida, do elevado peso relativo de microempresas.

Neste contexto em que as políticas sectoriais terão sempre um impacte muito desigual sobre as várias parcelas da sub-região - de acordo com os perfis de especialização dominantes em cada caso - e as possibilidades de melhoria das condições de competitividade internas às empresas são estruturalmente limitadas, torna-se particularmente decisivo qualificar a envolvente em que essas empresas se integram. Mais do que apoiar individualmente as unidades existentes ou as que se deseja atrair interessa criar condições de acolhimento e de funcionamento empresarial que estimulem e beneficiem a afirmação de uma cultura de iniciativa, risco, qualidade e inovação.

A opção que se defende privilegia, portanto, as intervenções que visam a melhoria das condições externas de competitividade, tanto numa óptica transversal aos diversos tipos de actividades como numa perspectiva de consolidação de nichos já existentes ou que se pretenda estimular.

A capacidade de estruturar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento sustentada para a sub-região será tanto maior quanto mais efectiva for a transformação destes domínios de intervenção em verdadeiros programas temáticos, de natureza pluri-sectorial e pluri-fundo, envolvendo a constituição de parcerias em torno de projectos exequíveis que, pelo seu papel viabilizador de outras iniciativas, funcionem como verdadeiras âncoras capazes de conferir o "lastro" e a estabilidade indispensáveis.

Caracterizemos, brevemente, cada um destes domínios de intervenção.

#### **QUALIFICAÇÃO URBANA, COMPLEMENTARIDADES INTER-URBANAS E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO**

---

Neste domínio inscrevem-se os seguintes tipos de acções:

- qualificação urbana: infra-estruturação, ordenamento, recuperação e valorização paisagística, patrimonial, sócio-urbanística e funcional; equipamentos de natureza cultural (bibliotecas, auditórios, museus, casas de cultura, centros polivalentes, etc.), desportiva

(pavilhões gimnodesportivos, parques desportivos, piscinas e outras infra-estruturas de desporto e lazer) e social (jardins de infância, centros de dia, unidades de saúde, centros de combate à exclusão social, etc.); habitação social e alojamento;

- complementaridades inter-urbanas: sistema de acessibilidades (redes viárias) e mobilidades (transportes inter-urbanos, centros de coordenação de transportes, etc.); planos inter-municipais de cooperação e complementaridade funcional; gestão integrada de redes de informação e comunicação;

- relações cidade-campo: equipamentos de apoio às populações e às organizações localizadas em meio rural; sistema de acessibilidades e mobilidades (redes e transportes intra-concelhios), articulação com a rede complementar de pequenos centros urbanos.

Algumas destas acções, pela sua autonomia, reduzida dimensão ou impacte de raio meramente local, poderão ser concebidas e implementadas individualmente. Mas muitas outras apenas ganharão toda a sua amplitude se forem desenhadas no âmbito de intervenções integradas, que se traduzam num conjunto de operações complementares e reciprocamente enriquecedoras.

Esta observação é particularmente importante no que se refere a acções de qualificação urbana, onde a complexidade das situações aconselha a que se procure conciliar objectivos ambientais, sociais e económicos no âmbito de uma mesma intervenção. Neste contexto, torna-se

imprescindível identificar um número restrito de intervenções integradas que, pela sua capacidade transformadora, pelo seu valor simbólico e pela sua notoriedade, constituam verdadeiras bandeiras da mudança que se pretende estimular: serão estes os projectos-âncora a privilegiar no primeiro domínio de intervenção.

### VALORIZAÇÃO DO TEJO

---

Neste segundo domínio de intervenção integrar-se-ão acções do seguinte tipo:

- infra-estruturas de viabilização: reabilitação da bacia hidrográfica do Tejo (preservação de ecossistemas, despoluição, desassoreamento, regularização), sistema de acessibilidades e mobilidades (melhoria das travessias e reforço da lógica de "corredor"), saneamento básico (sobretudo efluentes domésticos);
- infra-estruturas de valorização: margens e zonas ribeirinhas (praias, equipamentos e infra-estruturas turísticas e de lazer, etc.), aglomerados, antigos portos fluviais, castelos;
- apoio à manutenção e divulgação de actividades económicas tradicionais com interesse patrimonial: pesca, artesanato, agricultura, gastronomia, etc.;
- desenvolvimento turístico: circuitos turísticos, sinalização turística, promoção e marketing, etc.

Mais do que noutros domínios, este caracteriza-se por uma forte dependência de factores a

montante, sobretudo dos que dizem respeito à actual degradação ambiental da bacia do Tejo. Actuar selectivamente a este nível constitui, assim, uma opção prioritária na medida em que permitirá viabilizar - ou, na sua ausência, impedir - o conjunto de acções de valorização patrimonial e turística que aqui são propostas.

### QUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE EXTERNA DA ACTIVIDADE EMPRESARIAL

---

Este terceiro domínio de intervenção deverá integrar, entre outras, o seguinte tipo de acções:

- estruturas de acolhimento e de promoção: zonas industriais, parques de negócios, pavilhões multi-usos, centros de congressos, parques de exposições, etc.;
- sistema de conhecimento e inovação: unidades de ensino superior, centros tecnológicos, centros de formação profissional, escolas profissionais e de negócios, etc.;
- acessibilidades/mobilidades e comunicações: zona de actividades logísticas, terminais rodoviários, aeródromo, redes digitais, etc.;
- saneamento básico: aterros sanitários para resíduos sólidos industriais, centrais de compostagem para resíduos sólidos urbanos, etc.;
- energia: gás natural, aproveitamento de energias renováveis, etc.;

- planos estratégicos de desenvolvimento integrado de base territorial (floresta, agricultura de regadio, etc.)

e de promoção e marketing da sub-região no exterior.

Este é o domínio de intervenção que exige um maior esforço de compatibilização e articulação de projectos, de forma a evitar iniciativas redundantes que se inviabilizem reciprocamente. A cooperação entre entidades de natureza distinta (públicas, associativas e privadas) e localizadas em diferentes municípios torna-se, por isso, indispensável.

Dado o carácter fortemente estruturante de muitas destas acções, elas devem associar-se a estratégias explícitas de perfis de especialização complementares, algumas delas já em marcha (actividades agro-pecuárias, desporto, turismo religioso ou cultural/histórico, logística, curtumes, etc.) e que importa consolidar; outras em emergência (tecnopólo, centros de competências e conhecimentos técnicos em áreas específicas do saber, etc.) que devem ser avaliadas e, caso se justifique, devidamente apoiadas.

Por esta razão, a concretização de projectos estruturantes neste domínio terá de levar em conta uma visão sistémica da sub-região e, sobretudo, das redes urbanas que a estruturam e que lhe dão coesão funcional. Por outras palavras, muitas das acções a desenvolver neste terceiro domínio contribuirão decisivamente para dar coerência ao objectivo de reforço das complementaridades inter-urbanas presente no primeiro domínio de intervenção.

Em rigor, aos três domínios de intervenção anteriormente expostos deve adicionar-se um quarto, incidindo especificamente sobre o mundo rural. Uma intervenção integrada neste tipo de áreas, entendidas hoje não apenas como espaços agrícolas mas antes como territórios multifuncionais, pressupõe pelo menos três frentes articuladas de acções: saneamento básico e qualidade ambiental e paisagística; condições de vida; apoio às actividades económicas, fundamentalmente microempresas de proximidade.

O facto de não se autonomizar este quarto domínio de intervenção não significa subalternizar o seu contributo para o desenvolvimento da sub-região. Esta opção reflecte dois aspectos: por um lado, os elementos mais dinâmicos do mundo rural não apenas serão directa e indirectamente beneficiados pelos projectos mais estruturantes dos três domínios anteriores, através dos efeitos colaterais e de arrastamento que estes induzem, como é mesmo nesse quadro que o fundamental da sua evolução deve ser pensada; por outro lado, a natureza das bolsas rurais mais precárias aconselha sobretudo medidas defensivas e correctivas, compatibilizando-se mal com intervenções excessivamente voluntaristas pela qualidade dos protagonistas, individuais e colectivos, que estas últimas pressupõem.

Assim sendo - e embora se considere essencial garantir níveis de vida socialmente satisfatórios nestas bolsas rurais mais problemáticas e se reconheça o papel-chave destas áreas para o equilíbrio dos sistemas naturais e paisagísticos -

optou-se por colocar este domínio de intervenção num segundo plano de relevância estratégica em termos de contributo relativo para a visão ofensiva que se propõe para a sub-região.

### 5.3.3. PROGRAMAS E ACÇÕES ESTRUTURANTES

Face às linhas estratégicas propostas para as duas NUTS III do Vale do Tejo e aos domínios de intervenção julgados mais pertinentes, foi possível identificar projectos consensualmente considerados pelas entidades locais como prioritários.

#### **DE ENTRE OS PROJECTOS COM CONTORNOS JÁ RELATIVAMENTE DEFINIDOS COM CARÁCTER ESTRUTURANTE PARA TODA A SUB-REGIÃO, MERECEM DESTAQUE OS SEGUINTE:**

- Implementação do Plano Rodoviário Nacional e da respectiva rede complementar;
- Reabilitação/valorização da bacia do Tejo;
- Parque de Negócios Multipolar;
- Densificação da rede de telecomunicações.

Pela importância que detêm como contributo para reforçar complementaridades no interior da

sub-região com base em diferentes perfis locais de especialização, merecem destaque as seguintes vocações e iniciativas:

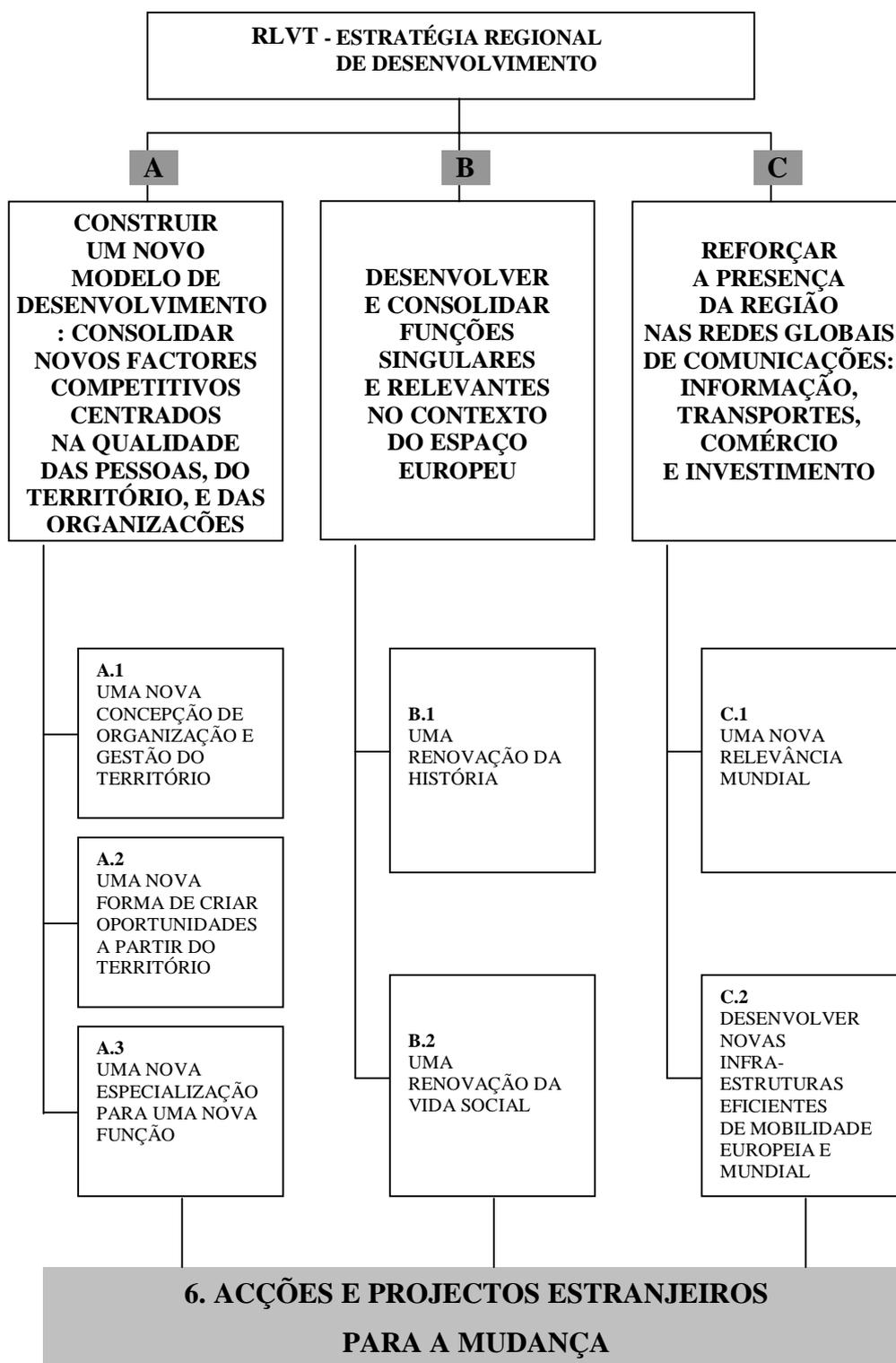
- Pólo empresarial e de conhecimento de Cartaxo/Santarém/Almeirim/Alpiarça.
- Pólo agro-industrial da Lezíria.
- Zona turística ribeirinha da bacia do Tejo.
- Pólo de desporto em Rio Maior.
- Pólo industrial (curtumes) de Alcanena.
- Zona de Actividades Logísticas em Torres Novas.
- Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento.
- Tecnopólo em Abrantes e concelhos limítrofes.
- Parque temático dos Templários em Tomar.
- Turismo religioso em Fátima.
- Centro Tecnológico para a indústria da madeira e do mobiliário em Ourém.

Finalmente, pelo impacto supra-municipal que desencadearão, salientaremos igualmente outros exemplos de projectos:

- Construção de central de compostagem para resíduos sólidos urbanos.
- Construção de aterro sanitário para resíduos sólidos industriais.
- Tratamento de efluentes industriais.
- Central de biomassa do Caima.
- Hospital na zona sul da sub-região.

- Terminal civil de Tancos.
- Gás natural.
- Mercado abastecedor inter-municipal.
- Sistemas de transportes inter-urbanos.

Refira-se, por último, que estas listagens não pretendem ser exaustivas ou definitivas, antes procurando equilibrar o pragmatismo que impõe a necessidade de identificar desde já projectos viáveis e de interesse manifestamente estratégico para a sub-região com a abertura a iniciativas hoje apenas pressentidas ou mesmo sem visibilidade mas que no futuro virão a revelar-se igualmente cruciais para a nova fase de desenvolvimento que se procura estimular na sub-região do Vale do Tejo.



**A**

**CONSTRUIR UM NOVO MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO: CONSOLIDAR NOVOS  
FACTORES COMPETITIVOS CENTRADOS  
NA QUALIDADE DAS PESSOAS, DO TERRITÓRIO  
E DAS ORGANIZAÇÕES**

**A.1 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO:  
OS VALORES BÁSICOS A SALVAGUARDAR**

<b>SUB-OBJECTIVO</b>	<b>ACÇÕES/PROJECTOS</b>	<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>	<b>ÂMBITO</b>	<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>
A.1.1 ) Uma Região com qualidade ambiental: recursos hídricos, litoral e áreas protegidas: três prioridades essenciais.	A.1.1.1 ) Saneamento básico - efluentes domésticos, industriais e águas pluviais	Construção de estações de tratamento e dos sistemas intermédios com prioridade para a Península de Setúbal e Vila Franca de Xira; despoluição de ribeiras e lagoas; despoluição da orla costeira e zonas ribeirinhas; regularização da limpeza de valas e cursos de água; reabilitação de linhas de água em zonas urbanas	Regional, sub-regional e local	MA, CM, AE e privados
	A.1.1.2 ) Saneamento básico - resíduos sólidos	Conclusão dos aterros sanitários da Região; programa de acções de ciclo integrado: redução na origem, recolha selectiva, triagem e compostagem	Regional e sub-regional	MA, AM e AE
	A.1.1.3 ) Gestão dos recursos hídricos	Elaboração de um plano regional de salvaguarda e utilização dos recursos hídricos; reforço dos sistemas de abastecimento, designadamente à Península de Setúbal; protecção do aquífero Tejo/Sado.	Regional e sub-regional	EPAL, INAG e AM
	A.1.1.4 ) Requalificação dos Estuários do Tejo e do Sado e das Frentes Ribeirinhas	Requalificação ambiental e melhoria da qualidade da água; ordenamento dos estaleiros; promoção de actividades marítimo-turísticas e de recreio náutico; valorização das frentes ribeirinhas	Regional e sub-regional	MA, CM, APL, APSS, CCRLVT e SET
	A.1.1.5 ) Ordenamento, requalificação e protecção da orla costeira	Ordenamento da orla costeira; consolidação das arribas; ordenamento, infra-estruturação e equipamento das praias; gestão da orla costeira	Regional e sub-regional	MA, CCRLVT, AM e CM
	A.1.1.6 ) Estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental	Concepção e gestão integrada do sistema e componentes ambientais, designadamente dos corredores ecológicos na AML	Sub-regional	CCRLVT, JM, CM e MA
	A.1.1.7 ) Protecção, ordenamento e valorização das áreas protegidas e parques naturais	Ordenamento, infra-estruturação e promoção/valorização; gestão participada dos Espaços Naturais Protegidos; estudos sistemáticos dos ecossistemas das áreas classificadas	Regional	ICN, AM, RT, CCRLVT, Privados
	A.1.1.8 ) Valorização da função ambiental	Planos ambientais; educação ambiental; integração de normas ambientais na construção urbana; racionalização de energia; utilização de energias alternativas; utilização de bio-combustíveis nos transportes; incentivos aos agentes económicos para comportamentos "amigos do ambiente"; instituição no planeamento de parcerias entre sectores do Estado.	Regional	MA, privados, CM, CARRIS

## A.1 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: OS VALORES BÁSICOS A SALVAGUARDAR

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.1.2 ) Uma região socialmente justa: a equidade territorial como vector de coesão social.	A.1.2.1 ) Reabilitação sócio-urbanística dos subúrbios (AML)	Programa "Dar vida aos subúrbios" com intervenções de qualificação do espaço público, de construção de equipamentos cívicos e sociais, de excelência para a escola, de criação de emprego e formação profissional e de urbanismo comercial	Sub-regional (AML)	MA, CM, AE e privados
	A.1.2.2 ) Programa de habitação	Realojamentos (PER); habitação social	Sub-regional	CM, INH
	A.1.2.3 ) Sistema alargado de saúde	Cobertura regional qualificada do sistema de saúde; cooperação e integração público/privado/social	Regional e sub-regional	MS, IPSS, privados
	A.1.2.4 ) Integração e valorização das áreas educação/formação /emprego	Cobertura regional do ensino; apoio às estruturas de ensino de tecnologias de informação e habilitações linguísticas de forma alargada; apoio a projectos inovadores na área do ensino e formação; formação de professores; avaliação e correcção da adequação educação/formação e emprego	Regional	ME, MTS, privados
	A.1.2.5 ) Rede de equipamentos	Rede de equipamentos de apoio à exclusão social, à terceira idade, à infância e à deficiência; rede escolar do ensino público normal e especial; ensino recorrente	Regional, sub-regional e local	IPSS, ME, CM
	A.1.2.6 ) Sistema de protecção civil e segurança	Centro coordenador metropolitano de protecção civil e segurança	Sub-regional	SNPC, JM
	A.1.2.7 ) Programa solidariedade	Programa de acções de apoio e integração de minorias étnicas, grupos desfavorecidos e grupos de risco	Regional	MTS, IPSS, JM, CM e ONG
A.1.3 ) Uma região estruturada: uma metrópole com duas margens; espaços sub-regionais complementares e interactivos; uma nova combinação mobilidades /comunicações	A.1.3.1 ) Autoridade Metropolitana de Transportes	Implementação de um sistema de coordenação dos transportes metropolitanos	Sub-regional	SETR, JM, CM e Operadores
	A.1.3.2 ) Modernização da ferrovia suburbana e regional	Modernização do caminho de ferro regional integrado no sistema nacional e nas redes transeuropeias; sistema ferroviário sub-regional, designadamente ligações Fogueteiro-Pinhal Novo e modernização da linha Barreiro-Praias do Sado e da linha do Oeste; construção do Metro do Sul do Tejo e expansão do Metropolitano de Lisboa	Regional, sub-regional	SETR, CP, REFER, ML e MST
	A.1.3.3 ) Rede Viária	Calendarização e execução do PRN e da rede capilar fundamental	Regional, sub-regional	SEOP, IEP, BRISA e CM
	A.1.3.4 ) Novas centralidades metropolitanas	Reforço de novas centralidades na AML através da criação de equipamentos de apoio às empresas e às pessoas; de acessibilidades e redes de transportes; da qualificação do espaço público e promoção de imagem; logística, actividades, emprego	Sub-regional	JM, AE, CCRLVT, CM e Mec
	A.1.3.5 ) Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROTs)	Conclusão do PROT da AML e elaboração dos PROT's do Oeste e do Vale do Tejo com vista a dotar a Região de instrumentos de planeamento e programação estruturadores	Sub-regional	CCRLVT, JM e CM

## A.1 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: OS VALORES BÁSICOS A SALVAGUARDAR

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.1.4 ) Uma região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades	A.1.4.1 ) Fomento e qualificação da capacidade institucional	Escola de Negócios; Centro de Formação Autárquica e Associativa; reforço da capacidade organizativa e da base associativa empresarial e municipal	Regional e sub-regional	ME, CM, AE, AM privados
	A.1.4.2 ) Criação do Conselho Económico e Social Regional (CESR)	Implementação do Conselho Económico e Social Regional com adequada representatividade e dinamismo, funcionando por secções temáticas e sub-regionais, com papel activo nas estratégias e opções de desenvolvimento regional e sub-regional	Regional	Agentes e CCRLVT
	A.1.4.3 ) Sistema de Apoio ao Desenvolvimento Económico (SADERLVT)	Sistema de informação, base de dados. Observatório, Intranet (RLVT digital) com gestão em parceria	Regional	CCRLVT, AM, AE, INE, IPCC/CNIG
	A.1.4.4 ) Novas formas e instrumentos de gestão do território	Incentivo do planeamento e gestão estratégicas permanentes e de novos processos de gestão e contratualização urbanística	Regional	SEALOT, CCRLVT e CM
A.2.1 ) Um mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional	A.2.1.1 ) Contratos-piloto de desenvolvimento agro-florestal sustentável	Realização de contratos-piloto de desenvolvimento agro-florestal sustentável com vista à modernização agro-florestal e à respectiva sustentabilidade ambiental	Regional e sub-regional	MADRP, Associações e privados
	A.2.1.2 ) Centros tecnológicos para a horto-fruticultura, viticultura e floresta	Visando a investigação e desenvolvimento tecnológico no âmbito de parcerias envolvendo os interesses públicos e privados	Regional e sub-regional	MADRP, MCT e Associações
	A.2.1.3 ) Entidades prestadoras de serviços agro-rurais	Entidades de direito privado funcionando através de contratos por objectivos, atribuídos por concurso público, nos domínios da gestão (incluindo recursos humanos), sistemas de divulgação e informação técnica, de mercado, etc.	Regional	MADRP e privados
	A.2.1.4 ) Plano de empreendimentos hidro-agrícolas	Colectivos e de reestruturação fundiária (emparcelamento)	Sub-regional	MADRP e privados
	A.2.1.5 ) Salvaguarda e valorização do meio rural	Programa de acções de requalificação e valorização da qualidade de vida, patrimonial e ambiental; dinamização da base económica dos espaços rurais e articulação com o sistema urbano regional	Regional e sub-regional	MADRP, CCRLVT, CM e Associações
	A.2.1.6 ) Promoção e reforço das fileiras do vinho e do azeite	Através de acções de qualificação da produção, engarrafamento e comercialização, promoção e marketing regional	Regional e sub-regional	CVR, AVR, RT, AAR, DRARO e ISA
	A.2.1.7 ) Programa de valorização do meio rural	Programa de acções de dinamização económica e valorização da qualidade de vida nos meios rurais, apoiando as iniciativas micro-empresariais e a criação de emprego local, melhorando as condições materiais de residência (habitação rural, equipamentos, serviços), preservando e valorizando patrimónios, culturas e ambientes, reforçando a articulação dos espaços rurais com o sistema urbano regional	Regional e sub-regional	MADRP e CCRLVT

**A.2 UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES A PARTIR DO TERRITÓRIO:  
O AMBIENTE COMO FACTOR DE BEM-ESTAR, COMPETITIVIDADE E ATRACÇÃO;  
A REGIÃO COMO ESPAÇO DE QUALIDADE PARA VIVER E TRABALHAR**

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.2.2 ) Um sistema de cidades qualitativamente competitivas	A.2.2.1 ) Reabilitação urbana	Programas de acções e apoio financeiro à reabilitação urbana e habitacional que considere a integração do tecido urbano em termos étários e étnicos	Regional e sub-regional	SEH, SEALOT e CM
	A.2.2.2 ) Revitalização da Área Central de Lisboa	Programa de acções no domínio da mobilidade, transportes públicos e estacionamento; da reabilitação de espaços públicos, edifícios e património; da revitalização habitacional e pequenas unidades hoteleiras; do horário do comércio e serviços; da animação e promoção.	Local	CML
	A.2.2.3 ) Especialização dos centros urbanos	Apoio na especialização e competitividade dos centros urbanos regionais, por ex: Rio Maior - cidade do desporto; Almeirim - agro-indústrias; Alcanena - curtumes; Caldas da Rainha - cerâmica; Peniche - pescas e investigação oceânica; Ourém - madeira; Fátima - turismo religioso; Abrantes - novas tecnologias	Sub-regional	CCRLVT, Ministérios e privados
	A.2.2.4 ) Reforço e qualificação do sistema urbano regional	Qualificação sócio-urbanística; equipamentos sociais e de lazer; recuperação e valorização do património cultural; recuperação e tratamento paisagístico e do espaço público; sistema de transportes urbanos e regional; reforço da competitividade e complementaridade; telecomunicações e sistemas de informação (cidades digitais)	Regional e sub-regional	CCRLVT, CM, MCT e MA
A.2.3 ) Valorização do conhecimento, da cultura e das identidades, que qualifique as pessoas e reforce os laços de proximidade	A.2.3.1 ) Valorização do conhecimento	Ateliers de animação pedagógica para professores; rede fundamental de bibliotecas de leitura pública e sua valorização; exposições didácticas	Sub-regional	Escolas, CM e privados
	A.2.3.2 ) Valorização da cultura	Escolas de Música; rede museológica; acções de apoio aos produtores e criadores da cultura; criação de equipamentos de cultura e lazer descentralizados (no sentido de fomento e apoio às formas de vida cultural local)	Sub-regional e local	MC e privados
	A.2.3.3 ) Museu Nacional Ferroviário	No Entonamento	Regional e nacional	CP, CM e MC
	A.2.3.4 ) Valorização das identidades	Definição de factores de identidade sub-regional e sua valorização e divulgação; dinamização e valorização cultural das aldeias; apoio a actividades culturais de âmbito local relevantes	Sub-regional e local	CM, privados e outros

**A.2 UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES A PARTIR DO TERRITÓRIO:  
O AMBIENTE COMO FACTOR DE BEM-ESTAR, COMPETITIVIDADE E ATRACÇÃO;  
A REGIÃO COMO ESPAÇO DE QUALIDADE PARA VIVER E TRABALHAR**

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.2.4 ) Dinamização e re-conversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego	A.2.4.1 ) Formação e valorização profissional	Valorização dos centros de formação profissional e das escolas profissionais, no sentido de adequação da resposta ao nível do emprego e monitorização de exigências e capacidade de resposta; bolsas para a internacionalização de quadros jovens em sectores estratégicos; acções de intercâmbio com unidades estrangeiras ligadas à educação/formação profissional ao nível de docentes e discentes	Regional, sub-regional	ME, MTS e Organizações Profissionais
	A.2.4.2 ) Escola de Negócios	Apoio à criação de uma escola qualificada para a formação de empresários	Regional	ME, MEC, Universidades e AE
	A.2.4.3 ) Cooperação entre educação, formação e emprego	Campus científico e tecnológico: actividades de pesquisa, em parcerias com empresas; qualificação do ensino tradicional visando a modernização do sistema; apoio a projectos inovadores de articulação ensino/formação/emprego; estágios profissionais e pré-profissionais de formação e reconversão profissional para desempregados em empresas da região, do País e do estrangeiro; Observatório da Qualificação, do Emprego e Oportunidades de Formação	Regional	MTS, ME, AE e privados
	A.2.4.4 ) Qualificação da iniciativa empresarial	Apoio à internacionalização; rede de inovação e de serviços ao empresário; acções e infra-estruturas de apoio ao empresário; apoio à modernização das empresas; apoio à criação de empresas nos domínios da inovação e desenvolvimento tecnológico	Sub-regional	MEc, Associações Profissionais e privados
A.2.4 ) Dinamização e re-conversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego	A.2.4.5 ) Dinamização da base económica local	Criação de marcas sub-regionais /regional; promover a investigação sobre produtos e características sub-regionais/regional; apoio à economia agro-pecuária e agro-industrial; apoiar o potencial de desenvolvimento de actividades de aquacultura para exportação; fomento de novos serviços avançados de apoio à modernização das actividades económicas; incubação de pequenas e médias empresas industriais e criação de novas áreas de negócios relacionados com indústrias tradicionais; incentivos à localização de novos empreendimentos ou empresas de alto valor acrescentado	Regional, sub-regional	MEc, IFADAP, AE e privados
	A.2.4.6 ) Centro de apoio à internacionalização da economia do Oeste	Serviço de informação e intermediação; acolhimento de empresários estrangeiros; prospecção de mercados; apoio à participação dos empresários locais em feiras e exposições internacionais; promoção da região e produtos	Sub-regional	ICEP, IAPMEI, AE e ADRO
	A.2.4.7 ) Parques de Actividades /Negócios	Apoio à criação de dois Parques de actividades (indústria, serviços, logística) multipolares com gestão integrada (Vale do Tejo e Oeste)	Sub-regional	MEc, AE, AM e CCRLVT

### A.3 UMA NOVA ESPECIALIZAÇÃO PARA UMA NOVA FUNÇÃO: RLVT COMO REGIÃO INTELIGENTE, CAPAZ DE FUNCIONAR COMO PÓLO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PAÍS E A REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS INTERNAS

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.3.1 ) Qualificar o efeito de capitalidade, dando coerência às redes de infra-estruturas e de equipamentos	A.3.1.1 ) Infra-estruturas de nível regional e nacional	Acompanhamento do reforço das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aéreas, na perspectiva de dar coerência regional/nacional, e das repercussões ao nível internacional	Nacional e Regional	CCRLVT, SETR e outros
	A.3.1.2 ) Rede de gás natural	Instalar a rede de gás natural na Região de modo a retirar vantagens deste tipo de energia	Regional e Sub-regional	MEc e Concessionários
	A.3.1.3 ) Equipamentos de nível regional e nacional	Acompanhamento da construção de equipamentos de âmbito regional com vista à sua compatibilização e eficácia	Nacional e Regional	CCRLVT e Ministérios
	A.3.1.4 ) Mercados Abastecedores	De âmbito sub-regional (Oeste e Vale do Tejo)	Sub-regional	MEc, AM e AE
A.3.2 ) Criar infra-estruturas adequadas à preparação e treino de alto rendimento desportivo	A.3.2.1 ) Candidatura aos Jogos Olímpicos	Organizar e promover a candidatura de Lisboa aos Jogos Olímpicos, concebida como uma oportunidade de fomento desportivo do país e um processo de construção de equipamentos, infra-estruturas e de realização de eventos	Nacional, Regional e Municipal	JM, CML e Governo
	A.3.2.2 ) Centro(s) de acolhimento e treino	Centro(s) de Estágios Desportivos; Centro(s) de Apoio às Actividades Náuticas; Centro Internacional de Surf; complexo de atletismo; academia de desporto; dirigidos não só ao fomento do desporto nacional como a equipas estrangeiras, tirando vantagens das condições climáticas e sócio-culturais	Regional	SED e privados
A.3.3 ) Reforçar e alargar a vocação turística e de lazer da Região.	A.3.3.1 ) Diversificação de produtos turísticos	Acções de desenvolvimento de novas frentes de turismo, nomeadamente as ligadas ao turismo de saúde (temas, talassoterapia), eco-turismo, turismo radical, turismo cultural, em espaço rural, náutica de recreio, etc.	Regional e sub-regional	RT, CM, privados, CCRLVT e CCRA
	A.3.3.2 ) Programas Integrados de Desenvolvimento Turístico	Promover a elaboração de programas integrados por sub-regiões características, integrando as infra-estruturas, a definição e promoção de produtos	Sub-regional	SET, RT e privados
A.3.4 ) Desenvolver integradamente novas competências logísticas.	A.3.4.1 ) Ordenamento das actividades logísticas	Criar o quadro institucional de regulação e gestão da logística, designadamente o respectivo ordenamento espacial	Regional	MEPAT, ME e AE
	A.3.4.2 ) Criação de um "cluster" logístico de nível internacional	Criação na região de 2/3 áreas logísticas de classe nacional e internacional e os restantes elementos do sistema de ordenamento logístico	Sub-regional	SETR, DGTT, CCRLVT e privados
A.3.5 ) Consolidar actividades e serviços financeiros no quadro dos movimentos de concentração e reestruturação à escala europeia, estruturando um centro financeiro com massa crítica	A.3.5.1 ) Grupos Financeiros	Consolidar 1/2 grupos financeiros de dimensão ibérica e europeia com base nacional	Nacional	Governo e Grupos Financeiros
	A.3.5.2 ) Financiamento do desenvolvimento regional	Promover o estudo e montagem das modalidades e instituições mais adequadas ao financiamento do desenvolvimento regional	Regional	Governo e Grupos Financeiros AE, AM e CCRLVT

**B**

**DESENVOLVER E CONSOLIDAR  
FUNÇÕES SINGULARES E RELEVANTES  
NO CONTEXTO DO ESPAÇO EUROPEU**

**B.1 UMA RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA: A RLVT COMO ESPAÇO DE ENCONTRO  
PLURICONTINENTAL, DA EUROPA À ÁSIA, DA AMÉRICA LATINA À ÁFRICA**

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
	B.1.1.1 ) Definição das modalidades e instrumentos	Promover o estudo e a implementação das modalidades e instrumentos de reforço relacional e de intercâmbio	Internacional e regional	SECP, Alto Comissário das Minorias e Associações de migrantes
B.1.2 ) A cultura e as ideias, veículos privilegiados de aproximação: arte, investigação, cooperação, três domínios prioritários	B.1.2.1 ) Lançamento de pelo menos um grande evento periódico de carácter de aproximação intercontinental	Grande evento, de duração temporal relevante, centrado em quatro elementos: música, arte, cultura e conferências a realizar na AML Central, mas também contribuindo para a afirmação das novas centralidades da AML e da Região no seu conjunto	Internacional e regional	SECP, Alto Comissário, Embaixadas, CCB, Parque Expo, privados e outros
	B.1.2.2 ) Programa de cooperação cultural	Intercâmbio de artistas; estágios profissionais, conferências, exposições, etc.	Internacional e regional	SECP, Alto Comissário Embaixadas, privados e outros
	B.1.2.3 ) Desenvolvimento da cooperação no âmbito da educação e da saúde	Momento de abertura de pólos educativos e desenvolvimento da cooperação nas áreas da saúde, em particular da Medicina Tropical	Internacional e regional	Governo, ME, M.S. e privados
B.1.3 ) Organizar e dinamizar fluxos de investimento português no exterior, em particular no eixo África-América Latina.	B.1.3.1 ) Investimento no exterior	Promover o investimento nacional em países estrangeiros com particular interesse nos países da América Latina, Palop's e norte de África	Nacional e regional	Governo, ICEP e privados
	B.2.1 ) Atracção de quadros seniores: mudar de vida, manter-se activo	B.2.1.1 ) Intercâmbio	Promover o intercâmbio cultural, científico e técnico com segmentos seniores e organizar seminários e conferências com destacadas personalidades	Regional e sub-regional
	B.2.1.2 ) Acolhimento	Criar redes de acolhimento residenciais e profissionais	Regional e sub-regional	MEc e MCT
B.2.2 ) Turismo e saúde para os segmentos seniores: manter a vida, reforçar a convivialidade	B.2.2.1 ) Turismo sénior	Promoção de circuitos turísticos, culturais e pedestres, para os segmentos seniores	Regional e sub-regional	RT e privados (agências de viagens e clubes)
	B.2.2.2 ) Serviços de saúde	Formação de profissionais da saúde para melhor encaminhamento de estrangeiros nas principais instalações de saúde e outras áreas de apoio	Sub-regional	MS e outros

## C REFORÇAR A PRESENÇA DA REGIÃO NAS REDES GLOBAIS DE COMUNICAÇÕES: INFORMAÇÃO, TRANSPORTES, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

### C.1 UMA NOVA RELEVÂNCIA MUNDIAL: CONSOLIDAR NÓS NAS REDES DE MOBILIDADE GLOBAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E CRIATIVIDADE

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
C.1.1 ) Um papel importante numa questão de relevo mundial: o conhecimento dos oceanos	C.1.1.1 ) Agência de relevância mundial	Promoção do estudo, investigação (fundamental e aplicada) sobre a vida e papel dos oceanos e a sua utilização económica e medicinal	Nacional e regional	Governo e MCT
	C.1.1.2 ) Observatório das Pescas	Promover a criação de um Observatório das Pescas (Peniche)	Sub-regional	MADRP, CM e MCT
C.1.2 ) Um centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino e formação em turismo /hotelaria e museologia	C.1.2.1 ) Escola de Formação Turística de nível internacional	Promover a criação de uma escola, de nível universitário e internacional, de formação turística de excelência com especializações em segmentos de maior potencial e singularidades portuguesas	Internacional e regional	SET e ME
	C.1.3.1 ) Centro de Congressos de Lisboa	Construção do novo Centro de Congressos de Lisboa, na Junqueira, que devidamente articulado com centros existentes (CCB, Gulbenkian, etc.) proporcione a logística adequada de acolhimento à realização de congressos, conferências, encontros, etc. de nível nacional e internacional, potenciando a Região como Centro de relevância mundial	Internacional e regional	AIP, CML, ICEP e privados
C.1.4 ) Um pólo de "indústrias de conteúdos" de língua portuguesa, sensíveis a condições naturais e paisagísticas de qualidade	C.1.4.1 ) Indústria de conteúdos	Incentivar o desenvolvimento da indústria de conteúdos com a constituição de parcerias fortes	Nacional e regional	MCT e Privados
	C.1.4.2 ) Cidade do cinema	Apoiar a CMC na concretização da iniciativa "cidade do cinema"	Regional e local	CMC, MEc e privados
C.1.5 ) Um centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço da inovação, da valorização dos resultados, da investigação e da atracção e apoio às iniciativas de risco	C.1.5.1 ) Parques de ciência e tecnologia	Apoio ao desenvolvimento dos parques existentes e à criação dos pólos tecnológicos da Península de Setúbal, Vale do Tejo e Oeste	Regional e sub-regional	MEc, MCT, Universidades, AE e CM
	C.1.5.2 ) Criação de uma Sociedade Regional de Desenvolvimento Tecnológico (SRDT)	Com natureza de sociedade de capital de risco vocacionada para o capital semente e capital desenvolvimento	Regional e sub-regional	Agência de Inovação, MEc e Banca
	C.1.5.3 ) Curso regional de Gestão de Tecnologia e de Inovação	Para institutos/centros tecnológicos e de incubação de empresas no sentido de as dotar de maior capacidade de avaliação e apoio à gestão	Regional	ME e MCT
	C.1.5.4 ) Mesa regional da ciência e tecnologia (MRCT)	Fórum de debate regional entre os principais actores para análise e produção de recomendações em política regional de inovação	Regional	Agência de Inovação, CCRLVT, Instituições e AE
	C.1.5.5 ) Parque tecnológico virtual da RLVT	Rede de banda larga ligando parques/utentes, universidades, centros, institutos e empresas com o objectivo de promover o trabalho em cooperação	Regional	MCT, PT e Associações
	C.1.5.6 ) Programa de Difusão da Ciência e Tecnologia	Programa de Acções de difusão da inovação e desenvolvimento tecnológico ("loja da empresa"), visitas a empresas modelo, mostras de intermediação, "dia aberto", etc.	Regional e Sub-regional	MCT, AdI, CCRLVT, MEc, CM, Parques de C&T
C.1.6 ) As telecomunicações como suporte essencial ao desenvolvimento de funções relevantes	C.1.6.1 ) Programa de Apoio ao desenvolvimento regional e sub-regional das telecomunicações	Implementar as acções e iniciativas com vista à afirmação da "sociedade da informação" na Região e ao desenvolvimento básico e potenciador das telecomunicações	Regional	PT, MEc, MCT Marconi e outros

## C.2 DESENVOLVER NOVAS INFRA-ESTRUTURAS EFICIENTES DE MOBILIDADE EUROPEIA E MUNDIAL

SUB-OBJECTIVO	ACÇÕES/PROJECTOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ÂMBITO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
C.2.1 ) Desenvolver infra-estruturas de internacionalização e capacidades de gestão no domínio das actividades internacionalizadas.	C.2.1.1 ) Novo aeroporto	Promover as acções e condições para a construção, em tempo útil, do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa com capacidade competitiva, qualidade funcional e estética	Nacional	NAER, ANA Governo e privados
	C.2.1.2 ) Modernização dos portos de Lisboa, Setúbal e Peniche	Promover a modernização logística e competitiva do sistema portuário da RLVT, em articulação com o porto de Sines, potenciando complementaridades e a respectiva inserção no sistema portuário nacional e internacional	Nacional e Regional	MEPAT e Administrações portuárias
	C.2.1.3 ) Modernização das ligações ferroviárias internacionais	Equacionamento, decisão e implementação das acções de modernização do caminho de ferro, designadamente da rede de Alta Velocidade, em necessária articulação com o sistema portuário e aeroportuário, num quadro de ligações nacionais e internacionais	Regional	Governo, CP e REFER
C.2.1 ) Desenvolver infra-estruturas de internacionalização e capacidades de gestão no domínio das actividades internacionalizadas.	C.2.1.4 ) Parques temáticos	Apoio à criação de um grande Parque Temático de projecção nacional e internacional e de iniciativas complementares compatíveis	Regional e sub-regional	SET, CM, CCRLVT e Privados
C.2.2 ) Modernização administrativa, legislativa e organizacional para promover um quadro internacionalmente atractivo, de gestão flexível do tempo de trabalho e do tempo de funcionamento das actividades económicas e um quadro de parceria com decisão rápida em relação aos projectos e iniciativas do sector privado	C.2.2.1 ) Reorganização da administração desconcentrada do Estado	Adopção do quadro legal e dos mecanismos de reorganização geográfica e sectorial e da adequada coordenação da administração desconcentrada de nível regional	Regional	Governo
	C.2.2.2 ) Reforço da capacidade orgânica e financeira das Associações de Municípios	Dotando as AM com capacidade de intervenção na criação e gestão das redes intermunicipais (saneamento, transportes, sistemas de informação, etc.)	Sub-regional	Governo, ANMP e AM
	C.2.2.3 ) Novo quadro legal	Gestão flexível do tempo de trabalho e de funcionamento do comércio, turismo e organismos públicos.	Nacional Regional	Governo, AE e Sindicatos

## **PROMOÇÃO E MARKETING DA REGIÃO**

### **SUB-OBJECTIVO**

Promoção e marketing da Região

### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Programa de acções visando a promoção internacional e nacional da Região, dando-lhe visibilidade e relevância, projectando-a globalmente e de acordo com âmbitos estratégicos específicos

### **ÂMBITO**

Regional

### **ENTIDADES ENVOLVIDAS**

CCRLVT, ICEP, JM, AM, AE e RT

## GLOSSÁRIO

<p>AAR Associação de Agricultores do Ribatejo</p> <p>AdI Agência de Inovação</p> <p>ADRO Associação para o Desenvolvimento do Oeste</p> <p>AE Associações Empresariais</p> <p>AER Associações Empresariais Regionais</p> <p>AIP Associação Industrial Portuguesa</p> <p>AM Associações de Municípios</p> <p>AML Área Metropolitana de Lisboa que engloba 19 concelhos ( Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Amadora, Loures, Odivelas, Almada, Setúbal, Palmela, Sesimbra, Barreiro, Moita, Alcochete, Montijo, Seixal, Mafra e Azambuja) e as NUTS III da Grande Lisboa e Península de Setúbal.</p> <p>ANA Aeroportos de Portugal SA</p> <p>ANMP Associação Nacional de Municípios Portugueses</p> <p>APSS Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra</p> <p>AVR Associação dos Vitivinicultores do Ribatejo</p> <p>CAD/CAM Computer Added Design/Computer Added Manufacturing</p> <p>CCRLVT Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.</p> <p>CEE Comunidade Económica Europeia</p> <p>CESR Conselhos Económicos e Sociais Regionais</p> <p>CM Câmaras Municipais</p> <p>CMC Câmara Municipal de Cascais</p> <p>CNIG Centro Nacional de Informação Geográfica</p> <p>CREL Circular Regional Externa de Lisboa ( rodovia)</p> <p>CRIL Circular Regional Interna de Lisboa (rodovia)</p> <p>CVR Comissão Vitivinícola Regional</p> <p>DRALVT Direcção Regional de Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo</p> <p>DRARO Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste</p>	<p>EID Empresa de Investigação e Desenvolvimento</p> <p>EURO Unidade monetária europeia</p> <p><b>GRANDE LISBOA</b> Unidade Territorial para Fins Estatísticos de nível III que engloba os concelhos de Lisboa, Cascais, Vila Franca de Xira, Oeiras, Amadora, Loures e Sintra, ocupando uma superfície de 1347 Km<sup>2</sup> com uma população de 1 831 900 habitantes e uma densidade de 1751 hab/Km<sup>2</sup>.</p> <p><b>HIGH-TECH</b> Altas Tecnologias</p> <p>I&amp;D Investigação e Desenvolvimento</p> <p>IAPMEI Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento</p> <p>IC Itinerário Complementar ( rodovias)</p> <p>ICEP Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal</p> <p>ICN Instituto de Conservação da Natureza</p> <p>IC-PME Iniciativa Comunitária para as Pequenas e Médias Empresas</p> <p>IEP Instituto de Estradas de Portugal</p> <p>IFADAP Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas</p> <p>IGM Instituto Geológico e Mineiro</p> <p>INAG Instituto da Água</p> <p>INATEL Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores</p> <p>INE Instituto Nacional de Estatística</p> <p>INESC Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores</p> <p>INPI Instituto Nacional de Propriedade Industrial</p> <p>IP Itinerário Principal (rodovias)</p> <p>IPIMAR Instituto de Investigação das Pescas e do Mar</p> <p>IPQ Instituto Português de Qualidade</p> <p>IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social</p> <p>ISA Instituto Superior de Agronomia</p> <p>JM Junta Metropolitana</p>
--	--

#### LEZÍRIA DO TEJO

	Unidade Territorial para Fins Estatísticos de nível III que engloba os concelhos de Golegã, Rio Maior, Santarém, Chamusca, Alpiarça, Cartaxo, Azambuja, Salvaterra de Magos, Benavente, e Coruche, ocupando uma superfície de 4 267 Km <sup>2</sup> com uma população de 233 000 habitantes e uma densidade de 54 hab/Km <sup>2</sup> .
LISTART	Programa para a definição de uma Estratégia de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico na RLVT
MADRP	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
MARL	Mercado Abastecedor da Região de Lisboa
MA	Ministério do Ambiente
MC	Ministério da Cultura
MCT	Ministério da Ciência e da Tecnologia
ME	Ministério da Educação
MEc	Ministério da Economia
<b>MÉDIO TEJO</b>	
	Unidade Territorial para Fins Estatísticos de nível III que engloba os concelhos de Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Sardoal, Constância, Entroncamento, Abrantes, Barquinha, Torres Novas e Alcanena, ocupando uma superfície de 2 577 Km <sup>2</sup> com uma população de 230 000 habitantes e uma densidade de 88 hab/Km <sup>2</sup>
MEPAT	Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território
ML	Metropolitano de Lisboa
MS	Ministério da Saúde
MTS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade
NAER	Novo Aeroporto de Lisboa
NUTS III	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível III.
OESTE	Sub-região que engloba os concelhos de Caldas da Rainha, Alcobaça, Nazaré, Óbidos, Peniche, Bombarral, Lourinhã, Cadaval, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Mafra, ocupando uma superfície de 2 506 Km <sup>2</sup> com uma população de 359 400 habitantes e uma densidade 143 hab/Km <sup>2</sup> . Constitui uma NUTS III.
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Política Agrícola Comum
PEDIP	Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa

PEDRO Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Região Oeste

#### PENÍNSULA DE SETÚBAL

	Unidade Territorial para Fins Estatísticos de nível III que engloba os concelhos de Almada, Setúbal, Palmela, Sesimbra, Barreiro, Moita, Alcochete, Montijo, Seixal, ocupando uma superfície de 1 519 Km <sup>2</sup> com uma população de 640 500 habitantes e uma densidade de 422 hab/Km <sup>2</sup> .
PER	Programa Especial de Realojamento
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PRAXIS XXI	Intervenção Operacional da Ciência e Tecnologia
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
REFER	Rede Ferroviária Nacional, EP
RIME	Regime de Incentivos às Microempresas
RISE-OESTE	Rede de Inovação e de Serviços ao Empresário da Região Oeste
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo que engloba 3 sub-regiões ( Área Metropolitana de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo), 5 NUTS III ( Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Lezíria e Médio Tejo), 51 concelhos, ocupando uma superfície de 11 923 Km <sup>2</sup> ( 13% do país) com uma população de 3 292 000 de habitantes (33,4% do país) e uma densidade de 276 hab/Km <sup>2</sup> .
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RT	Regiões de Turismo
SAU	Superfície agrícola utilizada
SEALOT	Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território
SECP	Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
SED	Secretaria de Estado do Desporto
SEH	Secretaria de Estado da Habitação
SEOP	Secretaria de Estado das Obras Públicas
SET	Secretaria de Estado do Turismo
SETR	Secretaria de Estado dos Transportes
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SPA	Sistemas de produção agrícola

TEU	Twenty Equivalent Unit
UEM	União Económica e Monetária
UTA	Unidades de trabalho agrícola/ano
VABPM	Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado
VALcf/UTA	Valor acrescentado líquido a custo de factores por unidade de trabalho agrícola/ano
<b>VALE DO TEJO</b>	
	Sub-região que engloba as 2 NUTS III da Lezíria e Médio Tejo e os concelhos de Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Sardoal, Constância, Abrantes, Entroncamento, Barquinha, Torres Novas, Alcanena, Golegã, Rio Maior, Santarém, Alpiarça, Almeirim, Cartaxo, Azambuja, Salvaterra de Magos, Benavente e Coruche, ocupando uma área de 6 868 Km2 com uma população de 460 300 habitantes e uma densidade de 67 hab/km2.
<b>VALOESTE</b>	Programa de Valorização da Região Oeste
IPCC	Instituto Português de Cartografia e Cadastro

A elaboração do Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo contou com a participação das seguintes entidades:

Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra; Administração do porto de Lisboa; Agrupamento de Municípios; Associação Ambientalista - Quercus; Associação Comercial dos Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos; Associação Comercial e Industrial da Região Oeste; Associação Comercial e Industrial de Rio Maior; Associação Comerciantes do Barreiro e Moita; Associação Cultural Artesãos e Artistas Plásticos da Região dos Templários ; Associação de Agricultores do Oeste; Associação de Comerciantes do Distrito de Setúbal; Associação de Defesa do Património de Sintra; Associação de Defesa do Paul Tornada; Associação de Defesa do Rio Real ; Associação de Desenvolvimento e Apoio Regional; Associação de Desenvolvimento Turístico da Costa da Caparica; Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas do Sul; Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém; Associação de Estudos Subterrâneos e Defesa do Ambiente; Associação de Jovens Agricultores de Portugal; Associação de Jovens Agricultores de Santarém; Associação de Municípios do Distrito de Setúbal; Associação de Municípios do Médio Tejo; Associação de Municípios do Oeste ; Associação de Municípios Lezíria do Tejo; Associação de Turismo de Lisboa; Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena ; Associação dos Agricultores do Ribatejo; Associação Empresarial da Região de Setúbal ; Associação Empresarial de Lisboa ; Associação Empresarial do Concelho de Abrantes e Limitrofes; Associação Industrial da Região do Oeste; Associação Juvenil Olho Vivo; Associação Nacional de Transportes Públicos e Mercadorias; Associação para a Defesa do Ambiente do Concelho da Lourinhã ; Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobça; Associação para a Promoção e Desenvolvimento Rural do Ribatejo; Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana; Associação para a Recuperação do Património de Arruda ; Associação para o Desenvolvimento de Peniche ; Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste; Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior; Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém; Associação Popular Ecológica; Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias; Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores; Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes; Câmara Municipal de Abrantes; Câmara Municipal de Alcanena; Câmara Municipal de Alcobça; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer; Câmara Municipal de Almada; Câmara Municipal de Almeirim; Câmara Municipal de Alpiarça; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal da Azambuja; Câmara Municipal do Barreiro; Câmara Municipal de Benavente; Câmara Municipal do Bombarral; Câmara Municipal do Cadaval; Câmara Municipal das Caldas da Rainha; Câmara Municipal do Cartaxo; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal da Chamusca; Câmara Municipal de Constância; Câmara Municipal de Coruche; Câmara Municipal do Entroncamento; Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere; Câmara Municipal da Golegã; Câmara Municipal de Lisboa; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal da Lourinhã; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal da Moita; Câmara Municipal do Montijo; Câmara Municipal da Nazaré; Câmara Municipal de Óbidos; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Ourém; Câmara Municipal de Palmela;

Câmara Municipal de Peniche; Câmara Municipal de Rio Maior; Câmara Municipal de Salvaterra de Magos; Câmara Municipal de Santarém; Câmara Municipal do Sardoal; Câmara Municipal do Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Setúbal; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço; Câmara Municipal de Tomar; Câmara Municipal de Torres Novas; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha; Caminhos de Ferro Portugueses; Caritas Diocesana de Setúbal; Centro de Área Educativa do Oeste; Centro de Empresas e Inovação de Setúbal ; Centro de Estudos de Desenvolvimento Rural e Urbano ; Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica; Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica; Clube de Montanhismo da Arrábida - Setúbal; Comissão Instaladora do Município de Odivelas; Comissão Municipal de Turismo de Vila Franca de Xira; Comissão Vitivinícola Regional; Confederação dos Agricultores Portugueses; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses; Conselho de Administração da Carris; Conselho de Administração da TAP; Departamento de Planeamento e Prospectiva; Cooperação e Desenvolvimento Regional; Direcção da Reserva Natural do Estuário do Tejo; Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste; Direcção Regional do Ambiente da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Divisão de Estímulos aos Novos Talentos; EAT - Vale do Tejo; Empresa de Gás do Vale do Tejo, AS - TAGUS Gás; Escola Superior de Caldas da Rainha; Escola Superior de Educação; Escola Superior de Gestão de Tomar; Escola Superior de Santarém; Escola Superior de Tecnologia de Abrantes; Escola Técnica Empresarial do Oeste; Estação Zootécnica Nacional; Faculdade de Ciência e Tecnologia - Monte da Caparica; FCN / Planeamento; Fórum de Ambiente da Região Oeste - ECOESTE; Gabinete de Apoio Técnico de Torres Novas; Gabinete de Apoio Técnico de Tomar ; Gabinete de Apoio Técnico das Caldas da Rainha; Gabinete de Apoio Técnico de Abrantes ; Gabinete de Apoio Técnico de Santarém; Gabinete de Apoio Técnico de Torres Vedras; Gestão Ambiental, Lda. - AMBIMED; GESTNAVE; Governo Civil de Leiria; Governo Civil de Lisboa; Governo Civil de Santarém; Governo Civil de Setúbal; Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias; Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Instituto Nacional de Estatística; Instituto Politécnico de Leiria; Instituto Politécnico de Setúbal; Instituto Superior de Gestão de Torres Vedras; Instituto Superior de Línguas e Administração ; Intervenção Operacional dos Transportes - MEPAT; Junta de Turismo Costa do Estoril; Junta Metropolitana de Lisboa ; Ministério da Economia; Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território; Mútua dos Pescadores - Lisboa; Núcleo Empresarial de Santarém; Núcleo Empresarial de Leiria ; Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros; Património Histórico - Cultural de Santarém; Portugal Telecom; Programa Operacional Região de Lisboa e Vale do Tejo; Programa Potencial de Desenvolvimento Regional ; REFER - Rede Ferroviária Nacional; Região de Turismo da Costa Azul; Região de Turismo do Oeste; Região de Turismo do Ribatejo; Região de Turismo dos Templários, Florestas e Albufeiras; Região de Turismo Leiria - Fátima; Roland Berger & Partner; Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional; Secretário de Estado Adjunto do Ministério do Ambiente; Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território; Secretário de Estado dos Transportes; Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal; Sociedade de Desenvolvimento Regional do Ribatejo, SA - FINANTEJO;

Sociedade de Estudos e Projectos - AGROGES; Superior de Ciências Empresariais de Setúbal; Terminal Multimodal do Vale do Tejo, AS; União dos Sindicatos de Santarém; União dos Sindicatos de Setúbal; União Geral de Trabalhadores; Universidade Autónoma Luís de Camões; Universidade Católica Portuguesa; Universidade Independente; Universidade Internacional de Abrantes; Universidade Lusófona da Ciências e Tecnologias; Universidade Nova de Lisboa; Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A. - AMARSUL; Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. - RESIOESTE.

**APOIOS:**

